



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

REBECA DE SOUZA ESCUDEIRO

MAUD MANNONI E A EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

FORTALEZA

2022

REBECA DE SOUZA ESCUDEIRO

MAUD MANNONI E A EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de obtenção: Teorias e Práticas da Psicanálise.

Orientadora: Profa. Dra. Laéria Bezerra Fontenele

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- E1m Escudeiro, Rebeca de Souza.
Maud Mannoni e a experiência analítica / Rebeca de Souza Escudeiro. – 2022.
211 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Laéria Bezerra Fontenele.
1. Maud Mannoni. 2. Experiência analítica. 3. Formação do analista. 4. Transmissão da Psicanálise. 5. História da Psicanálise. I. Título.

CDD 150

REBECA DE SOUZA ESCUDEIRO

MAUD MANNONI E A EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de obtenção: Teorias e Práticas da Psicanálise.

Orientadora: Profa. Dra. Laéria Bezerra Fontenele

Aprovada em: 12/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Laéria Bezerra Fontenele (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marco Antônio Coutinho Jorge
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj)

Prof. Dr. Leonardo José Barreira Danziato
Universidade de Fortaleza (Unifor)

Profa. Dra. Karla Patrícia Martins de Holanda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Caciana Linhares Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Para Tyrone,
com quem na vida fiz morada,
tinto, meia-luz e palavra.

Para Leonilda (*in memoriam*),
Vida e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com carinho, à Laéria Fontenele, minha orientadora, pela confiança, por suas observações e leitura atenta, e, sobretudo, pela transmissão da psicanálise. Da mesma maneira, aos componentes da banca: Marco Antônio Coutinho Jorge, pela transmissão através de seus livros, os quais caminham comigo desde as primeiras aproximações à psicanálise, e também pela oportunidade de ouvi-lo nas atividades do Corpo Freudiano, o que sempre me traz entusiasmo; Leonardo Danziato, de quem fui monitora na graduação, e com quem tive o prazer de aprender e compartilhar minhas experiências iniciais de escuta ainda no estágio do curso de psicologia; Caciana Linhares, amiga querida com quem não apenas tenho uma parceria de trabalho, mas mantenho uma partilha de vida, tem muito de você na tese; Karla Patrícia, a quem estimo e com quem também encontrei no tempo da graduação, voltando a reencontrá-la, felizmente, na pós-graduação. A todos vocês, sou imensamente grata pela leitura final desta tese e pelas preciosas contribuições na qualificação. Estive em diálogo com cada um durante minha escrita.

Ao meu pai, Aroldo, e minha mãe, Aldenora, por me transmitirem a palavra e seu lugar crucial na leitura e na escrita. Mas, principalmente, por sustentarem na vida a alegria e a coragem. Ao meu irmão, Daniel, minhas irmãs, Raquel e Sarah, pelo apoio e generosidade de sempre. À minha avó, Leonilda, que se foi no decorrer de minha escrita, mas continua em tudo que nos deixou e transmitiu, sua força e entusiasmo pela vida. À tia Lúcia e minha prima Isabel, por permanecerem presentes. Aos meus sobrinhos, Lucas, Pedro, Luiz e Eliot, por alegrarem e movimentarem essa grande família. Ao meu companheiro Tyrone, pela sorte do nosso encontro, pelo cotidiano de amor e travessias, por tantas conversas que me iluminaram. À Victória, minha enteada, por mostrar que sempre é possível recomeçar, por fazer parte da minha vida. À Valentina, minha filha, alegria de todos os dias, a vida tem mais cor desde que você chegou.

Às minhas amigas amadas, de mais longa data, Diana, Débora e Carol, pelas aventuras, descobertas e partilhas. Foram e continuam sendo muitas. Às também amadas amigas “psis”, Kelly, Vanessa e Lorena, pelas risadas que caracterizam nossos encontros, por nos mantermos firmes em nossos laços, nas diferenças e em nosso comum. Aos amigos e amigas, João Emiliano, Estênio, Robinson, Júnior, Ilana, Fran e Neidinha, por mobilizarem, nos mais diversos espaços, o desejo pelo conhecimento, pela pesquisa, vocês sempre foram causa. À Bia, amiga querida, por me receber tão calorosamente no

Rio de Janeiro, pelo laço que preservamos para além do tempo e da distância. À Luciana, amiga que veio de presente com a maternidade – que alegria nosso encontro – e de quem recebi preciosas indicações literárias, as quais foram fundamentais nessa jornada.

Aos amigos do Corpo Freudiano, Isaac, Ronald e Tony, por me transmitirem a psicanálise, pelo trabalho sustentado, pela parceria e pelo carinho. Em especial, à Regina, por me acolher no espaço da supervisão, por sua escuta atenciosa ao longo de tantos anos, pela amizade valiosa que construímos. A Morena, Ruth e Emílio, pela experiência do cartel que topamos atravessar juntos, em um momento tão difícil para todos nós. Trago muito de nossas conversas nesta pesquisa. Aos demais membros da Escola, por tantas trocas e aprendizados, pelo laço de trabalho, pela aposta no inconsciente. À Eli, por organizar e ajudar a manter, a tanto tempo, e de forma tão solícita, as atividades no Corpo Freudiano.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, pela oportunidade de cursar um doutorado público, em tempos tão vis de nossa história e do incentivo à pesquisa.

Não recordo as etapas de minha volta, em meio aos poeirentos e úmidos hipogeus. Sei tão-só que não me abandonava o temor de que, ao sair do último labirinto, me rodeasse outra vez a nefanda Cidade dos Imortais. Nada mais posso recordar. Aquele esquecimento, agora insuperável, foi quem sabe voluntário; quem sabe as circunstâncias de minha evasão tenham sido tão ingratas que, em algum dia não menos esquecido também, jurei esquecê-los.

(Jorge Luís Borges, *O aleph*)

RESUMO

A tese é desenvolvida a partir da experiência da psicanalista Maud Mannoni, percorre sua trajetória e obra, e circunda a história do movimento psicanalítico. A pesquisa apresenta dois níveis de alcance e abordagem: a história individual de Maud e a história coletiva da psicanálise. Esse trabalho contém um duplo eixo de investigação: a formação do analista e a transmissão da psicanálise. Diante do lugar central que a experiência com o inconsciente ocupa, reportamo-nos tanto ao transcurso analítico quanto ao processo de expansão e institucionalização da psicanálise. Particularmente em relação à Maud Mannoni, sua obra, além de dialogar intensamente com a história da psicanálise em diversos campos, seja clínico, político ou teórico, demonstra o quanto a posição de enfrentamento dessa psicanalista firmou-se no combate aos encaminhamentos dogmáticos para os quais a psicanálise, em alguns momentos, foi conduzida. Podemos observar suas críticas às tradições que a antecederam, assim como suas ponderações sobre a tradição na qual esteve inserida. Suas proposições se estenderam ao âmbito social e da cultura, tendo na fundação da Escola Experimental de Bonneuil sua expressão emblemática. Mannoni contribuiu e fez avançar, de modos diversos, a pesquisa psicanalítica e sua ética, entendendo sua investigação como um saber que emerge, fundamentalmente, da experiência com o inconsciente. Compreendeu, com isso, que a passagem de analisando a analista, a qual mantém viva a psicanálise, foi ao mesmo tempo o ponto central em torno do qual muitos problemas se produziram ao longo das gerações de psicanalistas. As formulações de Maud Mannoni nos conduziram, assim, à confrontação do traumático e às reflexões acerca do imprescindível trabalho de luto, pensados, por um lado, no que diz respeito aos laços institucionais e à teoria, ao se interpelar as dimensões sectárias que percorrem esses campos na história do movimento psicanalítico; por outro, em relação à travessia do sujeito em análise, sob a forma de *passagens*. Luto ao qual a experiência analítica equivale, em seu trabalho de laço que aponta para o real. Por fim, comparece a criação – a partir do valor artístico como *valor de criação* – em sua resposta ao trauma.

Palavras-chaves: Maud Mannoni; experiência analítica; formação do analista; transmissão da psicanálise; história da psicanálise.

ABSTRACT

This thesis is based on the experience of Maud Mannoni and, as it goes through her trajectory, it goes around the history of the psychoanalytic movement. We have two levels of scope and approach: the Maud's individual history and the collective history of psychoanalysis. Two periods of work that are articulated in a double axis of investigation: the formation of the analyst and the transmission of psychoanalysis. This is because, when we follow the path of a psychoanalyst, we are undoubtedly referred to the path of psychoanalysis itself. When considering the central place that unconscious transmission occupies, we refer both to the process of expansion and institutionalization of psychoanalysis, as well as to the analytical course. Particularly in relation to Maud Mannoni, her work, in addition to dialoguing intensely with the history of psychoanalysis in several fields, whether clinical, political or theoretical, demonstrates how much the confrontational position of this psychoanalyst was established in the fight against dogmatic referrals to which psychoanalysis, at times, was conducted. We can observe her criticisms of the traditions that preceded her, as well as her considerations of the tradition in which she was inserted. Her propositions, moreover, extended to the sphere of culture, having in the founding of the Experimental School of Bonneuil its emblematic expression. She contributed and advanced, in different ways, psychoanalytic research and its ethics, understanding her investigation as a knowledge that emerges, fundamentally, from the experience with the unconscious. She understood, therefore, that the passage from analysand to analyst, which keeps psychoanalysis alive, was at the same time the central point around which many problems were produced over the generations of psychoanalysts. Maud Mannoni's formulations led us, therefore, to reflections about the indispensable work of mourning, thought, on the one hand, with regard to institutional ties and theory, when questioning the sectarian dimensions that run through these fields in the history of the psychoanalytic movement; on the other hand, the crossing of the subject under analysis, in the form of passages that involve the relationship between lack, loss and cause. Mourning to which the analytic experience is equivalent in its bonding work that points to the real.

Keywords: Maud Mannoni; analytical experience; analyst training; transmission of psychoanalysis; history of psychoanalysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
TRADIÇÃO E TRANSMISSÃO	26
2 MAUD MANNONI E FREUD: ENTRE TRILHAS E COMEÇOS	26
2.1 Maud Mannoni: rupturas e a marca de uma marginalidade	30
2.2 Freud, a judeidade e um lugar marginal: o estrangeiro e a psicanálise	43
3 MAUD MANNONI E OS TEMPOS DA ESCRITA	62
3.1 Infância, loucura e psicanálise	63
3.2 <i>Narrativas</i> : trauma e criação	79
INSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO	94
4 MAUD MANNONI E A ESCOLA EXPERIMENTAL DE BONNEUIL-SUR-MARNE	94
4.1 Dos caminhos de formação à ética da psicanálise	95
4.2 Instituição estourada e cartel: algumas aproximações	112
5 MAUD MANNONI E A INSTITUIÇÃO PSICANALÍTICA	125
5.1 Maud Mannoni e o movimento lacaniano	126
5.2 Maud Mannoni e a dissolução da Escola Freudiana de Paris	143
5.3 Luto: trabalho de um laço	175
EPÍLOGO	190
6 CONCLUSÃO	193
REFERÊNCIAS	201

1 INTRODUÇÃO

O que faz com que alguém se torne psicanalista e em que saber se funda aquele que se autoriza a praticar a análise? Essa pergunta crucial, presente em vários livros de Maud Mannoni, confere à investigação psicanalítica sua dimensão ética indispensável, recolocando a dimensão do *insabido* como interrogação ao campo do saber. Essa interpelação reflete ainda dois âmbitos que compõem a formação de um psicanalista: a experiência individual, concernente à análise pessoal, e a experiência coletiva, referente ao laço nas instituições e à cultura. Esses dois aspectos percorrem insistentemente a obra dessa autora e exprimem em seus trabalhos uma constante relação entre si, sendo uma permanente fonte de investigação e de relançamento à experiência com o inconsciente.

Outro aspecto preponderante em seus escritos é o debate com o campo histórico, tanto sob a forma dos acontecimentos sociais datados no tempo quanto em referência às narrativas de seus pacientes, de obras literárias e as de sua própria vida. As *histórias* atravessam necessariamente seus livros. Suas interrogações dialogam com diversas situações vividas: a Segunda Guerra Mundial – e seus efeitos devastadores –; as insurgências de maio de 1968 – que precedeu a criação da Escola Experimental de Bonneuil, um ano depois – e as ditaduras na Argentina e no Uruguai na década de 1970. Esses cenários presentes em seus textos, modelam um estilo de argumentação no qual as relações históricas – referentes tanto à própria psicanálise quanto aos episódios sociais – imbricam-se à formação do psicanalista.

Podemos acompanhar, na obra dessa psicanalista, questionamentos que retornam sempre à prática do analista e sua ética, oriundos das suas vivências em espaços asilares, de reeducação escolar, nos hospitais e nas instituições de psicanálise. A insistência de Maud Mannoni parece consistir na premência de uma convocação ao lugar da palavra, ao campo da enunciação, ao *dizer*. Ao questionar, por exemplo, no final dos anos 1980, que as escolas de psicanálise não davam mais ênfase à importância, para o jovem analista, de seu “encontro” com o paciente, o qual, segundo ela, proporciona uma descoberta de “si mesmo” através do drama que o outro deixar escutar, Mannoni recupera no debate sobre a formação do psicanalista o lugar de analisando igualmente constitutivo àquele que escuta e sobre o qual incide a dimensão de fratura e cisão relativas à experiência com o inconsciente e suas formações.

Essa condição de cesura remete à dimensão traumática e à operação de luto vivenciadas na travessia de uma análise e, não obstante, esteia também o laço entre

analistas e suas relações institucionais, importante aspecto necessário à psicanálise em seu avanço e sua sustentação na cultura. Isso implica a noção de que a psicanálise se produz e se mantém por meio de *uma* psicanálise, o que leva à diferenciação fundamental entre o saber do psicanalista e o saber da psicanálise, distinção da qual é possível, ainda, que seja extraído efeitos do processo de expansão e institucionalização da psicanálise, assim como das dissoluções e cisões tão frequentes na história do movimento psicanalítico.

Defensora do princípio de que a psicanálise é “um saber que não se sabe” – como mostra a oportuna expressão que intitula um de seus livros –, Mannoni valoriza a verdade advinda antes da dialética que de postulados instituídos. A ênfase no “não saber” permeia o caminho desta psicanalista que leva na abertura ao externo a marca de sua posição marginal e estrangeira. Sua circulação muito se deu na fronteira, em *interlúdio*¹ e numa constante interlocução seja com os campos do conhecimento como a filosofia, a antropologia, a literatura e a história, seja em deslocamentos institucionais que extrapolaram os muros franceses, por meio da troca e do debate com analistas e psiquiatras dos mais diversos países. Mannoni estabeleceu, assim, um diálogo permanente e criativo com as diferentes línguas e expressões, tanto nas ciências como nas artes.

Essa abertura ao díspar, tão presente em Mannoni, constituiria de modo determinante o espaço institucional que fundou. Influenciado pelas experiências educacionais de *Comuna* e criado para “marginais”, crianças e adolescentes “loucos” (autistas e psicóticos), delinquentes, destituídos de uma palavra própria, esse lugar contaria também com a circulação de pessoas provenientes das mais distintas nacionalidades, o que conforma um eixo expressivo de suas atividades. A prática nesse lugar, onde o divergente é acolhido como necessário, teve em seu horizonte a ética psicanalítica como sustentação. A respeito da criação da Escola de Bonneuil, Elisabeth Roudinesco (1989) manifesta que “graças a esse verdadeiro combate, Maud Mannoni terá deixado na história francesa da psicanálise o selo ardente de sua corajosa militância clínica”, além de fornecer “ao lacanismo uma de suas melhores feições” (ROUDINESCO, 1989, p. 532).

¹ Na música, o interlúdio é um trecho que, numa composição longa (ópera), intercala partes vocais com outras somente instrumentais. É também o trecho musical entre dois atos, duas cenas, numa peça dramática. Um intervalo de tempo, portanto, que interrompe alguma coisa, uma pausa. Um corte, uma ruptura. Assim escutamos as *passagens* e os diálogos que compõem a trajetória de Maud Mannoni.

Amparada na noção de instituição estourada, essa Escola Experimental visou tirar proveito “de todo insólito que surge: esse insólito mesmo que, ao contrário, temos o costume de reprimir” (MANNONI, 1986b, p. 60). Em vez de oferecer tão somente a permanência, o quadro da instituição proporcionou, sob tal fundo, aberturas para o exterior, brechas de todos os tipos preservando um lugar de recesso no qual “o essencial da vida” desenrola-se numa “oscilação de um lugar para outro” (MANNONI, 1986b, p. 61) e de onde poderia emergir um sujeito que se interrogue sobre o que quer. Semelhança notória, podemos dizer, com os constantes deslocamentos geográficos que Maud viveu em sua infância, os quais lhe conferiram intenso contato com línguas estrangeiras, além da experiência com o insólito e a necessidade de insistir enquanto sujeito.

É possível circunscrever, no contíguo de seus escritos, três eixos que se destacam em sua trajetória prático-teórica: a *infância*, a *loucura* e a *psicanálise*. Esses perpassam suas vivências institucionais e produções textuais,² assim como sua história de vida, em tempos que se comunicam por vias diversas, comparecendo desde os primeiros até os últimos de seus trabalhos. Essa delimitação é conspícua através de uma predominância ou ênfase desses elementos no percurso de Mannoni, que apresenta na passagem à escrita uma virada fundamental, *passa* de sua própria história à da psicanálise. Cada um desses significantes – infância, loucura e psicanálise – articulam e sustentam uma posição de ruptura com a qual demarcou, por exemplo, sob a sigla da criança, do louco e do analista, enfrentamentos clínicos, institucionais e políticos, expressão eminente da abertura ao estrangeiro e ao *infamiliar* que entendemos compor uma das particularidades de sua obra e na qual encontramos a radicalidade do seu pensamento e de suas ações, como insígnia da alteridade.

Não menos relevante, percorre em suas proposições a noção de trauma. Em *De um impossível a outro*, publicado em 1982, Mannoni assinala, com Lacan, que há um inassimilável no trauma, enquanto aponta para o núcleo do real, que faz com que em toda transferência revele-se a repetição de um mesmo erro cuja roupagem é o impossível – obstáculo que a análise tenta fazer conhecer e integrar na história do sujeito, mas que sempre apresenta algo de inalisável. Como também escreveria em seu último livro, *Elas não sabem o que dizem: Virginia Woolf, as mulheres e a psicanálise*, de 1998, “há uma parte de *inassimilável* no trauma, algo que, na realidade, continua *à espera*”

² Lembrando também de sua participação em prefácios e apresentações de livros de outros autores, artigos, debates transcritos etc.

(MANNONI, 1999, p. 27).³ Essa concepção é expressiva em nossa autora e vai sendo construída em suas formulações justamente a partir de questões que emergem para ela diante da infância, da loucura e da psicanálise, permitindo perceber que suas críticas e considerações incidem em dimensões clínicas, mesmo ao abordar âmbitos institucionais, culturais, sociais e políticos.

Além disso, nesse mesmo livro, baseando-se nos romancistas e nos poetas, Mannoni busca evocar as “raízes inconscientes” do que denomina “racismo anti-mulher”, apresentando igualmente reflexões que vão desde os direitos das mulheres no campo do trabalho, da educação, à subjugação destas em seus lares, e, ademais, como historicamente nas instituições de psicanálise um “terror conformista” foi conjurado por parte de algumas mulheres, havendo, entretanto, aquelas que se mostravam inventivas e não conformistas. Pareando mulher e louco, questiona a “palavra afastada” em razão das fantasias de rejeição e horror que ambos suscitam à sociedade.

Nos textos reunidos em *Amor, ódio e separação*, publicado em 1991, Mannoni realiza uma passagem entre o literário (a criação artística em geral) e a clínica psicanalítica, onde, entrelaçando vida e obra, aborda episódios traumáticos vivenciados por alguns notáveis como Edgar Allan Poe, Edith Wharton, Alfred Hitchcock e Ingmar Bergman. Movida por uma preocupação fundamental e sensível pela criança, sobretudo pelas situações-limite da infância, aquelas da ordem de um intolerável ameaçador da integridade psíquica, essa psicanalista convoca a palavra literária para nos fazer pensar a vida humana à qual o sentido, inevitavelmente, escapa. Assim sendo, é através de “uma parcela de loucura e solidão que pode se exprimir na arte, na literatura, no teatro e em outras formas de criação” (MANNONI, 1995a, p. 92) um destino ao viver.

O luto, tão marcante e presente na infância e na juventude de Maud, é mais uma dimensão enfatizada em seus trabalhos, sobre a qual afirmaria, ao debruçar-se sobre a obra de Virginia Woolf, “que o trabalho do luto deixa ao sobrevivente o tempo de sonhar a morte, protegendo-o assim de uma violência destrutiva” (MANNONI, 1999, p. 39). Em sua prática, escutou de muitas crianças e igualmente dos loucos, lutos inacabados e a invasão mortífera do Outro e da posição de objeto à qual estavam submetidos. Sua reivindicação se daria, assim, na referência a Antonin Artaud, sobre a ideia de que “a desesperança, a loucura, são problemas de todos” (MANNONI, 1999, p. 43). Esse luto

³ Em francês a expressão *en souffrance* permite a homofonia com *souffrance* (sofrimento), de modo que Mannoni parece mobilizar esse duplo sentido.

seria abordado no próprio trajeto de uma análise e, como desenvolvido no ano de 1991 em seu escrito *O nomeável e o inominável: a última palavra da vida*, versado também a partir do adoecimento, do envelhecimento, da morte e do sobrevivente, questões curiosamente articuladas ao movimento psicanalítico e sua transmissão. Betty Fuks ressalta, no prefácio desse mesmo livro, a singular experiência clínica de Mannoni, na qual “ela nos traz a esperança de que o exercício da psicanálise possa fazer frente à prática hodierna de se criar um mundo de novos ‘deuses’ detentores do poder sobre a vida e a morte” (FUKS *in* MANNONI, 1995b, p. 10) e, portanto, de um saber que se propõe sem furo.

Nas interpelações acerca da formação do psicanalista, Maud Mannoni interrogou os impactos causados – e revelados sob a forma de uma rejeição muitas vezes instaurada nas escolas de psicanálise – pela criança e pelo louco aos analistas. Afirma, por exemplo, que o psicanalista que se deixa interrogar pela loucura aceita ser posto em questão no campo de seu próprio inanalizado, ponto cego através do qual se faria nele a abertura do interesse terapêutico ou de onde adviria, através de seu paciente, “um esclarecimento sobre o que nele, analista, permanecerá até então a salvo de todo questionamento ou sobre o aspecto da loucura nele” (MANNONI, 1990, p. 49). Por outro viés, adverte, mais amplamente a respeito da escuta, que o analista, ao ser remetido à função de testemunha diante da repetição posta pelo paciente, encontra-se reduzido à sua impotência, a qual “pode arrastá-lo para um voluntarismo da cura, voluntarismo este que, evidentemente, é pago com o fracasso” (MANNONI, 1986b, p. 8). Essas reflexões colocadas por nossa autora apontam diretamente ao problema da análise dos analistas e explicitam o epicentro de sua travessia quanto à radicalidade da referência à falta e à cisão, como igualmente sua extensão e suas consequências no laço entre os analistas.

Membro da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP) e posteriormente da Escola Freudiana de Paris (EFP) fundada por Jacques Lacan em 1964, Maud Mannoni, que compunha a terceira geração de psicanalistas franceses, reportou-se em alguns de seus escritos à problemática do luto e à dimensão traumática que permearam a crise e a dissolução da EFP, assim como a morte de Lacan, acontecimentos determinantes na história da psicanálise, cujos resultados ecoam contradições e versões ainda hoje pouco esclarecidas nos arquivos psicanalíticos. Permeados por rivalidades e disputas, o desfecho da Escola de Lacan e os efeitos de sua morte parecem asseverar até que ponto o engessamento burocrático e os anseios egoicos sobrepujaram, no lugar de uma dívida

simbólica impulsionadora tão crucial à Lacan, a construção de uma dívida imaginária tanto empobrecedora quanto aprisionante entre os discípulos e para com seu mestre.

Maud Mannoni destaca, em 1977, portanto três anos antes da dissolução da EFP, a repetição da mesma história através das cisões, alertando que “os analistas esqueceram a que ponto um grupo, diante do perigo da mudança, reage pela expulsão da ideia nova ou pela dogmatização”, manifestando em seguida que “um analista deve permanecer aberto a um permanente questionamento” (MANNONI, 1990, p. 163-164). Esse era um momento no qual divergências de âmbito político intensificaram-se resultando em sectarismos teóricos e práticos. Constam em sua autobiografia, *O que falta à verdade para ser dita*, publicada em 1988, anexos de cartas e intervenções em assembleias referentes às situações que vivenciou tanto na SFP quanto na EFP, fontes profícuas de acesso às situações políticas e institucionais que permearam esse período da história do movimento psicanalítico.

Todas essas facetas que compõem a vida e a obra de Maud Mannoni concedem um caráter autêntico e original ao seu trabalho, caracterizado por uma constante convocação à liberdade em sua margem de possibilidade imprescindível ao movimento do sujeito. Atentos à imbricação de suas vivências pessoais e seu percurso psicanalítico, propomos, nesta tese, apreender o campo de uma experiência a ser escutada em suas *passagens históricas*, experiência na qual a trajetória pessoal de Mannoni se configura como uma narrativa, um testemunho, ao mesmo tempo, do advento de uma psicanalista e de um período significativo da história do movimento psicanalítico. Tal empreitada nos permite uma articulação que se serve da dimensão subversiva existente no que é contado e exposto sobre os fatos históricos, tratando-se, assim, de operar com as indicações da escrita e dos seus registros, a partir de uma temporalidade que leve em conta a dialética dos acontecimentos, para que não caiamos na ingenuidade da “ilusão retórica” da história, ou seja, da ilusão biográfica de uma unidade do tempo (BORDIEU, 2006).

Pretendemos abrir caminhos de leitura à obra desta autora que, embora tenha uma participação expressiva na tradição psicanalítica, é atualmente pouco explorada sobretudo no que diz respeito à articulação entre seus trabalhos e a formação dos analistas.⁴ Em seus

⁴ As discussões acerca dos trabalhos de Maud Mannoni aparecem na literatura acadêmica, de um modo geral, mais vinculadas ao campo da educação e da clínica com crianças. Entendemos que isso se deve à significativa atuação e produção dessa psicanalista no campo da infância, ao qual apresentou relevantes contribuições que deixou em forma de obras escritas e, mais destacadamente, na criação da Escola Experimental de Bonneuil, que evidenciou, na França e em outros países, seu trabalho com crianças e adolescentes, tendo forte impacto nas discussões sobre psicanálise e instituição.

escritos podemos acompanhar o intenso diálogo travado com seus contemporâneos, assim como uma postura combativa às concepções de formação existentes acerca das quais denunciava o formalismo burocrático, as práticas hierarquizadas e a sobrevalorização do ensino em detrimento da experiência analítica nos espaços institucionais. Seu testemunho e sua interlocução com aqueles que faziam parte de seu círculo, proporcionam adentrar aspectos pertencentes a um contexto no qual se produziram confrontos e conflitos, como também avanços à psicanálise. E isso não no sentido de uma verdade que seria alcançada, mas ao passo daquilo que compreende a própria lógica interpretativa no trabalho da análise, ou seja, a posição de corte do analista.

Trata-se, assim, de uma possibilidade investigativa que se põe à surpresa, sempre enunciada por Freud, diante da escuta de um caso clínico no qual a palavra ganha movimento, abrindo seu sentido diante dos “achados” que colocam em cena elementos articuláveis em direção a um saber não todo, ao mesmo tempo operador de causa. O que se engaja à característica de estar, a obra freudiana, sempre atravessada pelo termo “provisório”, advertindo que sua teoria não seja transformada em dogma, mas sustente, incessantemente, o crivo da revisitação. Se sua metapsicologia fosse compreendida como saber imutável, estaríamos no campo de uma visão de mundo, posição sempre repudiada por Freud ([1933] 2010) à sua psicanálise.

Reputamos que, além de seus aportes, a experiência de Maud Mannoni poderia ser escutada à inspiração de uma história clínica, ou ainda, como referente de uma *dimensão de sintoma* presente na história do movimento psicanalítico, comportando o que na ordem do sintoma é encobridor e revelador de uma causação. O caso clínico, tal qual estabelecido por Freud, insere a questão de como “transmitir a singularidade de uma experiência sem estar em desacordo com as exigências de universalidade da verdade tão cara aos ideais científicos” (FONTENELE, 2010 p. 299), reflexão de base que fez com que Freud recorresse à história clínica e à sua metapsicologia ficcional “como meios para subverter a lógica excludente em vigor na ciência da época, das relações entre o particular e o universal” (FONTENELE, 2010, p. 299).

Se considerarmos que um caso clínico teria a função de transmitir a psicanálise a partir de uma experiência singular e que sua escrita buscaria elaborar os restos irreduzíveis de uma análise – o que permitiria desdobramentos e avanços à teoria –, pensamos que uma experiência histórica em seus testemunhos, partindo de uma trajetória particular, teria também a chance de transmitir a psicanálise – ao buscarmos, pela via de uma produção escrita, elaborar os restos irreduzíveis de seus acontecimentos, diante do que

dessa travessia podemos empreender.⁵ Pensamos, assim, o corte que a postura de Maud Mannoni mobilizou pelo modo como engajou sua prática e sua teoria diante de um sectarismo reincidente no movimento psicanalítico, contexto no qual emerge seu pensamento e suas críticas, dado que muitos impasses se produziram no transcorrer das reverberações da técnica freudiana e dos embates instaurados a partir de posições enrijecidas nas instituições psicanalíticas, o que se repetiria depois com relação ao ensino de Lacan, dogmatizado após sua morte e repercutido com a expansão do lacanismo. Avaliamos, portanto, que a posição de ruptura firmada por Maud confrontava a fixidez para a qual a prática do psicanalista e sua formação estavam sendo conduzidas.

A transmissibilidade, é oportuno ressaltar, ao comportar uma dimensão de transmissível e intransmissível, exprime o conflito fundamental atinente a qualquer perspectiva de saber e avanço de uma teoria e de uma prática, sendo imprescindível o confronto com esses aspectos, como também com o que constitui o paradoxo próprio à transmissão da psicanálise. Para o analista, essa transmissão, regida pela lei do significante, segue a exigência de uma dimensão sincrônica, na qual o inconsciente se faz advir numa solidão extrema, e numa dimensão diacrônica, em que se apresenta um aspecto outro do endividamento simbólico, através da recuperação da história das gerações anteriores (DIDIER-WEILL, 2009). Podemos depreender, diante disso, que cada analista carrega uma história clínica sendo, nesse sentido, um caso clínico e, ao mesmo tempo, um testemunho da história da psicanálise e de sua transmissão.

Maud Mannoni situa que para o analisando a possibilidade de dizer a verdade está atrelada ao desejo do analista, prisioneiro, entretanto, de uma história coletiva inseparável do campo do inconsciente. Ela nos lembra, então, que daí coligiram as questões do grupo, da ciência, do nome, e que foram interrogadas por Lacan através de estruturas institucionais nas quais a preocupação consistia tanto na instauração de referenciais de trabalho que afastasse o analista de uma sistematização de seu procedimento quanto em um lugar que possibilitasse a fala sobre a dimensão de impossível presente em toda análise e, ainda, onde se pudesse interrogar os riscos da formação.

Vale sublinhar que nossa autora deixou uma quantidade considerável de livros e textos publicados, além de participações em obras de outros autores, nas quais se fez presente uma marca que muito nos interessa: a insistência de debates com outros

⁵ Ressaltamos que não queremos incorrer no equívoco de psicanalisar Maud Mannoni ou a história do movimento psicanalítico, o que seria, ao nosso ver, uma abordagem problemática.

psicanalistas acerca de dimensões teóricas, clínicas e institucionais que permeavam a psicanálise de uma época e sua política. Propomo-nos a pensar como, por um lado, o contexto histórico e a tradição da qual fez parte essa psicanalista operou sobre sua formação, e por outro, como a sua experiência particulariza os acontecimentos que presenciou nessa conjuntura.

Sendo assim, realizamos nesta pesquisa, a partir da história particular de Maud Mannoni e dos acontecimentos que atravessaram a história do movimento psicanalítico, uma articulação entre a teoria psicanalítica e o campo da história. Essa interlocução acontece de modo mais específico no que se refere à experiência individual da análise e as experiências coletivas institucionais, as quais compõem a formação do analista. Temos como referência, ao modo da célula base do grafo do desejo explicitado por Lacan,⁶ um esquema contendo uma linha sincrônica que atravessa uma linha diacrônica, passando por pontos de amarração correspondentes às experiências individual e coletiva. Os acontecimentos históricos da psicanálise constariam à linha diacrônica, porém seriam marcados por pontos sincrônicos historicizados na particularidade das experiências. Em cada ponto estariam incluídas as dimensões do trauma e do luto, categorias conceituais também utilizadas como chave de leitura, ao constituírem essas experiências. Em interposição temos, então, a história de Maud Mannoni e a história da psicanálise.

Essa analogia com o grafo do desejo nos serve como meio de fundamentar metodologicamente a inclusão de uma abertura ao campo da enunciação, em face do trabalho junto ao campo do enunciado. Isso ganha relevância na medida em que configura o cerne da operação analítica e, nesse sentido, de sua pesquisa. Lidamos, nessa perspectiva, com o próprio paradoxo inerente à transmissibilidade da psicanálise, qual seja: a dimensão de possível e impossível suscitada pela lei do significante. Desse modo, nos direcionamos ao reconhecimento enigmático da existência de um dizer, para além de um dito, o que nos leva a um questionamento ético da história do movimento psicanalítico, reportando-nos também à sua lógica histórica.

⁶ O grafo é um esquema construído por Lacan em seus seminários *As formações do inconsciente* e *O desejo e sua interpretação*, em um esforço de introduzir a função simbólica na teoria psicanalítica. Em sua célula-base, a linha que vai da esquerda para a direita demarca a temporalidade no campo da diacronia (a bateria significante) e a que vai da direita para a esquerda mostra que a diacronia se engendra necessariamente a uma sincronia (a função metafórica). Com isso, apresenta-se uma noção de temporalidade na qual a significação está submetida a uma retroação, revelada só depois por conta da característica própria ao significante de não possuir um sentido enquanto tal, dependendo de outro significante que, referido ao significante anterior, produz a significação. O grafo se organiza em três tempos que culminam na formulação das linhas do enunciado e da enunciação, portanto, no lugar do código e suas implicações e no nível da demanda, como também, sua relação com o desejo.

Reputamos oportuno retomar a noção freudiana de temporalidade, assim como aproximá-la da perspectiva dialética da história, sem desprezar as tensões entre esses dois campos, destacando o aspecto no qual passado e presente seriam pensados não como causalidade linear, mas como um percurso no intercurso dos acontecimentos. Na perspectiva histórica que nos servirá de aporte para a leitura dos episódios que compuseram a história do movimento psicanalítico, trata-se de um corte epistemológico entre períodos a serem analisados a partir de seu próprio interior, ou seja, nas idiossincrasias de cada tempo, em que a historicidade não se constituiria em respostas imediatas para explicar o tempo atual a partir dos acontecimentos passados, mas na compreensão das relações entre presente e passado enquanto temporalidades justapostas.

Como define E. P. Thompson (1981), o conhecimento histórico é, por sua natureza, provisório e incompleto (mas nem por isso inverídico), limitado e definido pelas perguntas feitas às evidências (e pelos conceitos que fundamentam essas perguntas) e, portanto, “verdadeiros” apenas no campo assim definido. Ao se referir ao objeto do conhecimento histórico, Thompson defende que supor que um “presente”, por se transformar em “passado”, modifica por isso seus *status* ontológico, é compreender erroneamente tanto o passado como o presente. A realidade palpável de nosso próprio presente (já em passagem) não pode de forma alguma ser mudada, porque está *desde já* tornando-se o passado para a posteridade. Na verdade, a posteridade não pode interrogá-lo da maneira como o fazemos; com efeito, nós, experienciando o momento presente e sendo atores nesse nosso presente, só vamos sobreviver na forma de certas evidências de nossos atos ou pensamentos. O autor delimita, para a lógica histórica, um tipo *distinto* de lógica, adequado a fenômenos que estão sempre em movimento, que mostram – mesmo em um único momento – manifestações contraditórias cujas evidências específicas só podem encontrar definição em contextos particulares e, mais do que isso, cujos termos gerais de análise raramente são constantes e, o mais das vezes, estão em transição, de acordo com os motivos do evento histórico.

Entendemos que tal perspectiva contribui em nossa abordagem por contemplar uma leitura que não define as situações históricas como um puro processo de acontecimentos sucessivos e lineares. Além disso, essa perspectiva compreende que cada época, ou cada praticante, pode fazer novas perguntas às evidências históricas ou trazer à luz novos níveis de evidências. Thompson situa que, “a ‘história’, quando examinada como produto da pesquisa histórica, se modifica, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração” (THOMPSON, 2021, p. 76), o que não implica que os

próprios acontecimentos passados se modifiquem de acordo com cada pesquisador ou que as evidências sejam indeterminadas. Assim, tomamos também esse eixo da lógica histórica para colaborar com nossa incursão nos acontecimentos que circundam os tempos de trabalho de Maud Mannoni e igualmente aqueles aos quais ela alude e aos quais nos reportaremos acerca da história da psicanálise e sua origem.

É relevante situar que a pesquisa em psicanálise se caracteriza por um engajamento, mais especificamente uma retroalimentação, entre teoria e prática, que significa a referência à sua metapsicologia. Como indica Paul-Laurent Assoun, a “metapsicologia é o dispositivo inédito fabricado por Freud para dar forma de racionalidade *ad hoc* a esse imperativo de não esquecer o inconsciente” (ASSOUN, 1983, p. 12). O que está em jogo na metapsicologia é, assim, a formalização conceitual da psicanálise necessariamente vinculada à sua dimensão analítica, portanto, ao legado inconsciente. O autor ratifica, em sua análise epistemológica, que o saber psicanalítico opera no lugar do inacabamento, característica indicada por Freud na medida em que sua obra aparece sempre atravessada pelo termo “provisório”. O inconsciente, ao comportar a dimensão de falta, tem nessa característica a delimitação de outra especificidade epistêmica. Enquanto a ciência tradicional propõe uma separação entre sujeito e objeto, visando à fidedignidade do conhecimento, Freud demonstra que o traço próprio ao seu objeto, a falta, está na própria constituição do sujeito, devendo a teoria deixar-se submeter a essa lei. Isso constitui uma posição de racionalidade com a qual trabalhamos, enquanto direção ética e lógica de pesquisa.

Pura Cancina (2008), por seu turno, aborda a especificidade do método psicanalítico a partir da regra fundamental da psicanálise, a associação livre por parte do analisante e a atenção flutuante por parte do analista, como um procedimento que instaura seu método. Aponta que se trata de uma investigação chamada científica em dois domínios: a busca e a investigação. Haveria, portanto, uma dimensão paradoxal que constitui a proposta do método psicanalítico, que investigaria impondo uma impossibilidade ao próprio investigar, uma vez que se encontra submetido à lógica da atenção flutuante. Com isso, conforma-se uma direção salutar de condução da pesquisa, na medida em que a surpresa é privilegiada em detrimento de uma verdade a ser encontrada e em que o fundamento dialético se estabelece como referencial. Temos, então, um trabalho que envolve em sua formulação um caráter investigativo particular e uma ética na qual é “problematizando, mais que tematizando, que se tem mais chances

de revelar o sentido do evento freudiano na ordem de saber” (ASSOUN, 1983, p. 34), e com a qual buscaremos elaborar e edificar o campo teórico e conceitual da psicanálise.

Convocamos, portanto, um diálogo entre a pesquisa psicanalítica e a pesquisa histórica de modo a construir subsídios de análise e investigação da pesquisa. A presente tese encontra-se, assim, dividida em dois tempos lógicos: no primeiro, articulamos tradição e transmissão; no segundo, instituição e formação. Esses dois eixos, menos se separam entre si do que permitem uma certa ênfase de abordagem aos tempos de trabalho que buscamos empreender para dar inteligibilidade aos caminhos da pesquisa. A imbricação de tais recortes acaba por realizar-se, ao longo de nossos desenvolvimentos, em suas variáveis de acesso à trajetória de vida de Maud Mannoni e sua obra. No primeiro momento, agrupam-se dois capítulos: um inicial, no qual situamos Maud Mannoni no campo de uma tradição, retomando a transmissão a partir de Freud, e nos endereçamos às histórias pessoais de ambos e à condição de estrangeiro que os constitui, matriz da psicanálise e de sua ética; também percorremos, nos tempos exórdios, a história do movimento psicanalítico em seu processo de expansão e institucionalização. No segundo capítulo, abordamos os tempos da escrita de Mannoni a partir dos três eixos de entrada que denominamos: *infância*, *loucura* e *psicanálise*, suas experiências práticas e influências teóricas, além da categoria de trauma – tendo em vista a temporalidade freudiana do *Nachträglichkeit* – destacada em sua obra.

O terceiro e o quarto capítulos, constituintes do segundo tempo da tese, destinam-se a aprofundar a relação entre psicanálise e instituição a partir, primeiro, da experiência de Maud Mannoni na Escola Experimental de Bonneuil, a qual nos possibilita, além de localizar essa psicanalista na história da psicanálise, ampliar o horizonte das discussões acerca das instituições psicanalíticas e do laço entre analistas. No capítulo seguinte, a partir do lugar no qual Mannoni encontrava-se, buscamos analisar os acontecimentos históricos que compreenderam a crise e a dissolução da EFP e os efeitos da morte de Lacan para o movimento psicanalítico, uma vez que sem o mestre a rivalidade fraterna produziu uma rigidez institucional cujas consequências ainda ressoam atualmente. Dirigimo-nos, ademais, à dimensão de luto presente tanto nesses episódios de âmbito coletivo quanto na travessia analítica individual, conformando o eixo de imbricação que delinea a passagem de uma “palavra amordaçada” ao aceder do sujeito do desejo, tendo por base a transferência e suas implicações institucionais.

Como tempo de concluir, explicitamos, em considerações finais, a experiência de Maud Mannoni através de reflexões que circundam o campo da ética psicanalítica, ao

aproximá-la da personagem sofocliana Antígona, admitindo que as duas circunscrevem uma ética que parte da exclusão da conformidade de um bem – presente na tragédia antiga e na experiência analítica – e demonstra a relação do ato de um sujeito diante do desejo que o constitui. Tendo isso em vista, recolhemos na trajetória de Mannoni dois atos os quais reputamos como *passes*, enquanto passagens a analista, que permitem entrever a posição ética de sustentação do seu desejo. Além disso, sua obra teórica e sua prática clínica – intensamente imbricadas – propiciam problematizar as incidências do supereu no laço entre analistas e notabilizam a importância que uma postura de ruptura como a dessa psicanalista demonstra à prática de manter viva a transmissão da psicanálise fora de um registro de imposições dogmáticas e conservadoras.

Acreditamos que a experiência de Mannoni muito tem a contribuir para a psicanálise em nossos dias. Sua história inspira a necessária contraposição – a qual devemos nos empenhar em sustentar nos dias atuais – a expressões fechadas e sectárias no meio psicanalítico. Em tempos nos quais, como bem sabemos e vivemos, a estética fascista e totalitária tão presente socialmente comparece mesmo nos espaços onde a alteridade deveria consistir como uma causa ética, entendemos imprescindível recuperar testemunhos que convoquem uma postura mais civilizatória, mais coletiva e menos proselitista. Porque *uma* psicanálise, ao conduzir ao unário do traço, ao *Um* do sintoma, endereça-nos não ao individualismo neoliberal da unidade, ao espetáculo da sociedade e à fetichização do analista, mas *à* psicanálise, ao laço social e à criação. Como escreveu Fuks a respeito de Mannoni, “seu engajamento apaixonado nessa profissão impossível é um exemplo e incentivo a que os analistas continuem a pagar o preço de fazer falar o inconsciente”, e, ainda, que sendo possível, *a posteriori*, assentir à relevância do ensinamento bíblico sobre o destino humano proferido a Freud por sua mãe, “podemos também ousar afirmar, lendo Mannoni, que mais uma vez coube a uma mulher aproximar as Escrituras à psicanálise. Desta feita, para nos reafirmar que o amor faz suplência à morte” (FUKS *in* MANNONI, 1995, p. 9-10).

Queremos, por fim, situar que o desejo de desenvolver essas questões neste trabalho de doutoramento emergiu de minha aproximação com os livros de Maud Mannoni na graduação e, posteriormente, com a pesquisa no mestrado. Entretanto, como causação, encontra-se, fundamentalmente, a transmissão inconsciente que articula o grau íntimo do convite à palavra, particularmente onde *isso* se conjugou às transmissões que me proporcionaram sustentá-la sob a forma de um *dizer*. Atualizo, assim, no ato da escrita, o ponto de contiguidade sob o qual decanta, de modo singular, o inominável em

cada um de nós. De tamanho valor são também as experiências de escuta daqueles que me confiam suas análises, de formação em psicanálise como membro de uma escola, da supervisão clínica, da atividade de ensino e, sobretudo, de minha análise pessoal. De certa forma, todas estão conjugadas, ora incidindo a intensidade de uma, ora de outra, mas de alguma maneira sempre entrelaçadas, fazendo “nó”. Esta pesquisa se movimenta como possibilidade de operar com os restos que se produzem em cada uma dessas experiências, em seus acessíveis e inacessíveis efeitos.

TRADIÇÃO E TRANSMISSÃO

2 MAUD MANNONI E FREUD: ENTRE TRILHAS E COMEÇOS

O presente capítulo busca explicitar, primeiramente, alguns aspectos da vida de Maud Mannoni e de Sigmund Freud. Nosso intuito consiste em delinear, através das experiências individuais de cada um, marcas comuns que, longe de serem pensadas numa equiparação, permitem alcançar o campo de uma transmissão. Isso nos conduz à interrogação – que de certa maneira percorrerá esta tese – sobre o que faz de alguém um psicanalista. Pergunta que Mannoni tenta responder em alguns de seus livros, por meio de sua própria relação com a psicanálise, e que em Freud entendemos comparecer, por exemplo, na preocupação presente em sua obra acerca dos riscos que a psicanálise correria, sobretudo o de tornar-se uma concepção de mundo. Dos escritos iniciais aos seus últimos textos, a proposta freudiana parece sustentar o receio de um fechamento, seja conceitual ou político.

Pensamos então que, tanto em um quanto no outro, as posturas e posições de enfrentamento que compuseram suas trajetórias com a psicanálise não podem ser pensadas apartadas de suas experiências pessoais. Reputamos que as histórias individuais, no que preservam o que há de mais íntimo e singular, devem ser consideradas no laço com a tradição simbólica que constitui cada um e que se exprime na imbricação entre o particular e o coletivo, ou ainda, entre o sujeito e o Outro. Com isso, podemos alcançar elementos que se desvelam no interior das narrativas e dos acontecimentos históricos, os quais permitem demarcar pontos de contiguidade e de impulsão.

Procuramos situar Maud Mannoni na tradição psicanalítica a partir de elementos que consideramos cruciais em sua trajetória. Isso significa delimitar o campo de uma transmissão, no interior da tradição, em seu caráter ao mesmo tempo de conservação e ultrapassamento. Para isso, traçamos essa investigação circunscrevendo dois níveis de alcance: o da história da psicanálise em seu processo de expansão e institucionalização; e a posição analítica e política de Mannoni, por meio da interpretação de nossa autora sobre os acontecimentos por ela destacados na história da psicanálise e do lugar de Freud diante de seus discípulos e da teoria. Considerações a partir das quais podemos explorar o campo relativo à formação do psicanalista e à experiência analítica.

Uma pequena digressão, porém, faz-se pertinente aos meandros de nossa discussão e diz respeito à noção de tradição. O escritor e crítico literário Raymond

Williams, em *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, situa que *tradition*, em seu sentido moderno mais geral, é uma palavra particularmente difícil. Advinda da *tradere* latina, tinha os sentidos de entrega, transmissão de conhecimento, legado de uma doutrina, rendição ou traição, confirmando-se, no entanto, seu principal desenvolvimento nos dois primeiros significados. Na palavra tradição, portanto, sobreviveu a ideia de um processo geral de transmissão, mas houve, esclarece Williams, “um sentido implícito muito forte e amiúde predominante de respeito e obediência” (WILLIAMS, 2007, p. 400). O autor elucida que ao se examinar os processos detalhados das tradições no plural, diferentemente do “plural singular” que também consta em valores e padrões, é possível perceber que apenas algumas dessas tradições são designadas ao respeito e à obediência, mostrando a dificuldade da tradição em um uso abstrato, exortativo ou, como ocorre por vezes, ratificador.

Isso se deve à constatação de que seriam necessárias somente duas gerações para tornar algo tradicional, sendo este um sentido de tradição como processo ativo. Williams finaliza explicitando, todavia, que a palavra tradição teria a tendência de deslocar-se em direção a antigo e cerimônia, obediência e respeito, “se considerarmos apenas quanto nos foi transmitido, e até que ponto é realmente diverso, isso é, à sua própria maneira, tanto uma traição como uma rendição” (WILLIAMS, 2007, p. 400). O que inclui uma certa dimensão de corte, ruptura e não conservação na própria tradição, na medida em que somente seria possível sua demarcação, ao passo da cesura instaurada por novas formas. Por outro lado, mais especificamente no interior das formas da “teoria da modernização”, tradição e tradicional seriam hoje utilizados de modo depreciativo, sem especificidade. Assim, o tradicionalismo “parece especializar-se como uma descrição de hábitos e crenças inapropriados para praticamente qualquer inovação” (WILLIAMS, 2007, p. 401), produzindo, com isso, aprisionamentos doutrinários.

Tais desenvolvimentos assinalam a necessária atenção à noção de tradição a partir de uma perspectiva mais dialética, pois evidenciam o campo de uma oposição que constitui seu sentido. Este, como referido, comporta transmissão, passagem, corte e, ao mesmo tempo, o enraizamento da obediência que preservaria sua manutenção na forma de uma doutrina fechada, dogmática. Na obra *Marxismo e literatura*, Williams problematiza que a tradição é constituída no domínio de um poder hegemônico, sendo

assim denominada enquanto tradição seletiva.⁷ Essa ideia mostra as relações de eleição àquilo que será sustentado perante uma recepção – como indicado pelo autor em seu vocabulário quanto ao sentido de entrega e transmissão – que terá função de acolher o que se encontra de passagem, sendo a possibilidade de acesso do transmitido constituída, então, na obediência. Entretanto, a transformação desse acatamento numa doutrina que se fecha obstruiria o movimento, tornando a tradição obstáculo à transmissão, ou ainda, convertendo a transmissão numa reprodução cega à serviço de um poder dominante.

Temos, diante disso, uma dimensão de paradoxo, pois o que possibilita a passagem é, por sua vez, também o que pode produzir a interrupção de seu fluxo. O caráter de obediência e manutenção doutrinária não escaparia à tradição psicanalítica, sustentada, por vezes, ao longo da história de seu movimento, na rigidez das burocracias institucionais, reduzindo, em muitos momentos, sua transmissão à conservação de ideais imaginários e despojadores da articulação do sujeito com seu desejo. Nesses casos, os analistas estão sujeitos a um mimetismo aviltante, incompatível com a proposta radical (da raiz) subversiva da psicanálise. Reportando-nos à ideia de passagem, de transmissão na experiência analítica, que inclui além do trajeto de uma análise seus efeitos na cultura e os laços institucionais – os quais dizem respeito também à formalização de seus fundamentos –, não podemos deixar de sopesar as ambições dominantes que produziram e ainda produzem um recrudescimento da psicanálise.

Tendo em vista a proximidade etimológica entre tradição e tradução, outra referência oportuna à discussão pretendida nessa tese, é aquela elucidada por Walter Benjamin, filósofo e crítico literário. Sua concepção de tradução, que parece comportar um intraduzível no interior do transmissível, assim como um traduzível referente a uma dimensão de intransmissível, é igualmente de significativa contribuição. Na página inicial do texto “A tarefa do tradutor”, cujo título original é *Die Aufgabe des Übersetzers*, uma nota de rodapé da editora esclarece que o verbo do qual provém o substantivo *Aufgabe* significa “entregar”, no duplo sentido do termo: “dar” (*geben*) algo a alguém para que cuide disso, exemplificando para esse uso a entrega de uma carta, mas cabendo a significação igualmente de dar algo a alguém, abrindo mão da posse do objeto, por exemplo, na entrega de uma cidade ao inimigo. A segunda acepção vai ser, no entanto, indicada como sendo mais forte no uso intransitivo do verbo: *ich gebe auf*, “renuncio”,

⁷ Salientamos que essa relação entre o poder hegemônico e a tradição seletiva implica, antes, a ideia de que o próprio conceito de tradição está sob a condição de uma construção da cultura, ou seja, assim como qualquer conceito, na medida em que é denominado passa, retroativamente, a operar uma demarcação.

“desisto”, “me entrego”. Essa ambivalência estaria presente no substantivo *Aufgabe*, entendido como “proposta”, “tarefa”, “problema a ser resolvido”, porém no qual ressoam ainda as ideias de “renúncia” e “desistência” (BENJAMIN, 2013, p. 101).

Nesse sentido, tradução e tradição se aproximam no tocante a transmissão, entrega e, ao mesmo tempo, em suas condições contrárias, que implicam nas suas tarefas a renúncia ou a conservação. Benjamin, no escrito mencionado, ao deslindar os aspectos concernentes à operação de traduzir uma obra, elucida a existência do núcleo original de um texto enquanto aquilo que numa tradução não poderá, por sua vez, ser traduzível, apontando a dimensão de fratura impeditiva a qualquer transposição de um teor da língua, uma vez que este estabelece com a língua uma relação que se distingue no original e na tradução. Benjamin chama atenção para o fato de cada tradução de uma obra constituir-se em íntima relação com o período da história da língua, sendo, dessa maneira, sua representante. Diante da tarefa do tradutor, esclarece, por conseguinte, que esta residiria no fato de “encontrar na língua para qual se traduz a intenção a partir da qual o eco do original é nela despertado” (BENJAMIN, 2013, p. 112). Escreve, ademais, que a tradução convoca o original “para que adentre aquele único lugar, no qual, a cada vez, o eco é capaz de reproduzir na própria língua a ressonância de uma obra da língua estrangeira” (BENJAMIN, 2013, p. 112).

Benjamin desenvolve que o sentido não se esgotaria no visado, mas que obteria essa significação pela maneira como o visado estaria ligado, em cada palavra específica, ao modo de visar. O modo de visar, portanto, ganha destaque em detrimento do propriamente visado, sendo essa torção, que parece consistir no campo de um relançamento (fazendo lembrar o movimento pulsional), uma noção muito significativa. Retomando os elementos com os quais Benjamin inicia esse texto, destacamos sua formulação acerca do nocivo conceito de um receptor “ideal” em qualquer indagação de cunho estético, assim como no campo da tradução, delineando, com isso, que “a tradução é uma forma” (BENJAMIN, 2013, p. 102).

Tencionamos, assim, que essa ideia de uma forma presente no traduzir e que ultrapassa o comunicável, mas por outro lado não se desfaz da possibilidade de comunicar, coaduna-se ao que numa tradição parece ser transposto e ao mesmo tempo conservado, através também de uma forma. Tais proposições nos alertam acerca de um cuidado crucial à abordagem da noção de tradição no campo psicanalítico, para que não caiamos na ilusão de uma “tradução literal” pretendida num alcance do “verdadeiro” ou “original” do texto freudiano, expressa às vezes por meio de doutrinas dogmáticas e

enrijecidas, reivindicadas e sustentadas, como apontamos, em nome de uma tradição e que implicam consequências nocivas à psicanálise e sua transmissão.

Outro aspecto relevante abrange o próprio entendimento do que seria o trabalho do psicanalista quando tomado sob o prisma da “tradução direta” e que resultaria numa condução do tratamento a qual privilegia o sentido em detrimento da decantação. Com isso, a interpretação seria reduzida ao desvelamento de um significado oculto, subsumindo a dimensão de clivagem relativa à estrutura da linguagem e a existência do inconsciente. A mensagem freudiana estaria, dessa maneira, refém de uma literalidade contrária à sua proposta subversiva e inovadora acerca do indivíduo e da cultura. Direcionamo-nos, então, às experiências de Mannoni e Freud buscando, na trilha deixada por ambos, as marcas de um movimento histórico aberto constantemente ao relançamento e à revisitação.

Destinamo-nos a escutar, ao longo da presente tese, os campos de demarcação da tradição psicanalítica e sua transmissão no percurso de Maud Mannoni, a partir de aspectos que comparecem em sua vida e em sua obra, os quais possibilitam aceder, em face do particular, ao coletivo.

2.1 Maud Mannoni: rupturas e a marca de uma *marginalidade*

Entre acidentes e acontecimentos, três situações descritas na autobiografia *O que falta à verdade para ser dita* foram decisivas na história de Maud Mannoni. Essas experiências, nas quais a solidão e a morte parecem ter comparecido como elementos de ligação, seriam então inseparáveis de seus trabalhos e livros, assim como do seu interesse pelo retardamento e a psicose. A separação de Aya, ama de leite que cuidou de Mannoni em seus primeiros seis anos na Índia, constitui o primeiro desses episódios – seguido de uma sucessão de rupturas vivenciadas no período da infância e que entendemos oportuno perfazer. Sobre a situação referida, descreve que foi “sentida como um abandono, ainda mais atemorizante porque nenhuma palavra o acompanha. Nessa dor que se abate sobre mim, não chego mais a reconhecer *quem eu sou, onde eu vou*. Não sei o que me acontece” (MANNONI, 1990, p. 13).

Durante esses anos iniciais, Mannoni foi criada na propriedade de seus pais por um casal de cingaleses, Aya e um carregador hindu com os quais passava a maior parte do tempo. Sua educação aconteceu na língua inglesa, mas as histórias que embalaram sua infância eram narradas na língua nativa. A autora descreve que, embora europeia,

continha o sentimento de pertencer ao pequeno círculo indígena com o qual convivia e, também, em que “a vida se confunde com as lendas de um país onde me ensinam a falar com as cobras e os corvos e não a maltratá-los. Mas a morte também está presente, ali onde os cadáveres são expostos aos abutres” (MANNONI, 1990, p. 12).

É interessante escutar, sobre o lugar no qual vivia, uma descrição que muito assemelha-se ao que seria anos mais tarde, em sua vida adulta, o espaço que chamaria de um “lugar de vida” ou um “lugar para viver”.⁸ Conta que a casa na qual morava quando pequena

[...] avança para o mar e fica num parque imenso. Uma ala é reservada às crianças, para quem o fato de viver implica uma espécie de invenção permanente, sob forma de objetos a criar, jogos, explorações de todo tipo. Aliás, eu aprendo a nadar antes de saber andar. Da mesma maneira é pela brincadeira que descobrimos um mundo em que parece possível parar o tempo. (MANNONI, 1990, p. 13)

Embarcada com a irmã três anos mais nova, Mannoni retorna com seis anos à Bélgica, país em que tinha nascido, sendo acolhida por seus avós maternos em Courtrai. Seu pai, um cônsul-geral dos Países Baixos em Colombo, apesar de ter se instalado no Ceilão durante quinze anos, é convocado a ir à Holanda, dando-se, com isso, a partida da família para Europa.

Mannoni relata ser novamente embalada com histórias nas quais a morte ocupa um grande lugar, agora contadas por seu avô, diretor de uma fábrica de linho que, tomado por uma preocupação com o que lhe aconteceria depois que morresse, falava à neta sobre seu fim próximo e sua vida cheia de crianças e mortos. Além disso, “quase sempre ele passeia sozinho com o jornal na mão. Eu me torno sua confidente”. Descreve, em seguida, que “foi junto desse avô que pude recuperar em três meses a segurança perdida com a nossa partida definitiva das Índias” (MANNONI, 1990, p. 14). Daí em diante, começa a aprender o francês, perdendo o uso das palavras de sua língua materna, o inglês e igualmente o hindu. Os tios maternos tiveram, juntamente com o avô, uma participação fundamental nesse período de separação, sendo as brincadeiras partilhadas com esses tios

⁸ Referimo-nos aqui à Escola Experimental de Bonneuil Sur-Marne, criada por Maud Mannoni em 1969. Essa instituição ficou bastante conhecida na França e em outros lugares do mundo e se constituiu como uma experiência que seria, para Mannoni, a marca de seu desejo. Desenvolveremos mais detalhadamente em que consistiu esse espaço, suas implicações e consequências políticas à psicanálise, no terceiro capítulo da tese.

e a personalidade do avô o que a permitiria fazer uma travessia do “vivido”, operando uma espécie de “anestesia afetiva”.

No entanto, quando os pais de Maud retornam, uma nova partida a endereça à Amsterdã, sendo recebida por uma governanta holandesa. Tendo, então, em três meses, desaprendido o inglês e aprendido o francês, precisou, “sem perda de tempo”, aprender a ler o holandês. Continuará, porém, a contar com o apoio do avô que a receberia sozinha, durante dois anos, no período das curtas férias escolares. “Quando morre, eles escondem de mim, mas compreendo que um drama aconteceu. Só bem mais tarde encontraria a Bélgica, a de minha família materna” (MANNONI, 1990, p. 15).

Mannoni retrata a grande solidão na qual viveu em Amsterdã, onde morou dos seis aos onze anos. Hostil ao pai, a quem reprovava por ter retornado à Europa, era chamada de “moda de Paris” pelas crianças de seu círculo, alvo de gozações e vexames, pagando caro “por não fazer parte de seu meio pequeno-burguês” (MANNONI, 1990, p. 15). Sem contato com a família paterna, cujo pai havia rompido relações, esteve cercada por um ambiente que “acabou por matar as palavras vivas”, desaprendendo a falar. “As palavras não têm mais sentido. O que eu tenho a dizer não atravessa as fronteiras, e eu me sinto como que ‘despojada’ de um bem vital, à espera de uma partida...” (MANNONI, 1990, p. 16). Era, embora holandesa, designada como “estrangeira”, porque não falava a língua dos Países Baixos, vivendo “em um mundo ‘à parte’, frequentando crianças saídas dos meios menos privilegiados” (MANNONI, 1990, p. 25).

Morando na Antuérpia, Mannoni e sua irmã foram admitidas nas Damas de Sião, acolhidas por Madre Roberte, que ficaria intrigada com a menina que passou pelas Índias e que tinha uma doença relacionada às línguas. Recobra, acerca da Madre, que “o que me cativava é sua maneira de contar histórias alternando o pavor com alentos de alegria. Ela me permite vivenciar uma língua pela via do maravilhoso e me autoriza, de maneira um pouco subversiva, a sonhar o futuro” (MANNONI, 1990, p. 16). Relata, ainda, que na sua condição de aluna “medíocre”, paralisada pelo “esfacelamento das línguas”, não possuía, nesse momento, nenhum interesse escolar a não ser pelas histórias contadas.

A última ruptura desse período narrado por Maud Mannoni envolve a decisão materna de colocar as filhas como externas em um colégio particular leigo, composto por professores belgas de língua francesa. Apesar disso, consegue preservar o laço com Madre Roberte através de uma “amiga singular”, pintora, arqueóloga, filha de mãe solteira, também leitora do latim e do grego, para quem “a vida não pode ser concebida [...] sem estudos superiores... e de uma fuga para fora do meio burguês provinciano

sentido como intelectualmente medíocre” (MANNONI, 1990, p. 17). Nossa autora, movida pelo desejo de deixar a cidade “provinciana” na qual vivia, embora inserida em um contexto cujo destino predominante de uma mulher era o matrimônio, por possuir poucas predicações para o casamento, recebe ao final dos estudos a autorização de sua mãe para migrar a Bruxelas, podendo, com isso, ingressar na universidade. Esse conjunto de acontecimentos da infância à juventude – tendo na separação de Aya sua expressão emblemática – compõe, assim, o primeiro dos três grandes momentos demarcados como decisivos por Mannoni em sua história.

A segunda situação então descrita como determinante diz respeito ao rompimento, quando adulta, de um “amor-paixão” que resultou em sua ida para a França. Nomeada analista membro da Sociedade Belga de Psicanálise em 1948, Mannoni deixou Bruxelas com a intenção de cursar um doutorado na Universidade de Columbia em Nova Iorque. Entretanto, “o destino decide diferentemente. Ficarei em Paris, e o hospital Trousseau (com F. Dolto)⁹ se tornará para mim um lugar de formação” (MANNONI, 1990, p. 18). Sobre o referido amor-paixão, “suporte de todos estes anos de guerra”, descreve que este a “fez reatar com a possibilidade de uma criatividade não completamente extinta”.

Em face do período torpe e lutuoso da guerra, relembra sua experiência ainda em Bruxelas, junto a um serviço situado no subúrbio operário da Antuérpia, do qual as estruturas permitiam inovações, apesar do contexto político. Esse local acolhia os adolescentes débeis e psicóticos “que ninguém deseja”, os quais não eram aceitos nos estabelecimentos especializados existentes. Acerca do trabalho realizado, relata ter tido ali

[...] a chance de gozar de uma liberdade de ação admirável para a época. Passamos dias inteiros fora, nos terrenos baldios, com os desempregados do bairro, e montamos uma trupe de teatro ambulante. Cortados do patoá flamengo que falam em casa, essas crianças não servem nem da língua da escola, nem da dos professores. Privilegiando o patoá, eu lhes possibilito uma volta à violência da língua da infância, através de uma empresa de destruição das convenções e superstições daquilo que do patoá ficou ligado à língua dos professores: mas ignoro nessa época a que ponto colocar a questão do teatro é pôr em jogo a da linguagem. Trata-se, com efeito, para essas crianças, não de reencontrar uma língua mas de despertar uma necessidade de fala, dessa falta antes das palavras de que fala Artaud.¹⁰ (MANNONI, 1990, p. 18)

⁹ Françoise Dolto, psicanalista de grande influência na França. Foi determinante na vida profissional e pessoal de Mannoni, com quem manteve uma amizade estreita por toda a vida.

¹⁰ Antonin Artaud (1896-1948) poeta, ator, escritor, dramaturgo, roteirista e diretor de teatro francês de aspirações anarquistas, ligado fortemente ao surrealismo. Essa referência já sinaliza a articulação mais

Essa experiência, encerrada após um bombardeio, remete aos tantos trabalhos posteriores de Mannoni em torno da debilidade e da psicose, assim como à sua postura combativa diante dos absurdos dos regimes asilares, seu enfrentamento na comunidade analítica para sustentar o lugar da psicanálise com crianças, sem deixar de lado, ainda, a semelhança que guarda com a lógica das atividades que permeariam a Escola Experimental de Bonneuil. Em seu livro *O sintoma e o saber*, tese de doutoramento defendida em 1983 em Paris, relata sua história de luta, investigações e inovação como uma “luta que não deixa de evocar a situação de marginalidade que conheci em Bruxelas durante os anos da guerra” (MANNONI, 2001, p. 13, tradução nossa). São elementos diversos de sua história que escutamos, aos poucos, comunicarem-se.

O terceiro episódio decisivo, correspondeu ao modo como Mannoni seria “marcada e formada” por seus dois primeiros analisandos. Um deles, sobrevivente de um campo de concentração, comete suicídio, “sua morte pondo um fim ao estado extremo de desumanização em que esteve mergulhado durante quatro anos”. O outro, uma criança débil para a qual se procurava um asilo, exprime igualmente a defrontação com a morte e o suicídio. Emaranhada numa trama que se tornou manchete de jornal e que culminou na morte do pai policial assassino, essa criança desejou muitos suicídios fracassados, acabando sua mãe por se matar, marca sobre a qual “a vida, nessa família, se paga sempre ao preço da morte de alguém” (MANNONI, 1990, p. 20). Mannoni contestou, nessa ocasião, a postura dos analistas da época, que excluía do campo de sua competência o problema do retardamento, destacando, ademais, que passou a dar grande importância à escuta do drama familiar que ultrapassa o sintoma-criança.

Sua primeira formação analítica, é necessário explicitar, aconteceria na Bélgica durante a “época heroica dos anos 40”, período de resistência e confrontação à nazificação da psicanálise na Alemanha, cujo obscurantismo recaía sobre a Europa, em um contexto que descreve também como “fora da norma“. Nesse período, a psicanálise em Bruxelas era “um objeto de curiosidade que só interessa a alguns poucos excêntricos e que não faz sua entrada ‘oficial’ no mundo da medicina” (MANNONI, 1990, p. 21). Apesar disso, esse “grupo marginal” havia conseguido integrar, em 1946, a Associação Internacional de Psicanálise (IPA). Seus analistas didáticos não tinham experiência hospitalar, entretanto, essa falta de prática seria compensada “por uma invenção e uma curiosidade

aprofundada que traçaremos a respeito da influência das experiências educacionais de *Comuna* na fundação da Escola Experimental de Bonneuil, permitindo-nos apontar o caráter que entendemos libertário presente nas proposições de Maud Mannoni.

intelectual bastante raras nessa época e nesse meio” (MANNONI, 1990, p. 21) no qual nossa autora realiza sua análise didática com Maurice Dugautiez, fundador da Associação de Psicanalistas da Bélgica (futura Sociedade Belga de Psicanalistas). Esse grupo chegaria a criar, inclusive, dentro de suas possibilidades, uma revista “viva” e “crítica” que findaria com a morte prematura de seus fundadores.

Maud Mannoni relata que Jacques Lacan, por conta de seu próprio passado surrealista e não convencional, interessou-se por esse grupo porque “o que ele questionava é o aspecto ‘formador’ de uma ausência de formação” (MANNONI, 1990, p. 22). Com efeito, seria para essa psicanalista “a experiência belga dos ‘anos loucos’ a mais formadora” (MANNONI, 1990, p. 22). No entanto, mais tarde, com a morte dos pioneiros da psicanálise na Bélgica, os médicos “passaram à ação” colocando fim às inovações e à revista com a qual Lacan havia dialogado muitas vezes. Reinaria, assim, uma “ordem analítica” sobre a qual Mannoni contrapunha, ante a *desordem* e humildade de seus mestres, o orto da “formação” original que havia recebido.

As rupturas nomeadas e descritas pela autora acerca de sua infância, como também aquelas em que, quando adulta, emergiram por meio de mortes e separações, parecem configurar uma certa marca que escutamos presente de maneira muito expressiva em sua obra e seu percurso, tanto em relação às posições conceituais e políticas, quanto à sua prática clínica e institucional – e que estão fortemente imbricadas. É possível apreender, numa perspectiva de conjunto sobre seus escritos, através da posição de ruptura que demarcou, o que seria, como denomina Alain Didier-Weill (*in* DIDIER-WEILL; SAFOUAN, 2009), ao se referir ao trabalho do historiador, o traço específico que constitui a originalidade de uma obra e que entendemos manifestar-se nas insígnias de cada autor. A presença insistente de rupturas sustentadas por Mannoni nos diversos tempos da sua trajetória são inferidas sob três modos de aparição: 1) diante das concepções pedagogizantes da psicanálise com crianças; 2) em face das estruturas institucionais de encarceramento dos loucos; 3) em relação às vertentes de formação do analista existentes em sua época. Em todas essas situações podemos observar sua contestação em relação à repetição de um lugar de objeto no qual o sujeito fica aprisionado em nome dos serviços de cuidado e ensino, estrutura fortemente criticada por Mannoni (ESCUDEIRO, 2013).

A vertente traumática que supomos existir no interior de uma experiência de ruptura, uma vez que nesta instaura-se um corte e, diante disso, uma perda, convoca a operação de um luto a ser pensado tanto no campo das experiências individuais quanto

coletivas. Nas experiências testemunhadas por Mannoni, assim como em suas posturas de enfrentamento, podemos atentar a essas imagens que se comunicam justamente por haver elementos que insistem, enquanto insígnias, por meio de um encadeamento audível através de pontos de retomadas. As lembranças evocadas pela psicanalista em sua autobiografia, assim como seus trabalhos que são também, embora não necessariamente concomitantes, os do tempo da escrita de seus textos, colocam em jogo – em operações particulares que perfazeremos – um campo de transmissão erigido no ato de escrita de Maud Mannoni.

Quando a escrita vem, mais tardia como situa a autora, seu tempo é indicado como posterior ao das ações “práticas” e aparenta repor um anterior, ou melhor, conjugar um anterior das marcas vividas nas suas formulações. Entendemos, com isso, constituir-se no ato da escrita, o qual retrata dever a seu analista Jacques Lacan sua chance de operação, uma passagem que transpõe a posição individual para aquela relativa à cultura, diante de um compromisso com a transmissão da psicanálise. Falaria, sobre sua análise, que “Lacan foi quem deu os elementos para pôr em palavras esta classe de intuições às vezes intransmissíveis” (MANNONI, 2001, p. 16, tradução nossa), o que a possibilitará

[...] articular uma experiência tateante: sem ele, nunca teria encontrado as palavras para dar testemunho. É a inabilidade que ele valoriza, permitindo-nos um questionamento fora de qualquer espaço de aparências. A palavra reinventada na cura se religa àquela que havia sido perdida, aquelas deixadas mortas atrás de mim. (MANNONI, 1990, p. 38)

O encontro entre Mannoni e Lacan parece ter acontecido de uma *afinidade eletiva* à qual, nas palavras de Goethe, mencionadas por Benjamin (2009), “a esperança passou como uma estrela que caiu do céu”, ao mesmo tempo que “a derradeira esperança jamais o é àquele que a acalenta, mas sim apenas àqueles outros para os quais ela é acalentada”, e, ainda, onde diante do fundamento mais íntimo para “a postura do narrador”, somente a este “o sentimento de esperança pode cumprir o sentido dos acontecimentos” (BENJAMIN, 2009, p. 119). Nessa referência ao texto de Benjamin, “As afinidades eletivas de Goethe”, reconhecemos, mais por alusão do que por equiparação, carregar à aproximação entre esses dois psicanalistas um “fio” comum de esperança, em que se encontraria, para além de um sentido positivo, uma dimensão trágica e também ética.¹¹

¹¹ Aqui corroboramos com Vorsatz (2013) sobre a legitimidade em atribuir um estatuto trágico à ética da psicanálise, sob o entendimento do ato trágico como *ex nihilo*, e de na cena trágica, assim como na Outra

Estabeleceram, outrossim, “uma amizade baseada numa paixão comum: os pacientes” (MANNONI, 1990, p. 38).

Uma particularidade inusitada constituiu o início dessa experiência, através de um convite de Lacan para que Mannoni fizesse análise com ele. Esse pedido se daria, por um lado, a partir das diferentes comunicações de Mannoni acerca da criança com retardo e sua mãe, e por outro, por um acontecimento no ano de 1963, no qual fez uma intervenção numa assembleia interna da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP) em defesa de Lacan e Dolto. Após essa assembleia, ocorreu a exclusão de ambos da lista de membros da SFP, a qual resultou, no ano seguinte, na fundação da Escola Freudiana de Psicanálise.¹² Merecem ser destacados alguns trechos da gravação transcrita nos anexos da autobiografia de Mannoni acerca dessa intervenção:

Inaugura-se o começo de uma era de inimizades. Contratos foram empreendidos na sombra, o fim confessado sendo o reconhecimento de nossa Sociedade por uma instância internacional, reconhecimento do qual alguns analistas tinham necessidade para se sentirem confirmados em seu papel de analistas. Pede-se a eles em contrapartida para renegar aqueles que os tinham formado e permitir que sejam excluídas, como por acaso, as duas figuras mais representativas de nossa sociedade. Pode-se mesmo, a esse propósito, colocar a questão de saber se não é a demolição da Sociedade Francesa que era exigida em troca de vantagens pessoais. [...] Para além da personalidade de Dolto ou de Lacan é à atividade de um grupo bem numeroso orientado para a pesquisa que se visa. É a própria originalidade dessa pesquisa que eles se esforçam para deter. [...] Mas os desejos de morte que planam nessa assembleia estão materializados na evicção de pessoas. Entretanto a história está aí para nos mostrar o perigo de atacar pela perspectiva das idéias. [...] Elimina-se o sargento recrutador Lacan. Reconhece-se que o sargento nos deu como soma de trabalho o que nenhum outro mestre nos deu. Nem todos os discípulos têm a memória curta; alguns têm a honestidade de reconhecer em seus trabalhos a parte que eles lhe devem. (MANNONI, 1990, p. 145-148)

Ao saber desse episódio, Lacan telefonou para Mannoni às três horas da manhã para lhe agradecer, tendo sido por um amigo em comum informado do acontecido. Emocionado, promete-lhe todos os seus seminários “por toda a vida...” (MANNONI, 1990, p. 114).

cena inconsciente, as contradições coexistirem sem se anularem reciprocamente. Ponto que entendemos em comum entre Mannoni e Lacan.

¹² Abordaremos essa cisão da Sociedade Francesa de Psicanálise, assim como a fundação da Escola Freudiana de Paris e seu desfecho, no quarto capítulo da tese.

Os livros de Maud Mannoni seriam, então, desenvolvidos no fervor de uma época na qual os destinos políticos da psicanálise estiveram determinados pela reviravolta expressiva que o retorno a Freud promovido por Lacan causaria na história da psicanálise. Caracterizado por debates e polêmicas travadas no interior do movimento lacaniano, esses diálogos contemplariam, ao passo do tempo, os caminhos desse movimento no qual Mannoni esteve inserida atravessando cisões e as repercussões posteriores à dissolução da Escola Freudiana de Paris e à morte de Lacan.

Em seus escritos, Mannoni reportou-se sensivelmente, ainda, às atividades artísticas, aproximando-se da produção de escritores, músicos, diretores de cinema e teatro, bem como às situações sociais, por exemplo, a dos sobreviventes do genocídio e a do intrépido enfrentamento das “Loucas da Praça de Maio”.¹³ Outro aspecto fundamental de sua obra reside na integração constante de experiências clínicas e institucionais, através de relatos de casos e discussões acerca das problemáticas enfrentadas nos espaços coletivos nos quais esteve inserida. Em virtude de sua corajosa militância clínica aliada à proposta inovadora que foi a criação da Escola Experimental de Bonneuil, Elisabeth Roudinesco (1988) retrata que

[...] essa flamenga de sobrenome corso se pretende ao mesmo tempo, leninista sem Lenin, chinesa sem Mao Tsé-tung e feminista sem o movimento das mulheres. Do alto de seu orgulhoso rosto alvo, encimado por uma vasta cabeleira castanha, ela sabe, com sua voz cantante, dirigir seu mundo de maneira eficaz. Tem jeito para o negócio, como se costuma dizer: uma combinação de sufragista ordeira com partidária vitoriosa da Comuna de Paris. (ROUDINESCO, 1988, p. 532)

Patrick Vanier, em uma entrevista com Maud Mannoni, discorre sobre a noção que entendemos aproximada à descrita por Roudinesco, no sentido de uma marca de estrangeiridade presente nessa psicanalista:

Já em 1967, sempre lendo-a, temos a impressão de que Lacan a apoiou, incitando-a ficar tal como era, sem ser o mestre que busca modelar o aluno. Temos a impressão de que foi graças a isso que você pôde desempenhar o papel de provocadora ou da estrangeira que chega para perturbar o jogo. Penso, em particular, em suas intervenções em instituições psiquiátricas como Ville-Evrard ou Thiais... (VANIER *in* DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 167).

¹³ Retomaremos mais adiante esse episódio ocorrido na ditadura argentina.

O lugar de estrangeira é nomeado em sua autobiografia, tanto em episódios da infância – diante da experiência difícil que teve com os colegas quando criança –, quanto na vida adulta, por exemplo, ao relatar sobre sua estadia em Paris, onde a “família Dolto vai adotar a ‘estrangeira’ que sou” (MANNONI, 1990, p. 25). Particularmente, a aproximação com os Dolto tivera um lugar bastante expressivo na história de Maud e culminaria em seu encontro com Octave Mannoni,¹⁴ com quem não apenas se casaria e teria um filho, mas manteria uma parceria intelectual durante toda a vida. Podemos acompanhar a significativa ascendência pessoal de Françoise Dolto no seguinte relato de Maud Mannoni:

Fico devendo meu casamento com Octave a Françoise Dolto. Antes, ela liquida de maneira rápida minha ligação com minha mãe (cuja escrita assinala para ela o indício de uma debilidade mental indubitável), e com meu pai (o fato de querer manter o nome de solteira era segundo ela incompatível com o casamento). É preciso me resolver logo a tornar-me corsa e identificar-me com um nome julgado de prestígio por Françoise. Suas opiniões sobre a família, conservadoras, implicam que “as pessoas se casam para ter filhos”: eu lhe dou, então, via Octave, uma criança, mas não lhe poderia dar três. (MANNONI, 1990, p. 26)

Mannoni conta que após sua chegada a Paris, passava seus dias alojada em um anexo do Liceu de Sèvres reservado aos professores estrangeiros, do qual dizia: “sintome ali maravilhosamente be”. Transitava cotidianamente entre o Hospital Trousseau, o centro médico-pedagógico do Liceu Claude-Bernard e a casa de Françoise e Boris Dolto, onde almoçava com frequência e fazia “companhia às crianças” para as quais contava histórias, não deixando de lembrar “a acolhida calorosa de Boris e a generosidade de Françoise. Minha descoberta de Paris do pós-guerra é através da presença deste russo apaixonado pela França que eu a faço” (MANNONI, 1990, p. 26). Acerca do trabalho de Françoise Dolto, afirmaria que

[...] ser introduzido no ar de intimidade que Dolto consegue criar entre o paciente, sua família e ela própria é participar de uma *capacidade de criação* que é restituída ao paciente graças às palavras do analista. [...] A análise conduzida por Françoise Dolto deixa assim aberta a relação com o imprevisto, com a dimensão do jogo, do paradoxo e do humor. [...] O que a guia é sua interrogação diante do desejo: nisso ela se distingue de uma certa psicanálise centrada na adaptação e na manipulação dos valores de um sujeito. Lembra também que o

¹⁴ Professor de filosofia, psicanalista, escritor da revista *Temps Modernes* e “conferencista”, assim como Sartre, da praça Saint-Germain-des-Prés n. 4.

psicanalista não possui as chaves de um enigma e que se trata menos para ele de traduzir os símbolos do que de estar atento ao que Ferenczi chamava contexto (é o que corresponde ao que chamarei, em 1967, o discurso coletivo assumido pelos pais da criança). (MANNONI, 1990, p. 31)

Em contrapartida, Mannoni assevera que, como educadora, sente Dolto em um perigo no nível dos efeitos de uma psicanálise “selvagem”, embora, como analista, dedique a ela sua entrada na análise e lhe credite o desarranjo das certezas quanto à debilidade mental e o retardamento. No último capítulo de seu livro *De um impossível a outro*, num contexto que define, pelas dificuldades de uma prática, a impotência dos analistas perante a psicose e os problemas específicos advindos da psicanálise de crianças – fatores que a levaram a um retorno à clínica –, prestaria homenagem a Françoise Dolto pelos “quarenta anos de uma palavra”, abordando “os aspectos de uma longa tradição oral transmitida por ela” (MANNONI, 1986b, p. 129).

Outra forte influência seria a parceria com Donald Winnicott, pediatra e psicanalista inglês com quem preservou um contínuo diálogo, além de encontros nos quais era recebida, segundo diz, “ao ritmo de meus deslocamentos até Londres” (MANNONI, 1990, p. 44). Ela ainda afirma: “o que me interessou de Winnicott (a quem tive a sorte de conhecer) foi o seu conhecimento de crianças muito pequenas” (MANNONI, 2001, p. 18, tradução nossa). Diria também: “[Winnicott] me encoraja a lhe falar da análise na língua de todo dia, cercado de perto a experiência clínica. Segundo ele, é com o paciente que nós temos tudo a aprender. O que não exclui a necessidade de uma análise pessoal” (MANNONI, 1990, p. 45).

Maud Mannoni relata que, por vezes, Winnicott suportaria mal sua maneira de apresentar os casos clínicos através de uma grade teórica preestabelecida. Conta que numa conferência proferida no Instituto Psicanalítico de Londres a seu convite, não tendo sido avisada que a duração deveria acontecer no máximo em cinquenta minutos, na hora prevista Winnicott a interrompeu bruscamente sem que tivesse tempo para concluir. “Na verdade, um ‘estilo’ nos separa: quando eu trago uma história ‘bem amarrada’ [...] à francesa, ele procura as falhas, preocupado em dar, a partir da experiência concreta, um lugar maior à verdade” (MANNONI, 1990, p. 46). Winnicott pediu desculpa pelo incidente do dia anterior, o qual atribuiu a seu grande cansaço. Mannoni explicita que, por meio de seus casos clínicos, opõe a Winnicott a noção lacaniana do simbólico e assinala que, na realidade,

[...] meu trabalho o interessa, mas, naquilo que eu trato de apontar como “discurso fechado” em oposição ao “discurso drama”, ele teme que entre uma boa parte de minhas próprias resistências, aquilo que se chama “o ponto cego” do analista. Pode-se dizer também que ele “resiste” um pouco à formação lacaniana, por temer que o analista não esbarre no aspecto “inelutável” da posição psiquiátrica em relação à psicose. (MANNONI, 1990, p. 47)

Os mal-entendidos que apareciam para Winnicott, observa nossa autora, eram apaziguados à medida que este confiava na autenticidade de uma palavra que lhe designavam, pois, “desconfiado, ele rejeita tudo o que possa parecer falsamente ‘brilhante’ numa teoria enunciada” (MANNONI, 1990, p. 47). Acerca da desconfiança nutrida a respeito de Lacan, Mannoni descreve que “é acompanhada de uma estima sincera. No fim da vida, Winnicott vai no entanto se deixar ‘manipular’ e enveredar por posições inamistosas com relação a Lacan” (MANNONI, 1990, p. 47).

Françoise Dolto, Jacques Lacan e Donald Winnicott marcaram de modo determinante a vida e a obra de Maud Mannoni, ao passo que seriam, por outro lado, interpelados e instigados por sua ousadia característica, postura que a fazia não permanecer fincada numa posição de discípula, mas de interlocutora audaz. Nossa autora explana que se Winnicott responsabilizou-se particularmente como pediatra pelas crianças pequenas e mesmo recém-nascidas, Lacan centrou seus interesses nas crianças com mais idade e no adulto, enquanto Dolto, por sua vez, deslocou elementos essenciais à compreensão das crianças de zero a três anos, contribuindo para deslindar favoravelmente algumas contribuições de Lacan. Dito isso, atesta que

[...] uma atitude dogmática só poderia tornar o analista *surdo* ao que o paciente tenta fazê-lo ouvir em sua própria língua, com suas próprias palavras. É claro que, em meu procedimento próprio, sou então levada, de acordo com os fatos concretos que se apresentam na prática, a privilegiar ora a contribuição de Lacan, ora a de Winnicott ou de Bleger etc. Eu, contudo, não me privo de traduzir essas diferentes contribuições numa linguagem que me é própria [...]. Podemos, em função do que está em jogo, opor Winnicott a Lacan, assim como podemos aclarar a contribuição de Winnicott com a de Lacan, assim sem nada tirar das pesquisas de um e de outro. (MANNONI, 1990, p. 62)

Ao ser perguntada com que referências trabalha, Mannoni responde: “com todas essas referências, sem esquecer as indicadas pelo próprio paciente” e esclarece considerar a teoria o meio pelo qual são encontradas as palavras explicativas ao que se passa entre o inconsciente do analista e do paciente. A psicanalista delimita que não há garantias ao ato

analítico, o qual continua sendo um ato de risco que não elide a surpresa e escapa à aplicação de qualquer norma. Nesse sentido, entende que o jovem analista busca uma garantia de sua prática e de seu próprio encaminhamento com seu paciente no prosseguimento de sua análise pessoal ou nas supervisões, pois, “exposto ao inconsciente, gostaria de não estar só. Mas é a experiência da solidão que lhe será necessário aprender a assumir” (MANNONI, 1990, 70-71).

A solidão e a língua, significantes que saltam à experiência pessoal de Mannoni, constituem um fio condutor através do qual é possível apreender o relançamento constante, enquanto causação, impulsionador de sua experiência analítica, tanto na posição de analisanda quanto na de analista. Consideramos, com efeito, que os significantes de nossa história são aqueles dos quais nos servimos e nos desfazemos para novamente, porém, refazermos seu uso ao passe suas reparações. Porque já não consta, nesse momento, do sentido de suas atribuições, mas do efeito decantado de esvaziamento do significante e, por isso mesmo, de um novo manejo que implicaria também outra forma de gozar *com* o significante. Como declara Mannoni, “as vocações dos analistas quase sempre têm um drama familiar de fundo. Uma maneira de curar-se das neuroses” (MANNONI, 2001, p. 17, tradução nossa). Ela segue:

[...] a experiência do trauma da separação me ensinou que existe uma forma de o sujeito sobreviver à infelicidade tornando-se insensível aos acontecimentos que o perturbam. O que se repete nas defesas que o sujeito desenvolve é uma vontade de perder a verdade do acontecimento inicial. A verdade desse saber inconsciente, restabelecido ao longo de uma primeira etapa da análise, foi o que me permitiu enfrentar as funções de terapeuta que me foram confiadas prematuramente no hospital. (MANNONI, 2001, p. 17, tradução nossa)

O trauma, como indica, está presente nos acontecimentos descritos em sua história, na separação tão impactante de sua Aya, assim como na perda de seu avô sem que houvesse contorno da palavra, na solidão presente nas tantas mudanças geográficas e no lugar de estrangeira ao qual se identificou. Essa posição de estrangeiridade, que foi também a de uma marginalidade que marca sua formação, estendeu-se ao olhar daqueles que acompanharam seus trabalhos e sua trajetória, conformando um aspecto significativo de sua vida, seus textos, sua posição clínica e política no movimento psicanalítico. No caminho desta tese, teremos a oportunidade de nos atermos às implicações desses aspectos.

2.2 Freud, a judeidade e um lugar marginal: o estrangeiro e a psicanálise

Perscrutando a noção de estrangeiridade indicada na história de Maud Mannoni e a marca de uma posição marginal, tão determinantes à própria criação da psicanálise, reportamo-nos às insígnias freudianas necessárias a qualquer discussão que acene à transmissão da psicanálise. Mais destacadamente, interessa-nos retomar, por um lado, aspectos da história de vida de Freud e o caráter subversivo dessa experiência particular intrínseca ao surgimento de sua teoria; e por outro, as circunstâncias contraditórias que permearam a institucionalização da psicanálise, sem deixar de entrever o esteio de um campo de saber radicalmente inovador que emergia e no qual se manteve insistentemente a presença do estrangeiro.

Isso se torna fundamental também na medida em que, nos escritos de Maud Mannoni, a obra freudiana é constantemente retomada, em suas dimensões tanto teóricas quanto históricas, base da qual se serve em sua trajetória e suas reflexões. A atenção de Mannoni contempla as nuances da construção conceitual de Freud – articuladas ao contexto de vida dele e aos impasses institucionais e políticos da psicanálise – demonstrando grande sensibilidade ética sob a forma do convite à escuta de um caminho que se realiza sempre num entre-dois da passagem, nos encaixos da divisão. Pois, como mostra Freud, o “rompimento na tessitura do Eu, a qual não mais cicatriza, ao contrário, só aumenta à medida que o tempo passa” (FREUD, [1938] 2007, p. 174), não deve ser esquecido.

Maud Mannoni considera que as primeiras cartas de Freud, especialmente para Fliess, permitem vislumbrar as crises pelas quais ele passou e durante as quais refletiu acerca das questões técnicas do tratamento, a respeito da conceituação da experiência e sobre sua vida pessoal. A interação dessas crises estaria “na origem de um pensamento criador e da descoberta da psicanálise” (MANNONI, 1989b, p. 25), dado que, “as construções teóricas de Freud, ao longo de sua vida, foram surgindo de um drama pessoal” (MANNONI, 1989b, p. 34) que então as acompanharam. Por exemplo, a questão das resistências do paciente seria compreendida através de um trabalho com as próprias resistências de Freud relacionadas a imagens ideais dele próprio, sendo significativo igualmente a confrontação com sua parte feminina e com a infantil. Logo,

[...] desde que passou a trabalhar com o inconsciente, compreendeu que os acidentes de seu passado estavam presentes em sua busca e que conduzir um tratamento só é possível se o analista tem a possibilidade

de permanecer atento àquilo que persiste de conflitivo em si mesmo [...]. Lembremo-nos que Freud se tornou terapeuta por necessidade. Ele não tinha nenhum gosto pela carreira médica e seu ideal continuou sendo o de um homem de ciência, apaixonado pela descoberta psicanalítica. Foram as questões intelectuais que se pôde colocar a partir dos pacientes que tornaram o ofício suportável para ele. Os pacientes, por sua vez, foram tomados nesta paixão de Freud, em seu desejo de pesquisa e descoberta. (MANNONI, 1989b, p. 36)

Freud, em sua história pessoal, diante das discriminações sofridas aprendeu a viver “em oposição à maioria compacta”, enfrentando “as vantagens e os encantos da solidão”, o que não o impediu mais tarde de preocupar-se em “manter sua descoberta como uma causa errante, ao mesmo tempo em que estabelecia sua relação de proximidade com os outros campos, para não condená-la à clausura” (FUKS, 2000, p. 29). No caminho contrário ao da massa, buscou subverter “a ordem vigente de obediência estrita a uma única verdade para afirmar a potência plural do inconsciente” (FUKS, 2000, p. 30). Betty Fuks, em seu livro *Freud e a judeidade: a vocação do exílio*, argumenta que a errância, assim como o nomadismo do povo judeu e sua história, marca e atravessa a história da psicanálise, e que esta foi então recebida pelo universo intelectual e político de Viena como uma “ciência judaica”.

Elisabeth Roudinesco, na biografia *Sigmund Freud: em sua época e em nosso tempo*, também sublinha o enfrentamento de Freud em seus anos de universidade, período da modificação do antijudaísmo em antissemitismo. O adjetivo antissemita foi pela primeira vez utilizado em 1860 na Alemanha e definia a manifestação de um preconceito hostil aos que eram designados, de forma erudita, não mais como judeus, mas como semitas. No entanto, a partir de 1879, os judeus, antes denunciados por pertencerem a uma religião, passaram a ser estigmatizados por advirem de uma “raça ruim” contida nos semitas. Ao longo de seus estudos, Freud havia desprezado “os que o tratavam de ‘judeu sujo’ ou esperavam dele que reconhecesse sua ‘inferioridade racial’”. Diante justamente da exclusão da “maioria compacta”, cultivaria a ideia de poder preservar uma “independência de julgamento que mais tarde lhe permitiria defender-se de seus preconceitos” (ROUDINESCO, 2016, p. 37).¹⁵ Em suas próprias palavras,

¹⁵ É interessante situar o quanto o jovem Freud foi marcado por essa circulação nos campos do conhecimento, através de seus mestres e das relações de amizade que estabeleceu. Das ciências naturais na fisiologia de Bürck, passando pela filologia com Theodor Gomperz e a literatura de Cervantes, Goethe e Shakespeare, à filosofia de Herbart e Feuerbach (ROUDINESCO, 2016).

[...] nunca pude compreender por que deveria me envergonhar de minha origem – ou raça, como as pessoas começavam a dizer. Quanto ao pertencimento à comunidade nacional, que me era negado, a ele abduquei sem muito lamentar. Achava que para um indivíduo trabalhador sempre haveria um lugar nas fileiras da humanidade, mesmo sem aquela inclusão. Mas uma importante consequência dessas primeiras impressões da universidade foi que bastante cedo me familiarizei com a sina de estar na oposição e ser proscrito pela “maioria compacta”. (FREUD, [1925] 2011b, p. 79)

Outro aspecto relevante apresentado por Fuks (2000) é de que o sujeito da Diáspora, diferentemente de um exilado político retirado de sua pátria, nasce em um país no qual permanece, ao mesmo tempo, situado no dentro e no fora, em um entre-dois do qual partilha, na posição de fronteira, a identidade do povo da nação e um espaço marginal do não lugar, preservando “um pedaço de si”. Dessa maneira, a posição da psicanálise freudiana, desde seus primórdios, esteve muito próxima à do povo judeu, caracterizada pelo constante movimento, fora do espaço da maioria. Nesse sentido, a invenção freudiana estaria no entre-dois com diversos campos do conhecimento, como a arte, a estética, a filosofia, a literatura, a religião, o mito, a história, a medicina sem se deixar, no entanto, capturar pelo apaziguamento do puro diálogo, sustentando, assim, sua função de corte.

Freud nunca se posicionou como religioso, o que não colocaria em questão seu pertencimento ao judaísmo. O que parece apresentar-se é algo da ordem de uma inscrição de Freud na ética judaica caracterizada, com o advento do monoteísmo, pelo deslocamento da experiência humana do registro da sensorialidade para o da espiritualidade e do pensamento, rompendo com a tradição do paganismo. Seria esta a segunda grande tese sustentada por Freud em “Moisés e o monoteísmo”. Estaria justamente nessa ruptura e deslocamento, da percepção para o pensamento, a marca crucial que o monoteísmo constituiu, configurando então com o judaísmo a tradição do verbo (BIRMAN *in* SAID, 2004).

O nomeado “romance histórico”, escrito em 1937, aponta à íntima conexão entre a experiência pessoal de Freud e a construção de sua teoria psicanalítica, relançada de modo intrigante nesse ensaio redigido no contexto político precedente à Segunda Guerra e sob as aflições do exílio, e no qual, “na hora mais sombria da História, Freud, querendo repensar o antissemitismo, empreende a reinterpretação da história fundadora do povo judeu, com uma angústia confessada” (DIDIER-WEILL, 1994, p. 79). Nesse texto, Freud retoma sua teoria do trauma de modo a indicar, a partir dela, as relações temporais tanto

no âmbito individual quanto no coletivo. Mais ainda, produz uma torção, ou mesmo uma subversão na relação entre os tempos, incutindo a dimensão da realidade psíquica como operadora de uma transmissão que transpõe uma linearidade, culminando na sua proposição do que denominou como verdade histórica (FREUD, [1937] 2018a).

Paola Mieli (2002), ao seguir o fio do tempo psíquico e da fantasia na obra freudiana, como assim o descreve, além de apontar a experiência de um passe representada na obra de Moisés, propõe que Freud evoca a existência de uma relação entre a psicanálise e a arte. Diante disso, destaca ser

[...] interessante constatar que Freud, com a noção de verdade histórica, chega a partilhar e celebrar a condição do artista [...]. A arte dá passagem ao acaso, ao encontro com o real. Quanto mais os elementos característicos de uma tradição são vagos e imprecisos, mais o artista “é livre para preencher os vazios da lembrança ao sabor de sua fantasia”. E esse trabalho de fantasia, que permite ao poeta se tornar o porta-voz, na ficção, da insistência de uma cifra desprovida de sentido, relança o trabalho do significante em face do silêncio do que não pode ser simbolizado. (MIELI, 2002, p. 46)

Nesse ensaio, servindo-se da metáfora bíblica, Freud realiza uma elucubração profunda sobre os destinos da psicanálise e de sua sustentação na cultura, de modo que “este escrito manifesta a exigência freudiana de que o analista possa tornar possível, em seu ofício impossível, o exílio necessário que cada paciente experimenta como condição do advento de sua palavra” (FUKS, 2000, p. 13). Um exílio que reporta a marca do criador da psicanálise, sendo possível observar, desde o início de sua obra, que a judeidade esteve presente de maneira decisiva, marcando, assim, a ética da psicanálise. Outro ponto crucial refere-se à metáfora do excluído na figura do judeu em Moisés, o qual, como explana Fuks em *O homem Moisés e a religião monoteísta*, é exposto à verdade da rejeição violenta como outro odiado. Perante a ascensão do nazismo, Freud investiga as exigências próprias do pulsional no político e confirma sua percepção “de que a vida política pode tornar o exercício de amor entre idênticos e endereçamento do ódio ao outro, sinistro e funesto” (FUKS, 2014, p. 31). Com efeito, é possível inferir, nesse escrito freudiano, as bases da transmissão da psicanálise e os perigos que a ameaçam permanentemente.

Se a mensagem freudiana foi aquela, ao mesmo tempo, preservada de modo inconsciente e sustentada conscientemente de geração em geração (e que reporta a verdade de um saber não sabido), acreditamos ser fundamental interpelar em que medida os consequentes impasses institucionais existentes na história do movimento psicanalítico

guardam o legado freudiano e, igualmente, resistem a ele. O que nos leva a pensar um cerne comum às condições de exílio, marginalidade e estrangeiridade, pontos de uma transmissão a ser escutada no campo de uma tradição. Talvez possamos ainda arriscar uma aproximação desses três elementos destacados àqueles com os quais Freud finaliza seu texto intitulado “O infamiliar” (1919), quais sejam: o silêncio, a solidão e a escuridão, e que são denominados como pertencentes à angústia infantil que “não desaparece por completo na maioria das pessoas” (FREUD, [1919] 2019a, p. 115). A noção de angústia constitui um eixo crucial desse escrito, assim como os fatores enunciados, à interpelação do infamiliar. Angústia que parece, também, ter atravessado muitos dos acontecimentos presentes na história do movimento psicanalítico, na relação de Freud com seus discípulos e nas cisões e dissoluções institucionais, em seus laços transferenciais de análise e de trabalho.

Maud Mannoni, em *A teoria como ficção*, alega que há na vida e na obra de Freud dois elementos com os quais seria possível fazer a análise pender em direções radicalmente contrárias: um caminho direcionado ao reconhecimento pela universidade e pelas estruturas hospitalares e outro que conservaria o analista numa marginalidade a partir da qual poderia contestar as ideias recebidas. Essa antinomia (entre o reconhecimento e a marginalidade), que pode ser pensada tanto em relação à história pessoal de Freud quanto diante do movimento psicanalítico, comparece, por vezes, convocada ao debate nos escritos de Mannoni, o que oportuniza uma importante reflexão sobre a transmissão da psicanálise e seus destinos clínicos, políticos e institucionais.

Nossa autora, ao problematizar que o papel desempenhado na formação de Freud pela sua identificação às pacientes históricas de Charcot foi perdido de vista na história do movimento psicanalítico – resultando disso uma defesa contra tais “acidentes”, cujo efeito incidiria sobre os critérios de seleção dos analistas nas instituições de psicanálise –, aponta para um dos perigos que acometeram a psicanálise em seu processo de expansão e institucionalização. O peso da instituição passou a exercer, ao longo do tempo, uma resistência à mudança e esterilização na pesquisa, por meio do “enrijecimento de uma teoria concebida inicialmente, pelo próprio Freud, como uma ficção” (MANNONI, 1982, p. 18) e depois *convertida* em dogma por seus seguidores.

Mannoni considera que se Freud havia insistido inicialmente na necessidade de observar os fatos, teria igualmente nos sensibilizado para a imprescindibilidade de uma atitude ancorada na interpretação, sem hesitar “em dizer que deu livre curso à especulação e que a incerteza é necessária” (MANNONI, 1982, p. 18). A isso corresponderia a análise

pendem em direção ao analisando, inversão crucial que retira o saber médico de um lugar de preponderância, afinal, “o que Freud introduz na sua relação com o paciente é um mito a partir do qual se operam ou não no sujeito efeitos de inversão dialética” (MANNONI, 1982, p. 31). Logo, o valor significativo não estaria numa explicação ao nível do significado, mas em uma verbalização dos significantes maiores, circunscritos ao Édipo e à castração, na qual o que se mostra então operante “é a simbolização de uma situação que para o paciente se tornou imobilizada e por vezes sem vocábulo para nomear a hiância” (MANNONI, 1982, p. 31). Ou seja, o que estaria em jogo na análise seria o reconhecimento da função assumida pelo sujeito na ordem simbólica.

Mannoni destaca que a ruptura empreendida por Freud com o modo de pensar científico de sua época produz menos um instrumento de conhecimento do objeto do que a construção de um instrumento de análise que levaria a uma ênfase “não sobre o saber, mas sobre a veracidade do dizer” (MANNONI, 1982, p. 19). Freud, ao denunciar a impotência do médico e valorizar os pacientes que ouvia, retirou a psicanálise de uma submissão médica e das práticas psiquiátricas, fundando uma experiência subversiva e marginal. A criação, ao mesmo tempo teórica e institucional, implicaria, por outro lado, uma “mutação”. Apesar do caráter experimental da psicanálise em seus tempos originais, o processo de expansão e institucionalização acarretaria, com o tempo, embates políticos, teóricos e institucionais que fazem vacilar a condição fulcral de que a análise é uma experiência.

Maud Mannoni descreve que Freud firmaria uma dupla relação com o saber. Uma *com os que não sabem* e os ensinaram os segredos do inconsciente, seus pacientes; e outra *com os que “sabem”* ou querem saber, referindo-se à relação com seus discípulos – se por um lado Freud demonstrava interesse por aqueles que difundiam sua teoria, por outro estimulava toda produção original que, concomitantemente, “além do entusiasmo (e a generosidade) um pessimismo profundo” (MANNONI, 1982, p. 21). Mannoni evidencia, acerca dos trabalhos dos alunos de Freud, o aspecto ambivalente que permeava os laços entre o mestre e seus adeptos tendo, entretanto, no desejo do novo uma contrapartida importante ao campo dos “desvios”. Em vista disso, descreve que

Freud tem o hábito de citar os trabalhos de seus alunos, mas para acrescentar imediatamente que confirmaram suas pesquisas e que nada acrescentaram a elas. Nessa relação mestre-discípulo, é ao corpo da doutrina que cada um é levado a entregar uma parte de seu próprio corpo, apagando-se como sujeito de uma palavra própria. Toda descoberta teórica singular é assim, pelos cuidados de Freud,

“absorvida” na doutrina. O pensamento de outrem, escreve ele a um de seus discípulos, só pode ser compreendido por ele, Freud, se tiver tempo de apropriar-se dele em sua linguagem própria: é o tempo para compreender de que ele necessita. Em compensação, quando pressionado a formular um juízo sobre os “desvios” deste ou daquele analista, a primeira resposta de Freud é em geral indulgente. Precisa de tempo para chegar a uma opinião; além disso (deixa entender) é preciso saber distinguir entre a teoria “desviante” a serviço de um arrivismo (Jung é o visado) e o erro que acompanha o desejo de encontrar algo de novo. (MANNONI, 1982, p. 21-22)

Freud havia posto suas esperanças na criação de uma Associação Internacional de Psicanálise cujas ramificações em cada país deveria ter o objetivo de ensinar a prática da análise e formar os candidatos, desejando “por intermédio da Associação proporcionar amizade e apoio a todos os que enfrentassem, em seus países, a hostilidade que encontrava então a psicanálise” (MANNONI, 1982, p. 22). Os desdobramentos posteriores, no entanto, deram-se por caminhos mais tortuosos. Em “Contribuição à história do movimento psicanalítico”, Freud ([1914] 2012) enuncia sua decepção com a instituição que fundou, pois acreditava que encontraria nela um espaço de permanência da psicanálise, tendo considerado “necessário instituir uma associação oficial, porque receava os abusos a que estaria sujeita a psicanálise tão logo atingisse popularidade”. Ele pretendia alcançar com a fundação de uma Internacional, “mais do que se podia alcançar”; todavia, tal qual “meus adversários tiveram que perceber que não era possível deter o novo movimento, eu iria perceber que ele não tomava a direção que eu queria lhe dar” (FREUD [1914] 2012, p. 296).

Convém situar que Freud, em 1907, após proclamar a dissolução da Sociedade das Quartas-Feiras¹⁶ – primeiro círculo da história do movimento psicanalítico, formalizado em 1901 –, preocupado com a respeitabilidade em relação à psicanálise, criou a Associação Psicanalítica Alemã (*Wierner Psychoanalytische Vereinigung* – WPV), instituição psicanalítica inaugural da história do freudismo. Com uma regulamentação fundada numa hierarquia entre mestres e alunos, destacava-se, apesar disso, o cuidado em estimular a entrada de discípulos estrangeiros na nova instituição (ROUDINESCO, 2016).¹⁷ Outro cuidado significativo, advindo desde a Sociedade das

¹⁶ Essa experiência deixou uma marca fundamental na história do movimento psicanalítico, uma vez que precedeu o que viria a se constituir como instituição. As reuniões, além das discussões de textos, apresentavam o caráter de “noites confessionais”, como situa Gay (1989), ou ainda, a da formação de uma “família ampliada”, como descreve Roudinesco (2016).

¹⁷ Em especial nas pessoas de Max Eitingon, Sándor Ferenczi, Karl Abraham, Carl Gustav Jung e Ernest Jones.

Quartas-feiras, esteve na importância que Freud atribuía à presença de leigos, pois temia que “a psicanálise pudesse virar um monopólio dos médicos” (GAY, 1989, p. 172). Essa preocupação o acompanhará em sua obra e será contemplada no texto “A questão da análise leiga”, no qual afirma que “a análise é leiga: é uma experiência subjetiva, singular, que implica uma ética peculiar” (FREUD, [1926] 2014c, p. 236).

O cuidado quanto à presença dos estrangeiros na Associação Psicanalítica Alemã comportava uma dupla dimensão. Preservava a política visada por Freud – para garantir a sustentação da psicanálise –, ao mesmo tempo em que rompia, fazia furo, ao fechamento que um acerto puramente ideológico produziria. Justamente, não significava uma posição ideológica, mas, ao contrário, de conservação da hibridez própria à formulação psicanalítica do inconsciente. Leigos e estrangeiros eram, assim, convidados por Freud, produzindo a marca de uma marginalidade e uma subversão tão peculiares à psicanálise e sobre as quais se erigiu uma resistência que incide ainda nos dias de hoje. A Associação Psicanalítica Alemã, porém, foi dissolvida em 1910, no momento da criação da Associação Internacional de Psicanálise em Nuremberg.

Nesse período, de modo a antecipar as derivas lesivas das organizações psicanalíticas, Freud convida Carl Gustav Jung para ser o primeiro presidente da IPA, pois considerava importante que alguém de nacionalidade distinta da sua, um não judeu, dirigisse-a, evitando que sua doutrina fosse tida como uma questão semita e somente centro-europeia. Simultaneamente, e de modo curioso, Freud cria durante esse momento um comitê “secreto” que funcionava à revelia da hierarquia institucional que acabava de fundar. Tal comitê era composto por sete analistas escolhidos por Freud e tinha como objetivo defender os interesses científicos da psicanálise, zelando por sua qualidade e salvaguardando-a dos desvios. Em semelhança com uma confraria, os membros foram presenteados com um antigo entalhe grego de sua coleção, do qual fizeram anéis cujo uso simbolizava o pacto estabelecido entre eles. A criação desse comitê como um poder paralelo ao da Sociedade Internacional “indica que Freud, desde então, não acreditava muito na possibilidade burocrática da transmissão e garantia de sua criação” (CESAROTTO; LEITE, 2010, p. 28), já que era possível prever um futuro difícil à sua instituição, deturpada pelos de dentro e alvo de ataques pelos de fora.

Sobre o momento da criação da Associação Internacional de Psicanálise, Roudinesco (19889) entende que a

[...] transformação progressiva da “horda selvagem” numa sociedade de psicanalistas produziu-se a golpes de dissoluções e refusões [...]. Em 1908, ou seja, após a dissolução do primeiro círculo, uma nova regulamentação veio à luz; paradoxalmente, era mais liberal do que a regra anterior: os participantes já não eram obrigados a tomar a palavra. Esse fato, aparentemente anedótico, é de importância capital; mostra que a institucionalização mais firme da coisa analítica pareceu com o aparecimento de um certo semblante; a regulamentação de 1908, que autorizou o silêncio, explica-se pelo crescimento do número de participantes, mas testemunha também a tomada em consideração, nos próprios estatutos da sociedade, da existência explícita de “membros fantasmas”, de discípulos mudos ou *voyeurs*. (ROUDINESCO, 1989, p. 101)

Uma contradição entre a realidade jurídica da organização dos psicanalistas e a política da psicanálise provocaria, em 1910, a fragmentação do movimento, o que ocorreria simultaneamente à crença de que com a criação da IPA haveria uma direção centralizada do movimento (ROUDINESCO, 1989). Não se tratava ainda de regulamentar a formação dos analistas, embora a própria regulamentação só possa ter acontecido com base na IPA, quer dizer, com base na existência de uma autoridade central encarregada de instruir e dissuadir os analistas (MILLOT, 2010). Até o início dos anos 1920, apesar desse processo de institucionalização, a formação do psicanalista não encontrava-se arrojada em parâmetros mais rígidos, preservando, de certa maneira, como anteriormente indicado, um caráter mais experimental.

Após a Primeira Guerra Mundial, no ano de 1920, Freud e a psicanálise ficaram amplamente conhecidos, de forma súbita e inesperada. Estavam em toda parte, exceto na profissão médica, que lançava sobre a teoria emergente seu descaso. Disso decorre a busca de uma respeitabilidade por meio da integração à profissão médica, assim como através das *suas* clínicas, escolas profissionais e sociedades corporativas. Nesse momento, duas correntes opostas, Viena e Berlim, posicionavam-se diante da nova situação. A primeira, aventou operar no recente movimento psicanalítico a aplicação da psicanálise no âmbito das terapêuticas e da educação, por meio de estudos acerca desses campos. A segunda, por sua vez, pretendia estabelecer a psicanálise como uma especialidade médica, isolando as sociedades psicanalíticas do movimento cultural, sendo esta a tendência que se legitimaria (SAFOUAN, 1985).

Nesse mesmo ano seria criado o Instituto de Berlim, sobre o qual Maud Mannoni ressaltaria que sua instauração teria substituído a prática de formação baseada no livre debate por meio de um ensino eminentemente professoral, no qual os novos analistas seriam considerados principalmente como um “aluno” receptor de saberes fechados, de

“uma verdade revelada”, constituindo, desse modo, o perigo de a ortodoxia substituir a criatividade na formação do analista (MANNONI, 1989). Mannoni assevera, sobre a demanda de uma garantia, que

[..] com o analisando dando assim lugar ao professor, surgiu o desejo de ser “reconhecido” pelos pares, donde a demanda de uma “garantia” institucional quanto à qualidade do ensino dispensado: a preocupação com a ortodoxia, a partir daí, suplantaria imperceptivelmente o desejo de invenção. Esse selo solicitado à Instituição seria vulgarizado em 1920, quando da criação do Instituto de Berlim. A formação dos analistas, concebida como tripartida (análise didática, supervisão e ensino), recebeu, a partir dessa data, uma consagração oficial. De maneira um tanto paradoxal, essa regulamentação da formação e do ensino da psicanálise inauguraria – ou reforçaria – o que, nos dias atuais, chamaríamos de um “fechamento do inconsciente”. Às interrogações e à busca sucedeu-se uma era de militantismo pedagógico onde o que se transmitia era um saber constituído. (MANNONI, 1989, p. 79)

Esse seria um cenário no qual “Freud perdia as rédeas do comando” da IPA e no qual “tornou-se um personagem lendário, afastado da direção efetiva das questões”. Um período marcado por rivalidades em que “as sociedades psicanalíticas dilaceraram-se entre si por intermédio dos grandes congressos internacionais” (ROUDINESCO, 1989, p. 140).

Um acontecimento decisivo, entretanto, destaca-se à compreensão dos destinos tomados em relação à formação do psicanalista: a doença de Freud, um câncer descoberto em 1923 e com o qual se previu sua morte iminente, que, antecipada, constituiria a “crônica de uma morte anunciada”.¹⁸ No ano seguinte, porém, confirmou-se a perspectiva de controle da doença. A morte e a ressurreição de Freud apresentaram-se em alguns analistas por meio de uma angústia intensa, perante a qual procuraram estabelecer uma barreira contra a heterodoxia, pois sentiam-se responsáveis pelo futuro da psicanálise. Diante disso,

[...] decidiram limitar, através de uma seleção rígida dos recém-chegados e de uma formação coercitiva, autoritária e que se demora com fins de provas, toda admissão final às suas sociedades. Na realidade, eles puniam seus alunos por sua própria ambivalência. Ao mesmo tempo, eles consolidaram a única tendência que Freud sempre quis evitar: restringir a análise, até fazer dela um anexo da psiquiatria. (SAFOUAN, 1985, p. 20)

¹⁸ Alusão ao livro do escritor colombiano Gabriel García Márquez intitulado *Crônica de uma morte anunciada*. Um trecho que nos serve de imagem é o que diz: “Não seria legítimo que a vida se servisse de tantos casos proibidos à literatura, para que se realizasse, sem percalços, uma morte tão anunciada” (Márquez, 2019, p. 130-131).

Sobre esse período coincidente com a publicação de “O eu e o isso”, Maud Mannoni problematiza os efeitos desse texto ao qual “convinha melhor à análise das pessoas ‘normais’ que eram candidatas a analistas da segunda geração (os que surgiram na esteira da oficialização do ensino da psicanálise)” (MANNONI, 1982, p. 35). Ela observa que isso teve consequências e reporta-se à “perturbadora” realização freudiana de 1914, “Introdução ao narcisismo”, no qual Freud já não se satisfazia com um *ego* na função de adaptação e do qual “fez surgir num outro movimento um *ego* dado como miragem, imagem de identificações passadas, que não coincide absolutamente com o *ego* controlador das pulsões” (MANNONI, 1982, p. 34). Esse trabalho operou um “golpe” na teoria das pulsões, impondo aos analistas uma “revisão teórica lacerante”. Até então, o *ego* era utilizado como substituto da razão e “a possibilidade de que ele fosse também uma miragem e agente de loucura provocou numerosas resistências” (MANNONI, 1982, p. 35). Nossa autora considera que, uma década depois, essa subversiva realização freudiana seria anulada, “e, muito curiosamente, a maioria dos analistas se reconciliou, a partir de então, com crenças que mantinham antes de 1914”.¹⁹ Diante disso, interroga se

[...] a teoria analítica, tal como revista por Freud na segunda tópica (1923, *O ego e o Id*), nos últimos anos de sua vida, não corria o risco de ter como consequência um deslize que daria ao analista a ilusão de possuir soluções “geniais” aos problemas colocados pelos seus pacientes. A teoria, reduzida a uma “maquinaria”, funciona então de maneira louca. Ao se fascinar com o objeto científico (a teoria como totalidade) o analista perde de vista o efeito de ruptura introduzido por Freud, de início, na teoria (em sua “nova maneira de postular os problemas”). Ora, a análise nasceu das incidências, para a prática, de uma ruptura na teoria (isto é, em relação à ciência da época): é um ponto histórico que não se deve esquecer. (MANNONI, 1982, p. 35-36)

Nessa nova fase marcada pela enfermidade e pela velhice, Freud retorna aos interesses de sua adolescência pelos problemas culturais, sobre os quais havia surgido, “nos anos da juventude, a necessidade de entender um pouco mais dos mistérios deste mundo e talvez contribuir um pouco para a sua solução” (FREUD, [1927] 2020, p. 294). Depois da primeira manifestação do câncer, não concebe mais nenhuma história de caso

¹⁹ Como ratifica Safouan (2006), depois de Freud os analistas colocaram o acento na transformação de uma relação fantasmática com o mundo, e particularmente com o analista. Segundo Lacan, essa modificação da técnica antes historicizante de Freud em uma técnica de remanejamento da relação analista-analisando devia-se ao fato de, entre as três instâncias introduzidas por Freud em “O eu e o isso” (eu, isso e supereu), o eu (*ego*) ter assumido a maior importância para os analistas.

e, com a hipótese da pulsão de morte, “revela o elo inconsciente que liga os indivíduos aos seus senhores. Vivemos para destruir” (MANNONI, 1982, p. 37). Mannoni sublinha que o ano de 1923 deixaria, ademais, a dor da perda de seu neto favorito de quatro anos, filho de Sophie, já falecida, sendo essa “a única ocasião em que Freud foi visto chorando. Continuou a trabalhar apesar da doença, dos sofrimentos físicos e dos lutos” (MANNONI, 1995b, p. 36). Em uma carta a Abraham, datada de 1924, Freud escreve:

É preciso que você se ponha em meu lugar por simpatia ativa, para não me querer mal. Dizendo-me em vias de restabelecimento, tenho impressa em mim, profundamente, a convicção que se nutre das pequenas misérias e sensações desagradáveis provocadas sem cessar por minha cicatriz, uma espécie de depressão senil centrada na distorção entre um desejo de viver irracional e uma sensata resignação. Sinto além disso, uma necessidade de descanso e uma aversão pela companhia dos homens que não têm solução, dado que não posso deixar de trabalhar por seis, até sete horas por dia [...]. (FREUD apud MANNONI, 1995b, p. 36)

Apesar dos lutos, do sofrimento e das dificuldades institucionais, Freud sobreviveu à Associação Internacional que havia criado, questionando-se, todavia, se a psicanálise sobreviveria a ele. Por conseguinte, constituiu uma “carapaça de insensibilidade” que o envolveria lentamente, sendo esta

[...] sua maneira de efetuar a passagem do orgânico ao inorgânico: ele só morreu em setembro de 1939. A carapaça de insensibilidade (alternada a uma profunda humanidade na sua relação com os que amava) ajudou-o a superar a angústia ligada ao abandono. A psicanálise o “segurava”, no entanto, e ele continuou a escrever até o fim de sua vida. (MANNONI, 1995b, p. 36)

Moustapha Safouan (1985) avalia que, a partir do momento de apreensão em face do adoecimento de Freud, a institucionalização da psicanálise foi, para os que a promoveram, um *acting out* que evidencia o desejo de uma defesa que suspendeu a todos à ideia de um gozo sob o lugar do mestre. Nesse sentido, a institucionalização seria da ordem de uma repetição que coloca em cena o mito de “Totem e tabu” formulado por Freud, na forma de um arranjo “fraterno” ditado por uma espécie de assassinato não confesso, consequência de uma convergência no recalque. A socialização da análise, equivalente à sua integração na ordem médica, seria, assim, um atenuante da cumplicidade em que se instaurou o laço social. Dessa forma, ao se institucionalizar a psicanálise “agiu-se justamente como se a psicanálise não tivesse jamais existido”

(SAFOUAN, 1985 p. 20). Os questionamentos em seguida proferidos pelo autor merecem ser mencionados:

Porque tantos temores, que transformaram o cumprimento de um dever em uma operação policial, senão pelo fato de que “ocupar o lugar de Freud” não era ocupar apenas o lugar que permitiria a cada um melhor servir à psicanálise? Por que este conformismo, esta necessidade de respeitabilidade ou de reconhecimento social, senão para encontrar aí o alibi para uma delinquência profunda, solitária e contudo somável? (SAFOUAN, 1985, p. 20)

É oportuno lembrar que em 1925 seria constituído, nesse contexto, o Comitê Internacional de Formação (*International Training Commission*) pelo Instituto Psicanalítico de Berlim, que tinha a missão de promover um sistema de formação ao qual todos os institutos locais deveriam se conformar (MILLOT, 2010). A sobrevivência institucional viria a se sustentar, com o tempo, em um funcionamento marcadamente hierárquico e restritivo.

Nesse mesmo ano, curiosamente, Freud escreveria seu curto e precioso texto “A negativa”, no qual estabelece o procedimento do desmentido, operador fundante do mecanismo do pensamento. Mobilizado pelo entendimento da noção de defesa, Freud esclarece, porém, a condição universal de todo ser falante, referindo-se ao recalque, à renegação e à rejeição enquanto negativas. Um alerta astucioso, sob as torrentes de uma tensão, parece coexistir aqui se levarmos em conta os embates institucionais que permeiam esse período. Essa tensão é indicada no próprio escrito como condição presente no psiquismo e que podemos escutar formulada em Freud a partir de um impulsionamento clínico, mas nem por isso fora de comunicação com o terreno histórico. Arriscamos, assim, a interrogar: estaria a mensagem freudiana, nesse cenário do movimento psicanalítico, desmentida a ponto de que fosse em seguida fetichizada por meio de instrumentos técnicos que fixariam o fazer do analista em um ilusório controle pelo estabelecimento de uma espécie de contrato?

À anunciada e temida morte de Freud restou, paulatinamente, a intensificação da rigidez institucional, afastando o aspecto híbrido característico da psicanálise. O apego ao dogmatismo – que confinou em seu efeito a possibilidade de reinvenção perante uma experiência traumática – por meio da saída ilusória de uma “segurança” institucional, longe de preservar o laço entre os analistas, impôs o que na tradição não faz laço, apresentando-se, ao contrário, de maneira disruptiva. Manteve-se, como tradição, a

impossibilidade de escutar o que em seu interior permitiria filiação simbólica, fazendo do que seria uma dívida impulsionadora, resposta imaginária em busca de unidade. Assim, o espírito da mensagem freudiana sucumbia a um recalque instaurador de um dogma que

[...] toma-se por uma verdade que reclama seu reconhecimento como tal. Esta verdade corresponde ao que se chama de “Texto”, e o objeto que aí se afirma comporta um paradoxo que não aceita senão uma solução: que o sujeito se apague como sujeito da enunciação, para se apresentar como simples intérprete do Texto. (SAFOUAN, 1985, p. 23)

Freud, em 1928, ficou espantado com o fato de os analistas transformarem os conselhos técnicos em prescrição imperativa, referindo-se a isso numa carta a Ferenczi: “Os espíritos obedientes não notam a elasticidade das convenções e a elas se submetem como a regulamentos tabus” (FREUD apud DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 14). Poucos anos antes, em 1926, havia redigido “A questão da análise leiga”, texto no qual, além de situar a prática analítica fora de um domínio da redução técnica instrumental, sem com isso desfazer-se das bases que a sedimenta, afirma sobretudo, como já indicamos, uma dimensão ética concernente à psicanálise. O termo “leigo” utilizado parece muito mais dirigido às operações do inconsciente, em seu funcionamento próprio, do que à uma determinação reduzida à contraposição entre médicos e não médicos exercerem a psicanálise – embora isso tenha sua importância. Acreditamos que essa polêmica, para Freud – que demarca sua posição de que a prática psicanalítica não estaria restrita aos médicos –, não esteve assentada numa aquisição técnica, mas à peculiaridade de um ascender reportado à experiência da análise pessoal, podendo, por isso mesmo, ser praticada por qualquer um que, ao ter passado por uma análise, assim o desejasse fazer – acrescido o estudo teórico e a supervisão.

Um ponto apreciável sobre esse debate consiste no fato de que o posfácio desse escrito, no qual Freud reafirma suas proposições anteriores, deveria ter sido sua comunicação oficial no X Congresso de Innsbruck, realizado em setembro de 1927. Era aguardada uma comunicação esclarecedora acerca da polêmica instaurada; no entanto, Freud apresenta – lido por sua filha Anna – um texto denominado “O humor” (FREUD [1927] 2014a). Nesse curto escrito, ele articula o humor ao supereu, problematizando o que havia entendido como um certo paradoxo ou contradição relativos a uma liberação proporcionada pelo supereu, através do humor, embora sua característica mais comum

fosse a de uma exigência punitiva. Finaliza dizendo que muito havia a ser explorado no entendimento da instância superegoica.²⁰

Em um momento político tão crucial e animoso, não é de se deixar passar essa atitude de Freud em levar um ensaio com tal proposição numa fala endereçada à questão da análise leiga, produzindo pela via do chiste, parece-nos, a recolocação do que entendemos estar presente no próprio debate dessa polêmica, ou seja, o inconsciente e suas manifestações. Freud ([1927] 2014a) descreve dois destinos possíveis à incidência do supereu: um liberador com o humor e outro inquisidor e restritivo. As análises de cada analista seriam assim convocadas, fazendo incidir um trabalho que não pertence ao campo da conscientização, mas da quebra de uma linearidade discursiva e, portanto, do próprio corte que a interpretação produz, enquanto ato analítico.

Apesar disso, a partir de 1930, o sistema de formação no Instituto de Berlim fez-se mais rígido, constituindo condições explícitas para reger a admissão de candidatos, além da exigência de certas qualidades pessoais como maturidade da personalidade, firmeza de caráter e atributos psicológicos. Nessa direção, o Instituto passou a servir como modelo para as normas institucionais, tendo como princípio que a formação psicanalítica não poderia ser deixada a cargo da iniciativa de indivíduos. As sociedades psicanalíticas tornavam-se, por essa via, responsáveis pelo candidato em formação, o que gerava como consequência a desautorização da prática da psicanálise de modo independente, sem que antes o candidato tivesse sido admitido como membro da IPA (MILLOT, 2010).

Dessa maneira, em um momento de elaborações conceituais importantes no campo da cultura, confrontos políticos e divergências teóricas colocariam em risco o destino de aspectos cruciais da ética psicanalítica. Talvez não por acaso Freud tenha publicado entre 1937 e 1939, como últimos de seus textos, “Análise terminável e interminável” e “Moisés e o monoteísmo”, os quais disporiam, embora de modo diverso, questões relativas à formação do analista e à transmissão, em preocupação com os caminhos que a psicanálise levaria após sua morte. Ao abordar a análise didática no primeiro texto referido, Freud afirma que a tarefa da análise seria cumprida na medida em que a análise incompleta possibilitasse a convicção da existência do inconsciente em face da emergência do recalco na experiência analítica. Ao final, constrói a ideia de uma análise em episódios – em tempos de trabalho, portanto –, a qual poderia consistir

²⁰ Cf. Salles e Coimbra (2006).

numa tarefa sem fim. No entanto, tem o cuidado de afastar o mal-entendido de que a análise não possuiria um final, sendo efeito de uma prática, uma experiência.

A inquirição de Freud parece direcionar-se a um questionamento acerca do final da análise que poderia figurar tanto uma espécie de solução quanto uma não solução, ou ainda, reconhecendo um impasse cuja conclusão acena um limite para análise, no sentido do trabalho do analista como tarefa impossível “em que de antemão se sabe que o resultado será insatisfatório” (FREUD, [1939] 2018b, p. 115). Insatisfatório justamente por sua imprevisibilidade, pela não garantia, tanto para o analista quanto para o analisando, ou seja, por não produzir um resultado final que alcançaria uma expectativa prévia. Assim, Freud distancia-se de uma correspondência, erigindo uma dimensão de fratura. O que podemos extrair disso é o cuidado de um não fechamento que Freud demonstra ter com suas proposições, no qual, no decorrer do texto, ao mesmo tempo em que elementos são destacados por comporem uma condição característica ao tratamento analítico, essas condições mesmas apresentam seu furo e, com isso, suas possibilidades. Isso sublinha, na forma freudiana, uma convocação ética contrária à dogmatização.

Em “Moisés e o monoteísmo”, Freud ([1939] 2018a) recupera a categoria de trauma e como este pode levar não ao caráter aberto das identidades da diáspora, mas, ao contrário, ao dogma e ao delírio. O que as pessoas têm em comum, sugere, é um trauma, um conhecimento devastador, ressaltando, porém, o aspecto de “efeito de trauma”. Freud aborda, ainda, a passagem da latência como um ponto de aproximação entre uma experiência histórica e a neurose individual, ao indicar uma coincidência entre a neurose traumática e o monoteísmo judaico – asseverando que essa analogia constituiria, por sua vez, um postulado. Dessa forma, haveria um tempo que articularia esquecimento e repetição, elementos sob os quais se assenta a noção de verdade histórica então desenvolvida por Freud, na qual “a atualização do trauma implica uma temporalidade que investe retroativamente uma inscrição passada” (MIELI, 2002, p. 44).

Ao se referir ao fenômeno da latência na história da religião judaica, Freud oferece a explicação de que não haviam se perdido, na realidade, os fatos e os conteúdos intencionalmente negados pela historiografia oficial, dado que a informação sobre esses fatos teria persistido nas tradições que se conservaram no povo. Essas tradições, argumenta em seguida, ao invés de esmaecerem com o tempo, teriam se mostrado mais poderosas ao longo dos séculos, de modo a influenciar de maneira decisiva o pensamento e o ato do povo. Com isso, “uma tradição caída no esquecimento voltou a ter um efeito poderoso na vida psíquica de um povo” (FREUD, [1939] 2018a, p. 99).

Edward Said (2004), em uma conferência intitulada *Freud e os não europeus*, embora se contraponha a alguns aspectos desse texto, demonstra, de maneira pertinente, que “Freud mobilizou o passado não-europeu para minar qualquer tentativa doutrinária de assentar a identidade judaica em uma fundação sólida, seja ela religiosa ou secular” (SAID, 2004, p. 74-75), e que as meditações freudianas a partir de um ponto de vista judaico

[...] fornecem um esboço admirável do que acarreta semelhante condição. Mais ousada é a exemplificação profunda de Freud do *insight* de que até para as mais definíveis, as mais identificáveis, as mais obstinadas identidades comunais [...] existem limites inerentes, que as impedem de ser totalmente incorporadas em uma e, apenas uma, Identidade. (SAID, 2004, p. 81)

Nos dois escritos freudianos mencionados, podemos observar uma perspectiva de quebra de uma lógica identitária em relação ao que poderia ser forjado tanto por parte dos analistas, por meio de um procedimento sectário concernente ao tratamento e capaz de levar à complicada noção de modelo e de um padrão analítico, quanto por parte do que na cultura produz racismo pela via do um, da unidade. Ambos os casos se expressam por meio de fechamentos imaginários, e nas instituições psicanalíticas se correria o risco de haver a produção de uma coalescência desses aspectos.

Maud Mannoni indaga o impasse no qual a análise foi encoberta a partir do momento em que tenta introduzir estruturas “garantidoras” de sua transmissibilidade e da “qualidade” de um ensino ortodoxo. Ela examina que há nos textos de Freud a presença de um duplo discurso: um aberto a partir de uma fascinação com a ciência e outro no qual comparecem “os mitos e nos lembra que o saber nos engana” (MANNONI, 1982, p. 30). Sugere, com isso, que a teoria analítica estaria sob o risco de ser utilizada pelos sucessores de Freud como um “saber dominado” no qual a certeza toma o lugar do direito ao erro. Desse modo,

Freud, de sua posição de analista, nos coloca em guarda contra todo discurso totalitário. Não se pode dizer, porém, que Freud, como professor, tenha conseguido colocar seus discípulos ao abrigo do dogmatismo, ou mesmo ao abrigo de uma forma de esclerose na pesquisa. (MANNONI, 1982, p. 32)

A clivagem do eu, cuja importância Mannoni ressalta, esteve na obra de Freud embrionariamente desde 1894, como resistência interior à consciência do sujeito.

Entretanto, em 1938, essa noção estaria perdida, revestida pela *two body psychology*, pois, na história do movimento psicanalítico, a teoria tanto apresentou momentos de reforçamento em torno de uma primazia do analista quanto momentos em que se desfaziam as pretensões de um predomínio. Mannoni salienta, diante disso, a relevância de alguém como Ferenczi, que insistiu desde 1924 no perigo de reduzir a resistência a um puro conflito entre duas pessoas, e assevera que o perigo, como mostrado por Lacan na década de 1950, não estava restrito ao conseqüente obstáculo que se produziria numa análise diante de uma defrontação vivida pelo paciente fora de qualquer dialética, mas nos efeitos de tal posição teórica no analista, “identificado desde então a um perito (e conduzindo a cura à maneira de um psiquiatra)” (MANNONI, 1982, p. 38). Em face disso, adverte que

[...] as questões que surgem para o analista, no curso de sua prática, não podem ser reduzidas a simples questões de habilidade técnica. A opção teórica tem sempre um efeito sobre a posição mesma do analista na cura assim como sobre suas relações com o paciente. São obstáculos surgidos na cura que deveriam permitir ao analista o seu próprio questionamento (a resistência, dizia Freud, deve antes ser interrogada do lado do analista). (MANNONI, 1982, p. 38)

A história do movimento psicanalítico, sabemos, constituiu-se numa série de cisões e dissoluções institucionais que implicaram não apenas novas formações de grupos, mas toda a política da psicanálise. Conseqüentemente, os efeitos incidem diretamente sobre as análises dos analistas e sua formação, produzindo, por vezes, aberturas, mas também sectarismos. Consideramos que o campo de uma tradição psicanalítica, assim como o que podemos escutar enquanto transmissão, deslinda-se no compasso de inscrições que devem ser buscadas, por um lado, por meio da recomposição de experiências coletivas e seus testemunhos, alcançáveis em razão das produções escritas dos analistas em suas elaborações e formulações teórico-conceituais; por outro, no interior daquilo que compõe a própria experiência analítica, ou seja, nas histórias individuais.

Nesse sentido, as *passagens* tornam-se fundamentais, tanto no âmbito da travessia analítica, em seu trabalho de transferência, quanto em relação à subjetivação da teoria, nas transferências de trabalho e sua extensão à cultura. Na trajetória de Maud Mannoni, particularmente, é possível escutar não apenas conexões, mas uma mutualidade insistente entre interior e exterior, dentro e fora, em reflexões nas quais muito se interroga acerca

de um *meio ambiente* como “continuidade do ser” ou de um *espaço* de liberdade imprescindível à invenção e à criação que se estende como arrimo norteador aos questionamentos que endereça à psicanálise e, portanto, a ela mesma. Igualmente, interpelaria sobre o que é transposto de uma experiência de análise a uma vivência institucional que possibilite a sustentação de uma ética simbolizável e necessária de ser retomada no aspecto original e originário da psicanálise e sua transmissão. Ou seja, considerando as ressonâncias de um campo de saber erigido da prática, da experiência, o que torna indispensável o relançamento à sua dimensão subversiva e marginal, individualmente e coletivamente.

Reiteramos, assim, o questionamento de Maud Mannoni: essa mensagem que os analistas pretendem transmitir de geração em geração, de que é feita? O valor didático deve ser procurado do lado de um corpo ideal de doutrina ou do lado dos fracassos que encontramos, como um resíduo, em toda descoberta? Direcionamo-nos, à continuidade da tese, aos tempos da escrita dessa psicanalista, sua história e a da psicanálise.

3 MAUD MANNONI E OS *TEMPOS* DA ESCRITA

A escrita tem um efeito libertário, afirmaria Maud Mannoni em um de seus últimos livros (MANNONI, 1995a). Embora reportando-se à vida e à obra de alguns escritores, não seria diferente o alcance e o lugar da escrita em sua própria história. Acompanhando sua trajetória, é possível identificar a força de suas publicações, tanto para os leitores quanto para ela mesma, sendo que “é pouco frequente, até excepcional, que um psicanalista ofereça testemunhos permanentes dos motivos que fazem da psicanálise a razão, inclusive a paixão, de sua vida” (FENDRIK, 2007, p. 79, tradução nossa). Seus apontamentos se inserem em contextos nos quais a subjetivação da teoria encontra-se intimamente vinculada às suas vivências práticas, assim como às influências históricas e literárias. O cenário do movimento psicanalítico seria também persistente nessas elaborações, de modo que suas obras parecem conter o tom de um diálogo constante com os *tempos*: das narrativas; das experiências; dos acontecimentos históricos, das formulações teóricas; da *infância*, da *loucura* e da *psicanálise*.

Na escrita, Mannoni apresenta o testemunho de uma psicanalista que sustenta seu ato através do convite à palavra, combatendo o silenciamento mortífero que as situações hierárquicas e de opressão possuem. Atenta, mas também convocada pelos episódios traumáticos, seus textos pouco sistemáticos carregam a autenticidade tão característica de sua abertura teórica. Endereçada àqueles que a influenciaram, mesclou de forma original suas formulações, nas quais convoca a liberdade como luta constante, a liberdade da palavra e da criação. A psicanálise, esboça Lacan no seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, “é a manutenção viva da pergunta: *o que é a psicanálise?*” (LACAN, 1998b, p. 11). Assim entendemos se desenvolverem os livros de Mannoni, que carregam um questionamento incessante e nos quais “a criação se efetua, a partir de um acontecimento atual, com aquilo que pode ser transposto do passado, recriado numa Outra cena” (MANNONI, 1995a, p. 50).

Procuramos, então, neste capítulo, situar e circunscrever temas que cerzem e perpassam a obra de Mannoni, no tocante tanto aos significantes que nela se destacam quanto ao seu contexto histórico e às experiências que a determinaram – fontes constantemente repertoriadas pela travessia na qual a morada justa parece aquela em que a palavra, ao se alojar e se perder, institui o tempo. Tempo de instantes, de alegrias e agonias. Porque cada pretérito é princípio e desfecho, tom e cor do que tecemos, intervalo e impulso, urdido como fio de uma sonata, na beleza da solidão de um amanhecer.

3.1 Infância, loucura e psicanálise

Na música, a sonata é uma composição constituída por três movimentos que se relacionam quanto à tonalidade e contrastam quanto ao andamento, ao modo e à forma de expressão. Analogamente, escutamos, na obra de Maud Mannoni, três aspectos que podemos considerar como três modulações que atravessam sua trajetória, sua escrita e também sua própria história, em tons e contrastes, quais sejam: a infância, a loucura e a psicanálise. Mannoni entendia que, para o analista, somente é possível manter uma abertura ao inconsciente se, ao longo do tempo, ele souber conservar o acesso à criança e à loucura que existem nele. Acerca de sua aproximação e endereçamento ao retardamento e à psicose, Mannoni relata de modo instigante na defesa de sua tese de doutoramento, *El síntoma y el saber*:

[...] grande parte da imaginação temática sobre o retardo mental e a psicose foi formada antes de meu contato com os retardados e os psicóticos. Antes de qualquer elaboração teórica havia um conhecimento do inconsciente, que minha própria análise me permitiu alcançar. Mas as palavras com as quais pude relatar uma experiência devem-se ao meu encontro com Lacan e à análise realizada com ele. (MANNONI, 2001, p. 16, tradução nossa)

Mannoni conta que em sua infância participou, como “espectadora” e “atriz” ao mesmo tempo, de uma situação familiar na qual a inimizade entre ela e a irmã servia de sustentação à harmonia dos adultos. Para uma, seria atribuída a função de débil, em que sua falta de comunicação era objeto das conversas dos adultos, enquanto à outra foi designado o lugar de superdotada, com a condição de que não fizesse nada de construtivo com seus dons. Assim, a segunda revelava, por meio de crises de caráter, as dificuldades que sua mãe possuía como mulher, encontrando nesta uma oposição que a faria abandonar os estudos e refugiar-se na música, quando tentava apoderar-se de um saber em seu próprio nome. A primeira, aos seis anos, encontrou sob os sinais da debilidade as referências de uma nova identidade, quando separada da cuidadora indígena que havia construído seu universo, perdendo o uso de sua língua materna e as palavras com as quais se comunicava. Desse modo, descreve Maud, “a débil ficou como que dividida em dois. Deixou sua inteligência na Índia com sua língua e a memória de uma infância perdida”. Na Europa, tornou-se espectadora do que acontecia ao seu redor, “inclusive uma espectadora de si mesma” (MANNONI, 2001, p. 17, tradução nossa).

Em Mannoni, a experiência analítica e a da escrita parecem compor um tempo moebiano, em que dentro e fora percorrem verso e reverso de um infundável retorno. Sendo impossível alcançar o real pela palavra, a escrita pode restar e operar como efeito de uma experiência sobre a qual algo de possível realiza-se como ponto de basta. Portanto, não se trataria, por exemplo, em relação à escrita, de uma resolução última ao final de uma análise, equação terminal de uma chegada “gloriosa”, de um desfecho no qual o analista alcança a homeostase de uma “super elaboração” e apresenta um produto (qualquer que seja). Em cada um dos textos de Mannoni, impulsionados também por questões que tocam à sua experiência particular, encontramos a continuidade entre prática e teoria, âmbitos de junção e disjunção que a enviam ao coletivo. Com isso, os pontos de basta seguem por serem feitos, permitindo uma contínua operação de confronto e criação ao viver. São testemunhos de uma travessia na qual se passa “a vida a passar o *passe*”.

O destino de uma análise, propõe Paolo Lolo (2015), deslinda-se numa experiência de espera que não seria passiva, mas de criação, e essa experiência acontece desdobrada numa tensão através da qual se produz um novo tempo, descrito como o tempo do trânsito de um lugar para outro. Ao tomar como referência as passagens cobertas de Paris, referidas por Walter Benjamin, o autor localiza essa tensão como um lugar de passagem que cobre, ainda, uma tensão entre passado e presente. Aproxima a *história* e a *psicanálise* a partir de uma alegoria na qual o “anjo” chamado por Benjamin de história seria coincidente com o “anjo” da psicanálise, sob o qual a interpretação produz “esse sopro que impulsiona para o futuro e se pode chamar de esperança” (LOLO, 2015, p. 22).²¹

Ao se referir à imbricação entre teoria e análise – consideração igualmente útil como questionamento ao dogmatismo doutrinário para o qual se levava o ensino de Lacan –, Maud Mannoni pontua que a teorização, em certo tempo, faz parte integrante do processo analítico, pois, “o que ali se introduz, num registro de verdade, só pode manter sua agudeza analítica se se afirmar através de uma diferença (suscetível de alimentar o corpo teórico freudiano)” (MANNONI, 1982, p. 26). Essa diferença desponta de maneira profícua no percurso dessa psicanalista, empenhada por compreender o que se produz nos intervalos, no entre-dois das passagens ou nas fronteiras das quais um sujeito pode

²¹ Essa alegoria é construída a partir do quadro de Paul Klee, *Angelus Novus*, comprado por Benjamin em Munique, em 1921, e do qual este se vale para a representação desse lugar de passagem onde há uma tensão entre passado e presente. Ao descrever a pintura, Benjamin conta uma história na qual um anjo “parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. [...] Voltou o rosto para o passado” (LOLO, 2015, p. 21).

emergir ou se aprisionar. Entendemos que essa teorização imbricada ao transcurso analítico é fundamental, devendo extrair dele, sobretudo, seu efeito de singularização. Como bem nos mostra Marco Antônio Coutinho Jorge (2006c), na análise pessoal existe a transmissão de *uma* psicanálise, a qual se realiza, radicalmente, de *um* a *um*, e onde, em cada análise de *um* sujeito com *um* analista, a transmissão sobrevém e causa *um* psicanalista. Assim, a transmissão da psicanálise acontece quando um psicanalista, ao se apropriar da palavra, articula análise pessoal e ensino teórico, portanto, o particular de cada caso ao universal da teoria; esse processo ora “remete o analista à análise pessoal, ora ao ensino teórico, e, em ambos os casos, introduz na disciplina da psicanálise, na condição de saber, algo que é da ordem do singular” (COUTINHO JORGE, 2006c, p. 99).

Em suas publicações, como indicamos, Maud Mannoni seria impulsionada por interpelações derivadas da infância, da loucura – naquilo que também lhe seria próprio e em virtude de experiências em instituições asilares (psiquiátricas e educacionais) – e da psicanálise – desde o lugar de uma travessia analítica da qual adveio analista até a psicanálise como campo de saber, em sua extensão e derivas institucionais. Cada uma dessas fontes, passíveis de serem entendidas nas mais diversas acepções de movimento – assim como em seu caráter de ruptura – seja político, teórico, clínico, institucional, pessoal, social, cultural, permitem singrar, por tempos entrecruzados, sua obra. Essa imbricação é bastante rica em contribuições, visto que permite alcançar os tempos e expressões da dialética entre sujeito e cultura.

Vale lembrar que Freud, ao não recuar de escutar a cultura e a sociedade, subverteu a leitura sobre as relações individuais e coletivas, insistindo que a psicanálise não seria uma visão de mundo, mas uma prática que tem como esfera o sofrimento do sujeito no tempo em que vive, esclarecendo que “as alterações psíquicas concomitantes ao processo cultural são notáveis e inequívocas. Elas consistem em um deslocamento progressivo das metas pulsionais e de uma restrição das moções pulsionais” (FREUD, [1930] 2019c, p. 68). Essas “forças explosivas” aparecem no tratamento por meio do amor transferencial, que Freud compara a um “espírito do submundo”, que uma vez invocado à superfície não deve ser mandado de volta “sem ao menos lhe fazer uma pergunta” (FREUD, [1915] 2020b, p. 171). Assim, as discussões erguidas ao campo da cultura seriam, conseqüentemente, compostas por uma dimensão clínica irremissível, na qual a prática é permeada pelo que se decalca da vida social na vida psíquica do sujeito e que é relançado como pergunta ao campo dos laços sociais, reflexão que compreendemos

também indispensável à formação do psicanalista e que foi fortemente enfrentada por Maud Mannoni.

Durante os anos 1960, Mannoni faz então sua passagem à escrita e revela um estilo particular que lhe permite manejar seus significantes próprios com aqueles da psicanálise. Subjetiva a teoria, singularizando suas experiências sob a insígnia de um nome próprio. Ela se faz autora.²² “É meu primeiro livro”, diria, “que considero ainda hoje o melhor, o mais autêntico, o mais original”, o qual a remeteria “ao aspecto insustentável de ter ocupado desde a idade de 25 anos uma função de analista” (MANNONI, 1990, p. 38). Relata que esse livro permitiu fazer a leitura de um trajeto realizado com os pacientes, e assente que “nesse jogo de xadrez que constitui uma análise, eu adquiro através da escrita um melhor conhecimento dos peões” (MANNONI, 1990, p. 112). Conta, ainda, que, dedicado a um pai morto, esse escrito fala essencialmente do passado e

[...] pode-se dizer que ele me liberou, no presente, dos que passaram. A partir de então me sinto mais à vontade para situar, com um cuidado didático, alguns aspectos de uma prática. A solidão do analista, por sua vez, está ligada a uma dimensão de *impostura*, quando lhe parece antecipar o que a experiência só lhe revela em posteridade (*après-coup*). (MANNONI, 1990, p. 112)

Em *A criança retardada e a mãe*, publicado em 1964, Maud Mannoni desenvolve a noção de *fantasma parental* e interpela a partir do campo da debilidade mental o lugar do filho na fantasia dos pais.²³ Mannoni dirige-se, nesse momento, às implicações desse lugar-sintoma sobre o qual é necessário ouvir, diante do discurso coletivo acerca da criança, de onde vem a demanda que se articula ao lugar da angústia que vai acompanhá-la ao ser tida como diferente das outras e cujo sintoma vai servir, por vezes, para ocultar

²² Na conferência *O que é um autor?*, Michel Foucault, com quem Maud Mannoni estabeleceu vários diálogos, propõe subverter a noção de autoria, isto é, a definição de autor como indivíduo histórico ou jurídico criador de determinada obra. O filósofo defende a ideia de que um autor é aquele que, por intermédio de um livro, uma teoria, uma tradição ou mesmo uma disciplina, produz algo mais extenso do que sua obra. Essa torção é interessante, por um lado, na medida em que permite considerar o que Foucault denomina como a capacidade de criar uma obra permeada de signos comandados menos por seu conteúdo do que pela própria natureza significante. Por outro lado, consideramos ser fundamental escutar os sujeitos históricos enredados às experiências que o permeiam e a partir das quais imbricam-se suas escolhas e formulações. Ou seja, o sujeito é artífice e parte, ao mesmo tempo, de uma condição histórica, o que preserva a dimensão de conflito necessária ao entendimento das relações coletivas e do que concerne ao próprio sujeito no tempo em que vive.

²³ Vale pontuar que Maud Mannoni, com esse livro, foi a primeira autora a inaugurar, nas edições da Seuil – editora criada por Lacan após a fundação da Escola Freudiana de Paris –, a coleção Campo Freudiano.

um drama familiar para além dela, firmando-se uma relação simbiótica com a mãe e da qual o pai se exclui.

Resultaria disso a produção de um certo “tipo” de mãe de uma criança “anormal” cuja doença, por mais orgânica que seja, assumiria no outro uma função em que o investimento incide como causador de uma “alienação suplementar” do doente. Lacan, em seu seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, proferido nesse mesmo ano e do qual Maud participava, alerta que a função do significante não deve ser reduzida à nomeação, ou seja, a uma “etiqueta colocada sobre uma coisa” (LACAN, 1998b, p. 225), pois, quando não há intervalo entre o S1 e o S2, e essa primeira dupla de significantes se solidifica e holofraseia, apresenta-se o modelo de toda uma série de casos – ainda que, em cada um, o sujeito não ocupe o mesmo lugar –, a exemplo da criança débil, reduzida a ser um suporte da mãe e de seu desejo. Sendo assim,

[...] num termo obscuro, que se introduz na educação do débil a dimensão do psicótico. É precisamente o que nossa colega Maud Mannoni, num livro que acaba de sair, e cuja leitura lhes recomendo, tenta designar àqueles que, de um modo qualquer podem ser comissionados a levantar sua hipoteca. (LACAN, 1998b, p. 225)

Acarreta-se, assim, uma situação em que os pais, educadores, médicos, analistas e todos os que vão lidar com a criança, ao contrário de entendê-la como sujeito dotado de desejos próprios, integram-na como objeto de cuidados nos diversos sistemas de recuperação, privando-a do direito à palavra. Colette Audry, no prefácio de *A criança retardada e a mãe*, expressa que o livro “prende o leitor com histórias impressionantes. Mas nem por isso é uma obra fácil. [...] Maud Mannoni exige a coragem de nos reconhecermos e de nos comprometermos”, dado que, “só assim podemos recolher o verdadeiro fruto das pesquisas e das observações da autora” (AUDRY *in* MANNONI, 1988, p. IX).

Na sua introdução, Mannoni situa esse estudo no campo da tradição freudiana mais autêntica, naquilo que esta revelou sobre a importância da história subjetiva para a constituição e compreensão dos distúrbios psicopatológicos. Além disso, relaciona-o ao que Lacan apontou enquanto inconsciente estruturado como um discurso, de onde adviria todo o simbolismo ligado ao nascimento, à parentalidade, ao corpo próprio, à vida e à morte. Afirma que seu trabalho “poderá ser encarado como a extensão dessa orientação a um terceiro campo até aqui negligenciado – o dos retardamentos mentais”, e exprime que

[...] se a obra de Freud se abria na direção, ainda inexplorada, da palavra, a crença na natureza orgânica de certas afecções continua, apesar disso, a nos influenciar de modo ambíguo: teoricamente, um melhor conhecimento dos fatores orgânicos deveria simplificar e reforçar os nossos meios de ação; mas, muitas vezes, a crença inicial no caráter determinante dos fatores orgânicos serve deploravelmente de desculpa à nossa incapacidade. (MANNONI, 1988, p. XVII)

A assertiva de Mannoni mostra, também, em sua postura questionadora peculiar, o fechamento dos analistas à pesquisa, evidenciando uma recusa a esse desconhecido, aquele no qual a dimensão do estranho se faz notar como estrangeiro, marginal, anômalo. É a rejeição do que desponta como mais obscuro e infamiliar que nossa autora corajosamente busca enfrentar. Ela descreve que esse “livro é o relato de tentativas, erros, avanços e descobertas que não devem grande coisa às posições teóricas tradicionais” (MANNONI, 1990, p. 38) e observa, nesse escrito, a marca de um *rito* no qual “se produz ali uma ruptura com um tipo de análise realizada até então fora da instituição familiar” (MANNONI, 2001, p. 15, tradução nossa). Também esclarece que foi criticada pela “confusão” introduzida entre debilidade e psicose, sobre a qual afirma que:

Em meus dois primeiros livros (1964, 1967) retomei esse assunto, mostrando – a propósito da debilidade mental e da psicose – que somente o esclarecimento mútuo evitaria a perda do que realmente está em jogo em um tratamento. Se dei lugar também à etiologia orgânica de certos transtornos, foi sobretudo para mostrar que isso não excluía de modo algum uma abordagem psicanalítica do problema. (MANNONI, 2001, p. 15, tradução nossa)

O interesse pelo retardamento dispôs-se para Mannoni em um contexto no qual os psicanalistas não se interessavam por essa questão e, mais ainda, rejeitavam-na. Além disso, em *A criança retardada e a mãe*, inaugura sobretudo, retrata Roudinesco (1998, n. p), “um novo estilo de intervenção freudiana, em que se mesclam a revolta e o rigor teóricos. As autoridades das instituições freudianas jamais lhe perdoarão a verve apaixonada”.

Nessa obra, ao encarar o infamiliar que reenvia cada um diante da teoria às frágeis explicações e à ignorância – teoria tanto referida ao saber psicanalítico quanto, podemos dizer, àquela formulada sobre a nossa própria história –, interpela a comunidade analítica quanto ao caminho investigativo das impressões infantis que nos marcam e das quais se desvelam os impasses da relação subentendida “natural” entre pais e filhos. Dito de outro modo, por meio da pergunta lançada por Audry: o que haveria de comum à nossa

compreensão entre o “homem dos lobos” e nós mesmos? Isso implica o trilhamento de certas impressões de um *delírio* infantil que permite interrogar as experiências que são, justamente, as do caminho de formação. Isso porque, numa travessia analítica, as experiências infantis e atuais se ligam ao trabalho, tal qual o sonho, e implicam um enfrentamento das modalidades de gozo que marcam singularmente o corpo, com suas consequências à fantasia e ao destino pulsional, quebrando a perspectiva de uma “naturalidade” que renega as “aberrações” que são parte da história de cada um. A pretensão de uma integridade do *eu*, supostamente encontrada ao final de uma análise, produz um velamento da estranheza de nossa condição e, nesse sentido, da estranheza do outro, impedindo que se possa, portanto, escutá-lo.

As primeiras publicações de Maud Mannoni, convém localizar, desenvolveram-se em um cenário no qual a França havia se firmado como um Estado forte e estabilizado depois da ascensão do pós-Guerra, período denominado pelo historiador Eric Hobsbawm (1995) como a “Era de Ouro” na Europa. No entanto, o confronto das duas superpotências que emergiram depois da Segunda Guerra Mundial dominou o cenário internacional na segunda metade do século XX, no qual gerações inteiras criaram-se à sombra de batalhas nucleares globais passíveis de uma eclosão que “não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária” (HOBSBAWM, 1995, p. 224) na instituída Guerra Fria. Durante um primeiro período, até os anos 1970, a situação mundial encontrava-se razoavelmente segura por conta de um sistema internacional de economia integrada, exercido, em grande medida, nas fronteiras de Estado e também sob as barreiras da ideologia de Estado. Esse foi, igualmente, um momento de significativos impactos na transformação social e cultural, assim como não deixaria de constituir, ao mesmo tempo, um conformismo sustentado por uma aceitação sem discussão da autoridade do governo, da família e da religião, como igualmente da rígida subordinação das mulheres aos homens e dos filhos aos pais, em um tempo de racismo e repressão sexual.

Instauraram-se, nessas circunstâncias, políticas estatais de incisivo controle, cuja assistência conduzia-se como uma alternativa para a manutenção do Estado do bem-estar social. Mannoni diria, acerca das instituições: “tratei do problema que elas colocam ao referir-me ao peso da administração, peso particularmente temível no caso de um Estado forte, isto é, numa situação democrática” (MANNONI apud ESCOBAR, 1974, p. 81). Nossa autora estava atenta à aliança que esses ideais acabavam por impor à política de assistência, no fim das contas, em nome de sua preservação, resultando em controle e

busca de normalidade. Apontou, por exemplo, que a vigilância obrigatória dos denominados transtornos mentais produzia uma situação em que a escola seria continuada pelo hospital; com isso, os desajustados, em números crescentes, eram considerados o sintoma da enfermidade das instituições. Ela alerta, então, que “uma formação que só tem por finalidade a produção e a competência, e que se apresenta proporcionando *meios de vida, só impede de viver*” (MANNONI apud ESCOBAR, 1974, p. 78).²⁴

Maud Mannoni avaliou, além disso, que o serviço maior que a psicanálise, como ciência, teria a oferecer seria de não se enveredar pelo discurso administrativo, visto que, “nos últimos anos a psicanálise se converteu em cataplasma, ao invés de interrogar as estruturas em que o sujeito se vê aprisionado” (MANNONI *in* ESCOBAR, 1974, p. 79), reflexão oportuna às interrogações das quais não devemos nos furtar nos tempos atuais. Em sua prática institucional, particularmente no serviço em Ville-Évrard, que fora convidada a integrar em 1964, relata encontrar nesse asilo

[...] os esquizofrênicos e paranóicos descritos por Lacan. Prisioneira do Instituto, sinto ali a extensão de minha impotência. Certos pacientes hospitalizados por 20 anos, que fizeram do asilo seu lar, não querem mais sair. Uma estratégia de “cuidados” é no entanto acionada por meio de mediações introduzidas (clubes, reuniões, trabalho) cuja função é abrir a relação estereotipada do paciente para o mundo exterior (a que os analistas chamam possibilidades de simbolização). Todo discurso inscreve-se no entanto num lugar tornado carcerário pelos usos administrativos. (MANNONI, 1990, p. 51)²⁵

²⁴ Meios que continuam, nos dias atuais, sob outras vestes, a instaurar padrões de opressão à expressão do sujeito. Nas instituições cada vez mais empreendedoras, físicas ou virtuais, uma inversão nociva parece compor, através da ilusão de que tudo podemos dizer entre redes, conectados, a face obscura em que a palavra e a imagem multiproliferadas e visualizadas mostram, muito mais, impossibilitar a apropriação do desejo pelo sujeito. Instauram-se vazias e mortíferas. Assim, se os ideais virtuais sustentam a miragem da correspondência e a pseudoliberalidade daqueles que podem “comandar” o tempo de uma servidão voluntária, os *meios de vida* apenas podem responder como impeditivos do viver, uma vez que se encontram a serviço de um sistema social que prega incessantemente o sucesso e seus *likes* como referencial e a “competência” ou o “sucesso” como procura de um avatar individualista e de extrema produção. Não há, evidentemente, lugar para o tropeço, a falha, a alteridade, somente possíveis fora de uma identidade de cola imaginária e da massificação dos indivíduos, inscritas na aviltante divisão de classes. Aqui se mantém, na aurora dos tempos, a insígnia da exploração sobre a qual insistimos em permanecer.

²⁵ É interessante pensar, com isso, a lógica de relações estereotipadas estabelecidas por meio do que hoje se manifesta como uma política do “autocuidado”. Vemos a administração desses autocuidados acontecendo sob diversas maneiras de manutenção da qualidade de vida, disseminadas em orientações multipropagadas, seguidas, curtidas, reproduzidas ao arrastar das *timelines*, cada vez menos singularizadas. O efeito autômato parece audível na angústia que decorre do lugar de objeto cultivado sob o *slogan* do empreendimento de si, seja por qual motivo for. Vemos, além disso, por exemplo, os artistas condenados a fazer da sua arte uma constante divulgação que lhes retira, como escutamos em algumas análises, a relação mais genuína com a própria criação, já que a divulgação constante nas redes sociais exige um gasto de tempo e energia, e se não o fazem, são “retirados do circuito”. A palavra de ordem é visibilidade, um imperativo que mina a criação enquanto causa e dirige-se lamentavelmente muito mais à repercussão. O pensamento e suas produções, por vezes, viram cárcere da administração de sua divulgação.

Mannoni descreve, ainda, que ao longo dessa experiência seriam os pacientes que a possibilitaram compreender os “limites do território a respeitar”. Ela conta ter necessitado de tempo para absorver o sistema de regras, convenções e interdições que organizavam as relações entre os indivíduos nesse lugar e narra uma situação na qual, ao adentrar de maneira não combinada uma sala de televisão reservada aos doentes, foi agredida, devendo sua salvação a um enfermeiro de passagem. Entendeu, em sua estadia, que “modelados pela instituição psiquiátrica, os pacientes agem na verdade para aumentar sua paralisia” (MANNONI, 1990, p. 51).

Crítica das diversas formas de opressão social, seus questionamentos passariam também por posicionamentos políticos que envolviam o plano da sociedade francesa, como, por exemplo, no caso da guerra da Argélia, contexto no qual uma ampla faixa da intelectualidade na França esteve num confronto anticolonialista. Mesmo o conflito argelino tendo favorecido a expansão de uma nova esquerda, “os psicanalistas combatem o engajamento político, apesar do interesse que sentem por um freudismo mais ‘existencialista’ e menos médico” (ROUDINESCO, 1988, p. 297). Dois dentre eles, apenas, Maud Mannoni e Jean-Bertrand Pontalis, assinam o *Manifesto dos 121* sobre o direito à insubmissão na Argélia, sendo assim necessário

[...] aguardar o advento da quarta e quinta gerações para ver surgir na comunidade psicanalítica um questionamento anti-imperialista, marxista, libertário ou de esquerda. Entre 1958 e 1963, o meio permanece sentado com certo conforto, encontrando no gaullismo a expressão de um ideal expansionista consoante com seus modos de representação do poder. (ROUDINESCO, 1988, p. 297)

A análise feita por Maud Mannoni compreende o problema em torno do qual era construído o lugar de doente, por meio do controle sobre as crianças e jovens tidos como anormais. Sua prática se estenderia numa reivindicação em favor dos marginalizados e contra os conservadorismos na psicanálise, além de retorquir o aparelho econômico de subjugação e repressão social capitalista. Diria, sobre o papel político dos psicanalistas, “que a psicanálise, enquanto discurso científico, deve poder ir o mais longe possível na subversão de todas as ideologias, para poder dar lugar, num dado momento, a outro discurso”, mais especificamente, em relação às “ideologias que permanecem presas no puro registro do imaginário” (MANNONI apud ESCOBAR, 1974, p. 83).

Em a *A criança, sua “doença” e os outros*, publicado em 1967, Mannoni denuncia a segregação que atingiu um grande número de crianças que viviam sob o signo da

loucura, tanto psicóticas quanto débeis, e afirma que a criança “doente” não se limita ao seu lugar no contexto do mito familiar, mas entra conjuntamente nas dimensões formais do mito social do seu tempo. No plano social, engendra-se um acordo com o adulto rotulado “louco” equivalente a uma condenação da qual não se pode mais sair, sendo o confinamento e a segregação sob os quais é mantido o “doente” perpetuadores de um equívoco impeditivo de sua cura. As crianças nomeadas como loucas, por sua vez, ficam aprisionadas duplamente numa dimensão de objeto que impede a emergência de um sujeito que possa dispor de sua palavra.

Neste que é seu segundo livro, ao retomar, do ponto de vista da técnica, as vicissitudes teóricas da psicanálise com crianças, Mannoni recobra as consequências problemáticas das quais resultam a relação primária entre sujeito e objeto, condição sob a qual se designava, demasiadamente, a clínica com a infância. Ela preocupa-se em demarcar, junto aos analistas de sua geração, a radicalidade de que a psicanálise de crianças é a psicanálise, sendo preciso atravessá-la com rigor e seriedade, sem eximir-se do que lhe é próprio, mas sem com isso cair na perspectiva de uma especialidade. Nossa autora relata que esse escrito foi realizado em um período em que ela tinha como interlocutores privilegiados Lacan, Dolto e depois Winnicott e Laing, momento no qual tentou “pôr em evidência o que provém de um mal-estar coletivo” (MANNONI, 1990, p. 48).

Alguns de seus capítulos foram objeto de um debate no Instituto Psicanalítico de Londres, ocasião em que narra ter escutado o lamento de Winnicott de não ser possível aos adolescentes psicóticos, em momentos de crise, encontrar “um lugar para delirar sem que o delírio fosse imediatamente cortado por uma quimioterapia apressada”, e também de que “o analista receba tão mal o desmoronamento de um adolescente” havendo, constantemente, uma “preocupação de *corrigir*, de *pôr em pé* um sujeito que pede uma ruptura e que deve poder existir primeiramente na recusa” (MANNONI, 1990, p. 48). Tais aspectos, para os quais Mannoni endereçava suas reflexões, revelam o tipo de questões que a mobilizaram, assim como a curiosidade e receptividade sensíveis ao que move um analista à escuta do sujeito do inconsciente, para além de uma teoria fechada. No referido escrito, formularia, a partir de casos clínicos, de que maneira os limites que o analista encontra com um paciente ou outro concebem os limites mesmos do analista, diante da possibilidade de suportar ou não a prova em que é enredado. Com isso, considera que o analista que permite se interrogar pela loucura, aquiesce a se confrontar com o campo de seu próprio inanalizado, ponto cego no qual residiria sua disposição

terapêutica. Podemos acrescentar que isso residiria, ainda, em um trabalho de luto dos seus ideais.

Este seria, igualmente, o ano das Jornadas da Escola Freudiana de Paris, realizada com o tema das psicoses da criança, acontecimento de grande importância clínica e institucional. Organizadora desse evento, Maud Mannoni enfrentaria uma resistência feroz sob a qual a entronização do ensino de Lacan, à sua revelia, firmava-se de modo proselitista pelos discípulos. Ela alega, por exemplo, acerca das atividades da Escola Freudiana de Paris, que a presença de “clãs” que se opunham uns aos outros por razões de política interna não deixava ganho algum para a psicanálise infantil, que era reduzida, ao contrário do que se daria na Inglaterra, à “categoria de primo pobre”, transformada, na estrutura hierarquizada da Escola Freudiana, em “um ramo ‘aplicado’ da análise” (MANNONI, 1990, p. 33).

É interessante assinalar que desde 1964, como relata Roudinesco, a história da psicanálise na França encontrava-se submetida à do lacanismo, “como sintoma de uma implantação derradeira ao freudismo no solo nacional” (ROUDINESCO, 1988, p. 397). Se, por um lado, isso representava uma tentativa importante de recuperação da obra freudiana, em face das deturpações da teoria e da clínica, produzidas sobretudo pelos norte-americanos por meio da sua *Psicologia do Ego*, por outro, as demais sociedades não lacanianas, embora tivessem sua história específica e interna, seriam decifradas por meio do movimento lacaniano que ocupava “uma posição motora, a partir da qual os outros movimentos são obrigados a se determinar, por vezes ao preço do silêncio” (ROUDINESCO, 1988, p. 397). Mannoni consegue, no entanto, a participação dos psicanalistas ingleses, em uma circunstância na qual os franceses estavam ensimesmados nas suas próprias formulações. Sobre esse evento, ela afirmaria que, para tirar a Escola Freudiana de um torpor,

[...] tomo eu mesma a iniciativa (mas Lacan está de acordo) de organizar, com a ajuda de Ginette Rimbault e Christian Simatos, as Jornadas de Estudos sobre as Psicoses das Crianças. Organizo tudo sem dinheiro nem recurso. As cotizações pedidas chegam entretanto a cobrir os gastos. Os ingleses são alojados em casa de amigos: nós só podemos pagar a viagem. Lacan paga de seu próprio bolso o coquetel, em homenagem à des-razão, dois universos se afrontam nessa ocasião: a certeza dos franceses a respeito de um saber sobre a loucura e a interrogação dos ingleses a partir da identificação com o paciente (que os leva a fazer de maneira surrealista a apologia da loucura). (MANNONI, 1990, p. 56)

Acompanhada de G. Raimbault, Maud visitou Winnicott em Londres para convidá-lo a participar do congresso. Lacan desejava a presença do grande terapeuta inglês, mas ambos tiveram relações sempre complicadas em vista de suas divergentes posturas perante a IPA. Winnicott envia o texto prometido sobre a esquizofrenia para ser lido no colóquio e anuncia ter sido obrigado a modificar sua decisão de comparecer presencialmente às jornadas porque, como relata Mannoni, foi chantageado sob a ameaça de que seus livros, em vias de tradução, não seriam publicados na França caso ele se comprometesse com Lacan. Por essa razão, os únicos não lacanianos presentes eram Torquelles, Laing e Cooper, com os quais seria travado um primeiro confronto entre o ponto de vista estrutural francês e as concepções existenciais inglesas.²⁶ Mannoni descreve que Lacan “mede contudo toda a importância do confronto e impõe, graças à sua autoridade, os conferencistas [...] à assistência medusada” (MANNONI, 1990, p. 57), ao mesmo tempo, atento ao procedimento sartriano dos ingleses, ele os interroga

[...] se a mirada antipsiquiátrica não carrega nela mesma seu limite e seu logro. Ele insiste na importância da maneira de situar os problemas em relação a um eixo que permita aos médicos (mas também aos doentes) não se deixarem aprisionar pela questão que eles colocam, no quadro armado para recebê-la. (MANNONI, 1990, p. 57)

Em “Alocução sobre as psicoses da criança”, comentário escrito como conclusão da jornada, Lacan profere na abertura desse texto, no qual fala sobre segregação e liberdade, seus agradecimentos a Maud Mannoni,

[...] a quem devemos a reunião destes dois dias e, portanto, tudo o que deles se pôde tirar. Ela teve êxito em seu objetivo, graças à extraordinária generosidade, característica de sua pessoa, que a fez esforçar-se junto a cada um pelo privilégio de *trazer, de todos os horizontes*, quem quer que pudesse responder a uma *pergunta que ela faz sua*. Após o que, apagando-se diante do objeto, ela fez interrogações pertinentes. (LACAN, 2003a, p. 359, grifo nosso)

Nesse escrito, Lacan problematiza a liberdade não sem antes sublinhar uma conjugação presente em torno da criança, da psicose e da instituição, as quais pareceriam naturalmente “que em parte alguma se evoque com mais constância do que nesses três temas a liberdade” (LACAN, 2003a, p. 360). No entanto, sua crítica incide acerca do que

²⁶ Toda a corrente interna do lacanismo, por sua vez, comparece: Françoise Dolto, Jenny Aubry, Rosine Lefort, Ginette Raimbault, René Tostain, Anne-Lise Stern, Ginette Michaud, Jean Oury e, claro, Maud Mannoni (ROUDINESCO, 1988).

chamou de uma bandeira ideológica sob a qual se instaurou modas e métodos em que o sujeito era convidado a “se dizer” naquilo que era entendido como manifestações da sua liberdade. Ele questiona se “não será essa uma perspectiva meio estreita, quer dizer, será que essa liberdade, suscitada, sugerida por uma certa prática dirigida a esses sujeitos, não traz em si seu limite e seu engodo?” (LACAN, 2003a, p. 360). Passando então pelo lugar da criança psicótica e pela questão de uma instituição articulada a esse campo, interroga a presença de uma relação baseada na liberdade, situando algo fundamental ao considerar, para isso, a necessidade de que se apreenda uma referência na qual, por um lado, os analistas não se prendam numa certa cilada em seu trabalho, e por outro, percebam em que repousa a correspondência da qual se é prisioneira.

Em tal contexto, a liberdade como temática advinda de produções ideológicas seria “o problema mais intenso de nossa época, na medida em que ela foi a primeira a sentir o novo questionamento de todas as estruturas sociais pelo progresso da ciência” (LACAN, 2003a, p. 360). Pensada no âmbito das relações institucionais e no seio da comunidade analítica, ela foi fortemente indagada por Mannoni, que chamou atenção para o fato de que

[...] todo sujeito, paciente ou analista, tem na verdade tendência a projetar no quadro de uma instituição ideal seus próprios sentimentos de impotência infantil e seu desejo de reencontrar um poder perdido, participando assim, de uma maneira paradoxal, dos mecanismos de seu próprio internamento. Uma instituição (e a instituição analítica aliás não escapa a isto) corre pois perpetuando o risco de se orientar para uma forma de totalitarismo que, por fim, destila a morte. (MANNONI, 1990, p. 74)

É possível perceber, na alocação proferida por Lacan, particularmente na relação entre a criança, a psicose e a instituição, a devida presença de problemas levantados por Maud Mannoni, emanados intensamente nos seus primeiros livros e expressos no interior da EFP por meio do vigoroso empenho em sustentar a psicanálise de crianças, assim como a clínica com a psicose, além do combate ao segregacionismo doutrinário. Cabe assinalar, aliás, a influência de Mannoni em “Nota sobre uma criança”, texto de Lacan de 1969, originalmente endereçado a Jenny Aubry, membro da EFP. Em seu argumento, ele aponta a relação fantasmática entre os pais e a criança, cujo sintoma revela a verdade do casal parental, enfatizando, contudo, que quando a função paterna não incide como mediação entre o ideal do eu e o desejo da mãe, prevalece o efeito da fantasia materna, portanto, da subjetividade da mãe. O sintoma não seria o resultado de uma articulação das funções do

pai e da mãe propriamente, mas correlato à fantasia desta última. Formulação em estreita consonância com as elaborações de Mannoni em seus textos.

Retornando à jornada, nesse evento, ocorrido em um cenário francês no qual o movimento antipsiquiátrico “cruza a história da psiquiatria e a da psicanálise pela via lacaniana” (ROUDINESCO, 1988, p. 531), as concepções da antipsiquiatria foram então largamente difundidas com a tradução das principais obras de Laing, Cooper, Basaglia e Szasz. Os trabalhos que resultaram desse encontro foram publicados com o título de *Enfance aliéénée* em dois volumes da revista *Recherches*, com seguidas reedições. Além disso, Maud Mannoni publicaria *Psiquiatria e antipsiquiatria* na coleção do Campo Freudiano, sendo este o único livro oriundo dessa corrente a ser publicado numa coleção de psicanálise. Roudinesco (1998) descreve que esse encontro pareceu um prelúdio à contestação dos estudantes – que viria a se consolidar nos atos insurgentes do movimento contestatório do Maio de 68 – e destaca que no discurso de encerramento Lacan anuncia que a sociedade ocidental entrava na era de uma segregação cada vez mais subliminar. Sobre a festa de encerramento, declara emocionada Mannoni, “não tem nada de um coquetel protocolar. Uma dimensão de amizade une as pessoas presentes e aproxima-as em suas diferenças (os sobre-adaptados e os loucos)” (MANNONI, 1990, p. 57), porém finaliza alegando que “nunca mais se repetirá a qualidade deste encontro” (MANNONI, 1990, p. 58).

Mannoni abria, como retrata Lacan, horizontes a partir de uma pergunta que faz sua, demarcando, assim, um lugar determinante no movimento psicanalítico pela ousadia em explorar terrenos áridos e espinhosos, menos à teoria psicanalítica do que aos psicanalistas. Seu dinamismo, do qual resultou a realização desse evento, evidencia o lugar ativo em que se encontrava e a movimentação presente em sua obra sob a forma de constantes interlocuções e de um forte interesse pela disparidade. Vemos, com isso, o acionamento de um campo de pesquisa endereçado à alteridade que seria convocada, reivindicada e vivenciada, no percurso da autora, por meio de um dizer, ou melhor, um semidizer próprio, desalienado de um mimetismo engessado. Isso se daria nas escolhas empreendidas em sua trajetória no movimento psicanalítico, como também nas formulações teóricas desenvolvidas. Sob uma certa égide sincrética, porém crítica, a psicanalista heterodoxa cultivaria um diálogo entre línguas aclarando-nos a fissura individual e coletiva que as línguas, em suas acepções reais, simbólicas e imaginárias, instituem tanto no sujeito quanto na cultura, erguendo-se daí um campo de aberturas ao exterior, ao estrangeiro.

É possível apreender, como vimos, desde seus escritos iniciais, o quanto suas colocações convergem à sustentação da radicalidade da diferença existente na concepção freudiana de sujeito cindido, entronizado nos trabalhos de nossa autora nesse endereçamento à alteridade, numa disposição ao infamiliar. Uma ponderação é oportuna de ser introduzida no contexto de nossa discussão e refere-se à passagem na qual Freud, em “O infamiliar”, ao tecer considerações acerca do conto “O Homem da Areia”, de E. T. A Hoffmann, contrapõe-se, a respeito do sentimento do infamiliar, à leitura de Ernst Jentsch, que diz tratar-se seu efeito de uma incerteza intelectual, pois, para Freud, “uma incerteza intelectual não nos leva ao entendimento desse efeito *infamiliar*” (FREUD, [1919] 2019a, p. 61). Essa afirmação é importante por retirar do campo intelectual e da apropriação do saber a condução de uma análise, e isso porque, embora Freud não se refira ali diretamente ao trabalho do psicanalista, reporta-se seguidamente à experiência analítica, enunciando nesse texto a condição estrutural do infamiliar no psiquismo, abordado então na contiguidade à angústia infantil – medo da castração – e à loucura, mas com o qual também é possível problematizar a função do analista. Ainda nas palavras de Freud, ao analisar o conto e a questão da incerteza intelectual, convém explicitar:

[...] agora, sabemos que não devemos apresentar as elucubrações fantasísticas de um louco, sob as quais poderíamos reconhecer, numa predominância racionalista, o conteúdo sóbrio, reduzindo ao mínimo, por meio desse esclarecimento, a impressão do infamiliar. [...] A experiência psicanalítica nos lembra que uma angústia assustadora das crianças é o medo de machucar ou perder os olhos. [...] O estudo dos sonhos, das fantasias e dos mitos nos ensinou que a angústia relativa aos olhos, o medo de ficar cego é, com frequência, um substituto do medo de castração. (FREUD, [1919] 2019a, p. 59-61)

Com isso, chegamos numa pretensa aproximação com as proposições de Mannoni, que, freudianamente, ressalta o encontro com a infância e a loucura no analista como imprescindíveis à condução do tratamento. Pensando a formação do psicanalista, podemos depreender que o confronto com o infamiliar, inerente à experiência de análise e às angústias que a permeiam, não sendo apreensível por meio de uma via intelectual, seria transmissível na experiência de cisão que a própria palavra em sua origem antitética erige, marca igualmente do recalado “que deveria permanecer em segredo, oculto, mas que veio à tona” (FREUD, [1919] 2019a, p. 45) e de seu mais além. Essas considerações propiciam a menção à infância e à loucura no analista, ou seja, ao inconsciente e suas repercussões, uma vez que é necessário suportar a subversão do infamiliar intrínseca à

sua própria análise, cujo efeito liga-se diretamente aos destinos da pulsão de morte na condução do tratamento.

Na esteira dessas reflexões, reputamos que a infância, a loucura e a psicanálise podem ser pensadas como figuras de alteridade, entendidas, conseqüentemente, como rupturas subversivas ao domínio do saber. Cada uma teria a ensinar, nesse sentido, acerca dos limites da unidade, da imagem e do sentido, convocando os analistas à interpelação contínua referente às formações do inconsciente. Mannoni defendeu a premência de ser retomado que a análise é uma prática e, como tal, portadora de contradições, não sendo possível falar em unidade da teoria e da prática analítica, asseverando que

[...] a experiência aí está para lembrar-nos que se trata, antes, de uma *defasagem*. Essa defasagem é ainda mais perceptível quando se reúnem “em torno de casos clínicos” analistas oriundos de culturas diferentes. Freud nos deu o exemplo de uma interação contínua entre a elaboração teórica, o movimento de sua própria análise e a condução de seus tratamentos. Essa interação tornou impossível a redução da teoria a uma “maquinaria totalizante”. (MANNONI, 1986, p. 5)

Maud Mannoni nos acena, ao se referir às diversas culturas, à diferença radical que as línguas comportam, não enquanto distinção entre indivíduos sociais, mas em relação ao que há de mais singular no sujeito, na *defasagem* inerente ao furo no saber, necessário de ser suportado e sustentado nas trocas sociais que tendem, tal qual o *Eu*, a fazer unidade. Freud mostrou, a partir da sua concepção de massa, a recusa da condição de cisão, a recusa da castração, situando que quando os processos identificatórios de base da constituição subjetiva e da inserção do indivíduo no campo social transformam-se em identidade, perde-se a peculiaridade de que a identificação “é parcial e altamente limitada, tomando emprestado apenas um traço único” (FREUD, [1921] 2019d, p. 180), não possuindo, portanto, um caráter totalizante. Isso ganha valor político por remeter ao infamiliar e ao estrangeiro que reside em cada um, estando justamente na incompletude constitutiva o abrigo às decorrências totalitárias, tanto para o *Eu* quanto para o grupo e, também, à teoria em sua *defasagem*. Foi a dimensão do singular que interessou fortemente a Freud, mesmo ao se debruçar sobre a cultura e os episódios históricos, não significando, com isso, que demarcar o singular corresponderia a destituir o coletivo, mas sim, incluir aquele neste, preservando a alteridade imprescindível aos laços na cultura, assim como o estrangeiro e o infamiliar tão caros a Freud e igualmente a Mannoni.

Amante da literatura e da biografia de seus escritores, sobre quem afirmava serem os mestres, Mannoni interessou-se em escutar a relação entre as vivências infantis traumáticas de alguns deles e a criação, bem como em perscrutar os acontecimentos sociais e seus efeitos no sujeito. Nossa autora olhava insistentemente para os episódios que entrelaçaram indivíduo e coletivo, sujeito e Outro, particular e universal, história pessoal e processo cultural. Interpelaria, por entre esses trânsitos, no intervalo dessas passagens, em suas imbricações, os modos de inserção, apresentação e expressão da infância, da loucura e da psicanálise, tal qual a dimensão do estranho. Observamos a articulação tão premente e profícua que realizou entre esses campos e a criação, remetendo-nos, em vista disso, às relações que conceberia entre trauma e criação, que possuem expressiva incidência sobre sua teorização, além de íntima afinidade com sua própria história.

3.2 Narrativas: trauma e criação

Em *Amor, ódio e separação*, reportando-se à vida e à obra dos escritores Edgar Allan Poe e Edith Wharton, Maud Mannoni realiza uma leitura na qual relaciona trauma, infância e criação. Considera que a superação do trauma por meio de uma produção de valor artístico suporia a recriação da experiência inicial de desamparo, destino não alcançado facilmente diante dos traumas da infância em seus lutos, suas separações e agressões. Assinala que haveria aqueles que, diante de uma vivência destrutiva precoce, não conseguiriam produzir ou se libertar por meio da criação apesar de seu talento, e outros que um desejo de reparação possibilitaria transpor o terror na criação, existindo, ainda, os que permaneceram prisioneiros do trauma sofrido “repisando-o monotonamente” (MANNONI, 1995a, p. 11). Diante da pergunta “como podem o horror e o desamparo vividos na infância constituir o próprio material da obra artística?”, Mannoni se empenha em mostrar o impasse ao qual alguns ficam condenados pela repetição, ao passo que outros libertam-se por meio da criação estética.

Mannoni recolhe da vida e da obra de Poe e Wharton, cujas infâncias foram marcadas por experiências traumáticas precoces, a solidão, a morte e o sentimento de estranheza comuns a ambos, assim como o destino criativo diante do horror. O primeiro, aos três anos de idade, testemunha o definhamento e dor da mãe em seu leito de morte, acompanhando-a sozinho por horas a fio após sua morte, não tendo palavras para nomear o irreparável. Seus escritos foram dominados por um fascínio pela morte, morte real, mas

sobre um fundo fantasístico. Assim, “sob os traços horrendos dos cadáveres expostos, são os olhos de sua mãe que não param de persegui-lo e que ele exhibe ao leitor” (MANNONI, 1995a, p. 12). A segunda, escritora de histórias de assombração, vítima de tifo aos oito anos, foi salva ao preço de um isolamento total numa ala de hotel, onde permaneceria por meses mantendo contato apenas com um médico mascarado e vestido de branco, “cuja aparição podia assemelhar-se, para a menina, à de uma assombração” (MANNONI, 1995a, p. 14). Um medo crônico e indefinível passa, então, a acompanhá-la, assim como a presença de alucinações auditivas e visuais. Todavia, quando mais tarde passa a escrever histórias de fantasmas, “se tornou possível uma cura, contra o pano de fundo de uma verdade histórica esquecida” (MANNONI, 1995a, p. 14).

Em suas interpretações, Mannoni parece tocar em pontos nevrálgicos de sua própria história, tornando assim mais interessante a leitura que promove. Isso porque, como aludido anteriormente, entendemos em psicanálise que a cientificidade se constitui na relação entre a experiência individual e a subjetivação da teoria compostas pelas marcas de cada um, ou seja, indissociável da dimensão fantasística. A sensibilidade e o alcance da escuta psicanalítica são proporcionais à trajetória realizada com a própria fantasia, em seu atravessamento e no efeito de sagacidade, como observa Freud ([1915] 2018), atrelado aos infortúnios que dão lugar a um saber próprio produzido a partir da experiência do analista com seu sintoma.

Gérard Pommier (1992) esclarece ser o sujeito conhecedor o mesmo que o sujeito dividido, pois o esforço por saber encontra sua causa numa contradição que a “sutura ideal” da ciência obtura tanto quanto descobre. Nessa direção, a razão estende seu domínio por causa da ausência de razão e o mistério do cientificamente cognoscível não reside apenas no que está à frente, naquilo que permanece inexplorado, mas na ausência de fundamento que funda o desejo de saber, ou seja, o desejo de desconhecer o furo da origem. Coutinho Jorge (2006b) assevera, por sua vez, que o desejo de saber em psicanálise está enraizado no não saber com base no qual a prática analítica age, emergindo após a travessia da fantasia e estando articulado intimamente com o real. Sua produção enquanto um “desejo novo” aludiria, de certa forma, para a simbolização de um impossível a realizar-se no transcurso de uma análise. Dessa maneira, entendemos que, na contramão do acúmulo de saber, o desejo de saber acena, como *pesquisa*, a uma operação de decantação, de abertura aos restos.

Maud Mannoni, ao se reportar também aos diretores de cinema Ingmar Bergman e Alfred Hitchcock, mostra – diante do que poderíamos denominar como uma *escrita*

cinematográfica – o fascínio exercido por algumas reminiscências da infância de ambos e o modo como na evocação do horror em seus filmes, o espectador não é poupado, estando seu sofrimento, porém, ligado a um “bônus de prazer” no campo da fantasia e de sua atividade. Desse modo, “a violência inicial de uma vivência, tomada num trabalho posterior de simbolização e luto, consegue colocar-se em palavras, efetivando o ‘desempenho cultural’ que Freud atribuía ao brincar na criança” (MANNONI, 1995a, p. 22).

O tom do estilo de Bergman, situa Mannoni a partir da observação de Leonore C. Terr, é o do trauma psíquico: terror, horror e pânico, contendo o sentimento de um “sem recursos” absoluto. Em muitas de suas obras, esse cineasta teria buscado recuperar esse “bônus de prazer” associado ao trauma de seus seis anos, quando acompanhava o pai no transporte dos mortos do hospital para a câmara funerária. Um acontecimento anterior é oportuno de ser mencionado: quando ainda não tinha cinco anos, e brincando na casa de sua avó, foi trancado em um armário por engano, onde, “durante o tempo que a avó demorou para encontrar a chave, ele rasgou com os dentes a roupa de sua mãe” (MANNONI, 1995a, p. 22). Assim, à lembrança do aprisionamento no armário, juntou-se o fascínio pela desintegração dos corpos. Ingmar Bergman conduziria ao palco e às películas suas lembranças.

Sobre Hitchcock, Mannoni compreende que suas produções apresentariam a necessidade de fazer com que o olhar estivesse voltado para o horror do aprisionamento que fora obrigado a viver quando menino. Aos seis anos, em decorrência de uma “má ação”, seu pai, para repreendê-lo, levou-o à polícia local, onde ficaria preso numa cela durante cinco minutos, em acordo com um policial, sob a afirmação de que “é isso que se faz com os meninos malvados” (MANNONI, 1995a, p. 21). Hitchcock enunciaria numa entrevista que, desde então, insurgiu-se contra todas as detenções e prisões, indo buscar em sua angústia o material para seus filmes de suspense, seu medo sendo ultrapassado por meio da elaboração do tema da injustiça e da perseguição. Com isso, comenta Mannoni, reencena seu sofrimento levando em conta a realidade interna – a fantasia – de uma vivência, deslocando seus terrores ao tomar o público como refém de sua angústia. “Foi o público, então, que se descobriu traumatizado-fascinado em *Psicose* e *Os pássaros*”, nos quais o “horror se tece com o pavor oriundo do passado. O terror está no tom” (MANNONI, 1995a, p. 21).

Do ponto de vista do espectador, Didier-Weill (2012) sinaliza o prazer particularmente intenso que muitas pessoas possuem em ver filmes de terror, elucidando

o instante de indecisão, de luta interior, no qual durante algum tempo a forma humana resiste à invasão da forma bestial nas personagens, como o efeito crucial evocado após a apreciação do filme. A angústia termina depois da transformação, pois o acesso a um limite estável retransmite a estabilidade. Diante disso, o autor articula o exemplo da monstrosidade com a clínica psicanalítica, a qual ensina que existem transformações monstruosas do corpo assim como essas no imaginário humano. Didier-Weill interpela a impermeabilidade da fronteira entre o real e o simbólico, interrogando como seria possível representarmos a nós mesmos a criação de fronteiras estáveis ou instáveis (DIDIER-WEILL, 2012, p. 14).

Retornando a Maud Mannoni, seu interesse dispôs-se, igualmente, por episódios traumáticos que envolveram situações coletivas e sociais, dos quais destacamos dois eventos: um sequestro de crianças na Califórnia e a insurgência das “Loucas da Praça de Maio” em Buenos Aires, ambos ocorridos em 1976. No primeiro, vinte e seis crianças foram confinadas e reviveram angústias arcaicas acerca do medo do abandono, da escuridão e do barulho.²⁷ Nossa autora exprime que a escuta analítica da agressão externa da qual filhos e pais foram vítimas, teve como escopo recompor “o espaço de um continente psíquico e corporal passível de dar a cada um a possibilidade de transformar, ou mesmo, superar, na encenação ou na fantasia, o efeito perturbador do acontecimento” (MANNONI, 1995a, p. 29). A construção de um compromisso entre o passado factual e sua problemática atual encontraria sua viabilidade a partir de uma transmissão que escapa ao recalçamento.

²⁷ Mannoni abordou esse evento a partir de um estudo empreendido por Leonor C. Terr, que prestou acompanhamento terapêutico junto a essas famílias durante oito meses, delimitando dois objetivos: o de fornecer um tratamento breve às vítimas e o de aprender o máximo possível sobre os efeitos de um acontecimento traumático único nas crianças e em seus pais. Esse sequestro aconteceu em Chowchilla, uma pequena comunidade rural de cinco mil habitantes. Três homens mascarados interceptaram um ônibus que seguia com as crianças para um curso de verão. Eles as mantiveram como reféns durante vinte e seis horas, sendo transferidas para dois trailers e separados irmãos e irmãs. Os vidros de reboques foram pintados, de modo que as crianças foram transportadas no escuro durante onze horas, sem comer, beber ou urinar. Depois disso foram transferidas para uma caverna, onde um homem mascarado perguntou a cada uma delas seus nomes e tirou seus pertences pessoais (óculos, camisetas e brinquedos). Em seguida foram conduzidas a um espaço maior, muito claro, no qual receberam alimento e bebida. As crianças permaneceram nessa caverna durante dezesseis horas. Houve um momento de pânico quando um menino derrubou uma viga que sustentava o teto que começou a ruir. Durante horas, o motorista, que também se encontrava retido, com a ajuda das crianças, empenhou-se em cavar uma saída. Eles tiveram que levantar uma placa pesada de metal e, ao cair da noite, fugiram. De uma cabine telefônica o motorista ligou para a polícia, que conseguiu identificar o local da chamada. Todo o grupo foi levado à delegacia para responder a um interrogatório e dormir um pouco. Na manhã seguinte, cada criança encontrou-se com uma pessoa da família, tendo que enfrentar, ainda, os policiais, repórteres e câmeras de televisão. Ao todo, as crianças passaram trinta e seis horas longe de casa.

Mannoni sugere que a agressão externa, sob a forma desse sequestro, operou uma ruptura na relação com o outro, retirando das crianças o apoio de que necessitam à sua sobrevivência, dado que “o meio ambiente desempenha, para a criança, o papel de uma *continuidade do ser*” (MANNONI, 1995a, p. 29). Embora distinto de um sujeito para outro, o grau de desamparo encontra-se intimamente ligado ao sentimento de segurança presente ou não antes da agressão, onde “o que o sujeito introduz por intermédio da somatização é o ódio, até seu esgotamento” (MANNONI, 1995a, p. 29). No nível fantasístico, a morte é temida como podendo vingar-se, estando o declínio dos elementos persecutórios vinculado ao domínio da angústia que viabiliza o reinvestimento libidinal. A saída contrária, porém, estaria no suicídio, na mania ou nas regressões à uma “antivida”; em contrapartida, “falar daquilo que mortifica permite um apaziguamento” (MANNONI, 1995a, p. 29).

O segundo acontecimento ao qual Mannoni se dedicou, consistiu no protesto de mulheres que exigiam informações e o retorno de suas crianças desaparecidas cruelmente durante a autocracia na Argentina. Mannoni discorre que a reivindicação dessas mães em busca da nomeação dos mortos, mais do que os rituais de luto, procurou recuperar seus netos às famílias das quais foram retirados. Uma nomeação da morte para permitir um retorno à vida. Mannoni escreve que, em plena ditadura, são essas mulheres as primeiras a tentarem romper o muro do silêncio ao se fixarem no Palácio do Governo para reclamar seus filhos e os filhos de seus filhos. Assim, no decorrer de anos, em todas as quintas-feiras na mesma hora, contornavam a praça agitando um lenço branco com o nome dos desaparecidos. Numa passeata em janeiro de 1981, eram em número de mil marchando com seus lenços e máscaras vazias para figurar o desaparecimento sem rosto. Nessa atitude,

[...] essas mães, com sua presença, lembraram o *desaparecimento dos desaparecidos*, e sua resistência privada tornou-se pouco a pouco *resistência pública*, exigindo com isso que alguma coisa do *aspecto da vida e da morte se inscreva no simbólico*. (MANNONI, 1990, p. 102)

Maud Mannoni esclarece que a cumplicidade dos partidos políticos havia oportunizado a instauração do terror; no entanto, “um dia *as mães fizeram saber que elas sabem*, enfrentaram o poder, exigindo o impossível: *o retorno dos vivos dados por desaparecidos*” (MANNONI, 1995a, p. 103), querendo saber, além disso, o nome dos assassinos. Nossa autora elucida que essas mulheres procuraram, mais do que denunciar

o desaparecimento, revelar a “*substituição do pai pelo assassino*”, uma vez que muitas das crianças cujos pais foram mortos seriam adotadas pela família do assassino.²⁸ A reviravolta do governo dos militares, entretanto, propiciou a busca dessas crianças roubadas pelos torturadores, sendo algumas devolvidas à sua família de origem. Pommier (1992), cabe pontuar, argumenta que sob o esquecimento latente na experiência temporal, na condição de esquecimento temporário na sociedade perante acontecimentos graves, como exemplifica mencionando os campos de concentração, ou o destino do trauma para um indivíduo particular, faz-se possível uma analogia entre o trauma individual e o que poderia subsistir como trauma fundador para todo um grupo social, ou seja, aquilo que se apresentaria sob a forma de um procedimento, uma lógica comum.

Freud, como já referido antes, ao recobrar a denominação de trauma em “Moisés e o monoteísmo”, indica como fundamental o que teria “efeito de trauma” e expõe dois efeitos, um positivo e um negativo, que entendemos proporcionar proficientes reflexões. Partiremos do segundo, em que o trauma esquecido não deveria ser lembrado nem repetido. Ele constitui a reação de defesa, expressa por meio de evitações, inibições e fobias e é descrito como possuindo uma meta contrária ao primeiro. Este consistiria nas tentativas de fazer novamente agir o trauma, lembrando da vivência esquecida, ao buscar uma repetição – seriam as fixações no trauma e compulsão à repetição, que teriam a capacidade de produzir traços de caráter, apesar de seu verdadeiro fundamento, sua origem histórica, haver sido esquecida. Ambos, vale ressaltar, contribuem na criação do caráter, são também fixações no trauma, mas com tendência contrária. Ora, se o segundo exprime evitação, seu antinômico se daria na busca. No entanto, o que nos parece interessante pensar é que o efeito positivo aponta não apenas para a repetição do trauma, mas para a *criação* que dele poderia advir no próprio caminho da repetição. Nessa direção, a experiência traumática poderia ser considerada também impulsionadora para o sujeito, na medida em que um destino seria produzido diante das experiências contingentes em sua articulação com o trauma.

Os sintomas da neurose, desenvolve Freud, são formações de compromisso, em que confluem os dois tipos de tendência oriundos do trauma, de maneira que tanto uma quanto outra direção exprimem-se predominantemente nesses fenômenos. Nessa contraposição de reações ainda seriam produzidos conflitos que não poderiam se concluir

²⁸ Como mostra, muito bem, o belíssimo filme argentino *A história oficial*, de 1985, dirigido por Luis Puenzo.

de forma regular. Entre evitações e repetições, algo seria construído e também historicizado. O sujeito, então, ao emergir enquanto corte, em face do confronto com experiências de ruptura, seria convocado novamente a encontrar uma saída, um destino, uma posição. O trauma conforma-se, assim, como um acontecimento fundador do inconsciente, no sentido em que sua experiência, e não outra, daria corpo ao conflito neurótico.

Paola Mieli (2002) ao reportar-se à noção freudiana de trauma, assinala que se o trauma é a realização da fantasia, esta, por sua vez, protege o sujeito do trauma. Assim, a fantasia ocupa a função de tela diante da dimensão primária da repetição. Enquanto resposta ao querer enigmático do Outro, a fantasia delinea um lugar para o sujeito no Outro, no qual pode reconhecer-se como desejante. Recorrendo a Freud, Mieli afirma que este mostra como, por meio do desejo e do investimento pulsional, o sujeito encontra o meio de responder ao que lhe é traumático, onde o sexual “resguarda” do inaudito, do impacto real, ao advir como reinvestimento pulsional. Em referência aos traumas que ferem a dignidade, Mieli explana que

[...] vale a pena destacar o problema clínico suscitado pelos traumas causados por agressão direta à dignidade humana, tais como as torturas físicas e morais. Se eles comportam, como todos os traumas, a abolição temporária da fala, as circunstâncias de seu surgimento frequentemente implicam a própria extinção da fala. O assalto à coesão narcísica do sujeito suspende a integridade subjetiva, anula a qualidade restauradora da libido. [...] A clínica demonstra que a transmissão do silêncio mortal do trauma de uma geração a outra impõe àquele que sobrevive a produção de uma fantasia, ali onde insiste o indizível da verdade histórica. (MIELI, 2002, p. 43)

Em continuidade, Paola Mieli estabelece que na dialética entre o conceito de verdade histórica e a noção de realidade material – que inclui sua diferenciação – Freud retoma a atualização do trauma na qual a temporalidade investe, retroativamente, uma inscrição passada. É o que se passa com o acontecimento da sexualidade, que preserva um vínculo estrutural com a vivência traumática, experiência então indispensável à sexuação do ser humano, em que a própria constituição do trauma designa o recalque e, assim, o retorno do recalcado. Nesse sentido, “o trauma invoca o trauma” (MIELI, 2002, p. 44) a partir do entendimento freudiano da verdade como retorno do passado desse fragmento de verdade “no envelope da deformação” (MIELI, 2002, p. 44). Com isso, a noção de verdade material não seria encoberta pela de verdade histórica, a qual aponta

para o registro de acontecimentos que pertencem à verdade do sujeito, ao singular da história individual no interior da realidade material, pois “a verdade histórica dá conta de uma marca” (MIELI, 2002, p. 44).

Freud aborda a passagem da latência como um ponto de aproximação entre a experiência histórica e a neurose individual, dizendo: “em um ponto há coincidência entre o problema da neurose traumática e o do monoteísmo judaico: a saber, na característica que podemos chamar latência” (FREUD, [1939] 2018a, p. 96). Há um tempo em jogo, portanto, que articularia esquecimento e repetição, elementos sob os quais se assenta o conceito de verdade histórica desenvolvido por Freud. No entanto, a repetição não se daria enquanto o mesmo, mas a partir de algo novo. Avançando em suas proposições, Freud demonstra de maneira mais explícita a analogia entre o que pertence à neurose individual e o que seria do campo dos grupos, por meio dos fenômenos religiosos, e assevera que essa analogia constituiria, por sua vez, um postulado. Ele demarca, ainda, que em ambas se faria presente o fenômeno da latência associado ao surgimento de manifestações incompreensíveis e a vivência precoce esquecida, assim como os atributos da compulsão.

Mieli (2002) relembra que Freud declara aprender nas análises que as impressões mais longínquas recebidas em uma época na qual o ser humano mal sabia falar revelam cedo ou tarde efeitos de caráter compulsivo, apesar de não serem lembradas de modo consciente, afirmando que é legítimo aceitar que isso sirva para todas as primeiras experiências da humanidade. Dessa extensão à cultura, a autora desvela que “a analogia entre psicologia individual e psicologia coletiva que disso deriva torna a pôr em primeiro plano a noção de trauma acompanhada da lógica temporal psíquica” (MIELI, 2002, p. 45). Além disso, refere-se a outro aspecto fundamental sobre a perspectiva do trauma: a de que o tempo da análise é também o de sua produção, momento da construção do mito individual que atravessa as gerações, delimitando como estrutural a relação entre trauma e transferência.

Didier-Weill (2006), ao se referir à operação de queda da transferência produzida em determinado momento da análise, aponta que esse acontecimento seria análogo ao achado da experiência subjetiva traumática que impulsiona a criança, diante da descoberta do caráter arbitrário do furo traumático, a interpretar o engano ao qual foi submetida pelo Outro, que a teria feito achar que “havia o um”. Em seguida formula: “nesse ponto, manifesta-se o ato de criação mais enigmático de que o *infans* é capaz: ao inventar a

solução do recalque originário, ele substitui uma situação traumática sem esperança por outra esperançosa” (DIDIER-WEILL, 2006, p. 117).

Essa virada, apresentada pelo autor perante uma reflexão sobre o passe, amplia-se para além do que seria a querela acerca do dispositivo institucional, dirigindo-se à produção de uma passagem cujo cerne estaria numa operação psíquica. Nesse sentido, é possível considerar que o trauma atualiza uma situação sempre latente: a do próprio corte originário, na forma de um passado que não estando lá como fenômeno, convoca, na medida em que é instaurado no instante da contiguidade passado e presente, ou seja, em um ponto histórico de retomada, tanto numa experiência singular de análise, quanto, podemos dizer, no campo dos acontecimentos coletivos.

A noção freudiana de temporalidade que aí se articula permite compreender a dimensão de atualização e sobredeterminação das narrativas e dos fatos. Sua concepção de causalidade, que se diferencia da tradicional, em que uma ação linear do passado sobre o presente é renunciada, mostra que a cada momento o presente imbrica-se ao passado e transforma sua significação. Jacques André (2008) delinea, sobre o conceito de *Nachträglichkeit*, sua característica em dispor “o tempo de cabeça para baixo” e, além disso, a particularidade de condensar em um paradoxo a simultaneidade, a solidariedade, a confusão de um passado presente e de um presente passado. O efeito de *après-coup* ignoraria a contradição, sendo esta uma noção em tensionamento na qual, de um lado, estaria a violência traumática, e do outro, “a sutileza de uma reinscrição, a complexidade de um significado remodelado” (ANDRÉ, 2008, p. 142). O autor ainda afirma que essa noção confunde a representação comum do tempo, pois o trauma comporta dois tempos em que há não apenas uma inversão, mas uma desorganização da cronologia.

Maud Mannoni, podemos observar, aborda nas situações referidas o tempo do trauma circunscrito à angústia, à ameaça de perigo e aos períodos que recobram os laços sociais e a relação entre as gerações e a cultura – assim como o luto implicado nos processos de simbolização –, que não deixam de estar encadeadas com a dimensão de desamparo do tempo do trauma originário em sua referência ao tempo mítico do furo no simbólico. Do mesmo modo, refere-se às proposições freudianas que recobram, na imbricação entre trauma e temporalidade, a noção de latência, útil à abordagem das passagens de tempo sem deixar de entrever, no entanto, sua torção. Mannoni, ao percorrer tais vivências traumáticas, desde a dos escritores e diretores de cinema, os acontecimentos sociais e políticos e os de sua própria história, faz da condição de ruptura que institui o trauma uma pergunta sua, que a move a escutar o sofrimento individual e coletivo. Isso

nos remete também às questões que circundam o intervalo, a passagem e a consonância entre a experiência analítica e a experiência institucional.

Em *De um impossível ao outro*, de 1982, ao se conduzir às reflexões acerca do trauma, Mannoni parte de um lugar da prática cuja interseção acontece, por um lado, através da Escola Experimental de Bonneuil, e de outro, no acompanhamento das chamadas análises didáticas. Ela alia em sua pesquisa, na interseção fonte de sua prática, experiência analítica e institucional, dando a ver, nessa confluência, aspectos que perpassam a circulação entre os campos individual e coletivo. As análises didáticas e o trabalho com crianças psicóticas, autistas e débeis em Bonneuil, ao serem articulados, mostram o quanto essa psicanalista esteve atenta e dedicada às questões que dizem respeito à formação do psicanalista e que exprimem, em sua obra, a dimensão política da psicanálise, aquela que inclui o inconsciente e suas formações na prática cotidiana dos analistas e na posição ética que sustenta a radicalidade do não saber, da ignorância doutra e do campo das contradições que esteia a alteridade e a radicalidade da diferença. Dirige-se, então, aos tempos do sujeito, os de sua inserção no laço e na cultura, retorna às crianças e mantém viva as reflexões das quais nunca se desligou em torno da infância, da loucura e da psicanálise.

No contexto desse livro, momento no qual retornaria às preocupações que a ocuparam em *A criança, sua doença e os outros*, tendo como ponto de partida a primeira infância ou mesmo o período precedente ao nascimento, Mannoni interpela inicialmente a dificuldade de certos lactantes ou crianças pequenas em “ingressarem na vida” e de estarem presentes no mundo. Ela aponta que é preciso tempo para que o recém-nascido passe de um universo em que o outro (a mãe) é vivido como despedaçado no tempo e no espaço, para um mundo no qual o bebê toma consciência do corpo na sua forma, podendo então esboçar uma relação com um outro separado dele. Assim, o nascimento acontece ao preço de uma perda, que marca a passagem do ser ao ter, bem como a sua condição de sujeito cindido, sujeito da falta.

A disposição às situações-limite para as quais Maud Mannoni voltava-se proporciona apreender o entusiasmo pelo *passo* que faz da criação uma resposta ao trauma, isto é, a dimensão de ato que para além da simbolização alcança o real em jogo nas experiências. Relançamento de vida sobre a pulsão de morte que, silenciosa, institui seu permanente caminhar. Todavia, à força de sua aparição, os destinos podem ser cruéis e sobre os horrores é necessário impor sempre, ensina-nos Mannoni, o corte que permite, com a palavra, singrar o tempo.

Podemos decantar, nas três formas interpeladas pela autora, no campo artístico, social e político, a cadeia significativa *trauma-nomeação-criação* presente em todas essas experiências. Maud Mannoni estava atenta à dimensão traumática que permeava esses eventos e sua relação com o desamparo fundamental – ao cerne então da temporalidade freudiana do *Nachträglichkeit*, assim como seu núcleo de real –, à importância da palavra e da nomeação simbólica indispensável à emergência do sujeito do desejo e à libertação por meio da criação estética, que embora referida em princípio ao valor artístico é depurável enquanto incidência lógica, tratando-se não da obra do artista em si, mas do *valor* de criação. Ora, Mannoni relembra que Freud, em sua “Autobiografia”, discorre sobre o “reino da imaginação fantasiosa” enquanto uma reserva feita durante a *passagem*, sentida como dolorosa, do princípio de prazer ao princípio de realidade, cujo objetivo estava em proporcionar um substituto para as satisfações pulsionais às quais foi preciso renunciar e recriar para “escapar” ao cerceamento da realidade. Além disso, ela acena ao texto freudiano “O poeta e o fantasiar”, no qual é disposto que toda criança age, em suas brincadeiras, como um escritor, na medida em que cria um mundo a partir de suas ideias e o organiza ao seu agrado, levando a sério suas brincadeiras, sendo o oposto do brincar, entretanto, não a seriedade, mas a realidade.

A reflexão de Mannoni acerca da criação artística permite entrever, igualmente no transcurso de uma análise – visto que o tempo da análise é também o da produção do trauma, momento da construção do mito individual que perpassa as gerações –, o enodamento da cadeia *trauma-nomeação-criação* em sua manifestação diacrônica e sincrônica, parecendo mostrar que: ao partir, no sintoma, da tentativa de recomposição do trauma – o qual reporta à fissura do sujeito, ao desamparo primordial e ao real –, a nomeação, enquanto apropriação da palavra, viabiliza a construção de um saber inconsciente que conduz à verdade do sujeito e sua justiça ética, consubstanciando o desejo em ato sob a forma de criação. Pois, vale ressaltar, “a exigência de verdade necessária ao processo analítico está bem mais próxima das construções poéticas do que de estruturas estabelecidas em nome de uma verdade absoluta” (MANNONI, 1989a, p. 15). Lembrando que o sintoma, como descreve Lacan ([1953] 2005), é estruturado e organizado como uma linguagem, além de ser sempre plurívoco, sobredeterminado e construído da mesma maneira que as imagens são construídas nos sonhos. Existe, então, “uma concorrência, uma superposição de símbolos, tão complexa quanto o é uma frase poética que vale ao mesmo tempo por seu tom, sua estrutura, seus trocadilhos, seus ritmos, sua sonoridade” (LACAN, [1953] 2005, p. 24).

Assim, nas situações referidas, bem como analogamente na experiência analítica, os significantes da cadeia *trauma-nomeação-criação* podem ser pensados como *passagens* ao aceder do sujeito, além de assentir ao real enquanto inerente à própria pulsão – fadada a insatisfação – e como não saber núcleo do inconsciente. Criar, de acordo com o dicionário *Houaiss*, significa conceber, tirar aparentemente do nada, dar a existência, formar, dar origem, imaginar, inventar, produzir algo original, elaborar, fundar, instituir, estabelecer, adquirir algo que anteriormente não se possuía, passar a ter, causar, deixar-se tomar por, passar a manifestar, sustentar, alimentar, promover, nomear, cultivar. Suas significações revelam, na língua portuguesa, o caráter de passagem, de corte e de impulsão que definem a ação de criar, seu movimento e sua condição de transitividade, ou seja, de algo que se encontra em evocação e ao mesmo tempo causa.

Tendo em consideração a criação como um ponto de basta infindável em seus impulsionamentos e produções, delimitamos, na trajetória de Maud Mannoni, dois atos entre suas criações que em nossa leitura entendemos como *passagens* equivalentes ao *passee* de um analista. Seriam estes: o ato da escrita, indicado neste capítulo, e a fundação da Escola Experimental de Bonneuil, que abordaremos no próximo capítulo. Para tal reflexão, utilizamos a perspicaz interpretação traçada por Didier-Weill (2012) segundo a qual a noção de *passee* como dispositivo institucional é transposta a uma concepção da passagem a analista por meio da preservação de um “espírito do *passee*”, que busca manter a transmissibilidade do inconsciente entre analistas no encontro com a alteridade.

Didier-Weill interpela um paradoxo sobre o qual se instaura o discurso de uma dualidade entre público e privado na autorização de um analista, assinalando “que um discurso criativo pode acontecer na intimidade do lugar privado analítico, e em oposição a um discurso conforme, tradicional, no lugar do público, como se este implicasse o empobrecimento da invenção metafórica”, de um modo em que “a palavra metafórica não pudesse passar em público e, inversamente, como se a palavra metafórica não pudesse mais se dirigir ao inconsciente” (DIDIER-WEILL, 2012, p. 64). Didier-Weill entende que esse dualismo obedece à ideologia burguesa da vida privada e da vida pública e propõe que, no fundo, o *passee* encaminha à seguinte questão:

[...] se o sujeito do inconsciente é um lugar terceiro que substitui o dualismo discurso privado/discurso público por um só discurso, porém dividido, isto é, se o sujeito do inconsciente produz a divisão no lugar do dualismo, não seria uma defesa dos analistas objetivar o sujeito de exceção em um homem excepcional, o que impede de reconhecer o verdadeiro sujeito de exceção que é o sujeito do inconsciente, próprio

de cada um? O que é preciso a uma palavra privada para que, pela voz pública, ela se dirija ao íntimo de cada um? (DIDIER-WEILL, 2012, p. 65)

Didier-Weill preocupa-se com o destino enrijecido para o qual os espaços institucionais podem direcionar-se em face dos imbrólios entre autorização e nomeação. Recorda, ainda, que o dispositivo do passe criado por Lacan continha dois tipos de receptores, o passador e os membros do júri, chamando atenção ao que acontece com aquele que ouve a palavra de passe – significante $S(\mathcal{A})$ articulado pelo falante que transmite sua divisão – para que este seja interrogado no efeito desse significante cuja estrutura é de chiste. O ouvinte, remetido à sua própria divisão, acaba por dizer sim a alguma coisa sem que saiba a quê, sendo imprescindível para se ouvir o que introduz a dimensão espirituosa, não um saber teórico, mas o “desaparecimento da censura do ouvinte”. Isso possibilita, por um lado, o desaparecimento da incidência do supereu sobre o passador e os membros do júri, e por outro, a dissipação da estrutura do eu. O supereu, esclarece ademais, solicita o já sabido, sendo contrário, portanto, à surpresa que o desvanece. O perigo consistiria, com isso, na relação superegoica estabelecida com a teoria psicanalítica, afinal, diante de um saber adquirido, um saber já sabido, caro a cada um, “não estamos ainda prontos para ir em direção ao ainda não sabido” (DIDIER-WEILL, 2012, p. 68).

Didier-Weill compreende que as duas funções do júri, nomear ou não o passante como analista, e sobretudo simbolizar a experiência, derivaram no fracasso do passe, isto é, na não transmissibilidade do significante $S(\mathcal{A})$, pelo fato de o júri nomear, mas nada simbolizar, ficando silencioso e não produzindo um pensamento teórico novo. Além disso, o autor questiona a forma democrática instaurada, destoante ao inconsciente, de uma maioria a fazer acordo, como numa banca examinadora, e lembra que “a lei do grupo não leva em conta essa especificidade do inconsciente. O inconsciente não pensa e não procede senão por *um a um*” (DIDIER-WEILL, 2012, p. 72). O autor assevera que se autorizar de si mesmo não é transmitir o que já se sabe, é torná-lo transmissível, porque autorizar-se psicanalista não seria um ato místico, inexprimível, que nenhuma palavra poderia comentar, sendo preciso “tornar transmissível *em que*, naquilo que dizemos pensar, pensamos segundo a dupla inscrição, ou seja, com o nosso inconsciente, podendo um ouvinte ouvir isso. Se ele ouve, o fato de que seja dividido ao ouvir é um sinal da articulação dessa divisão” (DIDIER-WEILL, 2012, p. 70). Didier-Weill define, então, o paradoxo de $S(\mathcal{A})$ na forma de um receptor que ouve o Outro sem poder ainda se fazer

ouvir e, enquanto emissor falante, fala, mas sem que possa ser receptor ouvindo o Outro. Esse significante retira, assim, a dualidade e insere a divisão na qual se é ao mesmo tempo quem ouve o Outro e quem se ouve enquanto receptor, sem por isso ficar alucinado.

Maud Mannoni, em estilo próprio, expõe na sua autobiografia o que denominou uma trama significante concernida à vivência de uma infância plena, uma separação traumatizante do meio cultural no qual cresceu, um problema de línguas perdidas e também uma forma de anestesia para que pudesse aguentar as situações vividas. As marcas guardadas voltariam à tona “explodindo”, como vimos, com a primeira relação amorosa e, ao mesmo tempo, em seu encontro precoce com a análise e os doentes mentais.

[...] a pergunta sobre que sou eu, é através deles e também em função de algumas leituras que eu continuo a fazê-la. O que procurei captar como parte de mim mesma projetada em alguns escritores é a maneira pela qual a criação pode ser utilizada para se lutar contra a morte. Pois, quando o espaço de experiência cultural foi precocemente destruído, encontramos-nos diante dos adultos “robotizados”, “programados”, por não terem sabido guardar viva em si a dimensão da infância. (MANNONI, 1990, p. 136)

Assim, a escrita seria para os analistas, considera Mannoni, a saída natural de uma análise infinita, tratando-se de um “trabalho” do inconsciente em que cada qual é confrontado com um desconhecimento originalmente distinto daquele que há na escrita utilizada pelo escritor para criar, mas do qual, como propomos, é possível extrair sua incidência lógica, seu valor de criação. Mannoni entende que, movido pela preocupação com uma pesquisa, elaborando um testemunho a disseminar, o analista entrega-se a escrever e essa produção não compromete o trabalho do divã e sim firma-se como sua continuidade: “maneira de pensar e de ser que faz o analista reencontrar a permanência do inconsciente” (MANNONI, 1990, p. 137).

Mannoni recorda que Lacan considerou o sintoma como sendo *o que não cessa de se escrever do real*. Com isso, ao término de uma análise, o sintoma poderia, indubitavelmente, prolongar-se numa escrita. Esse sintoma seria articulado no que Lacan chamou de “nó mental” e o efeito de consistência do mundo não estaria mais garantido ao sujeito pelo sintoma, mas “pelo que poderíamos chamar de uma consistência imaginária na escrita”. Esse imaginário é como “um dom dos elementos simbólicos construídos com base no sofrimento de um luto (o do ódio). Assim, se haver com seu próprio sintoma, vai consistir em inventar a partir dele um jogo de articulações simbólicas” (MANNONI, 1989a, p. 96).

É o trabalho analítico, Mannoni afirma, no sentido como Freud o entende, que permite emergir uma fala no discurso analítico, pois, “é enquanto falante que a escrita se consoma nesse caso. Ela não exprime, ela cria – no sentido de produzir o significante”. Desse modo, entrar na escrita é advir como sujeito, “ser arrastado por ela numa relação com o Outro simbólico” em que, nesse aspecto, “toda escrita analítica é uma história de amor” (MANNONI, 1989a, p. 95). Seria, então, pelo fato de o outro imaginário ser colocado como Outro que se abre para aquele que escreve uma passagem possível à sublimação.

Tais apontamentos de Maud Mannoni, além das indicações por ela testemunhadas acerca do lugar da escrita em sua trajetória e sua travessia analítica, ensejam que articulemos a passagem à escrita como um *passee* no percurso de sua formação, dando a ver o desejo como causa e a palavra de passe S (*A*) em sua transmissibilidade inconsciente. Além disso, viabilizam apreender sua posição sobre a postura do analista no que tange à transmissão da psicanálise, mantida através de sua palavra e continuada como extensão à cultura – o que delinea, também, um lugar ético e político. Seguimos agora à segunda experiência na qual consideramos a procedência de um ato que exprime igualmente uma passagem de Maud Mannoni em sua trajetória: a criação da Escola Experimental de Bonneuil-sur-Marne.

INSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO

4 MAUD MANNONI E A ESCOLA EXPERIMENTAL DE BONNEUIL-SUR-MARNE

Neste capítulo, abordamos o exórdio da emblemática Escola Experimental de Bonneuil, buscando articular suas contribuições tanto à reflexão referente à instituição psicanalítica quanto à transmissão da psicanálise. Entendemos que tal experiência configurou-se como um lugar de *passagem* que permite pensar duas dimensões: a da relação de Maud Mannoni com a experiência analítica, portanto com os efeitos de sua análise, e a do próprio funcionamento interno desse espaço, enquanto um lugar de trânsito tanto para as crianças e adolescentes que o frequentavam quanto aos profissionais que o integravam. Isso porque as atividades nesse lugar possuem a característica de um ir e vir entre o local da instituição e outros lugares. Além disso, a criação dessa instituição imbrica-se a um contexto histórico expressivo que a antecede: o brado de maio de 1968, sua revolução social, cultural, artística, intelectual e, sobretudo, política tão marcantes na França – mas também com repercussões em escala global –, estando referida, ainda, à influência fundamental de experiências de educação em comunas.²⁹

Outro aspecto consiste nas críticas empreendidas por nossa autora, inserida no movimento antipsiquiátrico, à psiquiatria de sua época quando relacionada a uma prática alienante e conjugada às ações administrativas inerentes às instituições asilares, bem como à política de assistência. Seu questionamento estende-se à impregnação de tal lógica no trabalho dos psicanalistas enredados, por vezes, aos ditames sociais coercitivos e segregatórios. Mannoni lança, nessa direção, uma interpelação à comunidade analítica, quanto ao que se deixa escapar da experiência analítica, isto é, da experiência com o inconsciente.

²⁹ Vale situar que na organização da sociedade medieval a comuna era uma povoação que se emancipava do feudalismo e que representava a camada de artesãos e mercadores, garantindo defesa externa e estabilidade interna, além de uma série de serviços públicos. Cada comuna se estruturava de forma coletiva e centralizada. O Movimento Comunal aconteceria, assim, entre os séculos XI e XIII, mantendo-se como uma forma de organização e autogestão. As experiências educacionais de comuna, inspiradas nesse movimento, teriam como mesmos elementos os ideais educacionais da escola laica, gratuita, obrigatória e universal, integrando educação e trabalho. Na França, particularmente, a Comuna de Paris, ocorrida em 1871, tornar-se-ia uma experiência emblemática da luta e conquista, mesmo que em um período muito curto, dos trabalhadores sobre o Estado e na qual a educação era pensada também a partir desses ideais educacionais.

Por fim, ao atravessar alguns elementos atinentes à constituição de Bonneuil, associamos a noção de instituição estourada concebida por Mannoni, núcleo do funcionamento desse espaço experimental, ao dispositivo institucional do cartel, estabelecido por Lacan ao fundar sua Escola. É interessante destacar, que a Escola Experimental de Bonneuil e a Escola Freudiana de Paris foram fontes concomitantes de pesquisa para Mannoni, interfaces de sua vivência institucional a partir das quais, guardadas suas particularidades, extrairia consequências essenciais às suas formulações em torno da formação do analista e da instituição psicanalítica. A relação intrínseca entre esses dois lugares na trajetória de Maud Mannoni possibilita recolher, nos pontos lógicos de sua aproximação, contribuições originais à discussão sobre a experiência analítica e a ética da psicanálise.

4.1 Dos caminhos de formação à ética da psicanálise

Fundada em 1969 por Maud Mannoni, a Escola Experimental de Bonneuil foi constituída sob a ressonância dos acontecimentos que marcaram intensamente a França no ano anterior – assim como uma considerável quantidade de lugares em todo o mundo –, os quais merecem um tratamento que não aborda as situações históricas como meros episódios historiográficos, mas preserve a dimensão implosiva e indagatória dos destinos que vivenciamos e vislumbramos à cultura e suas possibilidades de laço. Entendemos que a instituição de Bonneuil, no limite de suas dimensões e propostas, levou a problematizar o domínio (em sua dupla acepção, enquanto campo e dominação) do laço social, por meio de uma resistência aos padrões institucionais asilares rígidos e normatizantes da época sem cair, entretanto, na ilusão da criação de um espaço regido pelo ideal, o espaço de um modelo.

Consideramos pertinente ambientar o momento histórico precedente à criação da Escola Experimental para apreender, ainda que de modo aproximativo, esse contexto tão peremptório que teve, especialmente na França, tamanha expressividade. Roudinesco (1988) assinala que em meio a um grande processo expansionista, estendido até o final dos anos 1970, emergiu a contestação estudantil de maio de 68, que anuncia o declínio do estruturalismo e beneficia, ao mesmo tempo, a nova “idade de ouro” de uma forma francesa do freudismo e antifreudismo, através do feminismo, da antipsiquiatria, do freudomarxismo e de um maoísmo libertário. Roudinesco esclarece que o ímpeto contestatório não impede o expansionismo agente da entrada da psicanálise na

universidade, porém, ao atravessar tanto o movimento laciano quanto as outras instituições de psicanálise, ele acarreta “uma situação de crise que leva à explosão generalizada dos reinos freudianos, com uma redistribuição dos territórios de ocupação: dissolução e dispersão na EFP, conflitos e explosões defensivas nas outras sociedades” (ROUDINESCO, 1988, p. 397). A autora afirma, ainda, que

[...] durante os quatro anos que precedem as barricadas da rua Gay-Lussac, o sol de Austerlitz continua a brilhar sobre uma França freudiana entregue a seu triunfo. Todavia, durante os doze anos que se seguem a esse acontecimento, perfila-se num horizonte em expansão a triste planície de um Water-loo da psicanálise, que a trágica agonia de Lacan e de sua escola torna ainda mais sombrio. (ROUDINESCO, 1988, p. 398)

O ano de 1968 foi, então, um desses momentos ímpares na história. Mais especificamente em Paris, a situação revolucionária criada pelos estudantes transformou a capital francesa. O decreto de fechamento da Sorbonne, invadida pelo CRS (o corpo policial francês), obteve como resposta dos estudantes que ocupavam a universidade e foram despejados de forma violenta, a tomada das ruas reivindicando a libertação de seus companheiros presos, a reabertura da faculdade e a retirada dos policiais. Durante uma semana, diariamente, estudantes e policiais disputaram as ruas centrais de Paris onde, entre lançamento de pedras e gás lacrimogêneo, apareceram as primeiras barricadas. Nos cafés, oficinas, escritórios, salas de aulas, lares e esquinas, os franceses debatiam os acontecimentos recentes e as perspectivas do movimento. A cidade se transformou num grande seminário público.³⁰

As primeiras jornadas de maio de 68 na França transcorreram, assim, sobretudo nas ruas. Na chamada *Noites das Barricadas*, os estudantes se agruparam no Quartier Latin protegidos por sessenta barricadas, quando o governo recuou pela primeira vez, retirando os policiais das universidades fechadas, teve início o movimento das

³⁰ Se o maio parisiense foi a grande referência desse período, vale situar que esse também foi o ano da Primavera de Praga na antiga Checoslováquia, do terrível Massacre da Praça de Tlatelolco no México, das massivas passeatas contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos e em tantos outros países, dos assassinatos de Martin Luther King Jr. e dos motins de negros em mais de cem cidades norte-americanas. Com mais ou menos visibilidade, em 1968 houve ainda movimentos contestatórios em nações tão diversas como Canadá, Polônia, Itália, Japão, Austrália, Argentina, Índia, Egito, Senegal, as Alemanhas Ocidental e Oriental (divididas pelo muro de Berlim) e Brasil, sob uma ditadura militar. Marcante na história mundial e sendo precedido por uma década de relativa estabilidade e satisfação, os chamados Anos Dourados, 1968 mudou padrões de comportamento, impôs limites a regimes autoritários, fez avançar inexoravelmente os feminismos e as lutas antirracistas, por meio de uma atitude inconformista que ganharia maior proporção culminando nas expressivas insurgências ocorridas no ano de 1968. Cf. Fuentes (2008) e Hobsbawm (1995).

ocupações.³¹ A Sorbonne foi repentinamente transformada, de um antiquado recinto no qual o capitalismo francês selecionava e moldava seus hierarcas, seus tecnocratas e sua burocracia administrativa, em um vulcão revolucionário em plena erupção. Essa ocupação física foi seguida, ainda, por uma explosão intelectual de uma força sem precedentes.

Mannoni diria que, na explosão de maio de 1968, é “a necessidade de comunicar que irrompe num mundo que ficou surdo, com os adultos cortados de sua infância” (MANNONI, 1990, p. 58). Nesse mesmo período, acontecia um forte movimento antipsiquiátrico no qual ela esteve ativamente inserida sem, no entanto, ser capturada à concepção corrente. Como descreve em sua autobiografia, ela foi influenciada pela experiência antipsiquiátrica, mas não propriamente por suas ideias. No decorrer de sua trajetória, ao atuar intensamente contra o encarceramento e suas práticas degradantes, não se deixou, por conta disso, engajar num discurso no qual a liberdade se daria numa oposição ingênua à destruição de muros feitos de tijolos, afinal, “a ausência de muros hospitalares pode deixar em seu lugar reclusões morais que são ainda mais repressivas” (MANNONI, 1977, p. 14).

Em *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*, obra em que ressoam questões da contestação do maio de 68, Mannoni abordou a formação dos analistas e considerou um equívoco se dissociar o mal-estar universitário presente nesse contexto insurgente, da crise existente no mundo psicanalítico. Contesta, ao criticar na universidade a permanência de um “campo vazio” fundado numa “linguagem tranquilizadora”, as estruturas da psicanálise ao comporem a mesma preocupação conformista na qual “os ritos que presidem à transformação de um saber parecem ter, num e noutro caso, como perspectiva única a manutenção de preconceitos estabelecidos” (MANNONI, 1971, p. 239), e explicita serem esses preconceitos que em psiquiatria comandavam toda a relação com a loucura. Descreve, por exemplo, o pesar de um diretor de estágio encarregado da formação de psicólogos, ao visitar a Escola de Bonneuil, considerada um local antipsiquiátrico, em não poder confiar seus alunos a esse espaço, dizendo: “Não há lugar para um especialista junto à senhora!” (MANNONI, 1971, p. 238). Mannoni recolhe disso o risco da proporção direta entre o avanço da formação universitária e a instituição de uma hierarquia do saber a serviço de um monopólio e de uma ideologia de casta, em que “o estudante, a fim de conseguir sua graduação, deve treinar-se para mascarar uma

³¹ Chegando a contar com a presença de 30 a 50 mil pessoas numa grande manifestação no dia 7 de maio.

verdade insuportável ao mestre” (MANNONI, 1971, p. 238). Seu alerta ressoa, portanto, à reprodução de tal lógica inserida na formação dos analistas e de seu enredamento ao sistema administrativo no serviço de cuidados e situa que, na década de 1960, as escolas de psicanálise foram conduzidas a um modelo de ensino médico ou universitário. Mannoni delimita, ademais, um paradoxo em torno do momento em que a psicanálise, à beira de perder sua originalidade radical, à qual deve sua eficácia, encontrou-se à ponto de ser colocada na posição de serviço e problematiza que a psicanálise, nesse momento, experimenta

[...] uma mutação tecnocrática que a vincula ao poder que a ordena. Centro de “cuidados”, a exemplo de algumas fábricas, formam atualmente o seu próprio pessoal analista, analistas com “qualificação limitada” para “uso exclusivo dos centros públicos... Essa formação de uma categoria menor desvia a análise no sentido de uma pedagogia normativa”. (MANNONI, 1971, p. 238)

Essa categoria menor e de qualificação limitada dizia respeito a uma categoria de psicoterapeutas de apoio que começavam a surgir em algumas faculdades, cuja promessa, a exemplo dos psicólogos das fábricas, era a de “‘terapeutas’ de apoio... ao poder vigente” (MANNONI, 1971, p. 239). Mannoni afirma, em continuidade, que o proselitismo ligado ao despistamento dos distúrbios denominados psicológicos consistia no principal perigo da época, o qual operava, em algumas escolas, desde o jardim de infância, resultando em conselhos que visavam à reeducação “onde justamente a educação é que brilhou pela ausência” (MANNONI, 1971, p. 240). Além disso, ressalta que a psicanálise no serviço público, diante de um sistema médico-administrativo fundamentado sob o desconhecimento de critérios científicos, encontrava-se sob o risco de não subsistir a não ser na forma de uma psicotécnica. O que encobre o perigo de uma forma de monopólio de cuidados sobre a criança quando seu caso é precocemente psiquiatrizado.

Todas essas questões indicadas, manifesta Maud, foram espontaneamente abordadas pelos estudantes do primeiro e segundo ano de Psicologia e Medicina em maio de 1968, os quais não haviam sido ainda tocados pelos defeitos de uma formação universitária. Assim, “a questão da renovação da psiquiatria se viu ligada, por eles, à contestação da forma do regime” (MANNONI, 1971, p. 240). Mannoni entendeu, com isso, que a politização da ação estudantil proporcionou o desvendamento de uma verdade suscetível à promessa de um progresso científico. O movimento de despolitização então

colocado em execução, após quinze dias, sugeriu *reformas* na esperança de findar a contestação, que havia permitido um movimento maciço de desmistificação do pessoal médico e do seu próprio poder. Mannoni, então, diz que

[...] a despolitização fez o jogo dos que não queriam renunciar à manutenção dos privilégios. A manutenção dos privilégios sustenta no âmbito do médico uma espécie de crença mística em sua “missão”, missão que faria dele, de pleno direito, o herdeiro de uma função sagrada. A exigência social deixa um lugar para a “personagem” do *patrão*. Da resposta do médico – aceitar ou não colocar-se nesse lugar (mesmo no plano imaginário) – vai depender o tipo de relação terapêutica que ele instaurará com o “doente”, principalmente em psicanálise. Antes mesmo de sua admissão aos estudos médicos, o estudante se arrisca a se alienar na fascinação exercida sobre ele pelo estatuto do patrão (o perigo é idêntico em psicanálise) e isso pode perverter qualquer relação com o trabalho. (MANNONI, 1971, p. 240)

Mannoni reputou considerável valor ao lugar da transmissão do saber e à maneira através da qual, no sistema político, o saber permanece vazio de todo poder de transformação real, produzindo efeitos sobre a orientação acadêmica dada à pesquisa. Ela aponta que os estudantes do maio francês e os antipsiquiatras, em vista da preocupação em alterar o modelo médico psiquiátrico, levaram sua interrogação não para o “doente”, mas em atenção ao discurso que o “mutila” e no qual estaria enredado. Disso depreende uma reflexão: “É necessário continuar a defender a sociedade contra a loucura ou é a liberdade do louco que pede para ser defendida contra uma sociedade que o tolera mal?” (MANNONI, 1971, p. 242), ou seja, de modo paradoxal, “a ordem que ‘cuida’ promove também a ‘violência’ em nome da adaptação” (MANNONI, 1971, p. 245).

No ano seguinte à efervescência de tão expressivas refutações sociais, a Escola Experimental de Bonneuil, “um lugar para viver”, seria concebida como um lugar à margem ou em contraposição à medicalização característica das instituições hospitalares, bem como em contraste com o sistema nacional de educação, cujo objetivo consistia em ensinar as crianças psicóticas, autistas e débeis conteúdos curriculares a partir de um sistema especial de enquadramento. Essa Escola Experimental seria, então, “inspirada no espírito questionador do poder autoritário de maio de 68, instituição criada com o fervor das utopias” e que se converteria, ao passar dos anos, “num lugar de peregrinação” (FENDRIK, 1998, p. 48). Em uma entrevista concedida a Lajonquière e Scagliola (1998), Mannoni afirmou que seu maior interesse no espaço de Bonneuil era “a introdução de uma forma um tanto marginal de funcionar e, mais ainda, de mantê-lo” (MANNONI apud

LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998, p. 21), apesar do reconhecimento que receberam pelo sistema público de assistência social. Acreditava que, mais do que uma escola, era necessária uma experiência de educação na qual constaria a verdadeira obrigatoriedade a ser “imposta”.

No livro *Bonneuil, seize ans après: comment échapper aux destins programmés dans l'État-Providence*, no qual retrata, junto à equipe de cuidadores com quem trabalhava, a experiência ocorrida na cidade de Bonneuil-sur-Marne, já alude em seu subtítulo a polêmica que estabeleceria com o Estado ao interrogar, por exemplo, sobre como escapar aos efeitos perversos do assistencialismo firmado por meio da promulgação de leis que acabavam por produzir a morte simbólica dos jovens. O objetivo central do trabalho desenvolvido em Bonneuil é apresentado, no prefácio desse escrito, a partir de dois elementos que interrogam a relação entre as contratações administrativas e o risco de se perder, nas razões desse trabalho, por um lado, a sustentação de um desejo de criação e, de outro, a necessidade contínua de se colocar em questão.

Esse é um momento histórico correspondente, na França, ao processo de ampliação do caráter assistencial do Estado, no qual se alimentava a ideia de um crescimento econômico com distribuição de renda e diminuição das desigualdades, gerando, em contrapartida, uma incidência do Estado sobre os indivíduos e suas ações (HOBBSAWM, 1995). Mannoni, entretanto, demonstrou estar atenta a essa expectativa estatal quando inserida na atividade do analista, sob a faceta de uma função resolutiva em sua prestação de cuidados – risco de uma semelhança com a perspectiva existente nas conduções de tratamento que visavam à adaptação –, desvelando que o Estado provedor, na verdade, reforça muito mais o caráter de controle na sociedade do que de fato promove justiça social.

Contrariamente às práticas sociais institucionais de controle, seriam as experiências educacionais de comuna vividas em países como Rússia, Itália, Inglaterra e França, as precursoras do evento de Bonneuil, correspondendo a fontes de grande relevância. Podemos destacar, primeiramente, a influência russa de Makarenko e a francesa de Freinet, ocorridas em 1920, e a italiana de Milani, popularizada como a experiência de Barbiana, nos anos 1950 e 1960. Todas essas vivências que inspiraram a criação dessa escola possuíam em comum, argumenta Lajonquière (1998, p. 68), “a subversão de diferentes aspectos e pontos inerentes ao ideário pedagógico moderno”, sendo oportuno mencioná-las a fim de escutarmos um “fio” encadeador que serviu de

inspiração às construções de uma prática de base libertária nesse lugar experimental fundado por Maud Mannoni.

O educador ucraniano Anton Makarenko concebeu, primeiro na Colônia Gorki e depois na comuna Dzerjinski, uma proposta de escola baseada na vida em grupo, na autogestão, no trabalho e na disciplina que iriam contribuir para a recuperação de jovens infratores. Organizava a escola como uma coletividade, em que destacava os interesses da comunidade, considerava os sentimentos dos alunos e permitia em suas atividades que as crianças questionassem e discutissem suas necessidades no universo escolar, consistindo seu método em uma novidade para a época. Em um contexto pós-revolução russa, muitas das crianças não sabiam ler e escrever, estavam órfãs e inseridas na delinquência.

O pedagogo francês Célestin Freinet, por sua vez, esteve inserido na corrente denominada Nova Escola, movimento de insurgência ao ensino tradicionalista centrado no professor e na cultura enciclopédica, que propunha uma educação ativa em torno do aluno. Somado a esse ideário, Freinet adicionou uma visão marxista e popular tanto da organização da rede de ensino como do aprendizado em si. Em sua teoria, o trabalho e a cooperação viriam em primeiro lugar, chegando a formular uma pedagogia do trabalho na qual a atividade orientaria a prática escolar e cujo objetivo final da educação seria formar cidadãos para o trabalho livre e criativo, capaz de dominar e transformar o meio e emancipando quem o exerce.

Já em Barbiana, cidade italiana, aconteceria, por meio do trabalho do educador e padre Lorenzo Milani, uma experiência de contra-escola que desmascarou os conteúdos culturais e as práticas didáticas explicitamente de classe.³² A proposta funcionava por meio do trabalho às voltas de uma cultura não formalista, em que os estudantes – todos filhos de camponeses cuja língua materna anteriormente não era a usada na escola – discutiam, escreviam e se apropriavam da palavra, bem como da autonomia do pensamento – sendo ainda um instrumento de emancipação e crescimento social. Maud Mannoni diria que essa “foi a *única experiência*, em toda a história da pedagogia contemporânea, a recusar com êxito o mito da infância” (MANNONI, 1977, p. 51) e, ainda, que “as crianças que dela fizeram parte tornaram-se, em grande parte, *ensinantes revolucionários*” (MANNONI, 1977, p. 52). Mannoni avalia que o ensinamento de

³² A experiência de D. Milani, cujos alunos entrevistaram sobre o maio de 68 italiano, foi amplamente conhecida, apreciada e discutida, revelando-se como um exemplo da “contestação” estudantil e escolar.

Barbiana é mostrar que o fracasso escolar foi fabricado e tratado pela sociedade em favor de um sistema que assegura, por um lado, a produção de uma elite a ocupar as profissões nobres e, em contrapartida, que garante serventes para a mão de obra indispensável à classe dominante.

O espaço de refutação presente nessas três situações históricas evidencia experiências coletivas nas quais a palavra foi proporcionada às crianças e jovens, cujos questionamentos sociais existentes orientavam uma perspectiva que confrontava as práticas segregadoras e lançava o sujeito a uma reflexão profunda sobre o laço e a cultura. Nesse sentido, exercem, mais do que uma ponderação educacional, pontos de ruptura que permitem indagar igualmente outras práticas institucionais, pois contestam os ideais conservadores e colocam em jogo uma abertura ao pensamento crítico e à singularidade. Interessa-nos recolher dessas situações os traços que convergem à proposta concebida por Maud Mannoni em Bonneuil – assim como alcançar o que a interessava nessas experiências –, na qual a circulação da palavra é promulgada em um lugar concebido em seu caráter *experimental, revolucionário e libertário*.

Além dessas experiências, Mannoni receberia a influência, como já aludido, da reforma psiquiátrica francesa pós-Segunda Guerra; dos movimentos antipsiquiátricos inglês, através de Ronald Laing, e italiano, com Franco Basaglia; dos trabalhos do francês Michel Foucault e sua crítica ao encarceramento da loucura; da relevante análise das instituições totais pelo antropólogo canadense Erving Goffman; do austríaco Ivan Illich, crítico da cultura moderna e da sociedade industrial, além de pensador da ecologia política; e do escocês Alexander Neill, educador, escritor e fundador da escola Summerhill na Inglaterra, que defendia a liberdade das crianças na educação escolar. Lajonquière (1996) sublinha, particularmente sobre Summerhill, que o interesse de Mannoni se daria por duas razões: a primeira, sendo o fato de essa experiência implicar um rechaço de toda e qualquer ilusão de renovação metodológica no campo da educação; a segunda, por Neill ter suscitado do caráter aberrante do desejo e não ter renunciado à sua sustentação ao se perguntar sobre o que uma criança representa para o adulto.

Essas referências, relativas aos anos 1960 e 1970, reiteram na variedade de situações, culturas e línguas, a abertura de Mannoni ao estrangeiro, signo de sua trajetória e do legado deixado sob a forma de um diálogo que, todavia, não buscava consenso, mas, como antes abordado, destinava-se sobretudo às figuras de alteridade. Além disso, apontam para a dimensão coletiva tão cara à Escola de Bonneuil e ao modo de realização de suas pesquisas. No entanto, tais orientações dispostas, mais ou menos distantes entre

si no tempo e pertencentes a registros de reflexão e experiência diversos, não esgotam Bonneuil, dado que, se assim não fosse,

[...] a experiência teria se dissipado como ocorreu com essas mesmas referências. Aquilo que possibilitou colocar em ato a diferença de natureza, que elas mantêm entre si, de forma tal que alguma coisa radicalmente outra pudesse vir a se instalar, foi o apelo *sui generis* à psicanálise. Foi, de fato, essa singular forma de convocar a psicanálise o que possibilitou tanto a inauguração de uma verdadeira aventura quanto a manutenção de seu espírito nas pequenas coisas da vida cotidiana em Bonneuil. (LAJONQUIÈRE, 1996, p. 69)

E essa presença da psicanálise, que atravessou a instituição de Bonneuil, reside sob o paradoxo de não se fazer psicanálise nesse lugar, embora “tudo o que aí se faz [baseie-se] rigorosamente na psicanálise, à qual não se recorre como técnica de ajustamento, mas, outrossim, como subversão de um saber e de uma prática” (MANNONI, 1977, p. 16). Ou seja, o trabalho em Bonneuil não se encerrava numa prática educacional em resposta e contestação aos impasses de uma época, embora isso tenha sua validade e importância, mas comportava a incidência da subversão psicanalítica no que diz respeito à radicalidade do não saber próprio à divisão inconsciente. O espaço gerado ao acolhimento das manifestações inconscientes afasta a perspectiva de uma atividade que busca ajustamento e adaptação, pois se endereça ao singular da diferença e não à reprodução de identidades reconhecidas sob a forma de grupos temáticos ou escolas temáticas. Outro aspecto pode ser pensado quanto à posição dos trabalhadores, que não partiria de um saber dominante sobre a criança, mas de uma disposição à sua palavra.

Somado a isso, existia uma aproximação entre a Escola Experimental de Bonneuil e a Escola Freudiana de Paris, fator que alimentava a pesquisa psicanalítica e seus desdobramentos institucionais. Por exemplo, o livro *Educação impossível* – primeiro testemunho da experiência em Bonneuil – é descrito, na orelha apresentada pela editora, como “leitura indispensável para quem deseje adquirir uma visão atualizada da teorização e dos compromissos práticos da Escola Freudiana de Paris, em sua luta contra o ‘abuso de autoridade’ das instituições pedagógicas e psiquiátricas vigentes”. Esse escrito havia sido, também, “o resultado de uma pesquisa coletiva” e seus vários capítulos receberam as considerações críticas de Moustapha Safouan, a revisão de François Wahl e a colaboração de Simone Benhaim, Robert Lefort, Pierre Fedida e Octave Mannoni.³³

³³ Vemos, portanto, um forte diálogo com importantes analistas da escola de Lacan. Ademais, as questões abordadas nesse livro foram tema de conferências e debates na Universidade Livre de Bruxelas (Instituto

No prefácio dessa obra, redigido em 1973, Maud Mannoni relata a íntima relação da Escola Experimental com sua trajetória, narrando que esse escrito acompanha de perto seu esforço para traduzir uma prática em formulações teóricas. Essa pesquisa, que advém para ela muito antes de *A criança retardada e a mãe* e dos livros que o seguiram, reata, como descreve, “a experiência da década de 1940; beneficiei-me nessa época de uma formação que ficou devendo tudo à desorganização dos estudos, quando não a sua ausência” (MANNONI, 1977, p. 9). Mannoni relata que seria, como vimos anteriormente, numa posição marginal e no contexto atroz da Guerra,

[...] que se efetuou o meu primeiro encontro com esses seres a que se dá o nome de anormais, pervertidos ou loucos, encontro que é preciso situar em seu contexto, o de uma época em que o mundo exterior era presa de uma violência manifesta ou oculta mas sempre terrivelmente presente. (MANNONI, 1977, p. 9)

Mannoni expressa, também, que vinte anos depois “algo da natureza de uma repetição me impeliu a voltar a esse mundo dos manicômios” (MANNONI, 1977, p. 9). Nesse mesmo movimento chegou primeiramente ao hospital de Ville-Evrard, depois à Neuilly-sur-Marne e em seguida a Kingsley Hall. Dessas vivências, adviria *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*, sobre o qual Mannoni falaria que, “iniciei aí uma abertura para a antipsiquiatria num quadro de referência estritamente lacaniano” (MANNONI, 1977, p. 12). Esse livro, publicado em 1970 e dedicado a Lacan, reavivou o estudo de problemas anteriores aos quais integra a um debate mais abrangente acerca das instituições, da psiquiatria e da psicanálise, reportando-se, conjuntamente, ao problema da formação dos analistas e dos professores, os quais seriam retomados em *Educação impossível*.

Nas críticas à institucionalização, Mannoni adverte para o perigo dos prognósticos pessimistas em torno da psicose, os quais impedem na prática a compreensão dos casos e o trabalho de pesquisa. Tal resultaria, como exemplifica, na atribuição sobre a criança pequena de um diagnóstico que paralisa os pais numa atitude de impotência, encerrando a criança num destino institucional. Por outro lado, ironiza quando diz que, no movimento antipsiquiátrico, referiam-se à “antipsiquiatria” como “anti-romance”, chamando atenção

de Sociologia), sob a presidência dos professores J.-M. Faverge e Paul A. Osterrieth, e em Buenos Aires (com o apoio dos *Cadernos Sigmund Freud*), com a colaboração de representantes dos diferentes movimentos psicanalíticos na Argentina: Arminda Aberastury, Diego Garcia Reinoso, Emilio Rodríguez, Fernando Ulloa, Maria Langer e José Bleger.

para a condição nova da antipsiquiatria, cuja ação, embora propensa a fincar-se no mundo, apenas com o tempo viria a se consolidar. Acreditava que o perigo maior estaria nas medidas administrativas tomadas de maneira apressada, sem poder contar com a pesquisa não oficial que sempre havia contribuído grandemente. Outro fator destacado, é o de a fronteira entre a administração da loucura e a terapia não ser fácil de traçar, uma vez que também se confundem as fronteiras entre as autoridades administrativas e o corpo médico, acontecendo com frequência de os médicos apresentarem uma postura equivalente à dos administradores da loucura. Diante disso, vale apresentar sua indignação acerca de situações nas quais

[...] um determinado hospital psiquiátrico demite o analista que se opôs à hemisferectomia de uma criança de dez anos que por ele vinha sendo acompanhada em psicanálise, quando um outro estabelecimento congênere decide lobotomizar qualquer criança um pouco mais agressiva e exonera o analista “que questiona a instituição em seus projetos sobre as crianças” o poder médico funciona, nesses casos, à maneira do poder administrativo. (MANNONI, 1977, p. 14)

Mannoni esclarece que o mérito da antipsiquiatria esteve na insurgência contra toda ideia de administração da loucura, a tornar livre a diversificação de experiências que escapem à planificação, e salienta que a desordem não se administra, mas possibilita uma dialética. Ademais, argumenta existir no sistema de monopólio administrativo da “assistência” uma tendência a fazer do médico o fiador da manutenção, alertando que

[...] a psicanálise, longe de subverter a psiquiatria (nesse domínio preciso, os efeitos do imenso trabalho de Lacan continuava sendo letra morta), era recuperada pela psiquiatria como técnica de complementação. A psicanálise institucionalizada, em suas aplicações deformadoras que conhecemos, serve de aval à própria ordem institucional e participa, portanto, de sua conservação; daí a psicanálise trair sua vocação. (MANNONI, 1977, p. 13)

Essa ambientação é significativa para compreendermos em que contexto nossa autora encontrava-se e sob quais contestações pautava-se no momento da fundação da Escola de Bonneuil, assim como no seu transcurso, oportunizando um melhor entendimento dos impulsionamentos teóricos, éticos e políticos que a permearam. Ponderamos assimilar essas marcas, mas sem fixá-las, escutando a forma como Mannoni singularizou suas experiências de inspiração. Outro aspecto consiste em apreender o “paradoxo” de fundar uma instituição sob uma crítica às instituições, num lugar em que

seria permitido “escutar a rejeição da própria instituição” (MANNONI *in* LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998, p. 21). Elisabeth Roudinesco diria, em uma nota à *Folha de São Paulo*, em 15 de março de 1999, que para os jovens psiquiatras e a todos os estrangeiros que estagiaram em Bonneuil, a experiência nessa instituição “era emblemática de um lacanismo de feições humanas, amparado na contestação da ordem vigente e aberto à vida social e à pluralidade teórica”.

A dimensão analítica sustentada em Bonneuil é delineada por Mannoni enquanto um produto da transformação produzida pela psicanálise nos membros do grupo, como uma subversão do discurso médico-pedagógico. Ela ressalta, além do mais, que o significante *escola experimental*, priorizado na porta de acesso à entrada da instituição, é uma maneira de dirimir o lugar de doente, uma vez que ali também é um hospital dia e lar terapêutico noturno, então perpassado – inclusive em suas inspeções burocráticas – pelo ministério da saúde e da educação, tendo especialmente na educação a sua insígnia mais emblemática. Define-se, com isso, a educação em oposição a uma reeducação forçada, dando-se maior relevância em colocar ao alcance das crianças e jovens, até mesmo os mais comprometidos, uma ferramenta de trabalho com a qual possam se tornar “trabalhadores e mestres-artesãos com sua cota de loucura”. Assim, a ênfase no escolar “é maior do que se põe em qualquer outro hospital-dia, onde a dimensão educacional está apagada” (MANNONI *in* LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998, p. 22).

Mirka Mesquita e Karla Patrícia Holanda Martins (2018) salientam que o termo *escola* não foi atrelado ao nome de Bonneuil por acaso, sendo ela uma das mais importantes conquistas de Mannoni, já que este significante toma forma de estratégia terapêutica. As crianças, como as outras, vivem seu cotidiano escolar diário, no qual, por um lado, recebem uma instrução escolar em que o nível varia de acordo com o potencial de cada uma, cujo efeito é de uma integração social, e por outro, desfrutam também da acolhida terapêutica. As autoras enfatizam a perspectiva existente nesse lugar, de se colocar em prática a aceitação incondicional da loucura, apregoada por Maud Mannoni por meio de um duplo trabalho: a reintegração das crianças na sociedade, a partir da referência a uma perda de gozo e à aceitação das restrições impostas pelo grupo social; e na conscientização da sociedade acerca das dificuldades dessas crianças, de modo a atingir uma melhor aceitação da doença mental infantil (MESQUITA; MARTINS, 2018).

Maud Mannoni concebe, nesse lugar de vida, uma experiência de educação que amplia e articula a relação entre sujeito e cultura. Descreve, em uma entrevista, a importância dos educadores para ela, narrando um trecho de sua experiência numa

instituição psiquiátrica em Thiais, na qual engajou-se com analistas reconhecidos no meio parisiense por serem entendidos em matéria de psicose, com os quais formava uma pequena equipe. Tendo compreendido nesse lugar que “a análise não era praticável numa instituição”, conta a seguinte situação:

Quando pedi para almoçar com os educadores, uma educadora me disse: “Gostaria muito de que almoçássemos juntos, mas sobretudo de que não falássemos”. Ela só cuidava de crianças autistas que não falavam, e fiquei intrigada. Interessada pelo trabalho de campo dos educadores, fui ensinada por eles. Perguntei-lhes, se lhes fosse dada a escolha de organizar a vida da casa, o que desejariam fazer. Todos me disseram: “iríamos à feira, cozinharíamos, faríamos tudo menos ficar com a classe daqueles diagnosticados como autistas ou débeis. A situação sob a égide da Salvaguarda da infância era completamente aberrante. Na verdade compreendi, num só-depois, que a direção me chamara com uma equipe de analistas de prestígio unicamente para amordaçar os educadores. Não foi possível porque, ao fim de três meses, pedi que fossem os educadores que organizassem o horário e criassem o que tivessem vontade de colocar em prática. Foi então que recebi uma carta registrada, que me retirava a direção da equipe psi. Os psis foram embora, alguns educadores pediram demissão, e foi o que esteve na origem da criação de Bonneuil. (MANNONI *in* DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 168)

Seu interesse consiste, assim, no laço propagador da palavra, numa experiência em que a educação ocupe um lugar de vida e transmissão, no trânsito, nas passagens, entendendo que “é na vida onde se escuta o desejo do sujeito ou, em outras palavras, aquilo que o ativa no que diz respeito a uma palavra própria” (MANNONI *in* LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998, p. 23). E a vida implica uma relação social e histórica que não se finda numa perspectiva endógena ou intrapsíquica, mas carrega a força de uma transmissão individual e coletiva que transcende o tempo e produz, neste, seus efeitos de atualização. Tanto para os educadores quanto para as crianças, está em jogo o campo dos laços e dos processos identificatórios em seus diversos modos de apresentação, o que podemos transpor às transferências de trabalho nos espaços institucionais em que a psicanálise se insere e sobre os quais é necessário interrogar acerca do que *ativa* o desejo à palavra própria.

A criação dessa escola experimental, inicialmente sem recursos e contando apenas com o “formidável desejo de alguns pais de fazer com que seu filho escapasse do asilo psiquiátrico”, foi também mobilizada em virtude do entusiasmo de um grupo de estudantes, alunos de Pierre Fédida, que “animarão este lugar durante os cinco primeiros anos”. Entretanto, dois tipos de dificuldades se apresentam: uma relacionada ao risco de

cair em uma estrutura como a dos asilos, e a outra, de se instaurar um espontaneísmo do qual o perigo, sobretudo, seria o de “pulverizar os parâmetros analíticos que sustentam a palavra dos analistas a ponto de os pacientes perderem um apoio” (MANNONI, 1990, p. 73).

O que estava em questão no contexto do surgimento de Bonneuil, localiza Maud Mannoni, era a política de saúde mental na França, em um momento no qual era abolido ao mesmo tempo o hospital e os meios necessários aos cuidados extra-hospitalares. Os hospitais diurnos foram ameaçados a curto e médio prazo e as “antenas de urgência e de crises são suprimidas”; além disso, “a psicanálise incomoda: preferem as neurociências”, salientando igualmente que se enterrava o que havia de mais inventivo e inovador na interpelação da psicanálise feita à psiquiatria. Mannoni ironiza, assim, que as pessoas teriam esquecido que “não existe psicanálise nos países totalitários e que foram os nazistas que queimaram os livros de Freud” (MANNONI, 1990, p. 108).

A história da construção de Bonneuil foi ainda retratada em três tempos por Marie-José Richer-Lérès (*in* LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998), que participou dessa experiência desde seu período inicial. Um primeiro tempo, denominado tempo fundador, tido como o mais importante, durou por volta de quatro ou cinco anos, nos quais os primeiros conceitos foram concebidos, e o que era colocado em prática retornava na reflexão. Richer-Lérès descreve que esse momento seria particularmente diferente dos posteriores, por ser aquele da criação, da invenção. O segundo tempo foi composto pelo reconhecimento desse trabalho, de sua pertinência no contexto da política em saúde mental, de militância para fazê-lo ser assentido tanto pelas autoridades sanitárias públicas quanto pelo meio psicanalítico, articulá-lo e definir sua orientação. Por fim, o “tempo do olhar” foi marcado pela incidência externa que buscava conhecer Bonneuil mas também controlá-la e acabou por ter uma função de terceiro no trabalho e no pensamento dos que atuavam nesse espaço.

A partir do reconhecimento administrativo, ocorre uma mudança na condição dos estagiários, como eram denominados todos os trabalhadores, e aqueles que estavam desde o começo passaram a ser pagos pelo Estado. Richer-Lérès ressalta que nesse lugar não se pretendia funcionar sob a modalidade do voluntariado e buscavam-se alternativas de financiamento e pagamento, assim como a restrição dos dias de cada pessoa. Nesse momento, surge a chamada “nova geração” de estagiários, pessoas que vinham de lugares diversos, com passagens de tempo e trabalhos diferentes, com variados tipos de formação. A presença desses itinerantes contemplava a proposta de Bonneuil em proporcionar

novidades contínuas, ao trazer outras percepções e posições em relação àqueles que estavam há mais tempo na instituição. Os estagiários passam a ser uma categoria fundamental, pois, vindos de fora,

[...] trazem um olhar desinstitucionalizador da loucura, o olhar de uma outra cultura, do exterior [...] trazem de novo alguma coisa da ordem da aventura de outrora [...] são eles que portam um olhar interrogante das coisas que foram se instituindo no tempo. (RICHER-LÉRÈS in LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998, p. 28)

A função dos estagiários é importante ao entendimento da abertura ao externo presente na proposta de Bonneuil, representada, por vezes, na figura do estrangeiro, que nesse lugar se faz necessário e inscreve uma marca. Assim, os estagiários figuram como essenciais ao dispositivo institucional da escola, ao levantarem o problema da perenidade das instituições. Richer-Lérès argumenta que, por uma instituição não ser mortal, as coisas podem se fixar em seu interior a ponto de torná-la mortífera; no entanto, quando realmente é possível abrir na vida institucional uma passagem para o exterior, “é a vida que entra na instituição” (RICHER-LÉRÈS in LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998, p. 28), e isso colabora para desalojar os funcionamentos que tendem a se institucionalizar. Em suas considerações, ela explica que desde os primeiros anos estiveram atentos ao problema da institucionalização e afirma que em toda instituição há um *instituinte* e o *instituído*. O instituído sendo sempre algo da ordem do mortífero, que se fecha, encapsula, ao não deixar espaço para uma diferenciação, revelando a “ação da morte, da morte no presente”. Seria, então, do lado do instituinte que um deslocamento do instituído poderia acontecer, por meio das questões instauradas pela aproximação das crianças de modos diferentes do enquadre que é a pura repetição. Assim, os estagiários realizam uma função de ruptura, em uma instituição que luta contra o que tende a se instituir.

Em Bonneuil, portanto, as atividades são desenvolvidas a partir de uma direção destoante à aplicação de uma teoria, seu motor impulsionador consiste em “*ir até o fim num trabalho investido por um desejo*. Uma vez que ninguém é obrigado a fazer uma ou outra coisa” (RICHER-LÉRÈS in LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998, p. 28). A dinâmica de funcionamento então estabelecida é a de uma dialética entre o *instituinte* e o *instituído*, o agir e o sofrer, entre a palavra singular e o discurso. O trabalho acontece com base nos questionamentos e confrontações colocados pelas crianças, sem que o objetivo esteja em adaptar os seus sintomas, mas em possibilitar sua expressão. Por conseguinte, o saber psicanalítico se insere, nesse lugar, como uma ética que perpassa a prática. Diante

da experiência de estudantes estagiários em Bonneuil, Mannoni elucida que o desejo de saber em psicanálise

[...] conduz de fato a um saber que faz horror, pois ele tem a ver com a castração. Se em Bonneuil houve transmissão de psicanálise para o analista em formação, isto se deu através da experiência de ser afastado pela verdade do paciente. Não foi necessário vencer a ignorância, e sim a resistência, ao preço de mil tormentos. (MANNONI, 1977, p. 90)

Tal como denominado por nossa autora, nessa instituição é operada uma *clareagem psicanalítica* que intervém à interrogação de uma prática, diante de seus obstáculos e fracassos. Não se trata de procurar, por meio de uma grade teórica psicanalítica, a compreensão explicativa da criança, mas através de uma relação clínica interpelar o que mobiliza a busca desses pontos de referência para que não se afunde na loucura do outro. Portanto, a clareagem abriga um trabalho investigativo pessoal daqueles que lidam com as crianças, e não uma investigação delas, o que acaba “levando para o divã num trajeto que é pessoal”; portanto, “reenvia ao esclarecimento sobre a própria disposição de cada um num trajeto pessoal de trabalho” (RICHER-LÉRÈS *in* LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998, p. 33). Além disso, em entrevista concedida a Cristina Kupfer (1992), Mannoni expressa que em Bonneuil a psicanálise inspira toda a montagem institucional da escola, e ao mesmo tempo acrescenta um dado essencial: o de que a análise seja feita *fora* da escola; assim, o plano analítico e escolar são explicitamente separados, sendo entendido que se deve oferecer às crianças outras opções de discurso alheias ao discurso “psi”.

Como afirma Lajonquière (1998), por um lado a psicanálise nesse lugar é dirigida a um processo de invenção, razão de sua presença, e por outro, o objetivo da equipe de Bonneuil é sustentar um processo de reinvenção permanente de um estilo de vida cotidiano. Esse compromisso ético com a invenção concerne, então, à marca registrada dessa instituição, sobre a qual é necessário compreender *experimental* não como um lugar de aplicação de uma regulamentação tradicional, mas como um espaço em que qualquer coisa pode emergir a partir do lugar deixado ao imprevisto. Imprevisto que é próprio da experiência analítica, como enunciado por Freud: cada análise, sempre a primeira, constitui uma condição experimental, de caráter surpreendente e inesperado, com o qual o analista deve permitir-se interrogar os caminhos da condução do tratamento. Também do lado de *fora*, a experiência de Bonneuil deve sua peculiaridade

[...] à generosidade e ao entusiasmo de jovens adultos vindos do mundo inteiro. Eles apóiam com seus questionamentos as pesquisas dos membros da equipe, e suas críticas tanto quanto suas interrogações impedem qualquer estagnação. Crianças e adolescentes ouvem falar inglês, alemão, espanhol, português, holandês, sueco... Eles têm com esses adultos, dispostos a aprender sua língua, uma espécie de cumplicidade, tanto mais que as dificuldades de expressão de alguns estrangeiros tornam os adolescentes capazes de ajudá-los. Esse banho de línguas é também uma oportunidade para a criança se confrontar com culturas diversas, ou seja, com uma história da humanidade. Há uma transmissão oral veiculada pelos contos e pelos mitos de outros países, assim como uma confrontação com os adultos que reagem a certas situações de angústia da criança de maneira diferente e imprevista. (MANNONI, 1990, p. 90)

O *fora* tantas vezes enfatizado por Mannoni parece conferir, em suas teorizações, um aspecto lógico de corte que menos implica um interno e externo separados do que uma continuidade moebiana na qual as faces de sua faixa ora se evidenciam ora não, mas ao serem demarcadas no corte disjuntivo, permitem a emergência do sujeito, sob formas diversas. Demarca, por outra via, a dimensão ética própria ao campo psicanalítico, na qual a injunção inconsciente é uma determinação que não está submetida, por sua vez, à condição da necessidade. O desejo não recobre a ação ética, mas se impõe como condição absoluta e obedece a uma escolha do sujeito realizada fora do campo da mestria, como ato, assegurando, *a posteriori* e enquanto perda, a injunção do desejo como causa. Nesse sentido, o desejo como condição absoluta encontra-se, como tal, referido à contingência, escolha sem agente que assegura a causa e conforma a marca aporética da problemática ética inerente à psicanálise (VORSATZ, 2013). Trata-se, assim, na ética psicanalítica como abordada por Lacan em seu seminário *A ética da psicanálise* – ao revisá-la nos termos da relação da ação com o desejo – de agir e não de saber, ação que não sendo regulada pelo saber, tampouco visa a algum bem (LACAN, 2002). Ação que parece tão intensamente presente na prática e nos trabalhos desenvolvidos em Bonneuil quanto seria no próprio ato de fundação desse lugar por Maud Mannoni.

É bom esclarecer que Bonneuil não é aquilo que se costuma chamar “uma instituição democrática” no sentido de “todo mundo junto”. É, em última instância, declara Mannoni, “meu desejo, sustentado no decorrer dos anos, o que determina que se aceite ou não uma orientação” (MANNONI *in* LAJONQUIÈRE; SCAGLIOLA, 1998, p. 26). Mannoni não acreditava na democracia no interior das instituições de saúde, por serem geralmente sustentadas a despeito dos pacientes e da defesa de certas ideias. Nesse sentido, coloca sua escola não como modelo de instituição, mas apenas como um lugar

ou exercício de interrogação das instituições existentes e que exige uma reformulação própria. Reitera, dito isso, que Bonneuil não poderia ser tomada como um modelo a ser aplicado por estar sustentada num *desejo chamado Maud Mannoni*.

4.2 Instituição estourada e cartel – algumas aproximações

Maud Mannoni concebeu, a partir da experiência fundada na Escola Experimental de Bonneuil, a noção de instituição estourada, marca fundamental e núcleo do trabalho nesse lugar sobre o qual diria que “as crianças haviam nos indicado o caminho a seguir”. Essa noção visava proteger o paciente contra os perigos próprios de sua época, aqueles da permanência transposta em aprisionamento. Mannoni compara, então, a Escola de Bonneuil a um “palco” aberto a outros lugares, num contexto no qual “a instituição aceita, a um dado momento, que a criança a vomite”. Na medida em que a instituição aceita sua própria morte, cria-se a possibilidade de que o sujeito realize um desejo em outro lugar por sua própria conta, já que “ali se dá ao sujeito a oportunidade de começar outro discurso” (MANNONI, 2001, p. 21, tradução nossa).

Essa noção, tão cara às atividades e à lógica instaurada em Bonneuil, levanta uma reflexão que podemos aproximar daquilo que seria indicado por Lacan em sua proposta do cartel à Escola Freudiana de Paris: a dissolução do que produz efeito de cola e totalização. A primeira, apresenta para a experiência institucional a necessidade de uma implosão, de uma ruptura que demarque a dimensão de um trabalho constante a se refazer, através de aberturas ao exterior. A segunda, procedimento que reposicionou o ensino na Escola de Lacan, visa à produção singular decorrente de um ponto de simbolização da teoria ocupado por cada um, lugar no qual o grupo é constituído em direção a um *dissolver*, em que a requisição de uma produção pessoal por cada um anula a ilusão da criação coletiva, do discurso comum (COUTINHO JORGE, 2006a). Aprofundaremos, primeiramente, a proposição núcleo da Escola Experimental de Bonneuil; em seguida, situaremos em que consiste a proposta do cartel criada por Lacan, para chegarmos, assim, às nossas aproximações.

O estouro da instituição, de certo modo aludido ao abordarmos a criação da Escola Experimental de Bonneuil, foi denominado por Maud Mannoni enquanto o desvendamento – diante da função ocupada por uma criança junto aos outros – através do qual viria instaurar-se uma dialética a partir de um objeto de amor ausente, ou seja, “a partir de cesuras introduzidas no discurso coletivo, o qual, a manter-se prisioneiro na

instituição, se petrificaria em ritual adaptado à situação patológica, tal como se criou entre uns e outros” (MANNONI, 1977, p. 79). A instituição estourada se efetiva, em vista disso, por meio do aproveitamento do insólito surgido nesse “lugar aberto às crianças ‘loucas’ e também aos adultos desejosos de viver uma experiência diferente da que as instituições tradicionais oferecem” (MANNONI, 1989b, p. 89). Isso confere que não haja um congelamento desses sujeitos em suas “doenças” e, dessa maneira, um aprisionamento alienante.

Assim, o conceito de instituição estourada representa – como significante – um processo aberto, preservado no caráter de lugar experimental que Bonneuil manteve, isto é, um espaço no qual foram deixados lugares vazios para o imprevisto, em que pudesse se passar “alguma outra coisa” (MANNONI, 1977, p.80). Com isso, consta à disposição, por um lado como lugar de recolhimento, protegido, mas por outro, referido a um *fora*. Desse modo, a instituição estourada “teria que assumir ela mesma um ‘estouro’, sem que a existência da instituição seja ameaçada, para assim dar a possibilidade ao sujeito de separar-se da instituição, sem arriscar seu próprio ‘estouro’ psíquico” (GEOFFROY, 2004, p. 34). Seriam propiciadas ao sujeito experiências de separação possíveis de simbolização, através de cortes simbólicos, sendo essa escola igualmente um lugar para viver e um lugar de passagem, não oferecendo nenhuma proteção definitiva, nem garantia. Essa característica vai comparecer no permanente ir e vir das crianças e adolescentes entre o centro da instituição e diferentes lugares, como descrito anteriormente.

Esse deslocamento, sempre presente em Bonneuil, é abordado por Mannoni em referência ao jogo do *fort-da* elaborado por Freud ([1920] 2020a), que o descreve ressaltando a entrada da criança no simbólico diante da alternância entre presença e ausência, em que a criança simboliza o domínio sobre o movimento da mãe no lançar e puxar do carretel. Por ocasião da partida de sua mãe, a criança faz desaparecer um carretel em busca de situar-se diante de uma ausência “que ela se esforça por controlar numa identificação significativa com a mãe ‘perdida’, que a criança faz reaparecer por meio do carretel” (MANNONI, 1977, p. 77). Nossa autora compreende que o nascimento do sujeito está, de certa forma, atravessado pela ausência imaginária de um objeto e pela marca significativa, a oscilação do carretel, que demarca a sua ausência. “O sujeito é o objeto ausente”, sua necessidade de ser tomado pelo significante não escapa a uma subjetivação, e a criança apenas se encontrará satisfeita com o retorno de um objeto evocado pelo significante.

Mannoni esclarece que o jogo do *fort-da*, essa oscilação entre um aqui e um lá, é introduzido na escola experimental de Bonneuil sempre que a estada de uma criança se efetua em alternância com uma estada em outro lugar pouco habitado. Assim, “conjuntamente com o ir-e-vir oferece-se um espaço significativo, onde a criança é levada a perder-se para se lhe propiciar a ilusão de renascer aí, sustentando-se como sujeito pelo jogo de escansão presença-ausência”. Diferentemente do ocorrido no *fort-da*, a mãe não parte, mas a criança é colocada na situação de deixá-la e de deixar Bonneuil, com isso, “mantém-se idêntico o tipo de discurso que se tem a partir de uma presença perdida” (MANNONI, 1977, p. 78). Partindo da formulação lacaniana de que o visado como objeto pelo sujeito é a demanda do Outro, isto é, que o demandado pelo sujeito quando tenta apreender o objeto inacessível de seu desejo é o objeto do Outro, Mannoni ressalta que a criança procura no outro o objeto do seu desejo, diante das marcas deixadas pelo objeto em sua passagem. Estabelece-se um estilo para as buscas, como um efeito dessa procura atualizada na montagem da fantasia, afinal, “os efeitos traduzem-se no real, porque o sujeito experimenta a partir daí a presença e a ausência da mãe” (MANNONI, 1977, p. 80).

As atividades em Bonneuil acontecem, vale descrever, com aulas em seus conteúdos formais no período diurno e no fluxo, à tarde, pelos ateliês artísticos de interesse para cada um. Todavia, o arrebatamento, o estouro, imposto pelas crianças refere-se, especialmente, “à abertura de Bonneuil ao exterior, com os artesãos onde crianças e adolescentes vão, ao menos um dia por semana, ou com a província onde alguns adolescentes vivem parte do ano” (MANNONI, 1990, p. 91). Nessa instituição, portanto, as crianças e jovens têm a alternativa da estadia nas casas de famílias dispostas a recebê-los ou dos artesãos locais, sendo sempre acompanhados por alguns dos estagiários. Sobre esse deslocamento, Fendrik (1998) descreve que

[...] a explosão em fragmentos que cada um levará consigo em sua volta a seus respectivos países efetua-se nesse trânsito permanente entre Bonneuil e o “exterior”, em função de uma circulação contínua de pessoas e palavras. Não somente as crianças e os artesãos que lhes ensinam ofícios, as famílias de camponeses que os acolhem, ou os sofisticados colégios da Inglaterra, Itália ou Espanha onde são reconhecidos em outras línguas, saberão que o poder esmagador de certos significantes da língua materna é posto em xeque pelo lugar terceiro do estrangeiro, do diferente, que circula tanto dentro como forma de Bonneuil, ou entre Bonneuil e o “fora”. (FENDRIK, 1998, p. 48-49)

Caciana Linhares Pereira (2012) assinala que o centro de uma experiência como a de Bonneuil “reside na possibilidade de não haver um ‘olhar’ do mestre sobre o que o aprendiz ‘é’” (PEREIRA, 2012, p. 33). Ela esclarece que enquanto a estrutura escolar direciona-se para aquilo que o aluno “é”, mesmo considerando a potência interventora dos aprendizados escolares proporcionados, os “defeitos” avaliados com rigor são tomados como objeto de análise. No entanto, na experiência de aprendiz, quando alguém no exercício de seu ofício recebe ocasionalmente uma criança, o centro do processo localiza-se no próprio trabalho. A criança é retirada do foco, liberada para entrar e sair, para estabelecer elos de acordo com seu tempo e interesses. Por outro lado, a criança “pega sempre o bonde andando”, não havendo uma “espera” pela criança. Pereira situa, diante disso, uma experiência fundamental de corte,

[...] operado pelo fato de que o outro não está ali à sua disposição. Esses elementos produzem um duplo efeito: não se toma a criança como objeto de “ausculta” (a criança não se coloca como objeto do gozo do outro), ao mesmo tempo em que a criança se ajusta a um tempo que não se reduz ao “seu tempo”. Um duplo corte se instaura entre os abusos do adulto em relação à criança e entre a criança e o tempo do outro. (PEREIRA, 2012, p. 333-334)

Maud Mannoni exemplifica, acerca das crianças autistas, a quem tudo é permitido em Bonneuil, o limite no qual esbarram sob a forma de uma restrição fortemente mantida: “não impedir os outros de viverem”. Se os gritos de uma criança impossibilitam as outras de ouvir o que dizem, é pedido que ela “vá falar às pedras no jardim. Assim, a criança chega a passar tempos sozinha, na companhia de elementos minerais”, sendo “sempre a partir de um corte introduzido, de uma falta instaurada, que uma palavra vai poder nascer e a criança assumir figura humana” (MANNONI, 1977, p. 81).

Corroboramos a proposição de Carla Cervera Sei (2018) sobre a relação entre o corte e a criação como indicadores da utopia que permeia essa instituição, fundamentais para o movimento da vida fora de uma cristalização, uma vez que as aberturas e o ir vir ensaiam a criação de um sujeito. No entanto, isso não aconteceria sem desafios, os quais, como problematiza Fendrik (1998), figuram no que denomina o “pesadelo intrínseco à utopia”, presente no “cotidiano ir e vir moebiano dos encontros e desencontros” (FENDRIK, 1998, p. 49). A autora retoma, em depoimentos de Mannoni, que o “risco de viver” não pertence apenas àqueles que obtiveram uma renda de invalidez por serem retardados mentais ou autistas, mas igualmente ao “normais” que, amantes das “ordens

estabelecidas”, possuem o risco de tornarem-se parasitas obedientes das normas. Assim, prover-se à altura do desejo “exige a criação de um espaço de esperança para as crianças, para os adolescentes e para nós mesmos” (MANNONI, apud FENDRIK, 1998, p. 49). Consideramos que a dimensão de corte presente na experiência proporcionada por Bonneuil resulta, ainda, em um trabalho de luto a ser enfrentado a partir desses deslocamentos, já que as separações aventam a perda do objeto imaginário e reportam a falta estrutural do sujeito. Concordamos que os tempos do sujeito

[...] são tempos de recriação da falta, que se abre como possibilidade a partir da doação primeira do Outro, que é a doação de um intervalo. É pela alternância presença/ausência, satisfação/espera, que o bebê alucina o objeto de satisfação, abrindo o caminho que vai do circuito da pulsão ao desejo e à linguagem [...], onde a simbolização dessa alternância é apresentada no *Fort-Da*. (FLESLER, 2021, p. 19-20)

Referida a Bleger, Maud Mannoni exprime que toda instituição seria um meio pelo qual os seres humanos podem tanto enriquecer-se quanto empobrecer-se, esvaziando-se enquanto seres humanos. O que é chamado geralmente de adaptação delimita, estaria relacionado a uma submissão à estereotipia institucional. Para então evitar o obstáculo da instituição homogênea, composta por indivíduos “despersonalizados”, foi enfatizado em Bonneuil a necessidade de uma explosão institucional, em que “os membros da equipe desfrutaram de uma autonomia muito grande numa responsabilidade compartilhada”. Mannoni acrescenta a importância de ser retomado junto aos diferentes membros um trabalho de luto da onipotência projetada na instituição à qual é preciso incitar, em sua organização, uma movimentação que consistiria em “mobilizar as angústias ‘psicóticas’ de cada um de seus membros e tocar em mecanismos complexos de identificação projetiva”. Ela chama atenção, assim, ao que denominou uma tendência dos adultos a substituir a instituição explodida por um funcionamento de “compartimentos institucionais múltiplos”, em que o sistema de compartimentalização, ao contrário de favorecer as trocas, “provoca surdez, estimula as estratificações autoritárias e acarreta um empobrecimento das relações” (MANNONI, 1986b, p. 69).

Também sustentado por uma estrutura que entendemos de corte e criado como tentativa de transmitir a experiência do inconsciente através de uma continuidade entre experiência e instituição psicanalítica, o dispositivo do cartel produz uma abertura à experiência do sujeito, em face do experimentado na instituição analítica através da

“presença do mal-estar, da angústia, que sendo estruturais, introduzem como saída possível o silenciar do desejo e o recalçamento como destino” (LEITE, 2006, p. 231). Nesse sentido, por meio desse dispositivo, seria possível o acolhimento para o mal-estar em suas relações com a diferença, o não saber e o encontro com o real. O cartel, ao favorecer a emergência do desejo de saber, permite a construção de uma marca própria impulsionadora da pesquisa psicanalítica, sendo um dispositivo que enseja esse trabalho de escritura, enquanto espaço possível a se operar com o desejo de saber e a travessia da teoria.

Ao levar em conta o percurso analítico, suas consequências e os efeitos na teoria, o cartel é norteado pela lógica da falta de um saber completo, a partir do qual cada analista constitui com a escola um laço ancorado no desejo de saber e na relação com a causa analítica. Com isso, Lacan cria na instituição um tipo de laço social buscando esvaziar as pregnâncias imaginárias dos grupos e sob a incidência do discurso analítico. Sua formulação, porém, deu-se no decorrer dos anos, numa dinâmica institucional que parece ter mobilizado a necessidade de sua melhor delimitação. A origem do cartel, promulgada no “Ato de fundação”, adveio da perspectiva de se realizar na Escola um trabalho “que reconduza a práxis original que ele [Freud] instituiu sob o nome de psicanálise”, assim, “para a execução do trabalho, adotaremos o princípio de uma elaboração apoiada num pequeno grupo” (LACAN, 2003c, p. 235). É interessante que Lacan inicia seu pronunciamento apontando como *princípio*, à realização do trabalho na Escola, a formação desses pequenos grupos em que, após um certo tempo, haveria uma permuta entre seus integrantes, permitindo sedimentar, no próprio andamento institucional, “uma organização circular cujo funcionamento, fácil de programar, se firmará na experiência” (LACAN, 2003c, p. 236). Com isso, pretende “retornar à categoria de um trabalho de base”, o qual incluiria todos os membros, nos seus diversos cargos, assim como as atividades firmadas sob a forma de seções.

É oportuno situar que, nesse contexto, a Escola Freudiana de Paris contou em seu início com a presença de dois terços de membros advindos da Sociedade Francesa de Psicanálise, dando continuidade aos “costumes e aos hábitos antigos”, não sendo, portanto, “por sua composição, uma sociedade nova”. Consequentemente, seria indispensável um redirecionamento do princípio norteador das atividades da Escola, uma vez que, “desde sua fundação, a EFP é um lugar de conflito” (ROUDINESCO, 1988, p. 463). Como descreve Lacan, três anos depois, em sua “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”, ao fazer referência à sua saída da SFP, foi a um

grupo para o qual seu ensino era tão precioso ou tão essencial e “isto sem enxergar adiante, tal como, sem enxergar adiante, interrompi meu seminário em seguida à referida votação – a esse grupo em dificuldade de encontrar uma saída que ofereci a fundação da Escola” (LACAN, 2003g, p. 245).

Lacan, portanto, procurou revigorar o laço institucional e a organização da Escola através do “princípio de rotatividade” (LACAN, 2003g, p. 238) o qual designou a esses pequenos grupos, desmontando a perspectiva de “uma hierarquia de cima para baixo” (LACAN, 2003g, p. 236). A denominação de cartel, todavia, aconteceria apenas em 1971, sendo esse, então, “o grupo constituído por escolha mútua segundo o ato de fundação [...] com o título do trabalho que cada um tencione levar adiante nele” (LACAN, 2003g, p. 241). Em anexo, Lacan enfatiza, no item nomeado “Da Escola como experiência inaugural”, que “o ensino da psicanálise só pode transmitir-se de um sujeito para outro pelas vias de uma transferência de trabalho” e que os seminários “não fundarão nada, se não remeterem a essa transferência” (LACAN, 2003g, p. 242). O cartel projeta-se como um espaço, embora não o único, no qual a transferência de trabalho pode operar produzindo uma transmissão no *um a um*, figurando como dispositivo emblemático da lógica de funcionamento circular sugerida por Lacan à Escola.

A formulação da proposta do cartel ganharia seus últimos e mais precisos contornos no ano de 1980, quando da dissolução da Escola Freudiana de Paris. Nesse momento, Lacan restaura o “órgano de base tomado de la fundación de la Escuela, o sea el cartel, cuya formalización, tomando en cuenta la experiencia, afino” (LACAN, 1980, n. p). Esse trabalho é assim definido como uma atividade de estudo, mais especificamente de pesquisa, que guarda a característica de ser individual e coletiva ao mesmo tempo, por congregar as trocas e discussões periódicas em torno da teoria psicanalítica e, simultaneamente, preservar o percurso singular de seus integrantes diante da relação particular entre o efeito de análise e a apropriação da teoria. O grupo é sugerido em número de quatro participantes mais *um*, constituindo-se de dois aspectos centrais: o tempo e a produção. O primeiro, firmado por um limite de duração, indicado entre um e no máximo dois anos, contempla também a sugestão de permutação dos seus componentes e evitaria o efeito de colagem. Quanto à produção, sob a forma da escrita, emergiria, enquanto produto novo, da causa de cada um, do percurso singular e como testemunho da subjetivação da teoria, além de ser um efeito da dissolução.

O cartel é assim apreciável como um dispositivo inaugural de uma experiência que buscava reinventar, a partir da verdade do inconsciente, o funcionamento da

instituição psicanalítica, sua transmissão e seu ensino. Entretanto, para além disso, Lacan aparenta mostrar, na proposta de dissolução como desdobramento inerente a cada cartel, o traço fundamental que sustenta a escansão analítica no espaço da extensão. Isto é, mantém a estrutura de corte crucial à divisão e emergência do sujeito, no movimento de abertura e fechamento do inconsciente, como também a condição de *passagem* inerente ao seu funcionamento e ao ideal de harmonia grupal e de instituição livre de conflitos. Da escansão clínica à escansão institucional. Como esclarece Sônia Leite (2010), o mais-um efetivaria, como significante, a ideia de corte, distanciando-se da resposta à demanda, ao proporcionar que cada um dos membros se responsabilize pelo cartel, de modo a circular essa função. O percurso da formação do analista corresponde “a uma passagem do privado ao público, ou da intensão à extensão” e haveria, nessa passagem, “uma transformação da transferência dirigida a quem se demanda algo, supostamente detentor do conhecimento e da verdade, para uma transferência de trabalho” (LEITE, 2017, p. 232).

Lacan sugere, assim, podemos pensar, um “estouro” do aprisionamento imaginário em sua proposta do cartel,³⁴ com a renovação dos laços refeitos em novas formações de grupo. Incide, portanto, sobre a tendência repetitiva de se fazer unidade pela via de uma agregação. Além do que, reitera o alerta prenunciado por Freud acerca da lógica do bom de dentro e do mau de fora nas conjunções de massa. E mesmo no que representa a formação da massa a dois na instituição tomada, por vezes, como significante que encarna a projeção do ideal do eu, ou seja, quando o que está em jogo é uma identificação (imaginária) entre os membros ao terem, em sua visada, o mesmo ideal de eu projetado no líder, mestre ou instituição. Isso é diferente do que seriam as transferências de trabalho, provenientes de um desdobramento do trabalho da transferência na análise, as quais implicam um laço que preserva a alteridade, sendo realizadas no *um a um*, mesmo em face do coletivo. O que implica, ainda, um trabalho de luto a partir dessa experiência, já que a dissolução impede a realização da unidade do grupo e, portanto, de uma cobertura ao *eu*. Essa experiência do cartel, que envolve laços edificados em sua trajetória e a subjetivação da teoria, mobiliza a dimensão do afeto pulsional implicado nas análises de cada um. Com isso, as permutas imaginárias,

³⁴ Aqui nos referimos ao aspecto comprometedor do imaginário, em sua face especular e dual. Sabemos que a teorização lacaniana acerca do imaginário recobra a dimensão fundamental do imaginário como consistência, assim como indicado no seminário *R.S.I.*, como imagem que assegura o enodamento dos registros que se articulam à centralidade do real e suas incidências.

deslocando-se justamente pela não sedimentação de um líder, permitem o trabalho de luto do desfazimento dessa unidade de grupo, acionando o desejo de saber como causa. Recolocam, nesse sentido, o destino da pulsão de morte e do gozo às análises e o ponto de real a ser simbolizado como desejo novo.

Em “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada” Lacan ([1945] 1998c) Lacan, ao transitar sobre a noção de sofisma, aponta que as instâncias do tempo pelo qual é constituído seu processo facultam reconhecer um verdadeiro movimento lógico. Este culmina na formulação lacaniana do instante de olhar, do tempo de compreender e do momento de concluir, firmados sob a referência ao *tempo de parada* e às três combinatórias possíveis em três tempos de possibilidade pertencentes ao sofisma. O percurso construído no texto, que aponta uma tensão temporal de valor lógico, responde a uma verdade que depende – diante do aparecimento da menor disparidade no termo lógico dos *outros*, isto é, na reciprocidade – do rigor de cada um, designando que “é apenas sozinho, não sendo todos, que se atinge o verdadeiro, ninguém o atinge, no entanto, a não ser através dos outros” (LACAN, [1945] 1998c, p. 212).

Nesse pequeno recorte, de um escrito complexo e repleto de consequências a serem extraídas, chamamos atenção para o que prenuncia a caracterização do cartel, assim como o que, num salto de tempo, podemos observar em “Nota italiana” (LACAN, [1973] 2003e), quando Lacan reitera o valor da singularização da experiência analítica e sua relação com o campo institucional.³⁵ Sua advertência é explicitada ao retomar que o analista só se autoriza de si mesmo, pois, “pouco lhe importa uma garantia que minha Escola lhe dê, provavelmente sob a irônica sigla AME. Não é *com isso* que ele opera” (LACAN, [1973] 2003e, p. 311). Contudo, Lacan esclarece, ao grupo italiano ao qual se reportava, sobre o cuidado necessário ao analista, para quem o autorizar-se por si mesmo está sob a condição de que haja o analista. Sublinha, ademais, a importância de levar em conta o real, isto é, “aquilo que se destaca de nossa experiência do saber” (LACAN, [1973] 2003e, p. 312) e assinala a marca do analista como rebotalho da humanidade, porém, sob a rubrica de um desejo inédito. Esclarece, então, ser “o modelo do qual o analista, quando existe, representa a queda, o rebotalho [...], mas não qualquer um”. Assim, se o analista é tomado por rebotalho, isso circunscreve o horror de saber, “a partir daí ele sabe ser um rebotalho” (LACAN, [1973] 2003e, p. 313).

³⁵ Vale indicar o esclarecimento apresentado por Coutinho Jorge (2006a) acerca desse texto ter sido inédito até 1982, ano posterior à morte de Lacan..

O cartel parece sobrelevar o confronto imprescindível com o horror de saber, por meio de um caminho que suscitaria, em sua produção, um *fazer* diante do real. Coutinho Jorge (2006a), em sua leitura desse mesmo texto, explicita que o analista deve desejar saber, afinal, o saber é algo retirado da singularidade da análise, “o desejo de saber está enraizado no não-saber com base no qual a prática analítica opera”. Retomando a noção de fantasia, mostra haver para além dela o real impossível de ser simbolizado, ponto limítrofe entre simbólico e real. Nesse sentido, indica uma diferenciação elucidativa entre o amor do saber e o desejo de saber distinguidos por Lacan. O primeiro, comum ao humano, é associado ao desejo de não saber, “pois o amor do saber é algo que consome o saber que está dado ali como algo imutável”. O segundo, relativo ao psicanalista, contrariamente, “está ligado à produção, à invenção do saber, e não a seu consumo” (COUTINHO JORGE, 2006a, p. 251).

Como alerta Lacan em sua “Proposição”, “não instituímos o novo senão no funcionamento”. Isso requer que cada um, em seu percurso de formação, se torne “psicanalista da própria experiência” (LACAN, 2003g, p. 243), pois, existe um real em jogo na formação do psicanalista, real que “provoca seu próprio desconhecimento, ou até produz sua negação sistemática” (LACAN, 2003g, p. 244). Lacan adverte, ainda, que a relação entre a psicanálise em intensão e a psicanálise em extensão (portanto entre a vivência pessoal da análise e a função da Escola na cultura) deve constituir a psicanálise como uma experiência original e conduzi-la “ao ponto em que nela figura a finitude, para permitir o a posteriori, efeito de tempo que, como sabemos, lhe é radical” (LACAN, 2003g, p. 251). Ele considera que é no próprio horizonte da psicanálise em extensão que se enoda o círculo interior traçado como hiância da psicanálise em intensão. O cartel, esse pequeno grupo, embora nada possa garantir, figura como um dispositivo que favorece a emergência do desejo de saber e autoriza a produção de uma marca própria, impulsionadora da pesquisa psicanalítica e de seu avanço.

Buscando então aproximar a noção de instituição estourada e o dispositivo do cartel, destacamos algumas articulações, a começar por situar em seus campos, ou seja, na Escola de Bonneuil e na Escola Freudiana de Paris, a referência equivalente a um lugar de recolhimento e de refúgio, articulado ao aspecto experimental frisado em ambos. Se por um lado o significante experimental é fundamental à Escola de Bonneuil por instituir um movimento sempre inaugural no qual sua prática se pauta, a Escola de Lacan, por sua vez, é também referida por seu caráter de experiência inaugural, na qual é indispensável “uma praxia da teoria” (LACAN, 2003g, p. 238). Nas palavras de Leite (2010, p. 231),

“Lacan faz da Escola o lócus de experimentação permanente ou, como indica, o refúgio”. Nesses espaços, portanto, a dimensão do laço se faz presente sem se abrir mão, no entanto, das cesuras introduzidas no discurso coletivo reportadas pelo primeiro, e no princípio de rotatividade apontado pelo segundo. Ora, na Escola de Bonneuil, a circulação da palavra é convocada no permanente ir e vir entre o *interno* e o *externo* e a noção de instituição estourada sustenta a possibilidade do novo no mesmo da instituição. Na Escola de Lacan, a permuta dos pequenos grupos e a circulação como princípio do funcionamento institucional compõem no cartel como núcleo de um trabalho de base a todos os membros, o que permite movimentar também a palavra que circula em direção a um *fora*, ao quebrar a hierarquia de *dentro*.

Além disso, a chance em Bonneuil de que a instituição possa assumir um “estouro”, sem que para isso sua existência seja ameaçada, assemelha-se à daquela, em que a dissolução do grupo do cartel promove um *décollage* para assim dar alternativa ao sujeito de separar-se da instituição, sem arriscar, podemos aproximar, um “estouro” institucional. A produção escrita singular, resultante desse desfazimento, surge como “salto” ou *passagem* de uma decolagem, mais livre de respostas nocivas e disruptivas ao laço entre os pares na instituição psicanalítica. A escrita sobrevém, assim, em referência à relação singular que cada um estabelece com texto e, portanto, com a escritura psicanalítica. Como esclarece Leite (2017), a suposição de saber, indicada por Lacan, é dirigida ao texto, sendo com base no tema, nas leituras escolhidas, que o trabalho com o inconsciente acontece. Nesse ensejo, o cartel figura “uma espécie de pequeno público que testemunha o aparecimento dos significantes e das questões de cada participante” (LEITE, 2017, p. 11).

Encontramos, ainda, o efeito dos cortes simbólicos que na Escola Experimental preservam a escansão indispensável ao advento do sujeito e à palavra própria, mantidos a partir da posição de não saber dos trabalhadores que acompanham as crianças e da circulação entre o *dentro* e *fora*, incidência igualmente vivenciada no cartel quando de seu fim, a interrogar cada um, diante das consequências extraídas individualmente em suas produções escritas e que retornam coletivamente ao campo institucional. Temos, portanto, a queda do sujeito conhecedor – ensinado por um mestre detentor do saber, numa posição hierárquica – ao se organizar o grupo do cartel, e a queda, a dissolução do grupo ao final. Isso proporciona uma apreensão da teoria pela via da abertura ao inconsciente, em direção à alteridade, à radicalidade da diferença e à falta.

Pensamos que tanto a experiência da Escola de Bonneuil, com sua noção de instituição estourada, quanto a do cartel, com a dissolução dos seus pequenos grupos, evocam a dimensão de corte, de fratura, às experiências de grupo, ao mesmo tempo em que mantêm, em suas bases, como dito antes, a dimensão do laço. Assim, a natureza de *passagem* que entendemos presente no cerne dessas duas formulações aponta para um movimento que recoloca, sob um retorno temporal, nas experiências institucionais, um ponto de retomada a partir das travessias particulares, e de um confronto com o impossível da unidade; portanto, através das marcas e restos. Trata-se de compartilhar a solidão comum do ato, autorizando-se *com* os outros. O que não quer dizer, vale demarcar, tomar essas experiências como “modelos”, mas como operações lógicas, que remetem a posições e desdobramentos éticos, podendo, com isso, fazer circular modos diversos nas instituições. Os *estilos* de trabalho.

Chawki Azouri (2017), ao se reportar à dogmatização dos enunciados na instituição e seu conseqüente peso sobre o ensino que se poderia extrair do fim de análise e da psicose, convida a pensar em uma instituição, para os analistas, que funcione de modo aproximado ao concebido numa instituição não pautada na segregação dos psicóticos e a exemplifica afirmando:

Que a Escola de Bonneuil, fundada por Maud Mannoni nos anos 1960, tenha se valido disso, ao se propor como “uma instituição estilhaçada”, poderia nos inspirar a ideia de uma instituição analítica que não funciona segundo a oposição entre um bom de dentro e um mau de fora. O fim de análise, sua travessia pelo analisando e o analista, assim como a elaboração teórica dela resultante, eis o que poderia ser então o edifício principal a construir, como o diz Lacan, “um novo modo de acesso do analista a uma garantia coletiva”. À condição de que a instituição analítica não erija o esquecimento como mestre. (AZOURI, 2017, p. 188)

Assim, não seriam o “estouro” e a dissolução, como finitudes e trabalhos de luto, operadores lógicos e simbólicos, tal qual a dissolução do complexo de Édipo, a sustentar numa Escola a queda dos ideais intrínsecos aos processos identificatórios tão determinantes a cada sujeito, ao mesmo tempo a preservar os laços de trabalho e a consistência de um espaço em que o desejo possa incidir como via de sustentação de um ato que deve permanecer sempre inaugural e criativo?

Diante disso, se retomarmos a assertiva talvez a princípio polêmica de nossa autora, na qual profere estar Bonneuil sustentada por um *desejo chamado Maud Mannoni*, podemos extrair como reflexão para a instituição de psicanálise que, impulsionado pelo

desejo de analista, cada psicanalista, por sua *experiência* “funda” uma instituição, na medida em que sua prática transmite e reinaugura a psicanálise, ancorada por um desejo em seu próprio nome. Lembremos que a palavra *instituição*, originada do latim, significa *ato* ou *efeito de instituir, criação*; portanto, a ação de sustentar e compor a transmissão através do que se cria. Assim, quando endereçados aos pares e à Escola, os analistas mantêm viva a chama da psicanálise, em uma transferência de trabalho, a rigor, com a *escritura psicanalítica*.

Endereçamo-nos, em continuidade, aos acontecimentos que constituíram o processo de dissolução da Escola Freudiana de Paris e seus intercursos, percorrendo a trajetória de Maud Mannoni no movimento lacaniano e sua posição, bem como de outros analistas de seu círculo, diante de alguns episódios que marcam os dezesseis anos de existência da Escola fundada por Lacan, e seu fim. Consideramos que essa experiência institucional tão marcante na França e na história da psicanálise ainda possui importantes consequências a serem extraídas e contribuições profícuas à reflexão acerca da transmissão da psicanálise.

5 MAUD MANNONI E A INSTITUIÇÃO PSICANALÍTICA

Neste capítulo, falaremos sobre a posição de Maud Mannoni no movimento lacaniano e, a partir do contexto de sua experiência, trataremos da dissolução da Escola Freudiana de Paris em 1980 e da crise que a antecedeu, assim como do luto decorrente da morte de Lacan em 1981 – acontecimentos imbricados às divergências instauradas na comunidade analítica que culminaram em problemas relacionados à continuidade da aposta inovadora que representou a Escola de Lacan. Parece-nos, ao modo como ocorrera em relação a Freud, que uma rigidez e uma obscuridade institucional produziram-se como resposta a esses eventos que compreendemos por traumáticos, “precisamente porque o trauma põe em cena uma *transmissão* entre o sujeito e o Outro” (MIELI, 2002, p. 38), sendo ao mesmo tempo a “aparição violenta desta significação: ‘Não há significante’” (DIDIER-WEILL, 2012, p. 11).

Maud Mannoni acompanhou e combateu, veementemente, determinados episódios no interior da Escola Freudiana de Paris, empreendendo severas críticas às posturas uniformizantes, dogmáticas e esclerozantes presentes no seio do movimento lacaniano. Além do mais, esteve junto a outros analistas em contraposição a um grupo minoritário, a partir do qual instaurou-se uma disputa que atravessou a existência da EFP e configurou-se desde a dissolução pretendida como término da Escola de Lacan até a posterior fundação da Escola da Causa Freudiana.

Sublinhamos que o confronto com o traumático, presente na travessia analítica e também nos acontecimentos históricos, assim como o trabalho de luto advindo dessas experiências, resulta na defrontação com a dimensão do intransmissível que vigora no interior da experiência analítica e que vai consistir em um importante problema a ser enfrentado tanto no decurso de uma análise quanto nos laços estabelecidos nas instituições psicanalíticas, exigindo delas uma nova posição quanto às relações entre o saber e a verdade.

A dimensão de luto intrínseca à própria condição do avanço da psicanálise, ou seja, às passagens históricas no que se refere tanto ao luto dos mestres – e das instituições em suas dissoluções e cisões – quanto ao confronto com o real e seu impossível que tais acontecimentos evocam, conforma-se imprescindível de ser assinalada. Esses eventos, no entanto, são reconhecíveis apenas *a posteriori* e destacam, como ressalta Pommier (1990), uma interrogação crucial em torno do problema ambíguo dos psicanalistas com a questão paterna, em suas causas e consequências.

5.1 Maud Mannoni e o movimento lacaniano

Na relação constituída entre Maud Mannoni e Jacques Lacan, a qual comporta, como vimos, uma admiração recíproca, além de uma convivência de trabalho expressiva, uma amizade leal não impediria, contudo, que a psicanalista demarcasse sua disposição de independência. Embora as controvérsias políticas firmadas entre ambos tenham levado a um afastamento da longa relação de trabalho, manteriam uma interlocução que fez da ausência uma presença e sobre a qual Mannoni expressaria, ao falar de seus escritos, que “meu próprio procedimento é muito diferente de um livro para outro. Entretanto, em todos se perfila a presença do analista ausente (Lacan). Procuo convencê-lo ou provocá-lo” (MANNONI, 1990, p. 112). Assim, apesar da distância sucedida, a referência a Lacan permaneceria viva em sua obra.

Mannoni acompanhou, ao lado de Lacan, significativas rupturas institucionais, embora seja necessário apontar que esse caminho foi realizado em simultaneidade a um trilhamento em outras direções. Ela acompanharia Lacan, no entanto, não como uma discípula encerrada em seus seminários clínicos ou cooptada às veredas institucionais, mas construindo contínuos diálogos com analistas de outros lugares, além, como anteriormente destacado, de efetivar sua prática numa extensão de sua atuação analítica, pois, conforme pontua, “faço no consultório particular análises de formação bem clássicas, mas que me seria efetivamente impossível só ter uma atividade privada limitada à ‘cura-padrão’” (MANNONI, 1990, p. 80). Mannoni acrescenta que o lugar do analista também é na cidade, o que não resultaria ser prisioneiro de um papel, ou seja, de uma imagem, havendo “muito o que aprender com o não-especialista e com formas de vida diferentes das nossas” (MANNONI, 1990, p. 81).

É preciso ressaltar que as cisões institucionais na história da psicanálise estiveram continuamente vinculadas aos embaraços da formação do analista no que se refere à autorização, à nomeação e ao reconhecimento, em relação aos quais, inicialmente, as análises didáticas ocuparam um lugar de centralidade, ao passo que posteriormente, com o ensino de Lacan, a passagem a analista tornou-se o epicentro das discussões sobre as garantias buscadas à prática analítica, por meio da construção de dispositivos institucionais que não recaíssem, por um lado, numa burocratização, e por outro, que preservassem o rigor ético essencial à formação do analista.

Maud Mannoni, ao longo de sua obra, interrogou com argúcia a experiência institucional e os dispositivos de formação, problematizando, por exemplo, a instalação

dos rituais no lugar da dúvida, ou ainda, a instauração de uma concepção autoritária advinda do funcionamento hierarquizado dos espaços de formação analítica em diferentes tempos da história da psicanálise. Para essa psicanalista, os riscos são muitos: “robotização do analista”, abuso da interpretação e o contrassenso sobre o lugar da palavra, que passaria a substituir a evocação pela informação sobre uma verdade “pré-fabricada” (MANNONI, 1989a). São interrogações prementes, sendo a discussão sobre o lugar da instituição “uma questão das mais espinhosas e complexas no que tange à formação do psicanalista” (FONTENELE, 2017, p. 81). Espinhosa, por remeter a uma forma e a uma dinâmica características dos agrupamentos humanos, na medida em que desvelam os processos estruturais relativos à constituição do funcionamento psíquico. E complexa, por estar submetida a uma situação construída desde a invenção da psicanálise por Freud, quando a criação da Sociedade das Quartas-feiras e das instituições formais que a sucederam foi o seu desdobramento (FONTENELE, 2017).

A complexidade atinente às instituições psicanalíticas suscita a necessidade de recorrer ao contexto das concepções de formação existentes na época de Maud Mannoni e, principalmente, sua posição nessa temática. Sua obra oportuniza acompanhar sua inserção *dentro* dos acontecimentos, mas também alcançar *fora* um entendimento subsidiado por suas formulações. Na trajetória de Mannoni, três vertentes se configuraram mais destacadamente na psicanálise e assumiram direções distintas em relação tanto aos aspectos teóricos e da prática analítica quanto aos caminhos éticos e políticos da formação, na elaboração e no uso dos seus dispositivos (ESCUDEIRO, 2013). Nesse transcurso, nossa autora conceberia filiações e críticas, desde a Associação Internacional de Psicanálise em sua primeira formação analítica na Bélgica, passando pelo combate à Psicologia do Ego, até o momento de fundação da Escola de Lacan.

A primeira dessas vertentes refere-se à concepção de formação do analista circunscrita aos parâmetros definidos pela IPA, cuja presença de um ensino com aspecto pedagógico, como já visto antes, passou a preponderar no funcionamento das instituições sob sua chancela, sendo a análise didática uma de suas práticas vigorosamente questionadas por Mannoni e outros analistas de seu círculo. Em *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*, por exemplo, ela demarca que a análise, em última instância, tornava-se um mero pretexto, encontrando-se “deliberadamente sacrificada em proveito da didática, isto é, em proveito de um corpo constituído de didatas” (MANNONI, 1971, p. 215). Era instaurado, sob “o mito da norma”, um peso aos critérios impostos na seleção de candidatos, e Mannoni via resultar disso uma adaptação em forma de submissão a uma

“estereotipia institucional”.³⁶ Isso mostra um obstáculo, apresentado por ela, quanto ao objetivo de uma formação que não teria mais a ver com a pesquisa, em sua relação com a verdade – realizada através de um discurso sintomático mantido com o analista, ou seja, a análise –, mas numa perspectiva de entrada no seio da comunidade dos analistas. A autora permite entender que, “na didática, é o lugar do aluno que importa (de fato) ocupar; de um *aluno* já frequentemente fascinado pela imagem do *patrão* analista, o que um dia será chamado, à sua vez, a desempenhar” (MANNONI, 1971, p. 216).

Essa referência ao ensino é uma marca constante que perpassa a história da psicanálise, mantendo-se como interpelação crucial a uma revisitação contínua. Mannoni nos lembra da confissão feita por Freud, em 1914, “de que as dificuldades que surgiram a propósito do ensino da psicanálise é que eram responsáveis pelas dissensões e pelas cisões” (FREUD apud MANNONI, 1971, p. 213). O que permite atentar a um certo lugar “problema” que a proposta da análise didática representa sobre as posições éticas e políticas nas instituições psicanalíticas quando o ensino, tomado em uma dimensão de teoria pura e não como transmissão analítica, integra-se à experiência da análise na forma de burocracia, subsumindo a dimensão do inconsciente em favor de uma preparação “ideal”. Isso porque a ideia de ensinar alguém a se tornar analista a partir de parâmetros técnicos e teóricos invalida a precipitação indispensável do inconsciente em sua dimensão conflitiva. Portanto, seguir um percurso de análise cujo objetivo é alcançar o título de psicanalista precisa ser interrogado em sua relação com o sintoma que aí se manifesta.

Outra concepção de formação amplamente combatida por Mannoni e muitos outros analistas foi a Psicologia do Ego, vertente do freudismo que surge no interior da IPA, nos Estados Unidos. Nossa autora chama atenção para o fato de as pesquisas relativas à Psicologia do Ego terem coincidido com o aparecimento de uma nova geração de candidatos psicanalistas de origem majoritariamente médica e dirigidos “a ordenação de um eu autônomo, de boa saúde”. Com isso, era substituído no candidato o registro neurótico de entrada em análise por meio de uma queixa, para o “registro *adaptado* do futuro professor de psicanálise” (MANNONI, 1971, p. 220). Novamente, a tônica do

³⁶ Mannoni, ao tratar da análise didática, destaca que não faltavam críticas em relação a esse sistema didático, e retoma a explanação realizada por Bernfeld sobre o problema dos instrumentos de avaliação dos candidatos a analista nas escolas de psicanálise. Essa discussão a partir de Bernfeld foi também retomada por Moustapha Safouan em seu livro *Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas* (SAFOUAN, 1985).

ensino da psicanálise (e de sua transmissão) comparece sob a lógica de uma preparação “ideal” e da relação professor-aluno, portanto, eminentemente de mestria e que circulava no espaço institucional, no campo das análises, das supervisões e do estudo teórico. Mannoni assevera que, sem dúvida, o que está em jogo nesse problema é a existência mesma da psicanálise, conduzida a uma educação do *ego*.

Mannoni mostra, ainda, que nesse período a psicanálise vivia um mal-estar essencialmente americano diante de uma superioridade numérica e esmagadora junto ao aparelho internacional, sendo “uma das causas dessa espécie de degradação em cadeia de que sofre a psicanálise” (MANNONI, 1971, p. 231). Ela lembra que, nos Estados Unidos, a psicanálise foi reconhecida pela psiquiatria ao preço da exclusão da análise leiga; a psiquiatria, assim, ganhou o poder de controlar a análise tanto no plano teórico quanto na prática, pelo fato de a formação dos analistas ter sido confiada aos psiquiatras. Mannoni retoma que em 1938 os analistas norte-americanos haviam reivindicado “o ‘sério e o sólido’ sob a forma dita da psiquiatria dinâmica” (MANNONI, 1982, p. 51) e que durante a Segunda Guerra Mundial contribuíram intimamente com os militares, preparando uma nosografia bastante apurada com numerosos testes para delimitar como medir a loucura aos olhos da lei. Com isso, a psicanálise encontrou-se “ligada diretamente ao poder do Estado (daí os recursos financeiros de que dispôs a Associação Psicanalítica Americana)” (MANNONI, 1982, p. 52).

Como esclarece nossa autora, a psicanálise nos Estados Unidos, em seu apogeu, resignou-se à tarefa de selecionar uma elite e sua teoria fincou-se na perspectiva de corrigir as experiências emotivas e compensar um vício de educação. A psicanálise vai então servir sobretudo para formar superpsiquiatras, os quais, licenciados, dirigem-se principalmente às tarefas administrativas. Se nos primeiros tempos da história do movimento psicanalítico as exigências dos analistas giravam ao redor da pergunta “o que é a psicanálise?”, num segundo tempo, com a institucionalização, as exigências (e cisões) relacionaram-se com a questão: “o que deve ser ensinado?”. Assim, nos Estados Unidos, a preocupação passou a ser a da uniformidade de programas entre as diferentes sociedades. Ainda encontramos, por meio das associações norte-americanas, a expressão de um modelo institucional de formação no qual a seleção de candidatos e a instauração de critérios de admissibilidade estão vinculadas a diplomas acadêmicos, além da

verificação de aptidões pessoais e a análise pessoal – subsumida a uma condição secundária – compondo as propostas de regulamentação da formação do psicanalista (MIELI *in* COUTINHO JORGE, 2006).³⁷ Vemos, portanto, perdurar uma lógica na qual a experiência com o inconsciente – e que Maud Mannoni intensamente propõe resgatar – é comprometida nos espaços institucionais de transmissão da psicanálise.

Por fim, a terceira concepção de formação do psicanalista, e sobre a qual iremos nos debruçar, ganha maior importância por ter lugar essencial na trajetória de Maud Mannoni. Oriundo de um contexto de rompimento com a IPA e de severas críticas à Psicologia do Ego, o movimento lacaniano marcaria radicalmente a história da psicanálise. Mannoni defende haver sido “de uma forma de ‘dogmatismo religioso’ que Lacan, numa primeira fase, arranca a psicanálise” (MANNONI, 1982, p. 57), por meio de um trabalho que procurava retirá-la de uma “medicalização empobrecedora”, sendo esse o período no qual a IPA perderia o *status* de única potência institucional do freudismo no mundo. Afirma que Lacan, excluído da IPA, discutiu a questão da formação do psicanalista de maneira original, por meio da qual desfez qualquer tipo de hierarquia, realizando grupos de trabalho (como os cartéis) que pudessem propor uma “interrogação analítica” à espera, com isso, de “manter vivo, fora de competição, o desejo de pesquisa, um desejo que possa transcender a pura necessidade de curar” (MANNONI, 1982, p. 57).

Lacan efetuou uma inversão importante quanto à análise didática ao atestar que ela existe na medida em que uma análise mostre seus efeitos, ou seja, *a posteriori* e não por antecipação na escolha de candidatos renomados da instituição. Em sua proposta de formação, a análise didática é considerada em sua potencialidade de ser didática, dependendo do transcurso da análise, o que permite interrogar, em seu cerne, o desejo que mobiliza o sujeito. Em suas palavras:

A qualificação de uma análise como didática tem-se praticado, até o presente, através de uma seleção sobre a qual, para julgá-la, basta constatar que ela não permitiu articular nenhum de seus princípios desde que começou a existir [...]. O único princípio certo a formular, ainda mais por ter sido desconhecido, é que a psicanálise constitui-se como didática pelo querer do sujeito, e que ele deve ser advertido de que a análise contestará esse querer, na medida mesma da aproximação do desejo que ele encerra. (LACAN, 2003c, p. 240)

³⁷ Cf. Mieli (2006).

Portanto, toda análise poderia levar o sujeito à posição de analista, o que implicaria uma disjunção entre saber e verdade a ser efetivada, diferentemente da formação universitária, ao modo da verdadeira sabedoria – a da posição do analista – residir na assunção da ignorância, isto é, na ascensão de um saber acerca de um não saber radical (AZEVEDO, 2006). O não saber radical se liga diretamente às proposições de Maud Mannoni, que faz uso da concepção de *douta ignorância*³⁸ como aporte fundamental à escuta e ao trabalho do analista, reafirmando ser perante um não saber que se pode aventar qualquer tipo de formalização ou compreensão da psicanálise. Nada disso, entretanto, ela observa, impediria que surgisse entre os próprios analistas mais próximos a Lacan uma forma de saber que viria substituir a verdade, sob a égide de um discurso dogmático em torno da teoria lacaniana. Por isso Mannoni constata, em face dos caminhos dados ao ensino de Lacan na relação com a cátedra universitária e no seu engendramento institucional, os perigos de uma nova ortodoxia.

Vale lembrar que Lacan, no início de sua trajetória, ocupou uma posição de vanguarda, pelo fato de seus trabalhos de juventude terem antes produzido uma ruptura na história do movimento psicanalítico francês. Isso se daria, por exemplo, por meio de sua formulação sobre o estágio do espelho – teorização correlata ao narcisismo primário em Freud –, apresentada inicialmente em 1936 no Congresso Psicanalítico de Marienbad, momento no qual preconiza suas elaborações sobre questões problemáticas acerca do eu na teoria psicanalítica. Dois anos depois, o estágio do espelho é referenciado em seu texto “Os complexos familiares na formação do indivíduo” e, posteriormente, desenvolvido em “O estágio do espelho como formador da função do eu”, em 1949. Também em relação à noção de transferência, recupera seu núcleo enquanto instrumento, mais do que técnico, ético, à função do analista em sua operação interpretativa – sustentada como corte cuja abertura convoca à emergência do inconsciente. Assim, Lacan estabeleceria continuamente instrumentos teóricos importantes a uma reformulação propriamente “freudiana” da obra freudiana. Surgiria disso, segundo Roudinesco, um paradoxo no qual Lacan se tornaria “lacaniano” por ser freudiano e pelo fato de, no lugar de abrir o

³⁸ A *douta ignorância* recomendada por Lacan aos analistas articula-se, por um lado, com o desejo do psicanalista, por outro, com o saber do psicanalista. Ignorância na qual se revela o não saber cuja posição o analista sustenta. A formulação que está na base da *douta ignorância* implica que nunca se alcançará o conhecimento preciso da natureza de um objeto. Para Nicolau de Cusa, o espírito, na sua ânsia de conhecer, é insaciável, e o correlato dessa insaciabilidade do desejo de saber é o inesgotável da natureza dos objetos, não só pelo caráter mutável e inovador, mas pelo caráter de intensidade aumentada que cada detalhe do saber objetivo pode ter, na medida em que em todo objeto oculta-se essa precisão inalcançável. Esse termo paradoxal define, assim, um saber marcado como um saber acerca do saber, que proíbe todo caráter definitivo, sendo, portanto, inesgotável. Cf. Rabinovich (2000).

ensinamento de Freud para uma suposta modernidade, ter se ancorado em seu passado surrealista, na filosofia hegeliana e, posteriormente, na linguística para repensar, com isso, o conjunto de uma descoberta referida por sua história. (ROUDINESCO, 1988). Sustentou, constantemente, um trabalho teórico fora do meio psicanalítico em que, mesmo participando dos debates internos à Sociedade Psicanalítica de Paris, alimentava-se de um saber que escapava à comunidade freudiana dessa época. Se manteria “um marginal cuja evolução era observada com desconfiança, e com a ideia a todo momento afirmada de que esse homem não se assemelhava a um psicanalista comum” (ROUDINESCO, 2008, p. 106).

Para compreendermos então a inserção de Maud Mannoni no movimento lacaniano – bem como seus desdobramentos posteriores –, retomaremos três tempos na história do movimento psicanalítico francês que corresponderam às suas três cisões determinantes. É oportuno, porém, ter em conta, antes de avançarmos, que o cisionismo presente na história do movimento psicanalítico foi um fenômeno ligado ao desenvolvimento das suas instituições, primeiramente em relação ao progresso maciço da psicanálise durante o entreguerras, como já esboçado no primeiro capítulo, e depois durante a segunda metade do século XX. Roudinesco e Plon (1998) consideram que o cisionismo atesta a crise da instituição psicanalítica e a transformação desta num aparelho burocrático, destinado a administrar os interesses da corporação a partir de regras técnicas. Tal fenômeno se produziu ao redor da fala de um mestre cujo pensamento e ensino “desperta as consciências”, apontando a alunos ou discípulos o caminho de uma possível renovação da doutrina – e que levou a um questionamento da máquina burocrática a qual objetivava a equiparação das condições entre todos os membros. Por outro lado, o que se denominou como dissidências traria uma outra significação, designando a ação ou o estado de espírito de quem rompe com a autoridade estabelecida; no entanto, não implicaria a ideia de separação e divisão presente no termo cisão, estando, nesse sentido, mais referido às rupturas da primeira metade do século XX (ROUDINESCO; PLON, 1998). De um modo ou de outro, um apelo imaginário à ancoragem do *eu* esteve indubitavelmente presente, marcando as relações institucionais que se firmaram ao longo do tempo. Mannoni ressalta, também acerca dessas rupturas, que

[...] a idealização narcísica tem, por efeito de grupo, nas associações de analistas, uma forma de comunhão onde, observou Lacan, é só no ódio que os indivíduos se comunicam entre si. Talvez resida nisso, pois, o

segredo das cisões em cadeia nas associações de psicanálise do mundo inteiro (MANNONI, 1990, p. 116)

A primeira cisão que abrange o movimento psicanalítico francês, em 1953, foi aquela da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) – comunidade integrada à Associação Internacional de Psicanálise –, da qual Lacan foi um dos principais protagonistas, dispondo em cena o posicionamento dos analistas diante da novidade de seu ensino. Nesse mesmo ano havia sido criado em Paris, a pedido da IPA, o Instituto de Psicanálise, ao qual seria confiado o ensino e a formação dos candidatos. Conforme aborda Maud Mannoni (1982), um conflito de poderes pôs em causa a concepção de ensino e essa cisão tornou-se possível por conta de Lacan, que, ao se separar dos oficiais, levou um numeroso grupo de alunos. Esse foi um período revolto, sedimentado por tensões em torno da formação do psicanalista, que “punha em cena um autoritarismo médico e um liberalismo universitário” (ROUDINESCO, 2008, p. 274) e que chega ao seu ápice no Congresso dos Psicanalistas de Língua Francesa, quando Lacan, encarregado de apresentar o relatório anual da Sociedade Psicanalítica de Paris, diverge da sociedade da qual fazia parte e critica a regulamentação proposta à formação dos analistas. Ao ler seu polêmico texto “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, promove então uma ruptura turbulenta e efetiva.³⁹ Resultaria disso o surgimento da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP), com Lacan, Dolto e Lagache; Mannoni, que era membro da SPP, os acompanharia.

A segunda cisão, dez anos depois, foi a resposta dada por Lacan, em 1963, à sua excomunhão pela IPA, migrando da SFP para fundar a Escola Freudiana de Paris, ao deixar, como alega Mannoni, o grupo dos universitários para seguir com os que estavam de acordo em manter, à margem, um trabalho de “desmistificação das ideologias”

³⁹ Em “Discurso de Roma”, prefácio de “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, Lacan situa o contexto que envolvia o Congresso que deveria acontecer em Roma nesse mesmo ano. No entanto, graves dissensões introduziram no grupo francês uma secessão, instaurada por ocasião da fundação do Instituto de Psicanálise. Nessa situação, a equipe responsável pelos estatutos e programas proclamou que impediria de falar em Roma aquele que, juntamente com outros, tentou introduzir uma concepção diferente, empregando, para esse fim, todos os meios ao seu alcance. O texto a ser apresentado consistia no relatório teórico da tradicional reunião – que acontecia havia dezoito anos – e que a SPP, que era a sociedade representativa da psicanálise na França, seguia por meio do Congresso dos Psicanalistas de Língua Francesa – estendido aos psicanalistas de línguas românicas. Entretanto, Lacan e os que fundaram a nova Sociedade Francesa de Psicanálise achavam que não deveriam privar os estudantes que aderiram ao seu ensino da anunciada exposição, nem tampouco abdicar do lugar eminente em que fora prevista. Assim, Lacan diria que “foi sobretudo para estes que ele fomentou seu discurso, para renunciar, em relação a eles, às regras que se observam entre áugures, de imitarem o rigor através da minúcia e confundirem regra e certeza”. Afirmaria, ainda, que “para além das circunstâncias locais que haviam motivado esse conflito [...] que se houvesse simplesmente podido ter a pretensão de regular de maneira tão autoritária a formação do psicanalista levantava a questão de saber se os modos estabelecidos dessa formação não levavam ao fim paradoxal de uma depreciação perpetuada” (LACAN, 1998a, p. 239).

(MANNONI, 1982). Com isso, Lacan buscou promover em sua Escola grupos em que a interrogação analítica estivesse como base, constituindo “pequenos grupos explodidos”, a sustentar o desejo de pesquisa. Numa intervenção não datada, mas situada nesse mesmo ano, Mannoni testemunha que havia sido inaugurado, na Sociedade Francesa de Psicanálise, o começo de uma “era de inimizades”, em que contratos foram realizados na “sombra”, cujo fim confessado estaria no reconhecimento da SFP por uma instância internacional, reconhecimento que atrela à necessidade de alguns analistas em se sentirem confirmados em seu papel. Em contrapartida, houve o pedido “para renegar aqueles que os tinham formado e permitir que sejam excluídas, como por acaso, as duas figuras mais representativas de nossa sociedade [Lacan e Dolto]” (MANNONI, 1990, p. 145).

Mannoni sublinha, em relação a Lacan, que se condenava “seu ensinamento e o brilho que ele arriscava ter. Ele encontrou entretanto pessoas prontas a pagar o preço” (p. 145). Quanto a Dolto, deu-se a exclusão e “o começo de ataques pessoais os mais desagradáveis a seu respeito” (MANNONI, 1990, p. 145). Ainda nesse contexto, precedido por um período de anos frutíferos para a psicanálise na França, a revista *La Psychanalyse*, representante de um pluralismo de tendências e geradora de uma “explosão” na pesquisa – embora sem ter levado de forma imediata à publicação de trabalhos –, desapareceria. O que mostra o declínio instaurado quanto ao fomento teórico-clínico desse momento. Além disso, “o que é reprovado pela IPA em Lacan diz respeito à análise didática e ao que Lacan fará com ela: não há análise didática de antemão, então não há corpo de didatas [...]. A resposta não se fez esperar, Lacan é punido” (AZOURI, 2017, p. 165).

A terceira cisão, em 1980-1981, esteve, por sua vez, ligada à dissolução da Escola fundada por Lacan, a qual, como sinaliza Maud Mannoni, teria constituído em seu princípio – no duplo sentido, podemos pensar, de valor e início – um lugar de resistência marcado, todavia, por uma crise institucional a partir de uma cisão interna em 1969 que acarretaria, anos depois, o seu fim (MANNONI, 1982). Tal crise montou-se a partir de uma fragmentação fruto das dissonâncias instauradas em meio às formas de dogmatismo que se erigiram, ao passar do tempo, no interior da própria Escola, as quais abordaremos mais detidamente no próximo tópico deste capítulo. Podemos indicar, antecipadamente, que a política que envolvia as relações entre o Departamento de Psicanálise em Vincennes e as atividades referentes à Escola Freudiana de Paris, particularmente no que tange ao dispositivo do passe, também compuseram pontos nevrálgicos de tensionamento entre os analistas da Escola de Lacan. A dissolução da EFP deixaria marcas profundas que

ressoam fortemente tanto nas produções escritas dos analistas na década de 1980 – cujas formulações e depoimentos buscam dar conta de um desfecho turbulento – quanto nas numerosas instituições criadas após seu término, em que muitas rivalidades foram perpetuadas, mas nas quais também é possível escutar importantes tentativas de diálogos e construções. Conforme sugere Didier-Weill, essas cisões, enunciadas como três tempos de ruptura na história do movimento psicanalítico francês, não estariam, porém, “sem relação com os três tempos lógicos que Lacan descreveu, como numa antecipação fulgurante de seu destino futuro, sendo levado a discernir um tempo para ver, um tempo para compreender, um tempo para concluir” (DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 13).

No movimento psicanalítico, as rupturas, embora tenham apontado para a característica vária da proposição psicanalítica, na quebra com as formas vigentes, por outro lado produziram, simultaneamente, respostas conservadoras às propostas inovadoras. Foi preciso, entretanto, como referido, atravessar o tempo de uma década da experiência institucional da SFP, cujo trabalho não inovaria muito por encontrar-se sob o interesse de se reintegrar à IPA funcionando no modelo da SPP, para que as modificações mais significativas na estrutura da formação analítica ocorressem. Apesar disso, a SFP, tendo suspenso as formas escolares e acadêmicas que eram impostas pelo Instituto de Paris aos outros filiados à Internacional para o ensino teórico da psicanálise, iniciou, de certa maneira, um movimento de mudanças que culminou na posterior ruptura que foi a gênese da fundação da Escola Freudiana de Paris (SAFOUAN, 1985). Esta, contudo, não esteve isenta, apesar das suas incontestáveis contribuições, dos imbróglis institucionais referentes ao ensino e à transmissão, resultando em seu desfecho revoltoso.

No que diz respeito a Maud Mannoni, em sua trajetória no movimento psicanalítico francês, ela foi responsável pela transmissão lacaniana em alguns países. Sua presença na Argentina, por exemplo, lugar que percorreu durante a década de 1970, permitiu uma ampla circulação de importantes significantes pertencentes ao ensino de Lacan – mesmo em uma conjunção na qual já se encontrava um pouco afastada das relações institucionais com a Escola Freudiana de Paris – e para o qual deixaria também suas contribuições, sendo algumas delas: a *Demanda* da criança; o *Discurso* dos pais; o *Fantasma* materno; a *Lei* do pai; e a criança como *falo* (fendrik, 2007). Mannoni lembraria que em relação ao que ouvia de Lacan, o que lhe era mais sensível estava em “uma maneira de ser. Ele me dava todos os seus seminários estenografados, e eu era

‘corrigida’ pelo que ele dizia” (MANNONI *in* DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 166).

Na coletânea de textos-debates *Psicanálise e ciência da história*, Paulo Henrique Escobar retrata, na apresentação do livro, que os “lacanianos (particularmente Maud e Octave Mannoni) [...] centram suas críticas e suas contribuições na releitura de Freud”, sobre a qual Lacan empreendeu inovações cruciais que se estenderam dos acréscimos teórico-conceituais até “aprofundamentos revolucionários [...] de aspectos pretensamente conhecidos do pensamento freudiano” (ESCOBAR, 1974, p. 26). O autor salienta que esses psicanalistas encaminharam materiais psicanalíticos novos ou retrabalhados para a crítica das instituições, o que circunscreve a importância do debate realizado por Maud e Octave junto aos psiquiatras e psicanalistas argentinos, os quais se encontravam à época em um cenário de debates sobre as relações entre psicanálise e marxismo. Isso permite entrever o posicionamento de interlocução e desbravamento que impeliam nossa autora, seja por meio de outro campo do conhecimento, cultura ou perspectivas de atuação analítica. Em resumo,

Maud Mannoni significa, na crítica e na análise institucional, a presença da psicanálise, reestudada por Lacan, da psicanálise que ultrapassa seus objetos tradicionais e se vê em continuidade com a crítica social. É este exatamente o lugar crítico de uma psicanálise não acomodada e de uma ciência da história que se abre à crítica ideológica por onde psicanálise e marxismo se “aproximam”. (ESCOBAR, 1974, p. 27-28)

Além disso, nesses debates com os argentinos, o casal Mannoni apresentaria um apanhado de contribuições fundamentais a respeito do movimento laciano, culminando em posições sobre os tratamentos correntes, a formação dos analistas, a instituição psicanalítica francesa e sua tendência marcada a refletir a “aproximação” com o marxismo.

Contudo, no tocante às instituições de psicanálise, entre 1970 e 1981, Maud declara ter se instaurado para ela e Octave um período de refluxo, no qual a instituição analítica já não mais lhes dizia respeito, havendo “certa desonra em nos confundirmos com o *bando*” (MANNONI, 1990, p. 116). Em carta a Lacan, redigida no início desse período, frisa o risco de se chegar à construção de *um delírio*, quando a teoria deixa de ser situada com relação à clínica, “a verdadeira”, e ao final da mensagem profere que a Escola de Lacan estaria a caminho de se transformar em um museu de cera. Sobre a posição do mestre e seus discípulos, considerou também que:

[...] depois de 1970, os discípulos de Lacan acentuaram a formalização de uma forma que não deixou mais espaço ao jogo e ao sonho. A posição de Lacan sempre foi mais flexível do que a de seus alunos: “Todo mundo sabe, ele gosta de dizer, que eu sou alegre, moleque! me divirto!”. Quando Chomsky propôs a Lacan uma teoria linguística conforme o espírito das equações newtonianas, Lacan respondeu: “Sou poeta”. Os alunos de Lacan são os que transformaram a matematização em um projeto a ser seguido à risca. Em Lacan havia lugar para a astúcia dos poetas. (MANNONI, 2001, p. 47, tradução nossa)

É possível notar na nomeação *lacanianos* dirigida aos Mannoni, de um lado a repercussão da transmissão de Maud com relação ao ensino de Lacan e sua clínica, e de outro sua participação política no movimento lacaniano, embora, nesse mesmo período, fosse evidente em sua obra tanto suas diferenciações quanto o acentuado diálogo travado com outros psicanalistas. Como interpreta Fendrik (2007), Mannoni, apesar de dever muito ao espírito do ensino de Lacan, nem por isso iria sempre coincidir com sua letra e seria essa separação entre a “letra” e o “espírito” que lhe permitiu ser quem foi, colocando em ato um dos ensinamentos cruciais de Lacan: o tempo da separação do objeto e do Outro, por meio dessa operação que rompe com a alienação e a autoriza a operar a partir de seu estilo próprio sem com isso deixar de fazer parte do movimento lacaniano. Mannoni teria, portanto, uma inserção intensa nesse movimento, menos instada na política institucional do que realizada por um *fazer* com a transmissão de Lacan, tanto em relação à disseminação de seu ensino quanto no legado ético inscrito em Bonneuil. Essa empreitada institucional recebeu inclusive, como mencionaria Mannoni, o apoio de Lacan, que “estava interessado por aquele lugar contestador, à maneira como fora marcado pelos surrealistas” (MANNONI *in* DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS 2007, p. 169). Todavia,

[...] em alguns grupos lacanianos “puros e duros” sou chamada “a escoteira da psicanálise”. Isto me rejuvenesce. É claro, entretanto, que não é a “caridade missionária” que está no fundo dos meus atos, mas antes uma “paixão do inconsciente” que me “possui” e me leva à invenção. (MANNONI, 1990, p. 80)

É de se referir o livro do qual participa Maud Mannoni no ano de 1977, *Las psicoanalistas escriben sobre Lacan*, composto de textos de autoras que transitavam desde a crítica literária, passando pelo feminismo, crítica social, poesia, linguística e historiografia, escrevendo suas versões e apropriações da teoria lacaniana de modo

original e contundente.⁴⁰ Publicado por uma editora argentina, tal escrito reflete as nuances da trajetória de Mannoni, mais próxima daqueles que buscavam, ainda no cenário de um Lacan em vida, fazer de seu ensino uma possibilidade de reinvenção e criação, não apenas uma reprodução. Outro exemplo seria o da revista *L'Arc*, n. 58, publicada um pouco antes, em 1974, por uma editora francesa; à exceção de Lacan, nesse periódico todas as escritoras eram mulheres, algumas das quais iriam compor três anos depois a publicação argentina.⁴¹ Esse panorama ganha importância se atentarmos à provocação de Mannoni quando escreve que

[...] sob a roupagem da “loucura”, uma voz de mulher insiste e expressa a sua recusa de “adaptação social”. Ela se entedia numa sociedade sem alma, de prazeres rotineiros, e denuncia o inferno cotidiano a que alguns casais são condenados. O que ela pede ao outro é uma falta na qual pudesse ter um lugar. A mulher contestatária, afirmando-se na sua diferença, incomoda a ordem estabelecida. (MANNONI, 1999, p. 95)

Aludindo à histeria e sua possibilidade de constituir não somente uma revolta, mas também “uma força revolucionária”, Mannoni aduz que, quando livres das atenções pejorativas tradicionais ligadas ao diagnóstico da histeria, torna-se possível traçar uma história a partir daquilo que a libertação das mulheres e a conquista dos direitos femininos, por exemplo, deve à histeria. Portanto, a edição de escritos de mulheres no contexto da década de 1970, tão marcada por sua luta – ainda imprescindível nos dias de hoje – não é de se jogar fora. O meio psicanalítico (sob a forma das suas instituições) não esteve isento dessa recusa ao feminino que tanto as mulheres quanto os loucos evocam, e cuja incidência ocorre mesmo num espaço regido por um saber do qual a subversão foi sua origem.

Entendemos que a importância de Maud Mannoni para o movimento lacaniano consiste na postura combativa e convidativa ao ultrapassamento da apreensão teórica e prática de um pensamento fechado, elitista, estatal e conservador, assim como de uma

⁴⁰ Participaram deste livro: Mitsou Ronat, poeta francesa, linguista e especialista da teoria literária; Pamela Tytell, francesa e estudiosa de psicanálise e literatura; Michele Montrelay, feminista francesa, precursora do movimento *Escrita feminina*; Catherine Lowe, Soshana Felman, crítica literária estadunidense, professora de literatura comparada e estudiosa de literatura francesa, psicanálise e testemunho; Anne Levallois, acadêmica de historiografia e psicanálise, e Elisabeth Roudinesco.

⁴¹ A revista havia sido composta então por textos de Michèle Montrelay, Anne Levallois-Colot Soshana Felman, Elisabeth Roudinesco, Mitsou Ronat, Pamela Tytelle e Catherine Lowe, além de Jacques Lacan, Catherine Clément, escritora francesa, ensaísta, filósofa e crítica literária; Christiane Rabant, filósofa francesa e psicanalista; Jacqueline Rousseau-Dujardi e Luce Irigaray, filósofa e feminista belga.

psicanálise isenta da crítica social, dos problemas que permeiam o mundo, suas disparidades e seus impactos na vida do sujeito. Desalojar os analistas do marasmo clínico e da formação institucional sectária, sem criatividade e puramente miméticas foi uma grande contribuição dessa psicanalista. Mannoni relembra, acerca de sua passagem pela Argentina, que o intercâmbio clínico e a amizade com analistas argentinos e uruguaios marcados por um quarto de século de dominação kleiniana haviam sido selados por um debate a respeito dos pacientes que sofriam, em contraposição a outro grupo de analistas no qual as discussões eram enveredadas, sobretudo, a teorias às quais sentia maior dificuldade fazer emergir a dimensão clínica, apesar da tradição lacaniana que os assistia. Mannoni fica surpresa com tal abordagem e seu espanto “assusta os jovens dessa simpática equipe, e esse diálogo fecundo ficará sem continuação” (MANNONI, 1990, p. 100).

Mannoni descreve, sobre aqueles com os quais o diálogo ganhou continuidade, que a experiência foi a da paixão por uma prática hospitalar, mas igualmente por uma tristeza partilhada, principalmente com os uruguaios, em relação às condições impossíveis de trabalho impostas aos médicos hospitalares. Para os “deserdados da fortuna, nada existe de verdade” e as instituições eram instaladas para “conter a desordem” mais do que para ajudar eficazmente o paciente a desenredar-se de suas dificuldades. Sobre isso, Maud Mannoni argumentaria, ressaltando os trabalhos de Bleger, a importância de não estar surdo à miséria e às condições inumanas de vida impostas a grande parte da população, pois, por vezes, o apelo psicanalítico engendra o velamento da dimensão social que está vinculada a uma política de saúde mental. É, portanto, esse elemento trágico da vida de povos em vias de empobrecimento, controlados pela ditadura, que se mostra sensível a essa psicanalista. Ela declara, por conseguinte, que

[...] uma classe privilegiada, de que saem os estudantes de famílias ricas, faz viver os analistas. Mas alguns desses últimos, com seus pacientes pobres, chamados casos de psiquiatria pesada, veem-se prisioneiros da instituição hospitalar (cujo modelo de importação é sempre europeu, como se nada de específico pudesse ser inventado no contexto particular de um continente diferente do nosso). Nosso sucesso na América do Sul se deve neste caso em larga medida ao fato de os termos sensibilizado para o malefício de uma forma de colonialismo de que são, por vias transversas, os objetos e vítimas. Para sobreviver ao horror do cotidiano, a evasão na pesquisa teórica vai ser, por outro lado, para muitos deles, um meio de sobreviver: nesse nível, Lacan veio, no nível da paixão, utilmente substituir Melanie Klein. (MANNONI, 1990, p. 100-101)

Mannoni relata, sobre o contexto mencionado, que ela e Octave, no ano de 1972, haviam sido convidados por Oscar Masotta a ir à América do Sul com a condição, estipulada por esse chefe do movimento lacaniano em Buenos Aires, de permanecerem “prisioneiros do clã”. Entretanto, transgridem obtendo a autorização para frequentar os analistas da Associação Argentina de Psicanálise, que se encontrava dividida em quatro ou cinco grupos. Ela consegue “o que na época seria irrealizável na França – a organização de uma tribuna pública de que participarão (conosco, os Mannoni) as principais figuras representativas do mundo analítico”⁴² (MANNONI, 1990, p. 95). Esse “encontro-debate” atrai uma multidão a ponto de a polícia colocar-se de prontidão, “como se a revolta estivesse às portas: os efeitos de uma ditadura a caminho se faziam já sentir” (MANNONI, 1990, p. 95). Essa reunião de analistas saídos de uma recente cisão, na qual a proposta era “falar livremente, sem vinculação com igreja nenhuma, foi certamente para nós o momento mais emocionante, o mais rico de ensinamento dessa estada” (MANNONI, 1990, p. 96). Mannoni relembra, ademais, que a cisão da Sociedade argentina correspondia à revolta contra um tipo de discurso oficial fechado à realidade política e social da Argentina nessa década. Deixando para trás familiares e amigos rondados pela tortura, alguns analistas partiram de seu país estando condenados a não falar para não pôr em perigo a vida de seus próximos.

Nesse mesmo contexto, o casal Mannoni seria também recebido pela Sociedade Uruguaia de Psicanálise em Montevideu e, ao saírem do avião, ficam sabendo da fuga de Tupamaros.⁴³ Com a cidade em festa, são recepcionados pelos analistas e pela presidenta da Sociedade, Mercedes Freire de Garbarino, e acomodados em um hotel luxuoso, “rodeado de um mundo irreal, alucinante de miséria” (MANNONI, 1990, p. 97). Em pouco tempo, recebem a notícia da prisão de filhos de analistas e, rapidamente, “nada e ninguém poderá qualquer coisa diante das manobras de uma ditadura instalada pelos americanos” (MANNONI, 1990, p. 95). Com o golpe de Estado, convém contextualizar, os anos de chumbo cessaram as liberdades civis, impondo um novo sistema constitucional de inspiração fascista e franquista. O Uruguai, conta Mannoni, até então tido como um paraíso à moda suíça, logo empobrece. Com a polícia e a censura onipresentes, os

⁴² Participaram dessa reunião: José Bleger, Arminda Aberastury, Diego Garcia de Reinoso, Maria Langer, entre outros.

⁴³ Movimento guerrilheiro surgido na década de 1960 cujo nome homenageia o líder anticolonialista indígena Tupac Amaru (assassinado pelos espanhóis no século XVIII), transformado em partido político depois do fim da ditadura no Uruguai. O MLN-Tupamaros surgiu no cenário latino-americano antes mesmo do golpe militar, sendo reconhecido pela audácia e originalidade de suas ações militares.

estudantes e intelectuais ficam expostos à arbitrariedade e os analistas não têm outro recurso além de fecharem-se entre si e continuar suas pesquisas na clandestinidade. Assim, “o mergulho na teoria lhes permite, em certa medida, suportar o golpe no meio de um mundo que se desfaz” (MANNONI, 1990, p. 98).

É oportuno indicar, como bem retratado por Jorge Broide no prefácio de *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*, de Elizabeth Ann Danto, que especificamente na América Latina a experiência psicanalítica foi transmitida ao longo das gerações – ao modo dos conteúdos inconscientes –, provendo situações herdeiras da tradição inaugurada em 1918 a partir dos efeitos do texto de Freud “Os caminhos da psicoterapia analítica” à comunidade psicanalítica.⁴⁴ Na Argentina, em especial, a prática da psicanálise se expandiu, em meados de 1938, para fora dos consultórios tradicionais por meio de psicanalistas como Marie Langer, uma das fundadoras da Associação Psicanalítica Argentina, exilada depois do nazismo e de sua luta na Guerra Civil Espanhola. Além disso, numa certa continuidade, a psicanálise argentina exerceria relevante influência na formação e na prática analíticas no Uruguai. Ocorre, mais adiante, a partir dos anos 1960 e 1970, conforme as características latino-americanas, o surgimento de uma prática clínica em centros de saúde, hospitais, comunidades e no trabalho com grupos e instituições, movimento que criou círculos que se apartaram da Associação Psicanalítica Argentina, perscrutando seu próprio trabalho teórico e de campo. No entanto, com o golpe militar de 1976, grande parte dos psicanalistas implicados nessa efervescência criativa – que se assemelhava ao final da década de 1930 – retirou-se do país, muitos dos quais seguiram para o Brasil.

As experiências de Maud Mannoni revelam o quanto essa psicanalista circulava e fazia dos contextos um texto propriamente seu. Suas proposições foram alimentadas pelas situações vividas que incorporava, sem denegá-las, à sua prática e suas concepções. Ela

⁴⁴ No referido livro, a autora Elizabeth Ann Danto revela as repercussões na prática analítica decorrentes do discurso de Freud no Quinto Congresso Psicanalítico Internacional em Budapeste (publicado no Brasil como “Caminhos da psicoterapia psicanalítica”), dois meses antes da Primeira Guerra Mundial. Nesse texto, ele afirma que a psicanálise deveria alcançar, em direito, todos os cidadãos, ricos ou pobres, através do setor público e dos demais serviços da sociedade. Danto mostra que o discurso de Budapeste em 1918 e a publicação de 1919 tiveram grande impacto, fazendo com que a primeira geração de psicanalistas se dirigisse ao campo social, realizando, assim como a segunda geração, o trabalho de criação das clínicas dos institutos de formação nas instituições públicas e privadas. Retrata também que entre 1920 e 1938 foram criadas outras doze clínicas de atendimento psicanalítico gratuito em mais sete países, fontes de trabalhos de muitos psicanalistas dessas duas gerações, que exerceram atividades nas clínicas públicas ligadas aos Institutos de Psicanálise nas áreas da educação, com crianças de rua e abandonadas, em abrigos, com operários, com jovens e adolescentes empobrecidos e no atendimento a jovens grávidas. Além disso, situa que esses psicanalistas participaram de forma ativa da construção de políticas públicas, utilizando-se do espaço social e das políticas inovadoras abertas pela então chamada “Viena Vermelha” (DANTO, 2019).

conjugava, portanto, indivíduo e coletivo, particular e universal, sujeito e Outro, não estando isenta dos acontecimentos históricos e suas implicações sociais e políticas. Mostrou-se corajosa ao enfrentar impasses institucionais arriscados e polêmicos, sem eximir-se de suas intenções e de sua ética. Não interessa considerar aqui se suas escolhas foram ou seriam as de maior concordância, mas escutar sua representação enquanto enfrentamento e abertura nas ações que endereçava. Porque ao atravessar cisões tão determinantes no movimento psicanalítico francês, Mannoni percebeu a nocividade da oclusão doutrinária produzida mesmo perante um mestre que procurou inserir, em sua lógica de escansão, a subversão psicanalítica como ética do desejo.

Assim, Maud Mannoni estabeleceu com aquele que havia sido seu analista um diálogo permanente e vivo, para além das conceituações teóricas e das instituições psicanalíticas – o que não quer dizer desfazendo-se delas, mas, ao contrário, dando um destino ao arcabouço conceitual com o qual se comunicou ao longo de toda sua trajetória e aos espaços de transferência de trabalho para os quais se enveredou. Afirmaria a respeito de Lacan que “uma exigência ética o impulsionava a querer, antes de tudo, manter abertas as questões sem procurar, de modo algum, ‘expor’ claramente uma doutrina” (MANNONI, 1989, p. 8).

Entendemos que Maud Mannoni, em seu percurso, vivenciou em posição de marginalidade – mesmo no interior das instituições – a contradição das relações institucionais e suas políticas de preservação no movimento psicanalítico, bem como o caráter contingencial das descobertas e imprevisibilidades que faz da sua história a expressão de um desejo. Lacan, diante da existência do sujeito falante que a ele se lançava, demonstrou significativa consideração ao deixar “para seus analisandos o peso desta questão: o que prevalecerá no teu destino de analista, tua inserção institucional ou tua inserção na fala?” (DIDIER-WEILL; SAFOUAN, 2009, p. 154). Ora, se considerarmos o campo das experiências coletivas e das experiências individuais, reputando o paradoxo do analista no qual o endividamento simbólico das gerações na diacronia e a solidão de um nome na sincronia seriam seus constituintes, não estaria justamente na imbricação ou quem sabe na *bricolagem* entre os dois, a instituição e a fala, uma experiência que materializa a dimensão do ato? Maud Mannoni aparenta ter dado a essa interpelação de Lacan um destino ético, autêntico e sagaz, não sob a sigla de uma Escola de Psicanálise propriamente, mas na criação de um espaço que contemplou o *mais-além*.

5.2 Maud Mannoni e a dissolução da Escola Freudiana de Paris

Dois elementos destacados por Maud Mannoni em seus escritos são úteis ao prosseguimento de nossas discussões. Primeiro, a problematização de que toda estrutura institucional se estabelece sob a função de *conservação* de um bem para fins de *reprodução* de uma herança, de uma tradição. O peso da rotina administrativa, desse modo, propende a impossibilitar qualquer dialética, produzindo como consequência um retorno na forma de violência (MANNONI, 1977). E um segundo, no qual assinala que o desejo do analista é prisioneiro de uma história coletiva inseparável do campo do inconsciente (MANNONI, 1989a).

Partindo dessas duas considerações, colocamo-nos a interpelar, na história do movimento lacaniano, o episódio da dissolução da Escola Freudiana de Paris, cujos acontecimentos permitem acompanhar as conseqüentes formulações acerca da formação do analista delineadas por Mannoni, tendo em vista a dialética subjacente aos acontecimentos na EFP e a trajetória particular dessa psicanalista. Em especial, no que tange à seguinte afirmação: “Elucidar a operação pela qual o psicanalisando passa a psicanalista continua a ser uma tarefa que cabe aos analistas aprofundar” (MANNONI, 1989a, p. 86). Mannoni compreende que Lacan tentou abordar esse problema interrogando o movimento pelo qual o analisando cai, e o que se esvazia do mesmo movimento nesse corte, causa de desejo. Seria, assim, a dificuldade de ser do psicanalista que, no final do percurso, o analisando é levado a interrogar. Mannoni entendia que a preocupação de Lacan em relação à passagem de analisando a analista – preocupação à qual ela se dedica – consistia em que a essência do inconsciente não fosse perdida pelo jovem analista.

As proposições de Mannoni vão se encaminhar na reflexão em torno do que é tecido entre a instituição e a relação do analista com o paciente, quando este é colocado na posição de permitir a verificação de um ponto teórico ou de autorizar a instituição a se posicionar em um debate teórico relativo à análise, ao seu término e à formação do psicanalista. Seu interesse interroga o risco, para o analisando – na passagem à posição de analista –, de um assujeitamento à causa analítica, o que comprometeria o advento verdadeiro como sujeito e confirmaria o apagamento de qualquer fala singular.

Dito isso, tomamos por base o acervo apresentado por Elisabeth Roudinesco em *História da psicanálise na França* e a compilação de Claude Dorgeuille em *A segunda morte de Lacan: história de uma crise*, nos quais abordam a conflagração instaurada

depois da dissolução jurídica da Escola Freudiana de Paris, em 27 de setembro de 1980, viabilizando entrever o posicionamento de Mannoni e outros analistas nesse intercuro. Nosso recorte incide sobre as contestações elucidadas por ela e atinentes ao caráter dogmático desse processo que inclui uma crise antecedente e uma dinâmica instaurada.

Em sua inserção institucional, Maud Mannoni deparou-se com um movimento pelo qual a teoria de Lacan foi conduzida por seus seguidores nos moldes de uma burocratização que não permitia questionar os ditos do mestre, de tal modo que, com o passar do tempo, o “terror ‘em nome de Lacan’ instala-se assim na maioria dos países colonizados por alguns lacanianos” (MANNONI, 1990, p. 119). Ela chama atenção para o fato de o *estilo* evocado por Lacan ter sido rebaixado a uma pura transferência mimética, embora tenha tentado, na Escola que fundou, “lutar contra esse mimetismo, que está, como sabemos, no próprio fundamento da impostura” (MANNONI, 1989a, p. 130) e que estaria relacionado ao fato de alguns analistas lacanianos terem confundido *formação* com *modelo*.

Como observado anteriormente, a “estereotipia institucional” – selada sob o mito da norma e da submissão na forma de adaptação – para a qual Mannoni alertou acerca dos reveses da formação do analista na IPA e depois na Psicologia do Ego, conjura um risco também ao lacanismo. O uso beligerante das sessões curtas e do tempo lógico demonstra essa confusão entre formação e modelo, através da irrefletida utilização dos dispositivos propostos por Lacan. Essa realidade é ressaltada por Coutinho Jorge (2000) ao descrever, quando da entrada do ensino de Lacan no Brasil, as consequências dessa reprodução equivocada dos dispositivos clínicos. Se por um lado esse ensino mobilizou grande fomento à pesquisa e a renovação da prática analítica, levando fôlego à psicanálise e ânimo aos analistas, por outro, seu mimetismo inconsequente decorre numa impostura.

O lacanismo – corrente então representada pelos diversos partidários de Lacan –, tendo consistido num vasto movimento institucional e depois em uma nova forma de internacionalização, logo após a morte de Lacan, teve como resultado a fragmentação em uma multiplicidade de tendências e grupos “que formam uma poderosa nebulosa” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 451) sob os quais se reivindica a verdadeira descendência do mestre, o traço distintivo, portanto. Assim, a reivindicação do mestre por uma via imaginária se contrapõe à de um mestre que poderia consubstanciar uma dívida simbólica impulsionadora, operando como caminho de acesso ao desejo de saber.

O que parece ter acontecido à história do movimento psicanalítico, situa Mannoni, é que a contestação da sobrevalorização antes existente em relação ao modelo médico

psiquiátrico na psicanálise levou depois a uma supervalorização teórica na cátedra universitária, resultando em analistas “eruditos adaptados” (MANNONI, 1989b). Em 1974, Lacan conduziu na Universidade de Paris-VIII, no departamento de psicanálise fundado por Serge Leclaire em 1969, um ensino do Campo Freudiano cuja responsabilidade foi confiada a Jacques-Alain Miller, que teria sido encorajado a produzir uma transformação progressiva do ensino de Lacan em um corpo de doutrina fechado (ROUDINESCO; PLON 1998). Mannoni argumentaria que “quando a formação dos analistas tem o ensino universitário como centro, ela se distancia do que deveria constituir o específico de um trajeto analítico” (MANNONI, 1989b, p. 87). Isso porque, com o tempo, as fronteiras entre a Paris VIII e a Escola Freudiana de Paris se reduziram a tal ponto que se tornaram palco de uma série de conflitos e embates, cujas consequências atingiam diretamente a formação dos psicanalistas.

É oportuno retomar que durante as ações de maio de 1968, enquanto Lacan iniciava a montagem do discurso do analista em seu seminário *De um outro ao outro*, o diretor da Escola Normal Superior considerou tal ensino como antiuniversitário, fazendo saber a Lacan sua oposição à continuação de seu seminário naquele lugar, efeito de um tempo coercitivo. Apesar disso, a insistência de Lévi-Strauss, por meio da *École Pratique des Hautes Études*, permitirá a Lacan conseguir os anfiteatros na Faculdade de Direito até 1980. No final da década de 1960, seria então criada a Universidade de Vincennes, a Paris VIII, na qual Michel Foucault proporia que Lacan fosse pessoalmente responsável pelo departamento de psicanálise. Ele recusa a oferta e solicita a Serge Leclaire assumir o cargo desse departamento que conteria um estatuto particular por não emitir diplomas, nem créditos ou formação clínica que pudesse ser utilizada no mercado de trabalho (DORGEUILLE, 1986). Suas atividades em Vincennes foram inauguradas em janeiro de 1969, com psicanalistas todos membros da Escola Freudiana de Paris,⁴⁵ conjunção na qual Lacan viria a proferir o seminário subsequente, *O avesso da psicanálise*, onde, em meio às reformulações e revoltas que se seguiram ao maio de 68, promove sua teoria dos quatro discursos.

Esse, como vimos, é o período no qual Maud Mannoni funda a Escola Experimental de Bonneuil, mantendo um trânsito entre esse espaço e a Escola Freudiana de Paris, o qual alimentava a pesquisa psicanalítica, seus compromissos práticos e

⁴⁵ Seriam eles: S. Leclaire, F. Baudry, J. Clavreul, C. Conté, C. Dumézil, L. Irigary, J. A. Miller, M. Montrelay, C. Rabant, F. Roustang e R. Tostain, aos quais agregam-se depois P. Guyomard e D. Lévy

desdobramentos institucionais. Mannoni receberia, como também antes indicado, um reconhecimento público em nome das contribuições da EFP ao campo social por meio do trabalho desenvolvido em Bonneuil, o que demonstra a associação direta feita pela comunidade francesa entre esses dois lugares. Recordamos, ainda, que o livro *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*, publicado em 1970 e dedicado a Lacan, a quem refere suas bases conceituais, seria o resultado de uma pesquisa coletiva que envolvia vários analistas da Escola Freudiana de Paris. Ao mesmo tempo, esse escrito manteria igualmente um diálogo com representantes dos diferentes movimentos psicanalíticos, tanto em Bruxelas quanto em Buenos Aires, revelando que essa experiência extrapola a interlocução com a Escola de Lacan.

Enquanto isso, nesse momento no qual, em Vincennes, a “aventura de Paris VIII deslancha” (ROUDINESCO, 1988, p. 602), a EFP sofre uma grande crise institucional com a criação do Quarto Grupo e a fragmentação do movimento lacaniano em diversas tendências, devido à sua expansão, o contragolpe de maio de 68 e as modalidades de instauração do dispositivo do passe. Confrontado com o gigantismo de sua Escola, Lacan tentou resolver os problemas de formação com a introdução do passe, novo procedimento de acesso à análise didática. Aplicado a partir de 1969, provocou a partida de um grupo de analistas oponentes que formaram uma nova escola: a Organização Psicanalítica de Língua Francesa (OPLF) ou Quarto Grupo (ROUDINESCO; PLON, 1998). Nesse aspecto, interpreta Roudinesco, “pode-se dizer que Vincennes é o sintoma de uma crise da instituição lacaniana” (ROUDINESCO, 1988, p. 602) que buscava, nesse ínterim, firmar-se em meio ao impacto de seu crescimento, da nova geração de analistas e da fratria interna.

Maud Mannoni compreende que, na tentativa de evitar a invasão da instituição na relação entre o analisando e o analista, Lacan tentou separar as condições de habilitação da autorização institucional. Ela descreve que na Escola o analista praticante tinha que se declarar como tal sob sua própria responsabilidade e que o reconhecimento por parte da Escola acontecia em um outro momento, após supervisões, uma longa prática e uma participação nos trabalhos na Escola, assim demonstrando sua capacidade ou não. Apesar disso, Lacan não teria conseguido impedir os efeitos das brigas dos mais antigos nas análises e nas supervisões. A partir da introdução da experiência do passe, que dava acesso à nomeação de Analista da Escola (AE), o analista foi inserido na posição de reintroduzir a instituição em sua relação com o analisando. Entretanto, isso não se deu sem levantar alguns problemas, tendo sido a partir da rejeição dessa experiência que

adveio a ruptura que deu lugar à criação do Quarto Grupo. Assim, “nos fundamentos dessa criação estava a separação entre o poder de analisar e o poder de habilitar; o controle foi retomado em novas bases, visando a instaurar condições de uma análise pluri-referencial” (MANNONI, 1989, p. 86).

Concomitantemente, nas assembleias da Escola Freudiana de Paris, a experiência de Vincennes é condenada pelos que não faziam parte dela, e a principal crítica vai incidir, com o tempo, sobre a noção de crédito. Esse é um contexto em que acontece na EFP uma mudança de estatutos para transformá-la numa associação mais moderna, anônima, fragmentada e mais especificamente psicanalítica. O novo regimento interno ratifica o procedimento do passe como meio de acesso ao título de Analista da Escola (AE), validando ao mesmo tempo uma via mais clássica de atribuição do título de Analista Membro da Escola (AME) (ROUDINESCO, 1988). Lacan, nesse primeiro tempo, acredita que o procedimento do passe poderia proporcionar uma solução para a crise da EFP e privilegia “uma política de recentramento em torno de sua Escola, renegando Vincennes” (ROUDINESCO, 1988, p. 603).

Porém, em 1970, em meio a divergências, Leclaire se demite da Paris VIII e é substituído por uma direção colegiada.⁴⁶ O resultado dessas primeiras tensões seria o de propender as posições de ensino ao seguinte termo: não se poderia ensinar, sendo necessário deixar os estudantes falarem, o que forneceria a oportunidade de pôr em relevo, em condições favoráveis, o caráter especialmente subversivo da psicanálise. O ambiente consecutivo ao movimento contestatório do maio de 68 viabilizou esse projeto durante um certo tempo, nos anos que se seguiram. Contudo, impasses produziram-se em torno do ensino, com mal-estar entre os estudantes e professores, em que muitos achavam o departamento “frouxo demais”, entre os quais Jacques-Alain Miller (Dorgeuille, 1986). A partir desse ano, Lacan toma outra postura e “reina sobre o departamento através de sua guarda” (ROUDINESCO, 1988, p. 603). Numa carta de Mannoni a Lacan, alusiva a esse período, escreve sobre Vincennes: “só vamos nos dar conta da situação quando for tarde demais” (MANNONI, 1990, p. 159). Mannoni já percebia que uma conjunção coercitiva se montava a partir do cenário no qual uma onda de dogmatismos se instaura em circulação entre Vincennes e a Escola Freudiana de Paris e afirma que para mantê-la viva, a EFP não poderia mais ser uma sociedade secreta, “o que demanda a reforma de

⁴⁶ Composta por J. Clavreul, C. Conté, C. Dumézil, M. Montrelay e R. Tostain.

uma mentalidade, a começar pela sua... Você é velho demais para mudar, mas os outros são ainda mais velhos que você” (MANNONI, 1990, p. 159).

O cenário ao qual se refere Mannoni pode ser melhor esclarecido a partir da diferenciação apresentada por Roudinesco (1988) entre duas formas de dogmatismos que se erguiam: o *dogmatismo espontâneo* interno à EFP e a leitura milleriana da doutrina lacaniana. Essa demarcação rege reflexões importantes sobre a dialética institucional na Escola e a disposição em reiterar um fechamento, tal qual indicado por Mannoni, sob a forma de conservação que reproduz uma herança e institui uma tradição. Vimos anteriormente, com Willams (1979), que a tradição consiste justamente no paradoxo entre, por um lado, seu caráter de transmissão, passagem, e por outro, de enraizamento da obediência, a preservar sua manutenção na condição de uma doutrina oclusa, dogmática. A tradição, portanto, sendo constituída no domínio de um poder hegemônico e denominada enquanto tradição seletiva, seria afirmada nas tendências instituídas a partir do modo de acolhimento ao que se mostra de passagem, fazendo do acesso ao transmitido uma obediência. A transformação desse acatamento numa doutrina que se fecha obstaculiza o movimento, tornando a tradição entrave à transmissão, ou ainda, convertendo a transmissão numa reprodução cega a serviço de um poder dominante. Conforma-se, assim, o paradoxo pois o que promove a passagem é também o que pode gerar sua interrupção.

Havia então, no contexto da Escola Freudiana de Paris, um dogmatismo espontâneo emergindo de maneira mais evidente a partir do projeto de construção do *Dicionário ponderado e crítico da psicanálise*, o qual, munido de uma “leitura lacaniana” da obra freudiana, oporia-se ao considerado “ecclético” *Vocabulário* de Laplanche e Pontalis. O dicionário teria por função revelar que a perspectiva lacaniana seria interna ao texto de Freud, procedimento avaliado por Roudinesco como sendo, na leitura de Freud à luz de um lacanismo já constituído,

[...] dogmático por excelência, porquanto tende a anular a história progressiva da reformulação realizada por Lacan, substituindo-a por uma ilusão segundo a qual Freud já seria lacaniano, pela magia de um telefone vermelho transcultural. A leitura proposta, por mais honesta que seja, não passa, portanto, de uma tentativa de anulação da diferença entre dois *corpus*. (ROUDINESCO, 1988, p. 500)

Em contrapartida, a leitura empreendida por Miller da doutrina lacaniana dispôs para o lacanismo uma radicalização e um racionalismo incomuns, apresentando um corpo

teórico lacaniano enquanto uma “totalidade autossuficiente”. Com isso, não propunha uma ligação entre a conceituação freudiana e a conceituação lacaniana, ao pretender mostrar “uma autonomia histórica e teórica do lacanismo para radicalizá-lo” (ROUDINESCO, 1988, p. 502). Existia uma diferença expressiva entre o dogmatismo que gerenciava o dicionário e a *corrente milleriana* em progressão, já que o primeiro “anula” o retorno a Freud, mas se prende a um “amalgama”, ao passo que a segunda aciona o retorno para fincar-se “como a tentativa coerente de um lacanismo puro e rigoroso, apoiado na reformulação da lógica” (ROUDINESCO, 1988, p. 500). Diante desses dois quinhões do lacanismo sectário, a corrente milleriana assumiria, ao passar do tempo, uma importância cada vez maior no interior da Escola Freudiana de Paris, bem como em Vincennes.

Em outra passagem da carta a Lacan, intitulada *Vincennes*, Mannoni redige que o malogro da Escola na Paris VIII se articula com o que esteve em jogo na cisão de 1963, cujo embate consagrou-se justamente em volta de um dogmatismo prevalecente, argumentando que ao não se fazer “a análise política, a degradação de uma situação aumenta” (MANNONI, 1990, p. 160). Mannoni dispõe o conflito iminente à posição na qual se encontravam os analistas na universidade, abrigados num discurso a salvo da crítica e “autossuficiente”, em que seu sistema se firmava como um saber particular, sem ligação com outras teorias. Indaga, nesse ensejo:

Que querem demonstrar os estudantes?

- Que os analistas devem ir embora,

- ou, se ficarem, que não ocupem uma posição privilegiada mistificadora. Que aceitem entrar na besteira do ensino para obrar ali de forma útil e subversiva. (MANNONI, 1990, p. 161)

Mannoni considera que os analistas acreditavam “obrar” mas deixavam os estudantes em perigo, pois o programa dos analistas ultrapassava todos os outros programas universitários em “matéria de absurdos”, embora os analistas não se dessem conta disso devido a essa autossuficiência e ignorância acerca do que se passava com sua vizinhança. Ela alerta, então, para a gravidade da questão, que refere tocar no problema da formação do analista, “formação que favorece um pedantismo sorrateiro”, entendendo que “ao condenar a experiência clínica, leva-se os analistas a encarnarem uma ‘pureza’ que é, por assim dizer, propriamente delirante” (MANNONI, 1990, p. 161). Mannoni considerava que o racionalismo milleriano e sua inclinação totalizante pouco permitia de criação à experiência analítica, produzindo, mais a fundo, uma espécie de esclerose

teórica. Lembramos que, nessa altura, Maud Mannoni decide se afastar da Escola Freudiana de Paris.

Em 1971, um ano depois da carta recebida, Lacan escreveu a Mannoni dizendo: “se você tivesse assistido a meu seminário, veria que o que enuncio – que suporta mal o termo teoria – está feito para responder à situação muito séria que você sente muito bem, talvez eu faça um balanço da situação na quarta-feira dia 30”. E conclui expressando: “Em todo caso, acredite que não perco nada daquilo que você me diz ou me escreve” (LACAN apud DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 169).

Dorgeuille relata que a Escola Freudiana de Paris, antes um grupo mais restrito, no qual era possível as pessoas se conhecerem com mais facilidade e trabalharem em condições mais favoráveis, cresce rapidamente, tendo na criação do Departamento de Vincennes um ponto de reforço a essa tendência de ampliação. Assim, “a significação das diligências individuais para com Lacan e a Escola encontrava-se profundamente modificada” (DORGEUILLE, 1986, p. 24). Os grupos de trabalho ficaram muito numerosos e as condições nas quais o júri de recepção decidia sobre as admissões de membros haviam sido demasiadamente afetadas. Segundo o autor, a deterioração das condições de trabalho caminhava junto ao sentimento cada vez mais difundido da utilidade em manifestar-se, da forma que fosse, na Escola. Era possível, desse modo, dizer qualquer coisa e “tinha-se a certeza de publicação, de qualquer forma. Pouco importava a mercadoria, já que se beneficiava de uma etiqueta tornada então prestigiosa, para emprestar ao comércio, o vocabulário” (DORGEUILLE, 1986, p. 24).

Ao passar do tempo, em meio às tensões mantidas acerca do ensino no departamento de Paris VIII, Lacan realizou uma ruidosa intervenção, no ano de 1974, anunciando aos demais membros a suspensão provisória de todo o ensino e a retomada da redação de um projeto submetido à sua aprovação. Um conselho científico é formado e essa mudança brusca surpreende a todos, gerando incômodos. Logo depois, uma nota é emitida anunciando o ensino junto a um esboço do estatuto do departamento, esclarecendo não se tratar de formar analistas e que as unidades de crédito concedidas – ponto de discordância – não poderiam dar título ao exercício da psicanálise e nem de nenhuma psicoterapia, reconhecendo igualmente a necessidade da colaboração de muitas disciplinas (DORGEUILLE, 1986). Nesse momento, Lacan promove “uma última aventura de conquista” e ampara-se na corrente milleriana e na nova geração psicanalítica “a fim de tentar dar novo alento à EFP a partir de Vincennes. Não conseguirá fazê-lo” (ROUDINESCO, 1988, p. 603).

Em tal período, devido aos episódios em Vincennes, Lacan não anuncia seu seminário como de costume, dando início às suas aulas apenas no final de 1974, queixando-se dos obstáculos encontrados em Paris VIII. O material desse primeiro seminário, atravessado por um contexto conflitivo e suas reverberações, não é publicado por *Ornicar*⁴⁷ e a edição de *RSI* começa no número 2, em março de 1975.⁴⁸ Lacan acreditava, como demonstra pouco antes em seu texto “Talvez em Vincennes”, publicado também por *Ornicar* no mês de janeiro, não se tratar, nesse lugar, “somente de ajudar o analista com ciências propagadas à moda universitária, mas de que essas ciências encontrem em sua experiência uma oportunidade de se renovar” (LACAN, 2003h, p. 316). Era sua aposta nesse momento.

As proposições de Lacan tiveram como efeito reduzir os protestos que haviam aumentado em Paris VIII e essa virada assegurou, em poucos meses, uma mudança sobre o que, segundo Dorgeuille (1986, p. 23), aparentava “caminhar para um estado de degradação cada vez mais marcado”. O autor sublinha que o campo de problemas indicados à reflexão dos estudantes estendia-se bastante, nesse período coincidente à notoriedade do departamento no exterior. No ano de 1975, uma nova partida acontece no Departamento de Psicanálise, em consequência da expectativa malograda de um fruto oriundo da estimulação recíproca entre o trabalho realizado na Escola Freudiana de Paris e o que havia sido inaugurado em Vincennes, a ponto de um ano depois a maioria dos analistas deixarem de ensinar regularmente nesse lugar. A circulação dos psicanalistas entre os dois espaços gera problemas quanto à condução do ensino da psicanálise e àqueles que o determinavam.

A partir de 1976, Miller ganha mais espaço em Vincennes e, conforme descreve Roudinesco (1988), com o apoio da “guarda lacaniana”, instaura uma formação permanente direcionada a psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais. Consegue que o Conselho de Paris VIII homologue um diploma de clínica psicanalítica relativo a um rótulo interno fornecido por uma seção clínica do Campo Freudiano, criada no ano anterior, a qual receberia o apoio de Lacan. O objetivo consistia em fundar um ensino equivalente a uma definição lacaniana da clínica, destinada aos psiquiatras em formação, aos médicos e aos titulares do mestrado, uma inovação da “corrente lacano-milleriana”.

⁴⁷ Boletim periódico do Campo Freudiano, criado no início de 1975.

⁴⁸ Dorgeuille chama atenção, em relação ao conteúdo prévio, para a aparente oportunidade em “deixar de lado esse texto mais ou menos exclusivamente circunstancial. Mas os que sofreram a recolocação em questão operada nesse momento foram sensíveis ao caráter inabitual desse procedimento” (Dorgeuille, 1986, p. 23).

Simultaneamente, transcorre na EFP a Jornada dos Matemas, na qual Miller produz uma exímia exposição sobre o ensino da apresentação dos doentes, “assim fazendo uma intromissão marcante num domínio até então reservado aos terapeutas” (ROUDINESCO, 1988, p. 628). Nessa ocasião, ele interpela severamente as posições antipsiquiátricas de Maud Mannoni, que participava da jornada, e ela lhe responde imediatamente, conforme retrata Roudinesco, afirmando “que a psicanálise corre o risco, em pouco tempo, de servir de muleta para uma psiquiatria liberta da tutela neurológica” (MANNONI apud ROUDINESCO, 1988, p. 628). Não estaria, em relação a isso, “enganada sobre esse período no qual a psicanálise não tinha mais serventia para a antipsiquiatria e a psiquiatria clássica” (ROUDINESCO, 1988, p. 628). Assim, nessa conjunção,

[...] enquanto os jovens lacanianos, formados na prática das sessões curtas, apoderam-se do matema para colocar em equações os tratamentos de seus pacientes, Lacan anuncia estar à procura do matema que seja capaz de trazer uma solução sobressalente para o discurso psiquiátrico, permitindo ao sábio falar a mesma língua que o louco. (ROUDINESCO, 1988, p. 628)

Maud Mannoni compreendia que o momento privilegiado e um tanto “louco” no qual o analisando oscila entre o estado de paciente e o de analista nunca foi realmente possível de ser apreendido na literatura analítica, uma vez que as estruturas institucionais das sociedades psicanalíticas fizeram do fim de análise um momento de triunfo, no lugar de uma fase de “depressão” e de interrogação. Sublinha ter sido justamente para escapar dos critérios administrativos de seleção que Lacan havia tentado instituir, por meio da introdução do passe, uma forma de “prova”, mais próxima de “uma verdade analítica do que de um saber universitário” (MANNONI, 1982, p. 107), devendo surgir da própria análise um testemunho que legitime o percurso analítico do sujeito. Diante disso, uma questão é reportada como central por Mannoni: “como se produz um analista?”, questão à qual correspondem duas outras: “como se explica a existência de pessoas que crêem nos analistas?” e “onde situar o limite da análise?” (MANNONI, 1982, p. 107). Mannoni considerou que o experimento realizado na EFP não teria conseguido dar um início de respostas a essas questões, o que acaba por levantar o problema da sobrevivência da análise a partir do momento em que esta encontra-se institucionalizada e regulamentada.

Paralelamente à jornada, Miller insere no quadro da universidade os estágios plurianuais da Formação Permanente e assume a direção da Seção Clínica que Lacan

havia acabado de criar e sobre a qual se manifestaram inúmeras reticências no interior da Escola, suscitando violentos protestos, ao fazer “renascer a inquietude de se ver constituir um quadro que se arriscaria ser rapidamente considerado como uma via de acesso à prática da psicanálise” (DORGEUILLE, 1986, p. 24). Em tal período, Lacan estaria cada vez mais cansado, não sendo levado em conta suas hesitações em continuar com o seminário e suas queixas quanto à assistência, muito numerosa. No ano de 1977, o Seminário teve por título *O momento de concluir*, e seria o último no qual Lacan ainda falaria depois.

Entre 1977 e 1978, vale situar, destacou-se na França o espaço criado por René Major, nomeado *Confrontations*, o qual não tinha orientação doutrinária precisa e cujo intuito era atrair o maior número possível de pessoas. Conforme Roudinesco (1988), *Confrontations* não era um grupo, nem uma associação, nem uma escola, mas um lugar aberto onde os representantes dos diferentes freudismos iam falar de seus dramas, seus conflitos e suas obras, sem precisarem fazer uma cisão. O lugar havia sido inicialmente interno à Sociedade Psicanalítica de Paris – representante da IPA na França –, mas se beneficiaria, a partir de 1976, “da maré de lacanianos confundidos pelo matema e decepcionados com a nova orientação lacano-milleriana”, os quais, ao chegarem até lá por razões diversas, “aprendem a conhecer seu passado e a não mais encarar como ‘traidores’ os veteranos que deixaram o mestre”. Convém frisar que no apogeu desse empreendimento, alcançando vivo sucesso, Major, além dos psicanalistas, reúne escritores, linguistas e filósofos, “imitando da melhor maneira o princípio do descentramento laciano” (ROUDINESCO, 1988, p. 657). Com isso, nas reuniões, “a burocracia psicanalítica é posta na berlinda, em debates conflitantes onde os espectadores descarregam, diante de um autor, sua hostilidade ao dogmatismo reinante” (ROUDINESCO, 1988, p. 658).

Em face da inquietação provocada pela importância cada vez mais ampla de Vincennes e a personalidade de seu “principal animador”, rapidamente ocorreu uma extensa adesão dos membros da EFP à *Confrontations*, o que mostra a massiva insatisfação com as derivas sectárias relativas ao movimento laciano e suas veredas institucionais, impulsionada igualmente pela multiplicidade de tendências divergentes no interior da Escola Freudiana de Paris. Nesse contexto, somado ao “desvio lastimável do funcionamento da Escola”, acontecia o “declínio sempre mais sensível de Lacan” (DORGEUILLE, 1986, p. 25), que já indicava um adoecimento em curso. A indagação sobre a sucessão, o poder na Escola, passa a ocupar o centro das preocupações, fazendo

lembrar as reações que vimos ocorrer perante a doença de Freud, resultando em um efeito de burocratização e rigidez institucional.

De acordo com Dorgeuille (1986), essas questões teriam ficado em seus devidos lugares, secundários, se a Escola não tivesse adquirido com e por meio de Lacan uma notoriedade a ponto de apenas contar, para a maioria, o fato de pertencer ou não a essa instituição. A despeito das intenções de seu promotor, *Confrontations* firmou-se como um espaço de reunião para aqueles que, embora cada vez mais em desacordo teórico com Lacan, dirigiam sua hostilidade contra os defensores do que foi designado de “Ortodoxia lacaniana”. É de chamar atenção a criação de um espaço heterodoxo de interação entre os analistas e, sobretudo, a sua repercussão. Ainda que os efeitos de mixórdia diante dos momentos de expansão da psicanálise não seja uma novidade propriamente na história, compostos em simultaneidade às tentativas de construção de laços por outras vias menos oclusas – e mantendo-se como alternativas de combate aos encaminhamentos derrisórios por vezes presentes no campo institucional –, nesse momento, particularmente, a adesão à *Confrontations* parece mostrar também a busca de entendimento sobre os impasses políticos que sobrepujaram o campo ético e técnico da psicanálise. Curiosamente, em um tempo no qual Lacan já dava sinais, em seus espasmos iniciais de ausências, de sua futura retirada.

Consideramos crucial, ainda, pontuar, referente ao ano de 1977, o suicídio de Juliette Labin, a partir do qual “a Escola entra na primeira fase de sua agonia, e são as mulheres que desencadeiam a batalha” (ROUDINESCO, 1988, p. 691).⁴⁹ Labin havia sido uma jovem psicanalista da EFP que ingeriu uma dose letal de medicamentos. Pertenceu à quinta geração de psicanalistas franceses e era reconhecida com o título de Analista Membro da Escola (AME). Teve em seu divã uma vasta quantidade de pessoas advindas das barricadas, e Roudinesco a descreve como não sendo uma analista comum, “nem neurotizada, nem normatizada, empenhou toda a sua vida na aventura lacaniana, pela qual experimenta verdadeira paixão”. Sentiu-se violentamente perseguida pela instituição e ocupava, por sua vez, um lugar de símbolo para seus amigos, representando “aquilo que o lacanismo produziu de melhor: o risco da verdadeira escuta do inconsciente”. Desde o ano anterior, tinha começado a sofrer gravemente com o dogmatismo vigente, ofertando-se para a prova do passe “como num verdadeiro desafio”.

⁴⁹ Anne Levallois, Jeanne Favret-Saada, Ginette Raimbault e Michèle Montrelay foram algumas das que se posicionaram em meio aos reveses do passe, pano de fundo do trágico incidente.

Pede para ser avaliada pelos veteranos, cuja competência não reconhecia, mas por quem buscava se fazer escutar. Será, então, “vítima das incoerências da máquina institucional” (ROUDINESCO, 1988, p. 690).

Em alguns momentos da história, recobra Mannoni, as sociedades psicanalíticas tentaram codificar uma prática em nome de uma idealização técnica, sobre a qual o “terror conformista” foi disposto, inclusive, por algumas mulheres eminentes, havendo, no entanto, aquelas que se mostravam inventivas e não conformistas. Todavia, ela acrescenta que quando uma mulher se revelava inventiva e não conformista, sua palavra não era levada em conta, a não ser por Lacan (MANNONI, 1999). Por exemplo, sobre Françoise Dolto, tentou fazer com que sua palavra fosse ouvida, quando analistas homens se insurgiram diante do caráter intransmissível dessa experiência. Intransmissível, ressalta, no quadro conceitual imposto por eles, mas “certamente transmissível num mundo que daria lugar à palavra dos poetas, dos indígenas, das mulheres e dos loucos” (MANNONI, 1986b, p. 9).

Cotejando mulher e louco, Mannoni interpela a “palavra afastada” erigida das fantasias de rejeição e horror que ambos suscitam à sociedade, lembrando que se têm muito a ganhar “ouvindo os que falam, gritam o seu desespero ou a sua revolta. Eles dizem uma verdade sobre nós mesmos e as estruturas que nos aprisionam” (MANNONI, 1999, p. 107). Nessa mesma toada, Ginette Raimbault, durante as jornadas de estudo dedicadas ao passe na Escola Freudiana de Paris, insere, entre outras, uma questão central:

[...] pode-se ser louco e psicanalista? E por que, é claro, não se formular a pergunta: pode-se ser mulher e psicanalista? Quanto a esta, trata-se essencialmente de colocar a questão da legitimidade da função social da mulher, pois, com toda certeza, ainda não viera a idéia dos psicanalistas se perguntarem: pode ser homem e psicanalista? (RAIMBAULT apud ROUDINESCO, 1988, p. 694)

Assim, retrata Roudinesco, foram as mulheres que desempenharam nessa Escola, mais facilmente que os homens, a função de contestadoras do sistema. Em razão disso, eram chamadas de histéricas, a lembrar as “loucas” da Salpêtrière. Contudo, existe nesse movimento de mulheres da EFP “um retorno justo das coisas, já que Lacan foi o primeiro na França a lançar as bases de uma nova reflexão sobre a sexualidade feminina” (ROUDINESCO, 1988, p. 694), além de firmar, como antes explicitado, um diálogo através das publicações de analistas mulheres e suas reflexões.

Em um processo permeado por efeitos de fissura, o que antes era um acúmulo de atitudes esterilizantes à formação do analista – com os encaminhamentos dados ao uso dos dispositivos clínicos e perante o sectarismo teórico que avançava – passou a se configurar como um processo dogmático no qual os que estão no poder criam mecanismos de exclusão. As pontuações de Maud Mannoni propiciam atentar ao campo de problemas que esse contexto comporta quando declara, por exemplo, em relação à pesquisa, a situação de ter sido ocultada a riqueza de produção do grupo de estudos sobre a psicanálise de crianças do qual fez parte e cuja pesquisa havia atingido uma grande qualidade, proporcionando condições para que fosse fundada uma revista. Apesar disso, tal conjuntura

[...] veio transtornar o projeto e pôs fim a um trabalho que não mais encontrou lugar nas estruturas da Escola Freudiana. Os administradores da análise, por sua preocupação em não assumir outro discurso que não o não-contraditório, esterelizam no *centro* (da Escola) toda pesquisa clínica, em proveito do que é preciso chamar o dogma. Foi pelas margens que a pesquisa pôde florescer (e isso merece ser interrogado). (MANNONI, 1990, p. 160)

Nesse cenário polêmico, as discussões sobre o dispositivo do passe – o qual despertava interesse de grande parte dos clínicos da Escola – estavam acirradas e a EFP vivencia uma intensificação das divergências entre analistas. Ao mesmo tempo, o equilíbrio da Escola encontrava-se subordinado ao êxito do passe, diante da experiência em Vincennes vivida como dogmática, “extrapsicanalítica” e universitária. Os membros da junta do passe, porém, mostraram-se incapazes em meio às interpelações dispostas, não tendo produzido trabalhos sérios durante os dez anos dessa atividade (ROUDINESCO, 1988).

Mannoni assinala que os analistas do júri recebiam o testemunho do “infeliz passador” e estavam presentes porque compunha o trabalho honrar as nomeações que Lacan queria, “mas estavam petrificados num tédio mortal” (MANNONI apud DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 172). Em contrapartida, nesta ocasião, Jacques-Alain Miller reforçaria seu poder a partir do argumento formalizador, situando-se “na posição de salvador de um lacanismo desbaratado” (ROUDINESCO, 1988, p. 693). Em Paris VIII, Miller, que não era analista, firmou-se como o único responsável efetivo pelo Departamento de Psicanálise e dirigiu, como mencionado antes, a Seção Clínica e a

Formação Permanente, dispunha também da revista *Ornicar*, sendo ainda o editor potencial de todos os seminários de Lacan.

Mannoni diria, em face do episódio envolvendo Juliette Labin, que o fracasso do passe se deu na interpelação pelos acidentes sucedidos, principalmente o suicídio que ocorreu, lembrando igualmente as intervenções que aconteceram sobre esse dispositivo instalado “que punha, dizia-se, a vida das pessoas em perigo” (MANNONI *in* DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 172). Ela indaga, numa nota de março de 1977, lida por Irène Roublef – em virtude de uma publicação não realizada –, a força da inércia presente entre os analistas por meio do silêncio e do anonimato que, conjugados, criavam uma situação “concentraciônica” de efeito psicotizante. Exprime ainda a preocupação com o fato de não se interrogar, nas estruturas instaladas por meio das cisões, acerca do que se engendra como esterilização e acidentes mortais, denunciando ter sido caladas “as manobras, golpes baixos, os tratados secretos aos quais certos analistas de nossa Escola também se juntaram. Foi exatamente o *segredo* que permitiu até agora encobrir todas as manobras ‘políticas’” (MANNONI *in* DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 163).

Anne Levallois, em uma conferência sobre sua experiência como passadora, afirma persistir “o fato de que o passe fascina”, ratificando que esse fascínio precisava promover a pergunta sobre se o desejo de Lacan por saber mais acerca da passagem a analista não teria acarretado, na EFP, “a fantasia de ossário de onde se origina todo gozo, fazendo do passe o lugar das sereias e reconduzindo para a cena institucional aquilo que, evidentemente, não se passa nas análises dos analistas” (LEVALLOIS *apud* ROUDINESCO, 1988, p. 692). O passe, concebe Roudinesco, no lugar de permitir compreender o que seria a passagem ou mesmo revelar a natureza de um ensino que sairia do divã, mostrou os limites que uma instituição pode dar a si mesma na construção de seus critérios de seleção. Entende, assim, que “transformado numa máquina infernal, o passe é portador de loucura e a instituição gira no vazio” (ROUDINESCO, 1988, p. 695).

O momento subsequente a esses acontecimentos carrega outra situação também marcante àqueles que acompanhavam o ensino de Lacan. Entre 1978 e 1979, as poucas sessões do seminário *O momento de concluir*, designadas “A topologia e o tempo”, deixaria em muitos, conforme Dorgeuille, uma penosa recordação: a dificuldade de Lacan em copiar na lousa um esquema preparado, além dos seus longos silêncios, por vezes ocupando toda a duração de um seminário, situação tida “para alguns e, depois de muito tempo, para outros, imputados a qualquer outra coisa que às dificuldades consideráveis

de um novo esforço de teorização” (DORGEUILLE, 1986, p. 25). Apesar disso, em 1979, relata o autor, Lacan criaria, com ressalvas, a Associação da Fundação do Campo Freudiano, por insistência de Miller, e também o Departamento de Cartéis, contexto no qual seu genro entrava para o Diretório e o Conselho de Administração da Escola Freudiana de Paris. Até então, vale pontuar, “os cartéis não dependiam de nenhum departamento e funcionavam de acordo com um espírito libertário” (ROUDINESCO, 1988, p. 706).

Durante esse mesmo ano havia sido desencadeada uma violenta campanha de imprensa contra Lacan, que finda após o anúncio da dissolução. A crise que permeia a Escola Freudiana de Paris havia se tornado pública, os jornais acompanhavam as repercussões das diferentes versões de seus acontecimentos e em setembro se configurou o apogeu das tensões da Escola, quando esta “já foi dissolvida pela história” (ROUDINESCO, 1988, p. 706). Em sua leitura sobre a Escola Freudiana de Paris, seus desdobramentos finais e a posição de Lacan, Roudinesco compreende que

Fundamentada no princípio da monarquia direta e regida pelas regras da democracia ateniense, a EFP não pode mais viver a partir do momento em que a fala do mestre é delegada a outrem. O Lacan emudecido, o Lacan assassinado pela imprensa, o Lacan vencido pelos erros de seu reinado, esse Lacan já não é o resplandecente soberano de outrora. Agonizando sob o peso da arena, agarrado no pescoço pelas transformações de uma sociedade exposta à revolução da mídia, ao ódio pela língua e à banalização do pensamento, o Lacan de Waterloo da psicanálise já não existe senão como uma sombra de si mesmo. Às vezes até lúcido e sorridente, mas outras vezes olha seus semelhantes com um ar fixo e sem reconhecê-los. Um sofrimento inominável perpassa agora seu belo rosto envelhecido. Os comentadores, os alunos, os amigos fiéis, os epígonos, os inimigos, todos sabem disso, ou fingem nada ver. Demorando-se às portas do palácio, esperam pela oração fúnebre que levará, para uns, o “tirano”, e para outros, o bem-amado. (ROUDINESCO, 1988, p. 704)

Em dezembro de 1979, uma batalha jurídica se instaura a partir de conflitos relacionados a proibições e aos encaminhamentos não estatutários da Assembleia Geral. Simultaneamente, é construída em volta de Lacan a decisão de dissolver a EFP, enquanto única resposta possível para a ruptura existente no interior da Escola e seus efeitos de degradação. Com testemunhos divergentes entre Jacques-Alain Miller e Solange Faladé, os quais teriam estado ao redor de Lacan em sua decisão,⁵⁰ o desfecho da Escola

⁵⁰ Segundo Miller, a palavra dissolução aparece, pela primeira vez, entre ele e Lacan após a Assembleia Geral. Nessa ocasião, teria expressado sua opinião de que, à maneira como as coisas iam, não haveria outra

Freudiana de Paris se configura como um período turbulento, marcado por controvérsias e uma disputa instalada.

Assim, três tendências, dimensionadas por Roudinesco, constituíram-se na EFP em seus anos finais: a milleriana, formada por um lacanismo puro e rígido, a qual agia em nome de um Lacan “declarado mais vivo do que nunca”; a dos “barões” do lacanismo, que encarnavam uma tradição clínica do lacanismo, e que inicialmente apoiou Miller, mas depois o renegou; e a dos opositores da linha lacano-milleriana, hostis ao lacanismo do matema, a qual reivindica uma tradição clínica mais liberal que a dos barões e cuja pretensão era salvaguardar a existência da Escola, da qual se sentiam proprietários e continuadores. Entretanto, no decorrer do processo de dissolução, duas posições se firmaram: os que apoiavam a dissolução da Escola e os opositores a seu fechamento.

Tal formação deveu-se à briga instaurada a partir do processo jurídico conduzido por Michèle Montrelay e alguns outros, os quais compreendiam que enquanto Escola democrática e conforme as previsões estatutárias, a dissolução tencionada não era legítima. Por outro lado, a força simbólica contida no pronunciamento de Lacan em sua carta de 5 de janeiro de 1980 selava uma outra via de condução. Entre as duas correntes de argumentação, havia aqueles que, apesar de não concordarem com a capitulação da Escola e com a postura de Miller, assentem à legitimidade da escolha de Lacan, aderindo, conseqüentemente, à corrente do seu gênero. Além do mais, descreve Dorgeuille, havia uma colisão entre a Escola e a Universidade, que, expressa na oposição entre “analistas” e “universitários”, “só poderia achar-se enrijecida e as trocas foram vivas. Quanto a Lacan, participou sem dizer uma palavra, como já se tornara habitual há alguns meses” (DORGEUILLE, 1986, p. 28).

Mannoni opina, em seu livro *Da paixão do ser à loucura de saber*, que Lacan, ao dissolver sua Escola, tentou lutar contra o mimetismo que compõe o próprio fundamento da impostura. Argumenta que apesar de Lacan ter colocado o retorno a Freud sob o signo de um estilo, este foi rebaixado, pelos menos valiosos de seus alunos, a uma pura

escolha senão a demissão ou a dissolução. Ao que Lacan teria respondido que a demissão estaria fora de questão e quanto a dissolver, considerava existir uma outra coisa a tentar antes. Nas palavras de Miller: “Só restava conseguir muito depressa que as queixas se declarassem abertamente, depois triá-las e, por fim, reformar ou até mesmo inventar, canalizando ambições [...]. Foi em 6 de janeiro, em Guitrancourt, que ele me confiou o texto da carta de dissolução, a ser divulgado já no dia seguinte”. Solange Faladé, por sua vez, diz haver se colocado, desde 30 de setembro, a questão do que fazer com a Escola, afirmando que a dissolução estava no ar entre ela, Lacan e Miller. Em seus termos: “Era preciso agir depressa para criar alguma coisa com ele enquanto ainda havia tempo, Lacan já não podia escrever. Ficou decidido que Miller redigiria a carta e que Lacan a corrigiria. Ele suprimiu os trechos que não queria” (FALADÉ apud ROUDINESCO, 1988, p. 709-710).

transferência mimética, que constitui uma defesa do inconsciente contra qualquer modificação do ser. Nesse caso, ironiza: “transformamo-nos ‘magicamente’ em Lacan, escapando à angústia pela busca de proteção numa carapaça de onipotência” (MANNONI, 1989, p. 130). Porém, afirma não se poder dizer que Lacan tenha conseguido poupar seus alunos dos efeitos de impostura após sua morte. E ressalva, todavia, que não seria pelo fato de alguns lacanianos terem, portanto, “confundido formação (do inconsciente) com modelo (mimetismo conducente à impostura)” que se deveria “procurar ‘livrar-se’ de Lacan – como alguns sonham livrar-se do inconsciente” (MANNONI, 1989, p. 130).

Mannoni e alguns outros analistas entenderam, diante da crise existente, que uma tradição lacaniana erigiu, com o tempo, uma nova ortodoxia – a funcionar de maneira diferente, mas com elementos similares ao modelo imposto pela IPA. Isso porque, além dos imbróglis da dissolução da EFP, firmou-se entre o fim da Escola e o surgimento de uma nova instituição, a caliginosa criação do chamado grupo Delenda. Esse grupo foi uma espécie de “tribunal” formado em 1980 que instaurou o processo público de analistas da Escola Freudiana de Paris, impondo-se como tarefa inaugural retirar esses antigos alunos de Lacan que teriam sido, “nessa nova concepção inquisitorial da psicanálise, heréticos” (DIDIER-WEILL, 2007, p. 19), definidos aqueles que seriam ou não verdadeiramente lacanianos. Tal problemática reporta à excomunhão de Lacan realizada pelo comitê executivo da IPA em 1964, dando a ver a dimensão de repetição que esses acontecimentos comunicam.

Delenda est Carthago, frase emblemática da oratória latina popularizada na República Romana no período das Guerras Púnicas, travadas por Roma contra Cartago, remete à destruição, à dizimação, assim requerida por Catão, o Antigo, por meio dessa frase célebre com a qual finalizava seus discursos. Dito isso, não poderíamos deixar de considerar a força dessa nomeação que carrega a aniquilação dos não pertencentes, o perigo sobre o qual Freud já nos havia sinalizado acerca da lógica do bom de dentro e do mau de fora. Mais especificamente, o *Delenda* emerge como um periódico, uma espécie de boletim formado por alguns membros da Escola e dirigido por Miller, mas que viria a ser uma forte via de demarcação dos “não autorizados”. É igualmente descrito como o jornal do grupo de Dissolução, criado pelo genro de Lacan, reunido em um fórum denominado Causa Freudiana – depois fundada como Escola da Causa Freudiana, que Lacan adotaria como sua pouco antes de morrer.

O primeiro número de *Delenda*, em 15 de março de 1980, respondia, enquanto um boletim temporário, à necessidade de ativar o trabalho de dissolução e de frustrar as manobras que teriam surgido para usurpar a sigla da EFP. Ou seja, contrapunha-se, nesse momento, àqueles que requeriam a permanência da Escola e de seu nome. Após a carta de dissolução, foram realizadas assembleias para, por meio de votação, sedimentar a capitulação da Escola. No mês anterior, conforme Dorgeuille (1986), Lacan havia resolvido, depois da insistência de Miller, fundar um novo grupo que foi apresentado sob o seguinte anúncio: “Aos mil J. Lacan responde que funda nesse 21 de fevereiro de 1980 a Causa Freudiana” (DORGEUILLE, 1986, p. 29), cujo efeito nos analistas teria sido de espanto, em decorrência da contradição entre o número para os quais Lacan respondia e sua queixa sempre renovada, ao longo dos anos, diante do grande número de audiências ao seu seminário, manifestada também no trecho da carta de dissolução na qual Lacan exprime não ter necessidade de muita gente e de haver gente da qual não teria necessidade.

Delenda organizaria, então, os encontros das “segundas-feiras da dissolução”, destinadas a encenar o princípio da cisão e movimentadas pelo grupo formado por Miller.⁵¹ No entanto, como descreve Roudinesco (1988), as segundas-feiras não alcançam sucesso e, pouco depois, seus representantes desvelam a intenção em deslocar a cena lacaniana para o continente latino-americano, onde, desde 1974, formaram-se muitas “escolas freudianas”. Assim, a Fundação do Campo Freudiano vai desempenhar o papel para o qual foi constituída em 1979: o de patrocinar os intercâmbios internacionais. A relação com o exterior escapou ao controle institucional clássico, instaurando-se, conseqüentemente, “um autêntico império lacaniano, capaz de rivalizar com uma IPA anglo-americana em territórios hostis ao imperialismo do mesmo nome” (ROUDINESCO, 1988, p. 720). Sobre isso, Mannoni retrata ter sido tocada – durante a viagem realizada à Argentina – pela distância ideológica entre o grupo Masotta e os analistas da Internacional, dissidentes ou não, sendo o grupo em questão

[...] composto de jovens sedentos de saber que têm por mestre um filósofo que lhes fala tanto de Freud e de Lacan quanto de Hegel e que conhece por outro lado de cor os textos de Lacan. Não sei se ele foi analisado. É um guru de grande cultura, de uma grande inteligência, que tem pacientes em análise e que funciona como supervisor. Seu grupo [...] reúne uma maioria de universitários que não puderam, em sua graduação, beneficiar-se dos estágios hospitalares. O paciente, eles

⁵¹ Fariam parte desse grupo É. Laurent, M. Silvestre e C. Soller.

o descobrem na prática liberal, e a patologia do psicótico eles o conhecem muito mais a partir da leitura do seminário de Lacan sobre o presidente Schreber que a partir dos pacientes. Esses jovens intelectuais apaixonados pela psicanálise estão à frente de um tipo de formação que se encontrará mais tarde na França, depois de 1970. Hoje o grupo milleriano forma assim jovens sobre bases universitárias e dogmáticas [...]. Se o analista tem sempre o que aprender com o fracasso, ocorre então que ele seja às custas do paciente, o que não deixa de colocar um problema ético. (MANNONI, 1990, p. 99)

A fundação da Escola da Causa Freudiana, segundo Roudinesco, iria ocorrer com seus estatutos redigidos às pressas e a título provisório, com uma forma de poder definida de modo radicalmente diferente da Escola Freudiana de Paris, ao mesmo tempo em que corria o processo jurídico que tentava impedir a dissolução. Antes de concretizada, o círculo mais próximo de Lacan esteve ciente de que ele portava um câncer de cólon e recusava-se a ser operado; assim, “a Escola é dissolvida, e o corpo do mestre está agora abalado pela mesma doença que atingira Freud no passado. A última fase da derrocada se transformará em horror” (ROUDINESCO, 1988, p. 721). Entre reuniões e disputas materiais, o desfecho da Escola de Lacan transcorre com a intensificação de seu silêncio, apatia e ausências. No dia 27 de setembro de 1979, como descrito por Dorgeuille (1986) e retomado por Roudinesco (1988), Miller anuncia o resultado da votação da assembleia que definiu a conclusão da Escola, e Lacan

[...] com um sorriso vago e uma aparente indiferença, não deu qualquer sinal de satisfação no recebimento da notícia. Parecia distante, apertando maquinalmente as mãos que vinham oferecer-se a ele, nem sempre parecendo reconhecer aqueles que o abordavam. Uma breve reunião administrativa, a última, realizou-se no primeiro andar, onde se redigiu o comunicado anunciando que a EFP já não existia. Lacan partiu sem dizer uma palavra. A Causa Freudiana tinha campo livre. (ROUDINESCO, 1988, p. 721)

Quando a dissolução foi efetivada, Delenda – para a qual havia sido criada – inaugurou, em setembro, uma nova série de números e continuou a organizar conferências e debates às quintas, no Museu Social. Posteriormente, seria formalizada em uma nova associação.⁵² Os encontros de Delenda se configurariam, durante todo esse último trimestre, como único lugar de ensino da recém-fundada Escola da Causa Freudiana e teria o passe como tema abordado. Nesse momento, as tensões entre os analistas se

⁵² Composta por Eric Laurent, Judith. Miller e Jaque-Alain Miller.

mantinham e eram demonstradas através de cartas públicas. Dorgeuille narra, sobre tal cenário, que

No mês de janeiro as sessões se tornaram agitadas; a assistência ansiava mais e mais por esclarecimentos. Mas as reuniões eram organizadas de forma a que nenhuma surpresa desagradável pudesse surgir, isto é, que as questões que incomodavam não pudessem ser colocadas [...]. Independentemente das exposições feitas nas quintas à noite em *Delenda*, e contrastando com o mutismo dos oficiais da Escola da Causa, cartas que podiam deixar crer numa origem espontânea começaram a circular; tentavam responder às acusações que eram levantadas. (DORGEUILLE, 1986, p. 78)

Uma dessas comunicações, em 25 de janeiro, interessa-nos mais especialmente: um manifesto assinado por Maud Mannoni e outros vinte e dois analistas,⁵³ redigido após uma reunião com duração de seis horas, que expõe a insatisfação destes com a situação concernente à peroração da Escola Freudiana de Paris e o funcionamento autocrático da Escola da Causa Freudiana – da qual seriam excomungados –, que transcrevemos na íntegra:

Mais de mil escreveram a Lacan a fim de prosseguir com ele. Assumimos, com pesar, que os responsáveis pela Causa Freudiana, ou por sua substituta, a Escola, agiram de forma a romper com este pacto. Como? Inaugurando uma organização autoritária em seu princípio e manobradora em sua operação, incompatível com a ética analítica. Fazendo do campo freudiano um mercado onde se negociam postos e funções em troca de uma submissão. Manifestando o primado do apetite de poder ao preço do rebaixamento do ensino de Lacan. Prevalecendo-se da autoridade deste último para agir de modo estranho a seu comportamento. Tentando impor estatutos inconcebíveis pelo desprezo com que tratam os membros, o que pode ser mesmo muito evidente até aos leigos. Esses fatos são graves e suficientes para desacreditar seus autores. Desqualificam o nome da Causa Freudiana aos olhos de todos os quais a psicanálise conta. Desencorajam os que o ensino de Lacan começava a formar. Porque somos alunos de Lacan e desejamos prosseguir a partir do que funda seu ensino, somos obrigados a denunciar este estado de fato e dizer que, para nós, a Causa Freudiana e sua substituta, a Escola, não existem mais. Ansiamos, entretanto, por que fiquem na memória como exemplos do laço íntimo existente entre a psicanálise e a política, a intriga política podendo tornar-se prevalente quando é ignorada a situação geral do discurso analítico. Também, a partir de agora, não podemos mais participar das atividades eventuais

⁵³ Allan Didier-Weill, André Rondepierre, Andrée Lehmann, Charles Melman, Christian Simatos, Claude Dorgeuille, Claude Dumezil, Diane Chauvelot, Guy Sapriel, Jean Clavreul, Jean Allouch, Jeannine Mouchonnat, Juan David-Nasio, Louis Beinaert, Marcel Czermak, Octave Mannoni, Pierre Bastin, Pierre de Cabarrus, René Bailly, Solange Faladé e Thérèse Parisot.

da Causa Freudiana ou de sua Escola, assembléias ou reuniões por vir e até aqui evitadas e que não têm outro sentido senão o de serem as últimas manobras. Seria o mesmo com relação às substituições de pessoas. A questão dos estatutos, se seria melhor reformá-los, é hoje perecível, quando os responsáveis já mostraram claramente que se trata, para eles, não de fundar uma organização, mas de acomodar seu poder. (DORGEUILLE, 1986, p. 77)

No dia seguinte, uma carta assinada por Lacan é dirigida a todos os membros da Escola, mas seu texto deixa dúvida sob a fidedignidade do destinatário. Seu conteúdo, resumido por Dorgeuille, inicia com a afirmação de que Lacan havia “cortado com tudo”, fora a sua prática, além de designar uma série de iniciativas atribuídas a ele. Em continuidade, aparece um apelo de amor aos seus alunos, que suscitaria em seguida diversos comentários. Ao final da carta, anuncia a convocação de um Foro da Escola “onde tudo seria debatido” e a preparação de oito conselhos.⁵⁴ Tais conselhos respondem com uma carta de aceitação, na qual exprimem serem mobilizados pelo “tudo será debatido”, e delimitam partir “do que existe”, à espera de conseguirem alcançar “resultados articulados” entre as diferentes posições. O autor retrata essa ocasião como bastante diversificada, incluindo o Diretório da ECF e o Conselho.

Alguns dias depois, em 1º de fevereiro, Maud e Octave Mannoni manifestam suas opiniões a respeito da carta de Lacan, considerando que,

[...] um analista não pode acreditar que Lacan – ao menos o LACAN que conhecemos – tenha podido escrever uma frase onde apela “aos que ainda o amam”. LACAN conhece bem demais a *Massenpsychologie* de Freud para falar assim. Ele lembrava que FREUD havia dito aos seus discípulos: “Olhem esse bando”! Ele (LACAN) disse por seu lado: “Acreditava ter uma Escola, tenho *um amontoado*”. O que ele poderia dizer seria de um estilo diferente: “Os imbecis, eles não sabem que não são nada sem mim”. Em todo caso ele não poderia ter a ingenuidade de apelar ao amor. Podemos apostar, sem risco, que esta frase tem por origem um não-analista, não é crível se o for de outra maneira. (MANNO; MANNONI, apud DORGEUILLE, 1986, p. 85)

Alguns analistas apresentaram leituras que consideramos oportuno reportar, acerca desse contexto conturbado de transição da Escola Freudiana de Paris, com sua dissolução, à Escola da Causa Freudiana, a “substituta”, como também da função que Delenda ocuparia nesse panorama. Tecem, em seus depoimentos, uma trama institucional

⁵⁴ Representados nos nomes de: C. Conté, C. Soler, J. A. Miller, L. Israël, M. Safouan, P. Lemoine, P. Martin e R. Lefort.

que inclui, além de rivalidades, um destino cujo efeito traumático ainda se prolongaria. Jean Clavreul, psicanalista que conheceu todas as cisões da comunidade analítica francesa e ocupou diversos postos na Escola Freudiana, como o de vice-presidente e responsável pelo passe, designou um paralelo entre os acontecimentos de 1963-1964 e 1980, declarando que “a EFP, na origem da qual se achava uma recusa da exclusão, acabou numa vontade de exclusão furiosa” (CLAVREUL *in* DIDIER-WEILL, 2007, p. 22), e que o grupo Delenda, por sua acusação a alguns analistas, reconciliou-se com a prática de exclusão ocorrida na década de sessenta.

Renê Bailly, psicanalista igualmente membro da EFP, na qual havia tido diversas responsabilidades, alega que a Escola de Lacan era um tipo de “fortaleza sitiada” cujo desenvolvimento teria sido veloz demais, com movimentos explosivos legados ao recrutamento. Descreve terem sido delineadas vontades de poder que resultaram em “focos de incêndio” que Lacan não conseguia dominar por já estar um pouco cansado ou por não querer, e expõe que “a derradeira tentativa de fundação, a da *Cause freudienne*, não parecia com ele, pois lá não se respeitava a liberdade: era o reino da liberdade dos inimigos da liberdade”, lembrando que “enquanto chefe de Escola nunca foi um ditador” (BAILLY *in* DIDIER-WEILL, 2007, p. 128).

Outro relato polêmico e relevante a ser sublinhado é o de Michèle Montrelay, psicanalista membro da EFP, que contestou, como vimos, a forma não estatutária da dissolução, por meio de um mandado de segurança juntamente com um grupo de membros da instituição (DIDIER-WEILL, 2007.) Conta que, ao ler a carta de dissolução, seu sentimento foi o de que não tinha sido Lacan quem a havia escrito, entendendo a carta como “um ‘golpe’ político bem conduzido. Aquilo não correspondia nem ao estilo nem ao desejo de Lacan” (MONTRELAY *apud* DIDIER-WEILL; WEISS; GRAVAS, 2007, p. 186).

Na dissolução, como interpreta Didier-Weill, cada membro foi remetido a si mesmo, a uma posição de solidão edificante por serem postos em posição de autorizarem-se a definir seu desejo quanto ao destino da psicanálise. No entanto, a abertura de uma “era em que a voz do herético Lacan, ao não cessar de se fazer ouvir, progressivamente prevalecera sobre aquela da inquisição” (DIDIER-WEILL, 2007, p. 19), obteve como resposta em 1980, ao passo do desaparecimento da voz do próprio Lacan, o ressurgimento de uma “inquisição religiosa” manifesta em nome do amor. Com isso, o que passou a ser objetivado foi a questão do amor que o analista poderia sentir por sua Escola, e não a questão do desejo singular de um analista por sua prática. Por isso, arremata: “que o fervor

desse amor seja tocante é uma coisa, outra coisa é o fato de que o caráter coletivo desse amor suscitou, nessa Escola, um discurso em uníssono” (DIDIER-WEILL, 2007, p. 19). Discurso que muitas das testemunhas desse episódio se recusaram a endossar, entre elas, Maud Mannoni.

Nossa autora considera que Lacan “sonhou com uma comunidade analítica fundamentada na possibilidade conferida ao analista em devir de produzir um testemunho que tivesse efeito de ensinamento” (MANNONI, 1989a, p. 125), de modo a romper com uma tradição na qual apenas o analista era conduzido a testemunhar sobre a “aventura” vivida com o paciente. Problematiza, porém, que se o projeto lacaniano fracassou, a despeito de sua originalidade inequívoca, foi por ter permanecido fortemente atado à instituição analítica, a qual seria colocada em posição de sancionar administrativamente o “tornar-se psicanalista”. A instituição, argumenta, corre o risco de se perverter, o que não justifica sua supressão, mas interpela o que poderia ser estabelecido “*para proteger a psicanálise dos próprios analistas*” (MANNONI, 1989a, p. 126). A questão estaria, no entanto, em saber como fazer para que, ao passar do tempo, pelos efeitos de distorção, o discurso analítico não seja convertido em uma língua morta. Assim, se o que fundamenta o discurso psicanalítico é a relação deste com o trabalho do inconsciente e seus efeitos de verdade, nem por isso pretende anunciar uma verdade total. Revela-se, ao contrário, “como uma denúncia em relação a qualquer ideal de domínio, e introduz uma falha em toda construção doura” (MANNONI, 1989a, p. 126).

Todos esses eventos denotam uma reflexão importante sobre o enredamento institucional à situação política que leva ao confinamento quando se cede à captura dogmática e à promessa de uma solução final, seja em que direção for. Consideramos fundamental atentarmos aos imbrólios das estruturas de exclusão que permeiam, sob a forma de violência, como permite pensar Maud Mannoni, as vias perversas de um funcionamento tomado pelos lugares administrativos. Suas proposições, as quais trouxemos anteriormente acerca do sistema asilar, nas instituições de encarceramento da loucura, mostram o quanto essas formas administrativas – seja sobre a criança, o louco ou o analista – produzem aprisionamento e o cerceamento do sujeito, por meio da supressão de sua palavra e da coerção de grupo. Nessa direção, os agrupamentos são guiados perante a tutela dos prestadores de cuidados, repletos de boas intenções, valores nobres e de cura. No caso de uma instituição psicanalítica, quando não se consegue escapar disso, incluem-se ainda o estabelecimento de sua vernaculidade e a “instrução” de seus alunos. Portanto, quando o referente ético é substituído em nome de uma teoria

pura ou de uma “aplicabilidade” e da ideia expansionista de uma psicanálise que precisa alcançar o mundo para sobreviver, afasta-se de seu caráter subversivo e de sua transmissão no *um a um*. A transferência perde sua força, sobreposta nas identificações imaginárias ligadas pelo amor ao líder ou a sigla que o valha.

Algumas interpretações, todavia, conduzem a discussão em outros termos. Segundo Antônio Quinet (2009), ao expor a apreciação de Guy Clastres, “uma estrutura piramidal” teria sido intensificada na Escola Freudiana de Paris a partir de 1976, em decorrência de que “o único a alimentar verdadeiramente o discurso analítico era o próprio Lacan” (QUINET, 2009, p. 88). O autor assinala, em continuidade, que a transferência encontrava-se partilhada entre Lacan e um tanto de “fortes personalidades”, a exemplo de Françoise Dolto e alguns outros distantes do ensino de Lacan. Prossegue sua argumentação referindo-se ao comentário de Colette Soler, no qual ela afirma não haver tido, verdadeiramente, ensino da Escola Freudiana, posto existir apenas do lado de fora o seminário de Lacan, enquanto haveria dentro “um pot-pourri onde se avizinhavam coisas bem heterogêneas, das quais algumas eram tão somente paródias de ensino [...] Faltava, em todo caso, a orientação de conjunto” (QUINET, 2009, p. 88). A partir disso, Quinet interroga:

Como a EFP, enquanto Escola fundada em nome de um ensino, poderia funcionar, se era atravessada por diversos discursos – até mesmo *o discurso feminista que desencadeou a crise final* –, traindo, assim, aquilo em nome do que ela tinha sido criada? O ato de dissolução e a subsequente convocação de Lacan àqueles que querem seguir com ele foram, de certa forma, uma renovação necessária do vínculo com seu ensino através da transferência analítica e de trabalho com Lacan. Dissolve-a para “cortar firme com a debilidade ambiente” e, para perseverar na “via de matemas”, conclama à “contraexperiência”. (QUINET, 2009, p. 88, grifo nosso)⁵⁵

O discurso feminista que desencadeou a crise final, o que isso poderia dizer? Qual crise esse discurso produziria, por si só, no interior de uma instituição no final da década de 1970? Ou teriam sido as mulheres, como indicou Roudinesco, aquelas a enfrentar e romper com o silêncio dogmático instaurado numa agregação sobre a qual a heterogeneidade dos discursos tornava incompatível a manutenção do vínculo com o ensino através da transferência analítica e de trabalho com Lacan, aquele que justamente se endereçou tão fortemente às mulheres e ao feminino que elas evocam (sendo, inclusive,

⁵⁵ Entre as aspas o autor refere passagens da carta de dissolução.

quem levaria em conta, como ressalta Mannoni, a “palavra afastada” das mulheres)? Essas vias de demarcação, amparadas por uma prerrogativa de exclusão, suscitam uma cautela capital na leitura das situações históricas e à dimensão ideológica que as permeiam.

No que tange à aproximação de Lacan com o feminismo francês, vale a pena apresentar uma circunspeção. A começar por situar que Lacan foi discutido no meio feminista dos anos 1970 no trânsito do que mais tarde seria denominado de segunda para terceira onda feminista,⁵⁶ no qual delineava-se uma segmentação: por um lado, o que passou a ser convencionalizado como estudos de gênero norte-americanos, e de outro, o feminismo psicanalítico francês – cada qual com suas características e contextos particulares. O primeiro procurava atingir o poder patriarcal e transformar a estrutura social a partir das reconfigurações das relações de parentesco e de trabalho, assim como da ideologia de gênero, e o segundo aspirava mobilizá-lo pela linguagem, alterando o lugar da mulher no discurso (COSSI, 2020).

O feminismo francês muniu-se principalmente do lacanismo, fazendo uso do estudo da linguagem para a “implantação de uma escrita revolucionária” (COSSI, 2020, n. p) cujo intuito era implantar o que seria mais próprio do feminino em relação a seu corpo, com a pretensão de atingir o sistema simbólico formatado pelo patriarcado, o qual não admitiria representações inéditas da mulher. Nesse cenário, emergiu, em 1975, o Movimento da Escrita Feminina, encaminhado a partir da leitura de Hélène Cixous sobre o gozo da mulher com a proposta de um tipo de escrita experimental com finalidade política. Juntamente com Catherine Clément, Cixous publicou uma obra de grande repercussão, *La jeune née*, na qual ambas propõem que a mulher se coloca por si mesma dentro da história através da escrita.

Tais proposições foram desenvolvidas por Cixous também no teatro, com as peças *Le nom d’Oedipe* e *Portrait de Dora*. Em relação a essa psicanalista, Lacan diria, em seu

⁵⁶ Convém pontuar, em acordo com Lucy Delap (2022), nosso entendimento de que a estrutura da organização em “ondas feministas” não dá conta da tarefa de oferecer um sentido à complexidade da história feminista. Nos parece mais interessante a proposição de um “feminismo em mosaico” construído a partir de fragmentos herdados, mas os quais oportunizam imagens e padrões, como evidenciado pela autora. Tal montagem comporta as coalizões feministas estabelecidas com base em elementos diversos, desde movimentos coletivos, passando por histórias individuais e articulados numa história global, descentralizada da referência predominantemente euro-americana. No entanto, preservamos a estrutura mais convencional de entendimento dos tempos no feminismo, uma vez que o segundo não destituiu o cenário aludido pelo primeiro, o qual também contempla esclarecimentos, além do fato de estarmos em um diálogo mais direto com o artigo de Rafael Cossi (2020), “Lacan e o feminismo francês: a história de uma (não) relação”.

seminário *O sinthoma*, que gostaria de apresentar ou evocar, para os que já a conheciam, “alguém de quem gosto muito e que se chama Hélène Cixous”, fazendo menção a uma nota que ela havia feito “em um número esgotado de *Littérature*, em que eu mesmo lancei ‘Lituraterra’”. Lacan alude, em seguida, à peça *Portrait de Dora*, sobre a qual diria: “Achei que não está nada mal. Disse o que pensava a esse respeito aquela a quem chamo de Hélène desde quando a conheci, e lhe disse que falaria disso” (LACAN apud COSSI, 2007, p. 101). Embora querida por Lacan, Cixous estabelece um confronto teórico com ele, a quem questiona, por exemplo, a existência de um cânone masculino sobre os conceitos de simbólico e falo, sob a alegação de que a psicanálise relega um lugar menor à mulher.

Outra que receberia o reconhecimento e admiração de Lacan pelo trabalho desenvolvido com a obra de Marguerite Duras e a atualização da temática de uma “escrita feminina” foi Michèle Montrelay, que se endereçou a um feminismo literário que faz do gozo feminino uma escrita. Em 1977, publica *Lombre et le nom*, promovendo a obra de Duras como estandarte do feminismo literário. Ela apresenta, em seus desenvolvimentos, o lugar da sombra destacado no gozo feminino e mostra, com Duras, o feminino que se desvela numa idiossincrasia até então não descrita, ao flertar com o vazio – mas sem aludir ao patológico (COSSI, 2020). No prefácio da segunda edição da *Scilicet*, como refere Rafael Cossi, Lacan lhe presta homenagem interrogando o que se pode medir “pelo partido que tirou Michèle Montrelay, analista da Escola [...], de uma obra obtida de uma formação inteiramente diferente” e sugere que seja apreciado o que de original se dispensa “a propósito da obra cujo mérito esta crítica mostra [...] não é um expediente indigno para comprovar o degelo que um trabalho especificado por nossa formação leve ao problema da sexualidade feminina [...]”, e então demarca: “A queixa que repiso, de que desviam mais amiúde do que me ultrapassam, é aqui desarmada” (LACAN, apud COSSI, 2020, p. 5).

Júlia Kristeva, também psicanalista, percorreu os campos da linguagem e da arte, regidos pela análise cultural e política, assim como inaugurou uma interface entre semiótica e psicanálise. Sua obra, inclusive, entusiasma Lacan, que a elogia e anuncia, no mesmo ano referido, o lançamento pela Seuil “de um texto chamado *Polylogue*, que é de Julia Kristeva. Eu gosto muito desse texto” (LACAN apud COSSI, 2020, p. 4). Lacan propõe, além disso, uma mistura entre *polylogue* e seu neologismo *linguisteria*: polilinguisteria. Ao contrário de outras feministas, Kristeva – que não tratou o lacanismo como um inimigo a ser combatido – incorporou o funcionamento do período pré-edípico

e do corpo pulsional na sua proposta de revolução na linguagem. Em sua perspectiva, as práticas de significação, o conjunto sociopolítico e a constituição do sujeito falante são disposições que caminham juntas.

Em meio aos debates que se intensificaram no próprio interior do feminismo, por um lado, o movimento da escrita feminina conquistava espaço, e por outro, despontava o movimento de liberação das mulheres, cujas ideias eram propagadas por meio do grupo Psicanálise e Política, fundado e dirigido por Antoniette Fouque, segmento do feminismo que promovia locais de discussão nos quais as mulheres podiam falar e ser escutadas, tanto com relação à vida política quanto à sua sexualidade (COSSI, 2020). Em 1974, Fouque e seu grupo haviam criado as *Éditions des Femmes*, e Lacan, que se mantinha próximo, “é apanhado pelo ardor feminino... No plano teórico, Lacan não renuncia a nenhum ponto de sua teoria anterior. Mas o tom de seu discurso é diferente”. Como retrata Roudinesco, “entendeu a mensagem de Antoniette e, se não adota nenhuma de suas afirmações, mostra-se sensível à nova retórica da escrita feminina” (ROUDINESCO, 1988, p. 566).

A interlocução de Lacan com as feministas, como podemos ver, apesar de não consistir num consenso, não produz impedimento; ao contrário, ele demonstra interesse, curiosidade e entusiasmo perante as enunciações que, mesmo em discordância, trazem a marca da coragem de subverter a enfadonha transmissão sectária, conservadora e dogmática. Todas essas psicanalistas feministas citadas eram membros da Escola Freudiana de Paris e estiveram intensamente ligadas ao movimento lacaniano, influenciando a repercussão do próprio andamento da teorização de Lacan. São também aquelas que fizeram parte, juntamente com Maud Mannoni, da publicação argentina *Las psicoanalistas escriben sobre Lacan* e da revista *Larc*, n. 58, compondo uma presença contemporânea marcante no meio psicanalítico.

Maud Mannoni, na década de 1990, dedicou-se, em seu livro *Elas não sabem o que dizem: Virginia Woolf, as mulheres e a psicanálise*, a refletir sobre a condição das mulheres e das opressões sociais às quais eram submetidas. Ao visitar a obra de Woolf, diz, por exemplo, sobre *Three guineas*, que este havia sido escrito para as mulheres incitando-as à revolta, obra na qual Virginia remete o leitor às lutas feministas dos anos 1920, quando seria reivindicado o direito à contracepção. Mannoni indaga que “a mulher sexualmente livre inquieta os homens: a pintura simbolista não apresentou a figura de uma mulher grávida perto de um monte de cadáveres? A morte se desenha à sombra da família feliz” (MANNONI, 1999, p. 50). Mannoni compreende que a mulher ocupa, no

inconsciente dos homens, por um lado a imagem sagrada de uma mulher intocável, de uma esposa submissa, de outro, a de uma feiticeira. Retoma, a partir daí, que Lacan, nos anos 1970, apontou para o impasse ao qual a teoria freudiana levou a psicologia da mulher, dando a entender que a problemática do ser feminino não poderia estar sujeita completamente ao Édipo e à lei da castração. Assim, não seria a identidade feminina o objeto de seu propósito, mas a identidade do gozo, distinguindo o gozo do ser do gozo sexual, no qual “o gozo do corpo do Outro não é o signo do amor” (MANNONI, 1999, p. 50). Mannoni considera, ademais, que o gozo da mística situado por Lacan se aproximaria de uma experiência interior que constaria, na trajetória de Virginia Woolf, no livro *Entre os atos*. Recorrendo mais uma vez a Lacan, cita que ele afirma que o sexo “só existe em nós como uma chaga, aberta em cada um dos parceiros do jogo organizado pelo significante, [...] uma chaga de que o amor seria, afinal, *a confissão bem-sucedida*” (LACAN apud MANNONI, 1999, p. 51).

Mannoni argumenta, assim, que a sexualidade humana é função dos efeitos da linguagem, mais que do encontro dos corpos, e que, do ponto de vista da psicanálise, a sexualidade continua sendo um enigma. Dito isso, alega que se deve interrogar a cultura na qual está situada o “tornar-se homem” e o “tornar-se mulher”, lembrando que o século XIX consagrou a mulher à função reprodutora, não sendo surpreendente que a doença feminina do século tenha sido a histeria – um modo, para o corpo, de recusar o confinamento ao qual a mulher estava condenada. O século XX, entretanto, demarca nossa autora, seria o da revolta das mulheres contra a ideologia burguesa e contra a dominação dos homens no mundo das letras, evidenciado na heroína de Woolf em *Three guineas*. Esse escrito é um “brilhante panfleto contra a opressão” (MANNONI, 1999, p. 52), em oposição à ideologia da maternidade biológica glorificada pelo fascismo dos anos 1930, e destaca “de forma lancinante, a misoginia, ‘ódio de que as mulheres são objeto’, com as discriminações que daí decorrem” (MANNONI, 1999, p. 53). Já em *Um teto todo seu*, há na escrita de Virginia uma denúncia à ideologia fascista que fazia da mulher um ser completamente dependente do homem; também nesse texto, a autora pensa estratégias como a separação dos bens e reivindica a autonomia financeira para as mulheres. Mannoni arremata, mais adiante: “O que V. Woolf reivindica em alto e bom som em toda a sua obra é o direito, para a mulher, à fecundação intelectual literária, o direito de dispor do seu corpo como quiser e de ter acesso à contracepção” (MANNONI, 1999, p. 54-55).

Mannoni, portanto, interpela, pela via de uma escritora, mas recorrendo a considerações freudianas e lacanianas, o lugar da mulher na sociedade e suas implicações.

Endereçando-se a pergunta “A mulher existe?”, aponta à resposta negativa de Lacan, que declara guerra à fantasia de *unitude*, na qual homem e mulher, ao comungar, seriam apenas um. Esclarece, então, que é de *divisão* da posição feminina que Lacan fala, deixando intacto o enigma que representa para o homem o gozo que ele supõe na mulher, gozo não discernível por ele e impossível de dizer por ela, gozo “outro”, do qual certas místicas dão testemunho. Mannoni caminha, ainda, por discussões a respeito dos direitos das mulheres no campo do trabalho, da educação, sobre a mulher no lar e a relação entre natalidade e trabalho feminino. Ressalta que “a mulher, descrita como perigosa, é considerada há milênios como menor, na maioria das sociedades, justificando assim a batalha das feministas no século XIX” (MANNONI, 1999, p. 106).

Nesse ponto, Maud pinça na história das instituições psicanalíticas a tentativa de codificação de uma prática em nome de uma idealização da técnica, consubstanciada, inclusive, por algumas mulheres. Alega que a sociedade precisa de contestatários nos diversos campos das ciências humanas, da economia, da educação, da medicina; no entanto, ao tratar-se das mulheres, interroga, como antes aludido, o porquê de sua palavra ser afastada, assim como a do louco que é internado. E alerta que:

Há um século, a mulher tenta arrancar-se à administração da sua vida pelos homens. Ela encontra sua “verdade” seja identificando-se com o homem até alienar-se no seu discurso, seja procurando-se no nível do ser e reinventando-se com o outro. Ela se realiza então de modo criativo, desposando a revolta e não a coisa estabelecida (MANNONI, 1999, p. 108)

Embora não necessariamente em posição teórica comum com as psicanalistas feministas de sua época, Mannoni preservou em sua trajetória o espírito insurgente e contestador que coube às mulheres nos mais diversos espaços de enfrentamento da sociedade, incluindo as instituições psicanalíticas. Carrega, podemos dizer, uma aproximação com aquelas analistas que trouxeram em suas elaborações as vivências que compunham sua trajetória de luta, as quais deveriam ser contestadas teoricamente, mas não impedidas de dispor de suas ideias, ou serem responsabilizadas pelos descaminhos de uma experiência institucional que envolve tantas nuances, acontecimentos e jogos políticos.

Os ecos vertidos pelo turbulento processo de dissolução revelam, assim, o quanto é preciso refletir acerca do funcionamento de uma instituição psicanalítica quando esta repudia o princípio de sua própria divisão. Azouri (2017) elucida que uma “injunção de

pertencimento” circunscreve a história do movimento psicanalítico até nossos dias e discute a dimensão paranoica do agrupamento analítico, a qual produz um funcionamento de acordo com as leis da constituição das massas, a partir da oposição entre o bom de dentro e o mau de fora, entre o amigo e o inimigo. Assim, “com a doença da identidade analítica, o analista encontra então no ódio pelo inimigo, localizado no exterior, uma ilusória identidade egoica que a instituição lhe arranjará”, e, com isso, “a injunção do pertencimento se duplica com o ódio pelo inimigo localizado no exterior” (AZOURI, 2017, p. 146). A teoria analítica, dessa maneira, finda em ser o produto de uma experiência em que o analista reinventa a teoria freudiana para transmutar-se num emblema que a coloca conforme, reduzindo-se a uma “nomeação de atribuição”. Essa conformidade à qual o analista se encontra submetido por seu pertencimento à instituição cresce em tempos de crise ou de cisão e converte-se “em raiva militante e odiosa” (AZOURI, 2017, p. 147).

Compreendemos, ademais, acerca da posição de Jacques-Alain Miller, que esta não responde unicamente à postura que fincou, mas a todo um contexto favorável à sua reprodução. O lugar do pai, insistentemente buscado à guisa de proteção às fragilidades da consistência requerida ao *Eu*, mantém, ao longo das gerações, o caminho desastroso das derivas excludentes e reacionárias. Assim, interessa-nos decantar o deslizamento de um campo ético dos princípios psicanalíticos para o do registro político, produzido desde os primeiros institutos e atualizado nos tempos institucionais sob a forma de um pedido de ajustamento e de um consenso que não faz causa. É perceptível que a força política da corrente milleriana se deve menos ao carisma de seu representante – apesar de toda sua erudição teórica – do que a um pedido de coesão solicitado por um grupo abalado perante a própria divisão e desapossado de um mestre que define os caminhos do reconhecimento. Essa dialética institucional, na contramão da ética psicanalítica, “repara” os enigmas para os quais a experiência de uma análise endereça o sujeito e que faria emergir, do vazio, a possibilidade sublimatória e de criação.

No entanto, bem sabemos, foi na direção oposta a um fechamento dogmático e hierárquico que Lacan concebeu, em sua Escola, o saber como necessariamente da ordem do equívoco, estando este remetido ao saber não sabido. Além disso, para que a ideia de hierarquia fosse substituída pela de *gradus*, o que levaria da posição subjetiva do analisante à do analista, foi imprescindível uma reestruturação do conceito de transferência – retirada de um centramento na pessoa do analista – e um trabalho de luto que rebenta na própria transferência. Esta, como ensina Lacan em *O os quatro conceitos*

da psicanálise, é determinada pela função que tem numa práxis, ou seja, numa experiência, a análise sendo então o lugar que permite dar um “modelo experimental” aos efeitos da transferência (LACAN, 1998b). Nessa direção, apontá-la como central é, para além do óbvio, uma causa ética e um dever, visto que apenas o transcurso analítico, sob transferência, seria capaz de munir um psicanalista da dessubjetivação equivalente à emergência do desejo do analista.

Mannoni aborda que, se é verdade que o analisando faz o analista, esse psicanalista deve aprender a situar em que existe o psicanalista, ou seja, em que seu ato se produz *por e com* aquilo que cai da castração. Ela lembra, com Lacan, que é unicamente pelo equívoco que a interpretação opera, a qual “age por metáfora e faz emergirem outros significantes além do que está preso no sintoma” (MANNONI, 1989a, p. 95). O sintoma, descreve, sendo *uma fala atada*, é o lugar do qual o sujeito é convocado a advir e a reconhecer, *a posteriori*, o que ele sabia sem saber. Mannoni aponta, também, para uma reflexão importante: a do desejo do analista em articulação com uma exigência ética da verdade, à qual se liga a fala do analisando por meio da pergunta: *O que você quer de mim?* (MANNONI, 1989a, p. 97). Por isso mesmo, “a experiência comum que liga o paciente a seu analista é a experiência do inconsciente, que é condicionada pela análise do analista”. Consequentemente, acrescenta Mannoni, o analista, suporte da interrogação do paciente, possibilita que haja nas análises as inversões dialéticas necessárias, e lembra, com Freud, que o analista “deve ser capaz de se servir de seu próprio inconsciente como de um instrumento” (MANNONI, 1989a, p. 83).

Mannoni, ao interrogar as questões relativas à formação dos analistas, assim como os impasses institucionais, retoma insistentemente o caráter analítico nas reflexões que empreende. Busca, no cerne do que compõe a experiência, as bases através das quais conduzir suas críticas, fazendo lembrar que “o ensino da psicanálise pede para se sustentar numa exigência ética onde o dito do analista é arrancado de uma posição de analisando”. E lamenta que a doutrina de Freud tenha sido rebaixada, com o tempo, à categoria de pura *informação* a ser divulgada às gerações futuras, dimensionando que “os analistas esqueceram que a *função da linguagem nela, não é informar, mas evocar*”. Esta seria, compreende Mannoni, “a chave para manter vivos, ao mesmo tempo, o texto de Freud e a experiência analítica, na medida em que é diferente de um analista para outro” (MANNONI, 1989a, p. 124).

A experiência analítica mostra, assim, a relevância de transformar as experiências de perda em experiências de falta, por meio da travessia analítica estruturante em seu

trabalho inconsciente, a qual possui na fala o núcleo de sua experiência, exercício contínuo da simbolização, da circunscrição da falta, afinal, “falar já é introduzir-se no objeto da experiência analítica” (LACAN, [1953] 2005, p. 15). Com isso, é indispensável pensar o trabalho de elaboração da perda, o qual remete à dimensão da falta de objeto e a operação inarredável do luto em seu trabalho de simbolização do objeto perdido do desejo. Dirigimo-nos, desta feita, à dimensão de luto tanto nos acontecimentos de âmbito coletivo quanto em seu cerne na travessia analítica, alinhando o eixo de imbricação que delinea a passagem de uma “palavra amordaçada” ao aceder do sujeito do desejo e, conseqüentemente, à passagem de analista à analisando. Isso implica considerar também as transferências em jogo na experiência analítica e suas incidências na formação do psicanalista e no campo institucional.

5.3 Luto: trabalho de um laço

Maud Mannoni abordou a palavra, em suas distintas formas de expressão, como caminho de acesso e atravessamento do traumático, através de seus restos por vezes nomeáveis por vezes inomináveis, o que conduz, consideramos, ao luto como *um trabalho de laço que aponta para o real*. Luto que põe em xeque a *defasagem*, como ela exprime, na qual a perda dos ideias de pleno domínio da teoria deve ser simbolizada como falta, como não saber radical que sustenta o desejo do psicanalista e recoloca o campo da perda de gozo originária igualmente às relações entre analistas, porquanto “a paixão pela retórica e o fascínio pela ciência inclinaram a análise para o dogmatismo e conduziram os analistas a sonharem com uma forma de domínio do inconsciente” que reduziria “o hiato que separava a língua do paciente da do analista” (MANNONI, 1986b, p. 5).

A dialética entre falta e perda suscita uma reflexão proveitosa à nossa discussão, propomos pensá-la a partir da série indicada por Diana Rabinovich (2000) entre as noções de falta, perda e causa, que não são idênticas e produzem operações distintas. A falta do sujeito é situada como equivalente à estruturação da pulsão, e a perda, como produzida pela existência de uma causa que divide o sujeito, em que o objeto *a*, causa do desejo, aparece em terceiro lugar na série de operações falta, perda e causa. A autora demonstra, antes, que o sujeito está presente inicialmente como ausência, como um $(-1)^{57}$ cuja

⁵⁷ O (-1) remonta à operação de privação e à topologia do toro desenvolvidas por Lacan no seminário *A lógica do fantasma*. Nessa operação, as voltas da demanda ao redor do buraco interior, ao se fecharem sobre

primeira aparição é definida como o “ali onde isso estava” primordial, próprio do sujeito como falta, falta de sujeito induzida pelo significante. Já o segundo “ali onde isso estava” vincula-se ao lugar do inconsciente, à escolha do “não sou” positivado num pensar sem *eu*; desse modo, a falta de sujeito referente ao “isso” conforma-se objeto da perda no inconsciente, asseverando que o trajeto é falta e depois perda.

Rabinovich argumenta, a partir da designação do desejo como desejo do Outro, que a definição da perda de objeto como é apresentada tradicionalmente, em psicanálise, como perda de um outro como objeto do desejo, não corresponde à proposição lacaniana segundo a qual a causa do desejo constitui-se através da queda do próprio sujeito como objeto *a* e não do Outro como objeto. Referindo-se à cessão do objeto no seminário *A angústia*, explicita que o primeiro “ser” do sujeito, um falso ser, é o objeto *a*, sendo a perda necessária para que o sujeito se produza como causa do desejo do Outro, pois, “enquanto causa é idêntico à sua própria queda como perda, resto, dejetivo” (RABINOVICH, 2000, p. 78). A autora sugere situar-se nessa articulação entre falta, perda e causa o fundamento do conceito de final de análise, em que o que se perde seria evidenciado. Não teria a ver com a perda do Outro enquanto objeto do seu desejo – que em seu caráter de meta do desejo é o Outro desejante – mas com a própria falha que atravessa o sujeito. Assim,

[...] o analista, colocado no lugar de causa de desejo, está ali para captar o próprio sujeito como objeto. Não capta um objeto de desejo do sujeito, um objeto meta do desejo, mas o sujeito como desejante do desejo do Outro, a partir da posição de causa desse desejo do Outro. [...] Não é o analista como Outro que cai; cai o analista enquanto situado no lugar do desejo do sujeito como o que ele foi como causa para o Outro desejante de sua própria história. (RABINOVICH, 2000, p. 78)

Por sua vez, do lado do analisando, essa experiência resulta na experiência da castração (- p) indissociável da subjetivação da psicanálise, isto é, de não haver o órgão do gozo único, unário do significante e que possibilitaria a união harmônica dos sexos, sendo o objeto *a* o resto dessa impossível conjunção. Rabinovich esclarece, ainda, que, da falta de sujeito inicial, avança o desejo de um sujeito na experiência em direção à subjetivação da castração fálica, implicando ser levada em conta a perda presente de saída, perda do sujeito como objeto causa. Nesse sentido, a perda do objeto existente na

si mesmas, definem uma volta a mais, que também é um a menos. Essa volta a mais não pode ser contada por ser ela mesma o sujeito enquanto efeito da articulação da demanda.

origem do inconsciente acontece em outro lugar, realiza-se no analista e não no sujeito. O luto do desmame, por exemplo, ilustra que o luto está do lado da mãe, na queda do objeto, onde é no Outro que aparece a falta, lugar em que acontece a perda, não podendo o *a* cair do lado do sujeito, “cai afetando o Outro”; aliás, “a queda do sujeito suposto saber não é nada além de um descomplemento do Outro enquanto sujeito suposto saber pela queda do objeto *a* ao qual fica reduzido”, ou seja, “exatamente a passagem que vai do Outro sem barrar ao Outro barrado” (RABINOVICH, 2000, p. 80).

Isso permite pensar a crucial queda do lugar absoluto e idealizado do saber psicanalítico, quando reverberado na busca de uma onipotência dogmática de suas teorias, implicando um trabalho de luto imprescindível aos analistas bem como às instituições. Propomos considerar a noção de laço, em suas acepções de elo e criação, como um destino possível do trabalho de luto, sempre a refazer-se. Assim, a continuidade do trabalho da transferência, que entendemos findar por meio de uma experiência de luto que remonta ao núcleo da experiência traumática estrutural, pode transmutar-se em transferências de trabalho com os pares e na extensão da psicanálise à cultura. Relação estreita com a questão do fim de análise deixada por Lacan e interrogada por Mannoni, não como uma pergunta direta, mas através da interpelação lançada sobre o *fazer* com a experiência analítica, como passe de criação também no espaço institucional.

Mannoni diz que na relação transferencial, o que afirma valer igualmente à instituição, o sujeito está em busca de um mestre para iniciá-lo na sabedoria ou para possibilitar-lhe o acesso à dimensão das trocas humanas. Esse mestre moral estaria, à semelhança do pai, em um outro momento do percurso do analisando que Mannoni situa numa discordância acerca da distância entre o real e a função simbólica que este assume. Ela compreende, com isso, que

[...] a relação com o semelhante funda-se, assim, na experiência da morte, na medida em que é a imagem idealizada que o sujeito identifica nele que, num dado momento, ele opta por matar. Essa dimensão existencial (de morte imaginária e imaginada), está presente em toda relação narcísica. Não está ausente, portanto, nem da relação dos analistas entre si, nem dos conflitos de ordem narcísica do analisando, quando estes interferem no analista. (MANNONI, 1989a, p. 9)

Mannoni problematiza o que denomina como “efeitos perversos” da análise no analista em formação quando, por exemplo, aponta um tipo de dificuldade mais particularmente encontrada nas chamadas análises de formação, nas quais as pretensões

de carreira do candidato na instituição interferem, funestamente, no que deve ser vivido numa análise. Descreve, então, uma situação em que o analista se sente gratificado por um analisando satisfazer seu narcisismo de “prestador de cuidados”, estando apenas *a posteriori* a possibilidade de situar-se no jogo de engodos instaurado, de modo a entender o obstáculo instituído no próprio cerne da transferência positiva. Mannoni sublinha que os conflitos transferenciais podem conjugar-se na interação das defesas narcísicas do analista e de seu paciente, pois,

[...] um analista pode sentir-se gratificado por seu analisando quando este renuncia a qualquer criação pessoal a fim de preservar para si (na instituição e na transferência) um lugar privilegiado junto ao analista, o qual, em contrapartida, precisa de seu paciente, ou seja, precisa ser mantido por ele num certo nível de idealização, sem se dar conta, em absoluto, do preço pelo qual o outro lhe paga essa fidelidade. (MANNONI, 1989a, p. 10)

Mannoni alega terem sido os efeitos perversos na formação que levaram Lacan a levantar uma questão que ele não teria sabido resolver, que delineia nos seguintes termos: “*como encontrar, nas estruturas institucionais, um lugar onde o analisando possa não só fazer o luto de seu analista, mas também colocar em comum a experiência do inconsciente com os analistas transformados em seus pares?*” (MANNONI, 1989a, p. 10). Essa indagação é fundamental, uma vez que imbrica a travessia de uma análise ao seu desdobramento institucional e cultural, ampliando o campo da experiência analítica e relançando a passagem a analista ao escopo da transmissão. O advento de um analista implica essencialmente a análise, mas em seus efeitos, visíveis e testemunháveis em seu prolongamento na sociedade por meio de um trabalho que persiste.⁵⁸

Mannoni esclarece, ainda, que Lacan sempre esteve consciente do tipo de improdutividade e esterilidade que sobrevém em pacientes cujas dificuldades imiscuem-se com as de seus analistas, quando estes se aprisionam nas projeções dos analisandos. O próprio Lacan, adverte Mannoni, não teria podido evitar esse tipo de tropeço com alguns de seus analisandos, de quem esperava muito. Com isso, pontua que a análise somente é possível quando o analista consegue ultrapassar no tratamento o par formado pelo eu e

⁵⁸ Esses efeitos visíveis e testemunháveis, em nosso entendimento, estão longe do exibicionismo tão preponderante em tempos atuais e dos quais se extrai a compreensão de que tais mostras se dariam por meio de *likes* e visualizações em massa. Da reprodução, portanto, de analistas “blogueiros” entranhados nos modismos midiáticos e virtuais. Isso aparenta cultivar muito mais o narcisismo e a soberania do eu, prejudiciais à transmissão da psicanálise e distantes de uma divulgação séria e comprometida com sua ética.

pelo outro, sendo isso o que permite captar o realizado com o sujeito na estrutura do sintoma, afinal “as vias de formação são as do inconsciente do analista às voltas com o inconsciente do analisando (que lhe mostra, de certa maneira, o caminho a seguir)” (MANNONI, 1989a, p. 11).

Reportando-se à noção lacaniana de formação do inconsciente, Mannoni destaca sua incidência na designação da dimensão de “buscar do ser”, ou mesmo de “paixão do ser”, única capaz de dar sentido a uma verdadeira formação analítica. Ela argumenta, então, que essa dimensão foi retomada por Lacan em um momento de crise do ensino psicanalítico, quando ele se erigiu contra os “analistas-robôs”, sem que isso, porém, o tenha poupado de produzi-los por seu próprio turno. Mannoni vai interrogar, a partir disso, o que acontece com o “sintoma analista”, para escutar o que na fala amordaçada do “paciente perfeito” é recolocado como questão atual. Afirma, diante disso, que

[...] o importante numa análise, portanto, são os momentos em que o sujeito é surpreendido pela emergência de uma fala: não apenas porque esta lhe surge como se não lhe pertencesse, mas porque uma verdade só pode surgir, para o analisando, ao preço de ele perceber que o conteúdo de seu discurso lhe é como que totalmente estranho. Para fazer com que a palavra seja sua, o sujeito deverá, num momento eletivo de seu percurso analítico, poder tomá-la de alguém. [...] Mas isso só é possível através da prova de separação, abrindo acesso, através da negação e do ódio, à dimensão da ausência (a um espaço onde se encontram “reliquias de gozo”). (MANNONI, 1989a, p. 14)

Haveria, assim, defende Mannoni, na busca freudiana reinterrogada por Lacan, uma espécie de visão ascética que transposta para a análise de formação se aproximaria dessa “paixão do ser”, de uma “loucura” de saber, a qual remete a uma ética da verdade e que se constitui incessantemente, nunca sendo adquirida de uma vez por todas. Reconhece-se, com isso, a divisão do sujeito, que, entretanto, oporia-se a uma ética do gozo. Em sua compreensão, essa ética da verdade alude, por meio de um desvio imaginário, a uma nova forma de “heroísmo” e renúncia. Dentro do amor transferencial se fabricaria, com efeito, uma “mutação”, tratando-se de “providenciar para o ódio e a revolta uma saída onde uma palavra ainda possa ser dita, ser sustentada, sem por isso remeter o sujeito a um caos” (MANNONI, 1989a, p. 23). Ao lembrar o admirável texto de Lacan sobre Antígona, Mannoni o aprecia considerando que, segundo ele, Antígona leva até o limite a consumação daquilo que se pode chamar de desejo puro, o puro e simples desejo de morte como tal. Entende que foi justamente após esse trabalho que Lacan levantou, simultaneamente, a questão do desejo e a do término da análise – a

“verdadeira”, a que prepara para o tornar-se analista –, tendo, em razão disso, evocado a dimensão do desamparo que se apossa de um ser quando este se vê confrontado, na solidão, com a angústia de sua própria morte. Desenvolve, ainda, que a angústia surge como proteção no campo da desordem absoluta na qual o sujeito

[...] toma conhecimento de que, em última instância, ele não tem nenhuma ajuda a esperar de ninguém. Mas que é então o desejo? Lacan respondeu a essa pergunta evocando o tratamento que Édipo infligiu a si mesmo e aquilo a que teve de renunciar para sustentar, numa espécie de transgressão, o *desejo de saber*. Essa renúncia a serviço do bem [...] tem em comum, no plano dos destinos, que cada um, nesse caminho, avança só e traído. O acesso ao desejo, metonímia do nosso ser, é sempre pago, de fato, de maneira bastante pesada: *Sublimem tudo o que quiserem*, disse Freud, *mas é preciso pagá-lo com alguma coisa. Essa alguma coisa chama-se o gozo, e por esse gozo eu pago com uma libra de carne.* (MANNONI, 1989a, p. 23)

Conforme desenvolve Rabinovich (2000, p. 16), “o desejo do psicanalista é formalizado como luto”, e o luto do psicanalista se fundaria, explica, no fato de no campo do desejo do Outro os objetos, por serem incomensuráveis, precisarem de uma medida comum. No entanto, esses objetos apresentam um valor para cada sujeito em particular, indicando que não existiria um bem supremo universalizante. O luto que estaria em jogo na aceitação dessa ausência de medida comum entre os objetos do desejo estaria atrelado a um buraco no real, a falta, sendo necessário ao analista a realização de um luto por esse bem supremo, único. Assim, no prosseguimento da análise de cada um, “*passa-se de sua própria história à da psicanálise, de modo que ela se perpetua, engendrando uma nova geração de analistas*” (SAFOUAN; JULIEN; HOFFMAN, 1996, p. 12).

Lacan, no seminário *O desejo e sua interpretação*, ao abordar a noção de luto, retoma que as fórmulas freudianas ensinam a conceber o luto em termos de relação de objeto e sublinha a relevância dada por Freud ao objeto do luto. Em “Luto e melancolia”, texto no qual aparece pela primeira vez a noção de *Objektbeziehung* (ligação ou relação de objeto), que tem grande repercussão na história da psicanálise, Freud propõe a tentativa de esclarecer a natureza da melancolia comparando-a com o afeto normal do luto. Ao se referir ao trabalho do luto, enfatiza que tal tarefa não é imediata, “ela é cumprida pouco a pouco, com grande dispêndio de tempo e energia de investimento [*Besetzungsenergie*], ao mesmo tempo que a existência do objeto é psiquicamente prolongada”. Assim, as lembranças e expectativas através das quais a libido estava ligada ao objeto é superinvestida, ocorrendo nelas a dissolução da libido, o que levanta o questionamento

acerca de por que essa operação de compromisso “é tão extraordinariamente dolorosa” (FREUD, [1917] 2019b, p. 101).

É numa relação de identificação, retoma então Lacan, que esse objeto adquire seu alcance e que suas manifestações se agrupam e se organizam. Essa identificação no luto, antes definida por Freud como incorporação, é rearticulada a partir das categorias do simbólico, imaginário e real. “O que é a incorporação do objeto perdido? Em que consiste o trabalho do luto?” (LACAN, 2013, p. 360). Para essas indagações, Lacan desenvolve que a dimensão propriamente intolerável que se oferece à experiência humana não é a de nossa própria morte, inacessível a todos, mas a da morte de um outro, quando um ser essencial. Alega que tal perda constitui uma *Verwerfung*, um buraco, mas no real. Em razão de uma correspondência igual à que articula na *Verwerfung*, esse buraco oferece o lugar no qual é projetado precisamente o significante faltante. Trata-se, aqui, do significante essencial à estrutura do Outro, aquele cuja essência torna o Outro impotente para oferecer uma resposta. Assim, “esse significante, só podemos pagá-lo com nossa carne e nosso sangue. Ele é essencialmente o falo sob o véu” (LACAN, 2013, p. 360). Prossegue dizendo que

[...] o trabalho do luto apresenta-se, primeiro, como uma satisfação dada à desordem que se produz em razão da insuficiência de todos os elementos significantes em fazer frente ao buraco criado na existência. É todo o sistema significante que é posto em jogo em torno do menor luto que seja. (LACAN, 2013, p. 361)

Em continuidade, tendo como referência a tragédia de *Hamlet*, Lacan indaga a relação entre o drama do desejo e o luto e suas exigências, afirmando que, até certo ponto, “todos os lutos que se sucedem em cascata são como os resultados, as sequelas, as consequências do crime de que parte o drama” (LACAN, 2013, p. 365). Em suas considerações, assente que a perda no luto, ao modo como se atualiza ao longo da existência, é da ordem da privação e requer trabalho para aceder à castração. Lembremos que a privação é delineada por Lacan como a falta real de um objeto simbólico, ao passo que a castração é definida enquanto a falta simbólica de um objeto imaginário.

O luto constitutivo da estrutura do desejo não dispensa o sujeito do trabalho de luto ao longo da vida, e pelo fato desse trabalho fundamentar a estrutura do desejo, um novo luto é convocado sempre que a perda se interpõe. Entretanto, quando o luto não é atravessado, os caminhos do desejo se obstaculizam, o que significa dizer que são duas ordens de luto, mas estrutura e experiência são dimensões articuladas. Dada a função

estruturante do luto, a cada perda vivida é o seu trabalho em relação ao objeto que reabre as vias desejantes. Ressalta-se, nessa medida, a importância de um lugar concedido e suscetível de ser ocupado pelo ser falante, mas um lugar, em última instância, vazio, aberto à mediação do trabalho do luto, a partir da perda. Por essa via é instaurado o lugar do desejo, isto é, a partir do luto primordial, através da identificação a esse lugar de objeto, desde sempre perdido (CASTILHO; BASTOS, 2013).⁵⁹

Mannoni defende que quando a experiência do luto não consegue ter lugar numa análise, esta corre o risco de acabar na identificação do candidato com seu analista, o qual, por seu turno, muitas vezes participa desse movimento, pela idealização do candidato cujos trabalhos ou progressos o narcisizam. Como consequência, do lado do candidato, ao término de sua análise configura-se o desejo de afirmar a qualquer preço uma originalidade e, por outro, a projeção de sentimentos persecutórios na Instituição. Mannoni pondera que o sujeito em análise é e faz sua história para si. Por isso, é através de todo um encaminhamento que o retira da armadilha da relação exclusivamente imaginária com o outro que o analisando chega a se constituir como sujeito falante, diante de um lugar em que a articulação da fala é viabilizada.

O encaminhamento analítico, destaca ainda Mannoni, não está situado ao lado do conhecimento das etapas de desenvolvimento de um sujeito, dando-se antes por meio de uma repetição do sintoma “que é um valor de verdade”, pois “a experiência analítica realmente produz, no lugar do semblante, alguma coisa difícil de demarcar e que remete ao real do sujeito (e a uma dimensão do insensato)” (MANNONI, 1989a, p. 37). Desse modo, alguma coisa do desejo fica de certa maneira condenada a permanecer excluída do campo do saber, sendo essa exclusão ou falta de saber, que constitui a garantia do ressurgimento do desejo. Mannoni lembra que o encontrado ao lado da aberração, do anormal, numa análise, foi aquilo que Lacan sonhou poder oferecer à compilação de um testemunho, para “*saber por que alguém, sabendo o que é a psicanálise por sua didática,*

⁵⁹ Castilho e Bastos (2013) recobram, com Lacan, a relação entre a perda buscada e a perda no luto. Destacam a formulação de uma dimensão de perda que é buscada, na medida em que se insinua que, ao Outro, algo falta. Além disso, recuperam a consideração de um tempo na estruturação subjetiva que implica o recobrimento de duas faltas, a do sujeito afanizado, próprio à operação de alienação, e a falta do Outro, para além da demanda, a qual desvela algo do desejo como desejo do Outro. Assim, o sujeito traria a resposta da falta antecedente de seu próprio desaparecimento, no ponto da falta percebida no Outro. Desse modo, o primeiro objeto proposto ao desejo parental, desejo cujo objeto é desconhecido para o sujeito, é a sua própria perda. Retomando as operações de alienação e separação, da qual depreende-se uma atividade em jogo na operação de separação, as autoras assinalam a passagem de desaparecido à perdido que requer uma ratificação do Outro, portanto a identificação ao falo imaginário, sendo este um tempo lógico necessário que permite fazer o luto pelo lugar mítico, desde sempre perdido.

pode ainda querer ser analista” (MANNONI, 1989a, p. 38), persistindo então a questão da relação do analista com o que ele sabe, ou seja, também com o que ele recalca. Essa pergunta sonda

[...] em que *a análise produz um psicanalista*, ou dito de outra maneira, em torno de que se ordena *o ato analítico* enquanto ato que preserva sempre alguma relação com o recalca, donde a dificuldade ou a repugnância do analista em praticar um ato analítico. A atividade do analista é conclamada a se inscrever numa produção interminável de sua própria descoberta (e redescoberta) da psicanálise. (MANNONI, 1989a, p. 39)

Refletindo acerca dessa produção interminável, Mannoni traça um paralelo entre o que acontecia na época de Freud, quando ele desejava que a análise fosse retomada a cada cinco anos, quando o tempo da análise era mais curto, e o que posteriormente conduziu-se, em outros termos, através da interrogação dos fracassos, quando a indagação convém agora ao cuidado particular com o término da análise, mais longa do que antigamente. Contudo, Mannoni compreende que ao propor períodos curtos de retomada da análise, Freud preocupava-se com a manutenção de uma “abertura” do inconsciente. Diante disso, “o que é preciso inventar, institucionalmente falando, é uma maneira de providenciar atalhos que autorizem os jovens analistas a indagar o que foi sua análise” (MANNONI, 1989a, p. 42).

Mannoni observa que os desenvolvimentos e as modificações teóricas na história da psicanálise nunca deixaram de ter efeitos nas instituições psicanalíticas, as quais, na impossibilidade de se transformarem, conheceram, como vimos, uma explosão de cisões, particularmente na França, lugar em que “a vocação dos analistas era mais teorizada do que clínica” (MANNONI, 1989a, p. 130). Porém, entende que cada cisão colaborou para reforçar um conformismo. Considera que uma associação de analistas, responsável pela formação de candidatos, depara-se impreterivelmente com o problema da transmissão de um saber e, conseqüentemente, ao não ser atravessada pela clínica, essa transmissão “corre o risco de se converter em apanágio de uma sociedade douta” (MANNONI, 1989a, p. 130). Ainda chama atenção para o fato de, com o tempo, as associações de psicanálise terem perdido de vista a posição de Freud perante o ensino, qual seja: de que o analista deve antes aprender com a “experiência negativa”. Portanto, aprender a falar do trabalho feito com um paciente, o que permite situar de qual maneira o analista esteve pessoalmente implicado no tratamento.

Assim, “aprender com o fracasso é, pois, uma necessidade, porque é aí, como indica Freud, que podemos aprofundar o que se opõe à cura. Existem, de fato, formas de satisfação no sofrimento que desafiam o analista a ter êxito” (MANNONI, 1989a, p. 131). Mannoni afirma, ainda, haver qualquer coisa de paradoxal em situar-se num “depois de Freud, depois de Lacan”, ao mesmo tempo em que seria imprescindível retornar às origens. Dizer que não estaria mais na época em que se impõe a necessidade de restaurar a obra de Freud contra a insipidez da psicanálise mostra-se, para ela, uma posição bastante crédula, diante da situação de vazio conceitual que declara encontrar com frequência junto à principiante geração de analistas (ou de analistas em formação). Afinal,

[...] se é verdade que o retorno (a Freud ou a Lacan) constitui mais uma passagem do que uma história, nem por isso a história deve ser morta para que a tradução do texto que lemos continue viva (no sentido de um modo de lembrança) e escape do recalçamento. Existem desafios, no tocante à psicanálise, a que um determinado grupo de analistas certamente será mais sensível do que outro. Ainda assim, é preciso que o grupo saiba, na prática, fazer passar para a organização essa sensibilização necessária de seus membros para as questões cruciais da psicanálise e abrir espaço de debates aos analistas de outros grupos, para escapar da “mumificação” do discurso que se produz, a partir do momento em que este último é mantido prisioneiro no seio de um “entre si”. (MANNONI, 1989a, p. 131-132)

Mannoni mantém, fortemente, ao longo desses apontamentos que destacamos, uma consonância com as asserções pronunciadas por Lacan em “A terceira”. Nessa conferência, cujo texto enunciado apresenta uma forma auspiciosamente poética, Lacan interpela a relação entre o saber e a verdade ao considerar que o sentido do sintoma é o real, chamando atenção para a posição do analista em face do que espera da psicanálise: “A psicanálise é um sintoma? [...] Chamo de sintoma o que vem do real” (LACAN, 1974, p. 7). Em suas palavras iniciais, Lacan confronta a ideia de sucesso designada pelo que faz multidão, convencionalizada no campo público, advertindo que para os analistas “este sucesso não tem nada a ver com o que nos interessa; e este sucesso é algo bem diferente do que seria o nosso [...] aquele ao qual nós nos referimos quando falamos daquilo que somos feitos para registrar, ou seja, o fracasso”. Dito isso, Lacan afirma que “o fracasso é o que opomos ao sucesso” (LACAN, 1974, p. 1), o qual, para a psicanálise, ao partir do fracasso, estaria mais próximo do que chamou de resultado, “aqueles que contam”, os quais atribui a uma autoria e autenticidade. Discorre, então, que o sentido do sintoma depende do futuro do real, ou seja, do que está em jogo na demanda de êxito da psicanálise

– mais próximo da ideia de sucesso convencional –, em que “o que lhe pedimos é que ela nos livre tanto do real quanto do sintoma. Se ela sucede, tem sucesso neste pedido” (LACAN, 1974, p. 8), porém, ao ter êxito,

[...] ela se apagará por não ser senão um sintoma esquecido. Ela não deve se espantar com isso, é o destino da verdade tal qual ela mesma o coloca no princípio. A verdade é esquecida. Logo, tudo depende de que o real insista. Para isso, é preciso que a psicanálise fracasse. (LACAN, 1974, p. 8)

O saber do analista é interrogado, assim, a partir do real. Mannoni parece estar atenta quando escuta, no “valor de verdade” que extrai da repetição no sintoma, algo do real remetido à experiência analítica, que permitiria, do vazio, o ressurgimento do desejo. Sua indagação direciona-se, nessa medida, ao desejo do psicanalista e seu ato analítico, recuperando a dimensão fundamental do fracasso em coalescência com a noção de defasagem por ela atribuída como irremediável à experiência com o inconsciente. Isso é importante de ser considerado tendo em vista que o trabalho de transferência ocorrido numa análise se transmuta na transferência de trabalho que sedimenta o laço entre analistas. Nesse sentido, a experiência com o inconsciente é preservada como causa e matriz ética, referência tanto para as conduções das análises quanto para a extensão da psicanálise na cultura.

Em *A análise e o arquivo*, Roudinesco recupera, na transmissão eminentemente oral de Lacan, os destinos póstumos realizados sobre sua obra por seus seguidores.⁶⁰ A autora revela que os manuscritos, as notas e a correspondência desse material não foram nem classificadas, repertoriadas ou depositadas, passando a não existirem. Essa ausência de arquivo, argumenta, seria tão tirânica quanto o seu excesso, sendo isso

[...] o sintoma de uma história apagada ou de um processo de apagamento do vestígio, que permite com frequência à comunidade lacaniana reconstruir uma soberania imaginária da obra e da pessoa de Lacan, fundada sobre a impossibilidade do luto da figura do mestre. Para os fiéis do lacanismo, tudo se passa como se Lacan fosse ele próprio o garante de uma história. (ROUDINESCO, 2006, p. 24)

⁶⁰ Os seminários de Lacan foram enunciados durante vinte e seis anos, e para que seus artigos fossem publicados nos *Escritos*, os quais, entretanto, haviam sido conferências transcritas e depois corrigidas, foi necessário a intervenção do editor François Wahl, para que sua emissão acontecesse (ROUDINESCO, 2006). Incentivado também por Wahl, Lacan havia fundado, em 1965, ano anterior da publicação dos *Escritos*, a coleção *Champ Freudien* nas Éditions du Seuil (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Duas respostas ou saídas foram produzidas. Uma poderia ser observada na concepção a-histórica do texto realizada pelo “herdeiro legítimo”, o genro de Lacan, que transcreveu, enquanto co-autor, a obra proferida por seu sogro.⁶¹ Neste trabalho, Miller fez da obra de Lacan “um enunciado sem nota nem referências, como se esse enunciado ainda fosse pronunciado atualmente por um mestre vivo cujo luto não se consegue fazer” (ROUDINESCO, 2006, p. 25). A outra medida, contrária a essa transcrição, foi empreendida por transcritores não legítimos e condenados ao anonimato, os quais colocaram-se a investigar todos os vestígios ocultados pretensamente por Miller. Com isso, acrescentariam à obra oral de Lacan, repassada clandestinamente, um aparato de notas e referências a ponto de encobrirem o texto. Assim, em face da ausência de arquivo, inclinaram-se, à revelia de toda história e contexto, a produzir um excesso de resquícios, podendo essa providência ser compreendida, por seu turno, “como o sintoma de um terror pela perda do arquivo e do poder soberano que atribuem ao mestre” (ROUDINESCO, 2006, p. 25).

Em vista disso, Roudinesco conclui que, à ausência de arquivo como sintoma de uma concepção dogmática de uma herança, firmou-se a tentativa inversa de investigação sistemática dos rastros, transformando a obra oral de Lacan em um “hipertexto”, em uma obra “polifônica”, irredutível a um enunciado unívoco. A primeira corresponderia, pois, a uma ideologia do dogmatismo lacaniano, como também, a uma certa concepção lacaniana da história. A segunda estaria constituída do recolhimento das notas dos ouvintes, atribuindo ao ensino oral de Lacan uma significação “multidimensional” buscando restituir, contra o dogma da ausência de arquivo, uma significação plural.

Com efeito, parece se revelar, tanto numa quanto na outra, a tentativa de produção de uma verdade sobre o Texto de Lacan, através da pretensão de uma “tradução literal” alcançável acerca de sua transmissão. Ao modo como vimos se dar em relação a Freud (apesar de sua maior produção escrita), essa busca não estaria isenta de consequências à confrontação da impossibilidade de unidade, isonomia e não contradição constitutivas da ruptura que o saber psicanalítico funda sobre o indivíduo e a cultura. A partir da implicação do desejo diante da condição de divisão do sujeito, as experiências seriam, ao contrário, um lugar de relançamento, um ponto de retomada e de impulsão que parece

⁶¹ Miller se tornaria, ainda, a partir de 1975, o iniciador de uma corrente neolacanianiana no interior da Escola Freudiana de Paris (ROUDINESCO; PLON, 1998).

ser, ao mesmo tempo, justamente aquilo ao que se resiste individualmente e coletivamente.

A morte de Lacan – assim como antes a de Freud – promove, a partir do desdobramento que daí adveio, um questionamento acerca do trabalho de luto em torno não apenas da perda de suas figuras propriamente, mas também do que encarnavam como significantes enquanto teoria e instituição. Como acompanhamos, uma rigidez institucional sob a forma de ortodoxias foi a resposta dada a um trabalho estorvado em suas vias desejantes, encontrando na saída pelo supereu uma tirania incapacitante. Não seria então o luto inexorável à própria destituição subjetiva vivenciada na análise igualmente imprescindível enquanto luto da teoria e da instituição como agentes mestres absolutos?

Mannoni assevera que o discurso analítico – experiência do inconsciente – constitui, de certa forma, o “sintoma” daquilo que não funciona no mundo. Seria, propriamente, por questionar qualquer dominação, não sem provocar algum gozo, que esse discurso se mostra antinômico a qualquer organização institucional, “já que a verdade da Instituição é o inverso de qualquer liberdade de questionamento” (MANNONI, 1989a, p. 122). O questionamento “por irrupção”, ao contrário, somente seria mantido por meio do encontro do sujeito com um “acompanhante” em seu encaminhamento. Diante disso, ela recobra que o “coletivo” formado pelos primeiros psicanalistas acerca das questões abertas por Freud também teriam tido como função proteger o ato de criação de cada um contra o risco de configurar-se como um “delírio” de um só.

Mannoni define a vocação da instituição fazendo uma caricatura, como sendo a “contenção do que perturba” ou como “o que acolhe a novidade”, nos limites do suportável, de modo a proteger cada indivíduo de seu próprio “delírio”, para oferecer “uma ‘garantia’, isto é, um continente para a angústia” (MANNONI, 1989a, p. 123). Por outro lado, considera que é igualmente em relação às intimidações, a uma “coleira”, que se “arranca” a liberdade de pensar, prolongando o risco da esclerose. Argumenta que toda instituição fundamenta sua permanência por meio do conservadorismo e da rigidez, todavia, a dialética entre o indivíduo e a instituição precisa continuar possível, mas isso pressupõe dois aspectos: o de o indivíduo não entrar em simbiose com a instituição, perdendo sua identidade própria; e que a instituição aceite receber uma certa “fragmentação” a seu encargo, de modo a aceitar que seus membros a abandonem, sem por isso “fazer pesar sobre eles o anátema (com seus efeitos de morte e de doença) em

caso de partida” (MANNONI, 1989a, p. 123). Existe, acrescenta, uma ética institucional da qual os analistas não falam.

Patrick Guyomard e Alain Vanier recobram em Lacan sua prerrogativa sobre o “apodrecimento da instituição”, que não era estranho à vontade que presidiu sua fundação por Freud, havendo a necessidade de um luto para que, então, transformado em Outro, “a fala capaz de sustentá-la pudesse ser trazida à vida”. Por sua vez, isso não seria estranho ao luto necessário de um pai que não se pode enterrar pelo enredamento na confusão de seu assassinato. Com isso, “mais uma vez, a instituição marcou com clareza seu assujeitamento ao significante da morte” (GUYOMARD; VANIER apud Mannoni, 1990, p. 169). Nessa mesma direção, Oscar Cesarotto e Márcio Peter Leite (2010) recuperam em Freud e Lacan, que o primeiro havia sinalizado na época da Sociedade de Viena, em 1907, que a cada dois anos a Sociedade fosse dissolvida, sendo refundada em seguida apenas com aqueles que desejassem; o segundo, no momento da dissolução de sua Escola, proporia aos analistas uma junção e separação periódicas para que pudessem se manter fiéis a princípios e não a pessoas. Proposições em estreita consonância com a noção de *institution éclatée* formulada por Maud Mannoni em sua Escola Experimental, cuja contribuição incide em sua operação de corte no interior da instituição e não na perspectiva de seu desfazimento.

Na história da psicanálise são observáveis os impasses, mas igualmente os esforços para que um espaço de trocas entre pares pudesse sustentar a sua transmissão. O império erguido pela IPA, por exemplo, ao mesmo tempo que produzia uma burocratização, salvaguardou em tempos de perseguição nazista a sobrevivência dos que persistiam em manter a psicanálise viva, tendo sido também uma proteção aos psicanalistas. Por conseguinte, cabe aqui a pergunta lançada por Maud Mannoni: “seria da ordem da utopia a questão de uma comunidade analítica passível de acolher a criação, a invenção e a novidade?”. Ao que responde: “o que parece utópico é sonhar com um grupo sem tensões, desconhecendo, com isso, o que está em ação em todos os grupos: a pulsão de destruição, o ódio, a ambivalência e a rivalidade” (MANNONI, 1990, p. 128). A questão seria, portanto, saber como uma associação de analistas pode conseguir se precaver contra os efeitos de grupo que esterilizam o trabalho. Mannoni entende, diante disso, que um analista não pode manter sua identidade no isolamento, sendo necessário uma comunidade de pares que lhe possibilite se expor, “uma comunidade em que o confronto das ideias seja possível, e não ‘mortal’ em seus efeitos”. Ao mesmo tempo,

uma comunidade fundamentada “num discurso aberto para alguma paixão... uma paixão talvez incômoda de viver, mas inerente ao desejo de criar” ((MANNONI, 1990, p. 129).

EPÍLOGO

Após a dissolução da Escola Freudiana de Paris, da passagem pela Escola da Causa Freudiana e da morte de Lacan, Patrick Guyomard, Maud e Octave Mannoni fundam, em 1982, o *Centre de Formation et de Recherches Psychanalytiques* (C.F.R.P), com o qual desejavam firmar estruturas viabilizadoras de um trabalho, ensino, pesquisa e formação analítica. Nesse lugar, “os analistas almejam expor-se ali igualmente a terceiros no curso de reuniões colegiadas, abertas para o exterior. Pois manter o diálogo crítico entre pares nos parece o essencial” (MANNONI, 1990, p. 118). Uma atividade editorial era também mantida por meio de uma revista, a *Esquisses analytiques*, e da coleção dirigida por Maud e Patrick, *L’Espace Analytique*, na Denoël.⁶² Mannoni relata que a dinâmica do C.F.R.P decorria da generosidade dos jovens e do “peso exterior”, referindo-se ao que entendia, nesse período, existir como uma vontade de conquista internacional instaurada por analistas na América Latina, cuja atmosfera “lembra aquela de algumas ditaduras: irrupção da polícia, sob ordem de alguns advogados, nas gráficas sul-americanas, denúncias, processo, delações” (MANNONI, 1990, p. 119) efetivados “em nome de Lacan”. Mannoni afirmaria, ainda, que a criação do Centro de Formação e Pesquisas Psicanalíticas buscava “pôr fim a uma hemorragia de subgrupos lacanianos e fundar, à revelia da Escola Freudiana, uma instituição que se faria também presente e aberta ao estrangeiro, vindo assim fazer um contraponto à ‘expansão milleriana’” (MANNONI, 1990, p. 119).

Em 1984, promoveriam um evento teórico-clínico cujas apresentações e debates culminaram no livro *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*.⁶³ Em meio à crise que se alastrava no campo psicanalítico francês, Mannoni entendia ser urgente “romper com uma forma de teorização que ameaçava tornar-se abstrata demais e encontrar os meios de retomar uma prática viva e uma leitura crítica dos textos” (MANNONI apud ROITMAN, 1994, p. 9). Assim, ao recordar para a edição brasileira as circunstâncias de origem desse livro, situa que “demos prioridade aos trabalhos suscetíveis de produzir uma abertura a debates contraditórios” (MANNONI apud

⁶² Maud Mannoni relata que eram publicados quatro livros em média por ano, muitos dos quais traduzidos no exterior. Além disso, como descreve Roudinesco (1998), a coleção Espaço Analítico alcançaria a marca de cinquenta títulos em quinze anos, permanecendo incansável em sua relação com a transmissão da psicanálise e sua ética.

⁶³ Essa publicação contém as participações de: Maud Mannoni, Julia Kristeva, G r me Taillandier, Monique David-M nard, Jean Florence, Jean Oury, Ginette Michaud, Conrad Stein, Jacques Schotte e Octave Mannoni.

ROITMAN, 1994, p. 9). Mais uma vez comparece, em sua trajetória prática e teórica, a marca de uma abertura e do acolhimento aos debates não consensuais.

Concordamos com a opinião de Ari Roitman, organizador e prefaciador da referida coletânea, de que as exposições apreciáveis têm como eixo central uma elaboração conceitual precisa que conserva, em íntima articulação com a clínica psicanalítica, um diálogo aberto e criativo sobre as questões derivadas pelo tema das identificações, tão fulcral nesse contexto subsequente ao fim da Escola Freudiana de Paris e à morte de Lacan, resultando em um ganho de rigor e vigor. Com isso,

[...] tal liberdade na abordagem dos problemas, crucial no momento que se deram os debates que aqui reproduzimos, deveria ser permanentemente uma pedra de toque na produção de um saber, seja ele qual for; em se tratando porém de um saber sobre o inconsciente, torna-se uma exigência que podemos situar no plano da ética. (ROITMAN, 1994, p. 10)

No interior desse novo Centro, criado para a transmissão da psicanálise e para a troca entre os pares, Mannoni vislumbrou o futuro do C.F.R.P a partir daquilo que os analistas seriam capazes de produzir como obra coletiva sobre a formação dos analistas, abrangendo, por outro lado, o desejo de criar um lugar clínico, “porque é em torno do trabalho com os pacientes que uma equipe pode se consolidar. É preciso para tanto encontrar analistas inventivos no que tange a uma prática social” (MANNONI, 1990, p. 119). Treze anos depois, contudo, esse espaço já não contemplaria tais aspirações e, junto a um grupo de analistas formados pelos ensinamentos de Lacan, Dolto, Octave Mannoni e dela própria, funda o *Espace analytique: formation psychanalytique et recherches freudiennes*, em funcionamento desde 1995 até os dias atuais.

Sua morte veio poucos anos depois dessa última aventura institucional, em 15 de março de 1998, aos 74 anos, em decorrência de um ataque cardíaco. Morreu em sua própria casa em Paris, na qual vivia sozinha – desde 1989, após o falecimento de Octave Mannoni –, sendo então encontrada na manhã do dia seguinte por seus parentes. Deixou um legado expressivo à psicanálise e às gerações de analistas que vieram depois, mostrando-se ainda hoje uma autora original e contundente com contribuições não apenas ao meio psicanalítico, mas também a outros campos do conhecimento. Mais destacadamente, consideramos que sua experiência insere, sobretudo, uma dimensão ética fundamental à formação dos analistas.

Assim, Maud Mannoni demonstra, nas passagens realizadas por tantos espaços institucionais fora e dentro da psicanálise, sua aposta permanente no laço com o outro, na troca entre pares e no empenho em manter a transmissão da psicanálise como uma luta constante, uma prática viva e um desejo decidido. Ao mesmo tempo, evidencia uma inquietação que parece consistir, sob a insígnia de uma eterna estrangeira, marginal e provocadora, em sua capacidade de fomento e inventividade teórica e clínica, não se deixando acomodar às tradições e reproduções que encerram o sujeito numa adaptação recrudescida em nome de uma injunção de pertencimento.

6 CONCLUSÃO

Como tempo para concluir, deliberamos, em continuidade de reflexão, articular a posição ética de Maud Mannoni à posição emblemática de Antígona, personagem sofocliana da tragédia grega – referência ética da psicanálise tal como proposta por Lacan –, enquanto decantação da pesquisa. Aproximar Mannoni e Antígona não significa uma equivalência, mas encontrar na primeira a injunção garantida em ato pela segunda. Em contraposição ao visado pelo bem, e ao preço de sua própria perda, as duas encerram uma ética que, ao partir da exclusão da conformidade de um bem – presente na tragédia antiga e na experiência analítica –, revela não os mandatos imperscrutáveis dos deuses, tampouco a austeridade do destino, mas a relação do ato de um sujeito diante do desejo que o constitui. Em Maud Mannoni assinalamos, na passagem à escrita e na fundação da Escola Experimental de Bonneuil, a dimensão de ato correspondente ao passe de um analista e ao desejo como causa. Além disso, acreditamos ser plausível escutar, como resposta ao supereu, destinos possíveis tanto ao final de análise quanto à transmissão da psicanálise, contribuição importante que uma experiência particular permite entrever. Consideramos, portanto, a posição ética de Mannoni em seu percurso.

Como esclarece Ingrid Vorsatz (2013), na decisão inarredável da heroína trágica sofocliana Antígona – que apresenta em uma espécie de pré-formulação, no real da cena, a tensão irreconciliável entre determinação e responsabilidade constitutiva do sujeito do inconsciente –, é possível delimitar a essência da ação trágica como consistindo no ato. Como desenvolve a autora, o elemento que captura Lacan em sua fundamentação da ética da psicanálise consiste na posição de absoluta solidão da filha de Édipo e daquilo que resulta “inantecipável e inapreensível, do que ainda não fez a passagem do silêncio à palavra” (VORSATZ, 2013, p. 26). A problemática da tragédia porta uma enunciação singular, sem com isso constituir um saber sobre ética que busca respostas, mas a interrogar e problematizar em ato. Dessa maneira, evidencia o paradoxo daquilo que, mesmo advindo da injunção divina, não exime a responsabilidade humana, ao contrário, convoca-a.

A psicanálise, por sua vez, resgata o retorno da tensão característica da tragédia antiga, pela qual o sujeito é convocado a responder pelo que lhe é apresentado como radicalmente exterior, bem como inassimilável ao conhecimento, o real. Nesse sentido, o desejo incide sobre o real, traduzido na ideia lacaniana do desejo como dever ético, o que ganha importância crucial na prática analítica, afinal, “a tragédia está presente no primeiro

plano de nossa experiência, a dos analistas” (LACAN, 2002, p. 290). Dito isso, acreditamos que na trajetória de Maud Mannoni a passagem à escrita, em sua causa pela debilidade, e a fundação da Escola Experimental de Bonneuil, pela novidade que instaurou, podem ser pensadas como atos que se distanciam de “leis escritas”, isto é, já indicadas pela teoria ou previstas pelos modos sociais e institucionais vigentes. O que queremos dizer é que tanto um quanto o outro incluíram o singular do sujeito através de uma aposta corajosa às recusas de um tempo, ao escutar a debilidade que se rejeitava e construir um espaço de acolhimento da loucura.

Em *A criança retardada e a mãe*, Mannoni enfrentou a discussão com a debilidade a partir de um lugar ético, compondo em ato uma escrita que não buscava um acordo comum, mas preservava uma verdade que lhe era própria, lançada sobre o desejo de escutar a partir da posição radical de vazio e, por isso, capaz de sustentar um trabalho com o inconsciente. Comparece então, o atravessamento de sua fantasia imbricada à subjetivação da teoria por meio dos seus significantes próprios. Nossa autora exprime, sobre a escrita, que esta pode também evocar uma dimensão de verdade que surge através do fracasso – para o qual nunca é possível estar resignado quando a vida de um paciente está em jogo – e o sucesso – sempre carregado de uma angústia de morte. O analista, esclarece, tomado pelo desejo de escrever, busca testemunhar e sente-se despedaçado entre o desejo de continuar mascarado na linguagem acadêmica, a que conviria aos seus colegas, e uma vontade de *desvelamento*, “em que está à procura de um contato com o outro, através da tentativa – frequentemente ilusória – de restituir uma palavra viva com seus efeitos de verdade (mas quem assim se expõe aceita que uma parte de verdade lhe escape...)” (MANNONI, 1990, p. 72).

Essa dimensão de fracasso, tantas vezes reiterada em suas formulações, aduz a percepção dessa psicanalista quanto ao limite e seus restos aportados às experiências, o que não significa algo negativo, mas sob a forma de *experiência negativa*. Ou seja, na condição de subversão que o inconsciente comporta, enquanto ruptura radical com qualquer pretensão de uníssono, de um campo arazoado por determinações morais, adaptativas, segregadoras e de triunfo. Voltando-se à necessidade de um espaço aberto aos jovens analistas em seu encontro com o fracasso, lança luz às incidências superegoicas presentes nas instituições e seus efeitos de estagnação e esterilidade, inseparáveis igualmente das questões sobre o fim de análise e da transmissão da psicanálise e seu ensino.

Da mesma maneira, conformou-se sua posição ética diante da infância e da loucura, na criação de Bonneuil, cuja aposta na experiência da educação pautava a subversão psicanalítica. Esse lugar foi criado como um espaço em que a abertura não requeria consenso, podendo manter, assim, a alteridade indispensável à assunção do sujeito. O estouro proposto como noção angular da prática nesse lugar para viver, consoma a perspectiva de escansão tão crucial à renovação constante da psicanálise, tanto em sua teoria quanto em sua prática, uma vez que “é importante escandir o que se passa com o saber do psicanalista” (LACAN, [1971] 2011, p. 35). Maud Mannoni denota, para o campo institucional, um caminho no qual se conjuga trabalho e reinvenção, por ter sua base ancorada na escuta da infância e da loucura, atinente igualmente aos efeitos do feminino e do real em jogo na formação do psicanalista.

A noção de *institution éclatée* resulta, portanto, em uma contribuição expressiva às instituições psicanalíticas, por conter em sua lógica a desimpregnação das formas fixas tão convidativas aos grupos e às demandas amorosas constitutivas do laço entre os seres falantes. A força implosiva desse conceito contém, na sua prática contestatória – que não podemos desvincular dos acontecimentos históricos de maio de 1968, que tanto antecederam diretamente quanto dialogam com a fundação da Escola Experimental de Bonneuil –, o cerne de seu desenvolvimento e continuidade, sem fazer disso uma arma de destruição da instituição. A *institution éclatée* contempla, desse modo, o paradoxo que é manter uma instituição sob a crítica à instituição, em conversa íntima com as experiências educacionais de comuna que fornecem um subsídio procedente do trabalho coletivo e individual, em sua imbricação imprescindível a qualquer formação de grupo.

Nesse lugar, seria possível escutar a rejeição à própria instituição a partir da relação entre *instituinte* e *instituído*, numa luta contra o que tende a se instituir. Isto é, o instituído, que petrifica a instituição, seria intermediado pelo instituinte, cuja função é criar movimento. Nessa dialética, o trabalho acontece, também, com base nas interpelações das crianças, sem que o objetivo se encontre na adaptação dos seus sintomas, mas comportando sua expressão. O saber psicanalítico se insere em Bonneuil como uma ética que perpassa a prática nessa instituição regida por uma *clareagem psicanalítica*, tal qual denomina Mannoni. Intervindo como referência ao questionamento no interior de uma prática, a *clareagem* recai sobre os que lidam e escutam as crianças, seus obstáculos e fracassos, conduzindo-os às suas próprias análises. Lógica comum à posição ética na formação do analista, cuja prática deve partir de um trabalho anterior já realizado em face das próprias fantasias do analista. Como vimos, a psicanálise nesse

lugar incide como convocação à invenção, perpassando a proposta de sustentação de um processo de criação permanente sobre um estilo de vida cotidiano. Esse compromisso ético com a invenção equivale, então, à marca registrada dessa instituição, sobre a qual é necessário compreender *experimental* enquanto um espaço em que qualquer coisa pode emergir a partir do lugar deixado ao imprevisto.

Isso se assemelha também, como destacado na tese, ao princípio da Escola de Lacan, instituída como uma experiência inaugural na qual se buscava firmar uma organização circular cujo funcionamento estaria ancorado na experiência. Ao aproximar a concepção de *institution éclatée*, núcleo da Escola de Bonneuil, e o dispositivo do cartel, principado na fundação da Escola Freudiana de Paris, podemos decantar uma lógica comum de corte e de passagem evocada nesses dois espaços. No primeiro, o permanente ir e vir entre crianças, jovens e estagiários; no segundo, o trabalho de base repertoriado a todos os membros, quebrando a hierarquia interna através do princípio de uma elaboração apoiada num pequeno grupo. A ruptura com a lógica de grupo, com o ideal de harmonia e totalidade, coaduna-se, nesse sentido, com a lógica da instituição estourada. Esses dois lugares foram fontes imprescindíveis para as formulações de Maud Mannoni e é visível o quanto essa psicanalista depreende da transmissão de Lacan aspectos cruciais expressos no “Ato de fundação”, sobretudo quanto a conceber a Escola numa égide circular, sob um estatuto predominantemente ético e por sua insistência em delimitar a dimensão da experiência primordial ao campo psicanalítico.

O caráter *experimental* é essencial à experiência analítica, estando no epicentro de sua prática e na inclusão da dimensão do real no tratamento. A posição do analista, função na transferência, conjuga assim o luto requerido às pregnancies imaginárias que se aferram tanto na imagem ideal de um analista quanto na teoria, as quais podem levá-lo a conduzir o tratamento nas vias traçadas pelas fantasias de ajustamento, adaptação e adequação sociais. O experimental ensina, todavia, que, ao contrário disso, resta conduzir o *resto* a seu estatuto primordial. Freud nos ensina que cada análise é *uma* e, portanto, radicalmente experimental por não se apoiar em um modelo, mas nos efeitos do trabalho com o inconsciente, os quais referenciam às bases conceituais que formalizam os fundamentos da prática psicanalítica. No campo institucional, por sua vez, é preciso um trabalho de luto da onipotência projetada na instituição, convocando-a, em sua organização, à movimentação, tal qual afirma Mannoni, dos mecanismos complexos de identificação projetiva. Nossa autora observou uma tendência de funcionamento no qual o sistema de compartimentalização presente de um modo geral nas instituições, por vezes,

ao invés de favorecer as trocas, produziria surdez, incentivando as estratificações autoritárias a gerar um empobrecimento das relações.

É substancial acentuar a referência de Mannoni à imagem da *fábrica* e do *patrão*, alusão a pôr em xeque os procedimentos de formação dos analistas quando o “estatuto do patrão” firma uma relação respaldada no lugar de quem sabe e ordena, tanto com o “doente” na prática clínica quanto no campo do ensino. Com isso, ela chama atenção para a produção de analistas em série nas instituições em razão da distorção da formação em modelo e, ainda, para o risco de a psicanálise perder sua originalidade, à qual deve sua eficácia, quando colocada a serviço de uma administração dos sujeitos, o que gera o perigo de a análise ser desviada em direção a uma pedagogia normativa. Essas são reflexões imprescindíveis aos tempos atuais, em que a exploração e o culto às imagens, igualmente às posições de poder e suas hierarquias, instauram, sob o pedido mercadológico e na produção da oferta e da procura, a desvirtuação da psicanálise como práxis e âmbito do conhecimento radicalmente apartado das demandas de mercado, bem como das solicitações consensuais ao campo dos bens e dos serviços. Sedução para a qual muitos analistas declinaram, hipnotizados pela popularidade encontrada nas plataformas virtuais, ao confundirem desejo com demanda, causa e narcisismo.

As vivências de Mannoni comportam, além do exposto, o amplo trabalho de luto referente tanto à sua própria história quanto àqueles a quem se designou e também aos que foram ao encontro de suas proposições, lançados fatalmente a uma *defasagem*, como denomina, inarredável à experiência com o inconsciente – e, por isso mesmo, fonte de criação. Resposta, conseqüentemente, à dimensão traumática em sua temporalidade *Nachträglichkeit*, fundante do psiquismo, e a partir da qual institui-se o tempo do ato e as composições narrativas que aportam o advento do sujeito. Como descreve Mannoni, sempre falta uma palavra, aprisionada no recalçamento, ou mesmo impossibilitada de emergir, tão intensa é a oposição do inominável. Ao passado perseguido, aduz “o real de um encontro faltoso o qual, na história da psicanálise, revelou-se sob a figura do trauma” (MANNONI, 1999, p. 27), havendo assim uma parte de inassimilável que permanece à espera e que podemos espreitar nas experiências coletivas que perpassam a história do movimento psicanalítico, tendo em vista as respostas dogmáticas e coercitivas produzidas desde suas composições iniciais em meio aos processos de expansão e institucionalização.

As conseqüências à formação de analistas foram muitas: as inibições, em suas diversas formas de aparição, os pedidos de reconhecimento, as confusões transferenciais,

as rivalidades fraternas e as disputas de poder. Mais a fundo, aparenta ser a recusa às fraturas inerentes aos próprios arranjos grupais aquela da qual provém o fechamento pela via da totalização, seja da teoria seja da produção de *um* analista requerida enquanto *o* analista. Ademais, a dificuldade diante desse encontro faltoso ao qual se refere Mannoni carrega o apelo à imagem e à unidade ofertadas pela ilusão de um lugar ocupado como cargo e não em seu ofício drasticamente distinto das ocupações laborais. Isso porque a função de um analista se encontra no manejo da transferência e em seus efeitos analíticos.

Se o acesso à construção de um saber inconsciente é fundamental como aparato simbólico-imaginário diante da angústia, os atravassamentos fantasísticos sustentam a condição de um *fazer com* os significantes em sua diferença. O agir se sobrepõe à exigência de sentido buscada pela via da amarração discursivo-teórica, o que admite fazer da nossa própria história uma “teoria” aberta às surpresas e à transmissão. O impulsionamento de nossa autora convida, assim, no campo do ensino da psicanálise, a que se possa abrir mão de o conteúdo comportar inteiramente o sentido apaziguador, tornando possível suportar o vazio da inapreensão que fabrica o espaço à transmissão inconsciente, pois, “a questão do saber do psicanalista não é, em absoluto, de saber se isso se articula ou não, mas de saber em que lugar é preciso estar para sustentá-lo” (LACAN, [1971] 2011, p. 36), afinal de contas, “uma verdade não tem conteúdo” (LACAN, [1971] 2011, p. 51). Lugar, portanto, ético e urgente de resguardar, se considerarmos que o compromisso ético do sujeito no engajamento de seu desejo aparece no ato de promover as condições de sua enunciação, preservando os efeitos da análise que a constituiu. Logo, o ato analítico, fundamentado na produção de significantes cuja função separa e desaliena ao revelar uma nova relação entre a verdade e o saber, atrela o analista à sua ética e mostra-se como alternativa de enunciação que se estende ao campo da cultura.

Importa, nessa direção ética, atentar ao engodo institucional sobre o qual recai a forma superegoica que não faz causa ao desejo. Numa perspectiva dialética, é crucial nos perguntarmos o que se promove, do ponto de vista institucional, por meio dessa forma e da adaptação às demais conformações instituídas, visto que um grupo em sua dinâmica comporta vários padrões reunidos, numa economia que movimenta, mas igualmente paralisa, em muitos níveis. Por vezes, os espaços institucionais são regidos menos pela abertura ao novo do que pela manutenção do que existe, sendo então capital colocar em jogo, e no centro, a relação com a transmissão. No fundo, isso implica pensar no laço de cada um com o Outro, enquanto alteridades e, ainda, com a sociedade nas formas

instituídas como padrões hierárquicos, estruturas muito fixas que oferecem uma ilusão de segurança e estabilidade ao preço da subjugação. Não se trata, assim, de uma questão moral sobre como devemos nos relacionar, mas uma questão ética, de dar espaço, de fato, ao campo do desejo como referente.

A dissolução da Escola Freudiana de Paris, como acompanhamos, oportuniza uma série de reflexões sobre os impasses, os limites, mas igualmente acerca das alternativas e das mobilizações no interior de uma instituição, que embora tenha sido fundada com a proposta de firmar o significativo Escola, em detrimento de uma Sociedade ou qualquer nomenclatura que a reduzisse a uma pura instituição, não conseguiu, com o passar do tempo, desfazer-se dos imbróglis presentes na lógica institucional. Talvez o ideal, menos questionado e mais reproduzido, tenha dificultado um trabalho de recomposição e criação decisivo aos espaços de grupo. Essa experiência institucional, entretanto, selou o corajoso enfrentamento das ortodoxias à época, da novidade do ensino de Lacan e sua proposição subversiva, apesar de ser consumida, no seu transcurso, por dogmatismos progressivos, resultando em seu desfecho turbulento e passionai.

Podemos ver que respostas inventivas não deixaram de ocorrer na história do movimento psicanalítico, fruto justamente daquilo que a psicanálise permite irromper como liberdade, por meio da palavra e do remanejamento significativo. Fazer furo no interior da própria institucionalização, operando constantes “implosões” com novas e permanentes criações, confere ao procedimento de grupo uma alternativa de maior abertura e permanência. Os caminhos, que são também próprios de uma análise, tortuosos como sua busca, consistem num trabalho incansável do inconsciente, impulsionador, ao mesmo tempo, das mais belas elaborações culturais. A arte, a literatura e a própria psicanálise são, entre outras, suas testemunhas. Nossa autora compreendeu, assim, que a passagem de analisando a analista constitui o núcleo crucial em torno do qual muitos problemas se mantiveram ao longo das gerações de psicanalistas, ao mesmo tempo que essa passagem é, impreterivelmente, o que mantém a psicanálise viva.

Como traçado na tese, ao refletir sobre a libertação do trauma por meio da criação estética – a partir de situações-limite vivenciadas no campo artístico, social e político – Mannoni viabiliza depurar o valor artístico enquanto incidência lógica, tratando-se não da obra do artista em si, mas do *valor* de criação. Com isso, nobilita a criação como resposta ao trauma, enquanto dimensão de ato que para além da simbolização alcança o real em jogo nas experiências, valor psíquico da criação como experiência. A reflexão de Mannoni acerca da criação artística permite entrever, ainda, o valor de criação na

travessia de uma análise, visto que o tempo da análise é também o da produção do trauma, em que a exigência de verdade fundamental ao processo analítico é lembrada como mais próxima das construções poéticas do que de estruturas firmadas em nome de uma verdade absoluta. Tal ponderação tem consequências igualmente à formação do psicanalista e serve para pensar os caminhos através dos quais se tecem os laços entre analistas, avizinados ao modelo da padronização ou permeáveis à forma da criação artística.

Ademais, Mannoni realiza uma elucubração peremptória ao dizer que talvez seja preciso reinventar, no futuro, uma psicanálise que possa sobreviver a partir de certos lugares precários e tão móveis quanto seriam as “redes” da resistência ao fascismo, isto é, da resistência ao discurso totalitário. Pois, quando um discurso analítico se transforma no discurso da unidade, ele se inclina para o discurso médico ou universitário. Logo, o que se produziria não seria um sujeito “descentrado”, mas um sujeito que, por ocupar o lugar de grande Outro, transforma-se em juiz ou policial (MANNONI, 1982). Ideia, por um lado, intimamente associada à perspectiva das experiências educacionais de comunas tão marcantes na Escola Experimental que fundou – não como modelo de grupo, mas enquanto operador lógico da mutualidade entre indivíduo e coletivo, espaço e tempo, desejo e cultura –, e por outro, articulável às vicissitudes implacáveis do supereu, em suas consequências mais ameaçadoras.

A *ética da revolta*, provocaria também Mannoni em *o Nomeável e o inominável: a última palavra da vida*, é a de uma resistência que denuncia o impasse para o qual conduz a lei dominante. Assim, “em um mundo como o nosso, como esquecer que estamos, ainda hoje, entre a barbárie, a violação das sepulturas e a ilusão de um mundo melhor?” (MANNONI, 1999, p. 27). Essa mensagem devemos escutar em seu campo ético, aquele do qual, como bem nos mostra Antígona em seu ato de justiça, é impelido por um desejo puro advindo, notadamente, de seu luto. A sustentação ética, portanto, somente pode emergir em face da experiência radical de luto, em sua perda implicada e na subjetivação da falta constitutiva do sujeito. Podemos arriscar dizer, nesse sentido, que a experiência analítica pode ser pensada como uma experiência de luto, um trabalho de laço que aponta para o real e circunscreve os destinos pulsionais para cada um de nós.

REFERÊNCIAS

- A HISTÓRIA oficial. Direção: Luis Puenzo. Buenos Aires: 1985. (102 min) cor.
- ANDRÉ, Jacques. O acontecimento e a temporalidade: o après-coup no tratamento. **Psicanálise e cultura**, São Paulo, v.31, n. 47, p. 139-167, 2008.
- ASSOUN, Paul-Laurent. **Introdução à metapsicologia freudiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- AZEVEDO, Anna Vicentini. Análise leiga: mais ainda. In: COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.
- AZOURI, Chawki. **Tive êxito onde o paranóico fracassa**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro, 2017.
- BAILLY, Renê. Entrevista. In: DIDIER-WEILL, Alain; WEISS, Emil; GRAVAS, Florence. **Quartier Lacan**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007.
- BENJAMIN, Walter. As afinidades eletivas de Goethe. In: **Ensaio reunidos**: escritos sobre Goethe. São Paulo: Editora 34, 2009.
- BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. In: **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- BIRMAN, Joel. **Arquivo e memória da experiência psicanalítica**: Ferenczi antes de Freud, depois de Lacan. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.
- BIRMAN, Joel. Prefácio. In: SAID, Edward. **Freud e os não-europeus**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BORGES, Jorge Luís. O imortal. In: **O aleph**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CANCINA, Pura H. **La investigación en psicoanálisis**. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2008.
- CASTILHO, Glória; BASTOS, Angélica. A função constitutiva do luto na estrutura do desejo. **Estilos da clínica**, São Paulo, v. 18, p. 89-106, 2013.
- CESAROTTO, Oscar; LEITE, Marcio P. S. **Jacques Lacan**: uma biografia intelectual. São Paulo: Editora Iluminuras, 1993.
- CLAVREUL, Jean. Entrevista. In: DIDIER-WEILL, Alain; WEISS, Emil; GRAVAS, Florence. **Quartier Lacan**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007. p. 21-30.

COSSI, Rafael. Lacan e o feminismo francês: a história de uma (não) relação. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 31, p.1-10, 2020.

COUTINHO JORGE, Marco Antônio. **Sobre as manipulações irreversíveis do corpo e outros textos psicanalíticos**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

COUTINHO JORGE, Marco Antônio. O desejo de saber como laço entre analistas. Um comentário sobre “Nota italiana”. *In*: COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006a. p. 249-252.

COUTINHO JORGE, Marco Antônio. Jacques Lacan e a renovação da clínica psicanalítica. Sobre o impacto de seu ensino no Brasil. *In*: COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006b. p. 195-202.

COUTINHO JORGE, Marco Antônio. Lacan e a estrutura da formação psicanalítica. *In*: COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006c. p. 85-103.

COUTINHO JORGE, Marco Antônio. **Fundamentos da psicanálise**: de Freud a Lacan – v. 3. A prática do analista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2017.

DANTO, Elizabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud**: psicanálise e justiça social. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

DELAP, Lucy. **Feminismos**: uma história global. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DIDIER-WEILL, Alan. **Inconsciente freudiano e transmissão da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

DIDIER-WEILL, Alan. **Lacan e a clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2012.

DIDIER-WEILL, Alain. Por um lugar de insistência. *In*: COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006. p. 107-119.

DIDIER-WEILL, Alain; SAFOUAN, Moustapha. **Trabalhando com Lacan**: na análise, na supervisão, nos seminários. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

DIDIER-WEILL, Alain; WEISS, Emil; GRAVAS, Florence. **Quartier Lacan**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2007.

DORGEUILLE, Claude. **A segunda morte de Lacan**: História de uma crise – outubro de 1980 a junho de 1981. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ESCOBAR, Carlos H. **Psicanálise e ciência da história**. Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1974.

ESCUDEIRO, Rebeca. S. **O lugar do analista na psicanálise com crianças: contribuições de Maud Mannoni**. 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Humanidades – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

FENDRIK, Silvia. Entre o pesadelo e a utopia: Bonneuil-sur-Marne. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 47-51, 1998.

FENDRIK, Silvia. **Psicoanalistas de ninõs: la verdadera historia**, v. 4. Françoise Dolto y Maud Mannoni. Buenos Aires: Letra Viva, 2007.

FONTENELE, Laéria B. O lugar da instituição na formação do psicanalista. *In*: SANTOS, Alair; ALMEIDA, Marcela. F. (org). **Futuros da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2017.

FENDRIK, Silvia. Serve a literatura à transmissão da psicanálise? *In*: SCOTTI, Sérgio et al. (org). **Escrita e psicanálise II**. Curitiba: Editora CRV, 2010. p. 265-270.

FREUD, Sigmund. Acerca de uma visão de mundo (Novas conferências introdutórias à psicanálise. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 321-354.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer. *In*: FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020a. (Obras Incompletas de Sigmund Freud)

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 19: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a.

FREUD, Sigmund. “Autobiografia”. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 16: eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

FREUD, Sigmund. (1938). A cisão do eu no processo de defesa. *In*: FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**, v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 2007. p. 171-179.

FREUD, Sigmund. Contribuição à história do movimento psicanalítico. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 11: Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, Sigmund. O humor. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

FREUD, Sigmund. O infamiliar. *In*: FREUD, Sigmund. **O infamiliar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a. (Obras Incompletas de Sigmund Freud)

FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 17**: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. *In*: FREUD, Sigmund. **Neurose, psicose e perversão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b. (Obras Incompletas de Sigmund Freud)

FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. *In*: FREUD, Sigmund. **Cultura, sociedade, religião**. O mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2019c. (Obras Incompletas de Sigmund Freud)

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 19**: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939). São Paulo: Companhia das Letras, 2018a.

FREUD, Sigmund. A negação. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 16**: o eu e o id, e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

FREUD, Sigmund. Observações sobre o amor transferencial. *In*: FREUD, Sigmund. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b. (Obras Incompletas de Sigmund Freud)

FREUD, Sigmund. O poeta e o fantasiar. *In*: FREUD, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020c. (Obras Incompletas de Sigmund Freud)

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. *In*: **Cultura, sociedade, religião**. O mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2019d. (Obras Incompletas de Sigmund Freud)

FREUD, Sigmund. A questão da análise leiga. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 17**: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014c.

FREUD, Sigmund. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 6. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FLESLER, Alba. A psicanálise de crianças e o lugar dos pais. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

FUENTES, Carlos. **Em 68**: Paris, Praga e México. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

FUKS, Betty. **Freud e a judeidade**: a vocação do exílio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FUKS, Betty. **O homem Moisés e o monoteísmo**: três ensaios. O desvelar de um assassinato. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FUKS, Betty. Prefácio *In*: MANNONI, Maud. **O nomeável e o inominável**: a última palavra da vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

GAGNEBIN, Jeanne M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GAY, Peter. **Freud**: uma vida para nosso tempo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
GEOFFROY, Anne M. A “instituição estourada” como “jogo do fort-da” – de Jacques Lacan ao conceito de “instituição estourada” da Escola Experimental de Bonneuil-Surmarne. **Estilos da Clínica**, v. 9, n. 17, p. 26-51, 2004.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **As afinidades eletivas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro H. Freud e o infamiliar. *In*: FREUD, Sigmund. **O infamiliar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 7-25. (Obras Incompletas de Sigmund Freud)

LACAN, Jacques. Alocução sobre as psicoses da criança. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003a.

LACAN, Jacques. Anexos. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003b.

LACAN, Jacques. Ato de fundação. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003c.

LACAN, Jacques. Carta de dissolução. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003d.

LACAN, Jacques. **Estou falando com as paredes**: conversas na Capela de Sainte-Anne. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998a.

LACAN, Jacques. Nota italiana. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003e.

LACAN, Jacques. Notas sobre a criança. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003f.

LACAN, Jacques. Proposição de 9 de Outubro. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003g.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b.

LACAN, Jacques. O simbólico, o imaginário e o real. *In*: LACAN, Jacques. **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, Jacques. *Talvez em Vincennes*. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003h.

LACAN, Jacques. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998c.

LAJONQUIÈRE, Leandro. A psicanálise, a educação e a Escola de Bonneuil. **Estilos da clínica**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 65-79, 1996.

LAJONQUIÈRE, Leandro; SCAGLIOLA, Roberto. Conversando sobre Bonneuil: entrevista com Maud Mannoni, Marie-José Richer-Lérès e Lito Benvenuti. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 20-40, 1998.

LEITE, Sonia. O cartel e o desejo de saber na escola. *In*: COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006. p. 229-234.

LEITE, Sonia. Para que serve o cartel? **Bloco Mágico**: Boletim Nacional do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise, Rio de Janeiro, n. 2, p. 163-172, 2017.

LOLO, Paolo. **Passagens**: transmissão da psicanálise e direitos humanos. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

MANNONI, Maud. **Amor, ódio, separação**: o reencontro com a linguagem esquecida da infância. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995a.

MANNONI, Maud. **Bonneuil, seize ans après**: comment échapper aux destins programmés dans l'État-Providence. Paris: Éditions Denoël, 1986a.

MANNONI, Maud. **A criança retardada e a mãe**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MANNONI, Maud. **A criança, sua doença e os outros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.

MANNONI, Maud. **Da paixão do ser à “loucura” de saber**: Freud, os anglo-saxões e Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989a.

MANNONI, Maud. **De um impossível a outro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986b.

MANNONI, Maud. **Educação impossível**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MANNONI, Maud. **Elas não sabem o que dizem**: Virginia Wolf, as mulheres e a psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MANNONI, Maud. Entrevista. In: DIDIER-WEILL, Alain; WEISS, Emil; GRAVAS, Florence. **Quartier Lacan**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007. p. 165-172.

MANNONI, Maud. Entrevista In: LAJONQUIÈRE, Leandro e SCAGLIOLA, Roberto. Conversando sobre Bonneuil: entrevista com Maud Mannoni, Marie-José Richer-Lérès e Lito Benvenuti. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 20-40, 1998.

MANNONI, Maud. **O nomeável e o inominável**: a última palavra da vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995b.

MANNONI, Maud. **Las psicoanalistas escriben sobre Lacan**. Buenos Aires: Ediciones Amatista, 1977.

MANNONI, Maud. **O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

MANNONI, Maud. **O que falta à verdade para ser dita**. Campinas: Papyrus, 1990.

MANNONI, Maud. **Um saber que não se sabe**: a experiência analítica. Campinas: Papyrus Editora, 1989b.

MANNONI, Maud. **El síntoma y el saber**. Barcelona: gedisa editorial, 2001.

MANNONI, Maud. **A teoria como ficção**: Freud, Groddeck, Winnicott, Lacan. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Crônica de uma morte anunciada**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MESQUITA, Mirka; MARTINS, Karla Patrícia Holanda. Escola de Bonneuil: estudo sobre o tratamento “estourado” do autismo. **Revista Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 61-70, 2018.

MIELI, Paola. Algumas considerações relativas ao relatório do consórcio psicanalítico sobre a formação analítica. Carta aberta aos colegas americanos. In: COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006. p. 29-42.

MILLOT, Catherine. Sobre a história da formação dos analistas. *In*: COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org). **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006. p. 29-42.

MONTRELAY, Michèle. Entrevista. *In*: DIDIER-WEILL, Alain; WEISS, Emil; GRAVAS, Florence (org). **Quartier Lacan**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2007. p. 173-188.

PEREIRA, Caciana Linhares. **Psicoses na infância e escolarização**: uma pesquisa colaborativa na rede regular de ensino. 2012. 319 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

POMMIER, Gerárd. **O desenlace de uma análise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

POMMIER, Gerárd. **A neurose infantil da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992.

QUINET, Antônio. **A estranheza da psicanálise**: a Escola de Lacan e seus analistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

RABINOVICH, Diana. **O desejo do psicanalista**: liberdade e determinação em psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

RICHER-LÉRÈS, M. Entrevista. *In*: LAJONQUIÈRE, Leandro e SCAGLIOLA, Roberto. Conversando sobre Bonneuil: entrevista com Maud Mannoni, Marie-José Richer-Lérès e Lito Benvenuti. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 20-40, 1998.

ROITMAN, Ari (org). **As identificações na clínica e na teoria psicanalítica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth. **História da psicanálise na França**: A batalha dos Cem Anos. Volume 1: 1885-1939. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988a.

ROUDINESCO, Elisabeth. **História da psicanálise na França**: A batalha dos Cem Anos. Volume 2: 1925-1985. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988b.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Jacques Lacan**: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROUDINESCO, Elisabeth. A psicanálise de feições humanas. **Folha de São Paulo**, 12 de abril de 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SAFOUAN, Moustapha. **Jacques Lacan e a formação dos analistas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1985.

SAFOUAN, Moustapha. **Lacanian I: os seminários de Jacques Lacan: 1953-1963**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

SAFOUAN, Moustapha. **O mal-estar na psicanálise: o terceiro na instituição e a análise de controle**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996.

SAID, Edward. **Freud e os não-europeus**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SALES, Ana Cristina; COIMBRA, Maria Lúcia. A análise leiga e a ética da psicanálise. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 28, n.53, p. 17-21, 2006.

SEI, Carla. **Cartografias do contato: uma experiência em Bonneuil**. 2018. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SOLYDARITY. Paris. **Maio de 68**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2008.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

VORSATZ, Ingrid. **Antígona e a ética trágica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.